

FRANCIELE FANTINI

**ACESSIBILIDADE ESPACIAL PARA IDOSOS EM ZONAS
TURÍSTICAS BALNEARES COSTEIRAS: Estudo de Caso
em Balneário Camboriú/SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Linha de Pesquisa: Métodos e Técnicas Aplicados ao Projeto de Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Prof. Marta Dischinger, PhD

Florianópolis

2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Fantini, Franciele

ACESSIBILIDADE ESPACIAL PARA IDOSOS EM ZONAS TURÍSTICAS
BALNEARES COSTEIRAS : Estudo de Caso em Balneário
Camboriú/SC / Franciele Fantini ; orientadora, Marta
Dischinger - Florianópolis, SC, 2014.
388 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo.

Inclui referências

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Acessibilidade espacial.
3. Idosos. 4. Turismo. 5. Zonas Balneares. I. Dischinger,
Marta. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III.
Título.

Franciele Fantini

ACESSIBILIDADE ESPACIAL PARA IDOSOS EM ZONAS
TURÍSTICAS BALNEARES COSTEIRAS: Estudo de Caso em Balneário
Camboriú/SC

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de Mestre e
aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em
Arquitetura e Urbanismo

Florianópolis, 05 de novembro 2014

Prof. Fernando Barth, Dr.

Coordenador do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
(PósARQ)

Banca Examinadora:

Prof^a. Marta Dischinger, PhD.

Orientadora – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
(PósARQ)

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof^ª. Alina Gonçalves Santiago, PhD.

Membro Interno – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
(PósARQ)

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof^ª. Leila Amaral Gontijo, PhD.

Membro Externo – Departamento de Engenharia de Produção

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof^ª. Patrícia Biasi Cavalcanti, Dra.

Membro Externo – Departamento de Expressão Gráfica

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

AGRADECIMENTOS

Para uma arquiteta que lida no seu dia a dia com projetos práticos, após a graduação em Arquitetura e Urbanismo iniciar um mestrado foi um desafio e tanto.

Entre croquis, projetos executivos e muita leitura, tive pessoas que me seguiram de perto e foram fundamentais para que chegasse à este resultado. Desta forma agradeço:

À minha querida orientadora Marta Dischinger, que confiou em meu projeto e sempre ofereceu suporte nos momentos de maior dúvida em relação à qual caminho seguir, para se chegar ao objetivo deste trabalho;

Aos meus pais, irmã e Dani, grandes incentivadores para que cada vez mais buscasse conhecimento nesta área que tanto amo;

À Prof. Alina Santiago, minha grande mestre desde os primeiros passos na graduação;

Aos membros da pré banca e banca final que disponibilizaram seu tempo e conhecimento para aprimorar esta pesquisa e me auxiliar imensamente nesta jornada;

Aos professores que, no decorrer das disciplinas, apresentaram novos conhecimentos, os quais foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho, principalmente à Prof. Sônia Afonso e sua disciplina de Metodologia Científica;

Às colegas Carine Adames Pacheco e Erica Matos as quais sempre estiveram por perto nesta caminhada;

À Denise Siqueira, pela sempre disponibilidade em ajudar;

Aos demais voluntários que colaboraram durante minha pesquisa de campo;

E à todas as pessoas que, direta ou indiretamente, participaram deste trabalho.

RESUMO

O turismo é uma das atividades econômicas que possui as maiores taxas mundiais de crescimento anual há várias décadas. Dentre as modalidades de lazer, é uma das mais praticadas atualmente por aqueles que possuem autonomia, tempo livre e condições financeiras. É inegável o potencial brasileiro para essa atividade, pelo expressivo acervo de bens paisagísticos, naturais, culturais e sociais.

No entanto, o País ainda não alcançou condições ideais, sustentáveis e inclusivas de modo a permitir o acesso de todos à experiência turística, principalmente quando se trata do turismo de praia e sol, um de nossos grandes atrativos e o público crescente de idosos que realizam esta atividade.

A intenção deste trabalho é propor diretrizes e parâmetros projetuais, assim como complementar existentes, de modo a aprimorar as condições de acessibilidade espacial para usuários idosos, em zonas turísticas balneares costeiras.

Para alcançar este objetivo, dividiu-se a pesquisa da seguinte forma: aprendendo sobre o tema, sobre o local, sobre o usuário, o problema e suas resoluções.

Na primeira etapa, buscou-se a partir da revisão bibliográfica conhecimentos a respeito dos idosos, lazer, turismo e acessibilidade. Com a fundamentação teórica realizada, partiu-se para o estudo de caso.

Neste estudo, o local, o usuário e o problema foram avaliados através de levantamentos técnicos, entrevistas e passeios acompanhados. Para permitir maior aprofundamento e exploração de alternativas na elaboração de diretrizes projetuais, optou-se ainda pela elaboração de um projeto piloto na orla escolhida para realização do estudo de caso.

A aplicação dos métodos auxiliou na elaboração das diretrizes, demonstrando as dificuldades enfrentadas pelos usuário idosos nestes espaços e permitindo a verificação dos elementos mais adequados para promoção da acessibilidade espacial nestes locais.

Por fim, com a sistematização de dados, pode-se apresentar diretrizes projetuais para melhor acesso, uso e apropriação, pelos idosos, destas importantes áreas públicas.

Palavras-chave: acessibilidade, idosos, zonas balneares, turismo

ABSTRACT

Tourism is one of economic activity that has the world's highest rates of annual growth for several decades. Among the types of recreation, is one of the most practiced today by those who have autonomy, free time and financial conditions. Moreover, is undeniable the Brazilian potential for this activity, because of the significant collection of beautifully landscaped, natural, cultural and social property. However, the country has not yet reached sustainable and inclusive conditions to allow access for all to the tourist experience, especially when we talk about the “sun and beach tourism”, one of our major attractions and the growing public of elderly that realizes this activity.

This dissertation intends to propose project guidelines and parameters as well as complement existing, in order to improve the conditions of spatial accessibility for elderly users in coastal bathing tourist areas.

In order to accomplish this, the research was divided as: learning about the theme, about the place, about the user, the problem and its resolution.

In the first stage, we take from the literature review knowledge about the elderly, leisure, tourism and accessibility. With the theoretical foundation made, we started the case study and field research.

In this study, the location, the user and the problem has been evaluated by technical surveys, interviews and accompanied tours. To allow deeper understanding and alternatives exploring in developing project guidelines, also was developed a pilot project on the edge that was chosen for the realization of the case study.

The methods application helped in the guidelines preparation, demonstrating the difficulties encountered by the elderly user in these spaces and allowing the verification of the most appropriate elements for promoting spatial accessibility at these places.

Finally, with the data systematization, this dissertation can present project guidelines for improve elderly access, use and appropriation in these important public areas.

Key-words: accessibility, aged people, coastal bathing, tourism

LISTA DE FIGURAS

FIGURA	01	Mapa 3D indicando Barra Sul (Verde), Centro/Praia Central (Vermelho) e Pontal Norte (Azul).	40
FIGURA	02	Atividades realizadas pelo projeto Praia para Todos	116
FIGURA	03	Atividades realizadas pelo projeto Praia para Todos	116
FIGURA	04	Atividades realizadas pelo projeto Praia para Todos	116
FIGURA	05	Atividades realizadas pelo projeto Praia para Todos	116
FIGURA	06	Atividades realizadas pelo projeto Praia para Todos	116
FIGURA	07	Atividades realizadas pelo projeto Praia para Todos	116
FIGURA	08	Programa Praia sem Barreiras em Fernando de Noronha	118
FIGURA	09	Programa Praia sem Barreiras em Fernando de Noronha	119
FIGURA	10	Foto aérea Praia da Manta Rota	122
FIGURA	11	Acessos à Praia da Manta Rota	123
FIGURA	12	Acessos à Praia da Manta Rota	123
FIGURA	13	Praia da Luz	124
FIGURA	14	Praia da Luz	124
FIGURA	15	Praia da Comporta e Praia da Conceição	125
FIGURA	16	Praia do Senhor da Pedra	126
FIGURA	17	Praia do Senhor da Pedra	126
FIGURA	18	Playa del Carmen	127
FIGURA	19	Playa del Carmen	128
FIGURA	20	Playa del Carmen	128
FIGURA	21	Balneário Giulia No. 85. Piso guia na areia	129
FIGURA	22	Balneário Giulia No. 85. Piso guia na areia	129
FIGURA	23	Balneário Giulia No. 85. Rotas acessíveis, placas informativas, mapas táteis com braile	130

FIGURA	24	Balneário Giulia No. 85. Rotas acessíveis, placas informativas, mapas táteis com braile	130
FIGURA	25	Balneário Giulia No. 85. Cadeiras anfíbias	131
FIGURA	26	Balneário Giulia No. 85. Banheiros acessíveis	131
FIGURA	27	Balneário Giulia No. 85. Passarelas	131
FIGURA	28	Balneário Giulia No. 85. Cadeiras adaptadas	131
FIGURA	29	Spiaggia Attrezzata Tangram	132
FIGURA	30	Spiaggia Attrezzata Tangram	132
FIGURA	31	Spiaggia Attrezzata Tangram. Rota acessível e quiosque	133
FIGURA	32	Spiaggia Attrezzata Tangram. Rota acessível e quiosque	133
FIGURA	33	Mapa Brasil, Santa Catarina e Balneário Camboriú	135
FIGURA	34	Aerofotografia de Balneário Camboriú – 2000	136
FIGURA	35	Ilha das Cabras	138
FIGURA	36	Ilha das Cabras	138
FIGURA	37	Morro da Careca	139
FIGURA	38	Marina Tedesco	140
FIGURA	39	Marina Beach Tower	140
FIGURA	40	Banco padrão existente na orla	205
FIGURA	41	Trajeto passeio acompanhado A	211
FIGURA	42	Idoso e cuidador no passeio A	213
FIGURA	43	Idoso e cuidador no passeio A	213
FIGURA	44	Trajeto passeio acompanhado B	217
FIGURA	45	Condição do piso em alguns trechos	218
FIGURA	46	Faixa elevada existente na Avenida Atlântica	219
FIGURA	47	Aguardando para atravessar e dificuldades na guia rebaixada.	220
FIGURA	48	Aguardando para atravessar e dificuldades na guia rebaixada.	220
FIGURA	49	Trajeto passeio acompanhado C.	223
FIGURA	50	Obstáculos, inclinação inadequada e mudança de rota durante o passeio acompanhado C	225
FIGURA	51	Obstáculos, inclinação inadequada e mudança de rota durante o passeio acompanhado C	225
FIGURA	52	Local escolhido para circulação passeio acompanhado C	226
FIGURA	53	Barreira e mudança de rota durante o passeio acompanhado C	227
FIGURA	54	Barreira e mudança de rota durante o passeio acompanhado C	227

FIGURA	55	Barreira e mudança de rota durante o passeio acompanhado C	228
FIGURA	56	Obstáculos e mudança de rota durante o passeio acompanhado C.	229
FIGURA	57	Obstáculos e mudança de rota durante o passeio acompanhado C.	229
FIGURA	58	Acessos informais e formais que impedem o acesso independente para a faixa de areia.	230
FIGURA	59	Acessos informais e formais que impedem o acesso independente para a faixa de areia.	231
FIGURA	60	Simulação do uso da ducha durante o passeio acompanhado C	232
FIGURA	61	Simulação do uso da ducha durante o passeio acompanhado C	232
FIGURA	62	Aproximação no quiosque durante o passeio acompanhado C	233
FIGURA	63	Aproximação no quiosque durante o passeio acompanhado C.	235
FIGURA	64	Aproximação no quiosque durante o passeio acompanhado C.	235
FIGURA	65	Aviso na porta do banheiro do quiosque.	236
FIGURA	66	Entrando no banheiro	237
FIGURA	67	Banheiro quiosques	238
FIGURA	68	Banheiro quiosques	238
FIGURA	69	Parte interna banheiro quiosques	239
FIGURA	70	Parte interna banheiro quiosques	239
FIGURA	71	Mudança de rota	240
FIGURA	72	Mapa trajeto passeio acompanhado D	242
FIGURA	73	Turistas estrangeiros passeio acompanhado D	244
FIGURA	74	Turistas estrangeiros passeio acompanhado D	244
FIGURA	75	Mapa trajeto passeio acompanhado E	248
FIGURA	76	Idoso passeio acompanhado E	250
FIGURA	77	Idoso passeio acompanhado E	250
FIGURA	78	Idoso passeio acompanhado E.	251
FIGURA	79	Idoso passeio acompanhado E.	251
FIGURA	80	Trajeto passeio acompanhado F	254
FIGURA	81	Rota com guia pelo meio fio, busca de acesso para a praia e barreiras encontradas (sinalização vertical)	256
FIGURA	82	Rota com guia pelo meio fio, busca de acesso para a praia e barreiras encontradas (sinalização vertical)	256

FIGURA	83	Rota com guia pelo meio fio, busca de acesso para a praia e barreiras encontradas (sinalização vertical)	256
FIGURA	84	Trajetos passeio acompanhado G	259
FIGURA	85	Passeio acompanhado G – Início e mudança de rota devido a obstáculos	261
FIGURA	86	Passeio acompanhado G – Início e mudança de rota devido a obstáculos	261
FIGURA	87	Passeio acompanhado G – Mudança de rota devido a comando para deslocamento até a praia. Chegada na plataforma superior da rampa.	262
FIGURA	88	Passeio acompanhado G – Mudança de rota devido a comando para deslocamento até a praia. Chegada na plataforma superior da rampa.	262
FIGURA	89	Passeio acompanhado G – Sita não encontra a rampa e para abruptamente para avisar do perigo para o Sr. J. Retorna ao calçadão para nova busca. Não acha alternativa segura	263
FIGURA	90	Passeio acompanhado G – Sita não encontra a rampa e para abruptamente para avisar do perigo para o Sr. J. Retorna ao calçadão para nova busca. Não acha alternativa segura	263
FIGURA	91	Sr. J e Sita no transporte público	264
FIGURA	92	Solução parada de ônibus.	274
FIGURA	93	Solução abrigo de ônibus	275
FIGURA	94	Solução Vaga acessível paralela à calçada	277
FIGURA	95	Solução Totem informativo ruas	278
FIGURA	96	Solução Ciclovia	280
FIGURA	97	Solução Bicicletário	281
FIGURA	98	Solução Bicicletário	281
FIGURA	99	Solução Faixa elevada	282
FIGURA	100	Solução Faixa elevada	282
FIGURA	101	Solução Zona 01	284
FIGURA	102	Solução Zona 02	285
FIGURA	103	Solução Zona 03	285
FIGURA	104	Solução Zona 03	286
FIGURA	105	Solução Central de informação	287

FIGURA	106	Solução Zona 04	288
FIGURA	107	Solução Fragmentação calçadão por zonas – Zona 02	289
FIGURA	108	Solução Fragmentação calçadão por zonas – Zona 04.	289
FIGURA	109	Solução Quiosque	291
FIGURA	110	Solução Quiosque	291
FIGURA	111	Solução Quiosque	292
FIGURA	112	Solução Área de estar	293
FIGURA	113	Solução Área de estar	293
FIGURA	114	Solução Área de estar	294
FIGURA	115	Solução Área de jogos	295
FIGURA	116	Solução Área de jogos	296
FIGURA	117	Solução Área de jogos	296
FIGURA	118	Solução Área de jogos	298
FIGURA	119	Solução Área de jogos	298
FIGURA	120	Solução Acessar a praia	300
FIGURA	121	Solução Acessar a praia	300
FIGURA	122	Solução Acessar a praia	301
FIGURA	123	Solução Acessar a praia	301
FIGURA	124	Solução Acessar a praia - esteiras	303
FIGURA	125	Solução Uso das duchas	304
FIGURA	126	Solução Uso dos banheiros	305
FIGURA	127	Solução Uso dos banheiros	306
FIGURA	128	Solução Uso dos banheiros	306
FIGURA	129	Solução Áreas de alongamento	308
FIGURA	130	Solução parada de ônibus - totem	322
FIGURA	131	Solução parada de ônibus - totem	322
FIGURA	132	Solução parada de ônibus - totem	322
FIGURA	133	Solução parada de ônibus - abrigo	324
FIGURA	134	Solução faixa de pedestres	327
FIGURA	135	Solução faixa de pedestres	327
FIGURA	136	Solução passeios e desníveis	329
FIGURA	137	Solução passeios e desníveis	330
FIGURA	138	Solução passeios e desníveis	330
FIGURA	139	Solução passeios e desníveis	331
FIGURA	140	Solução corrimãos	331
FIGURA	141	Solução corrimãos	332
FIGURA	142	Solução ciclovias	330
FIGURA	143	Solução ciclovias	330
FIGURA	144	Solução estacionamento	338
FIGURA	145	Solução estacionamento	338
FIGURA	146	Solução áreas de estar	342

FIGURA	147	Solução áreas de estar	342
FIGURA	148	Solução áreas de jogos	343
FIGURA	149	Solução áreas de jogos	345
FIGURA	150	Solução áreas de alongamento	347
FIGURA	151	Quiosque	349
FIGURA	152	Solução passarelas	352
FIGURA	153	Solução passarelas	352
FIGURA	154	Solução uso da praia	356
FIGURA	155	Solução uso da praia	356
FIGURA	156	Solução uso da ducha	357
FIGURA	157	Fachada banheiro	358
FIGURA	158	Solução banheiros	360
FIGURA	159	Solução banheiros	361
FIGURA	160	Solução banheiros	361
FIGURA	161	Solução banheiros	363
FIGURA	162	Solução banheiros	363

LISTA DE TABELAS

TABELA	01	Alterações nos sistemas componentes do organismo humano e suas conseqüências.	55
TABELA	02	Alterações sensoriais e suas conseqüências.	57
TABELA	03	Facilidades e dificuldades para chegar na orla por transporte público	150
TABELA	04	Imagens Facilidades e dificuldades para chegar na orla por transporte público	151
TABELA	05	Facilidades e dificuldades para chegar na orla por transporte particular	152
TABELA	06	Imagens Facilidades e dificuldades para chegar na orla por transporte particular	153
TABELA	07	Facilidades e dificuldades para chegar na orla de bicicleta	155
TABELA	08	Imagens Facilidades e dificuldades para chegar na orla de bicicleta	157
TABELA	09	Facilidades e dificuldades para chegar na orla a pé	158
TABELA	10	Imagens Facilidades e dificuldades para chegar na orla a pé	159
TABELA	11	Facilidades e dificuldades para caminhar no calçadão	160

TABELA	12	Facilidades e dificuldades para andar de bicicleta	164
TABELA	13	Imagens Facilidades e dificuldades para caminhar no calçadão	165
TABELA	14	Facilidades e dificuldades para comprar lanches	166
TABELA	15	Imagens Facilidades e dificuldades para comprar lanches	167
TABELA	16	Facilidades e dificuldades para atividades de estar	168
TABELA	17	Imagens Facilidades e dificuldades para atividades de estar	170
TABELA	18	Facilidades e dificuldades para atividades de jogos	171
TABELA	19	Imagens Facilidades e dificuldades para atividades de jogos	172
TABELA	20	Facilidades e dificuldades para acessos por degraus formais	173
TABELA	19	Imagens Facilidades e dificuldades para acessos por degraus formais	174
TABELA	21	Facilidades e dificuldades para acessos por degraus informais	175
TABELA	22	Imagens Facilidades e dificuldades para acessos por degraus informais	176
TABELA	23	Facilidades e dificuldades para acessos por rampas	177
TABELA	24	Imagens Facilidades e dificuldades para acessos por rampas	178
TABELA	25	Facilidades e dificuldades para uso da praia	179
TABELA	26	Imagens Facilidades e dificuldades para uso da praia	180
TABELA	27	Facilidades e dificuldades para uso das duchas	185
TABELA	28	Imagens Facilidades e dificuldades para uso das duchas	186
TABELA	29	Facilidades e dificuldades para uso dos banheiros	187
TABELA	30	Imagens Facilidades e dificuldades para uso dos banheiros	188
TABELA	31	Tabela resumo das entrevistas abertas	196
TABELA	32	Resumo passeios acompanhados – dificuldades levantadas	267

TABELA	33	Diretrizes para chegada na orla por transporte público	321
TABELA	34	Diretrizes para chegada na orla a pé	325
TABELA	35	Diretrizes para chegada na orla a pé	326
TABELA	36	Diretrizes para chegada na orla a pé	328
TABELA	37	Diretrizes para chegada na orla de bicicleta	334
TABELA	38	Diretrizes para chegar na orla por transporte particular	337
TABELA	39	Diretrizes para áreas de estar	340
TABELA	40	Diretrizes para áreas de jogos	344
TABELA	41	Diretrizes para áreas de alongamento	346
TABELA	42	Diretrizes para locais de comprar lanches e bebidas	348
TABELA	43	Diretrizes para acessar a praia	350
TABELA	44	Diretrizes para acessar a praia	352
TABELA	45	Diretrizes para uso da praia	355
TABELA	46	Diretrizes para uso das duchas	357
TABELA	47	Diretrizes para uso dos banheiros	359

LISTA DE GRÁFICOS

GRAFICO	01	Resultado questão 01 – etapa 2013	183
GRAFICO	02	Resultado questão 01 – etapa 2014	183
GRAFICO	03	Resultado questão 02 – etapa 2013	184
GRAFICO	04	Resultado questão 02 – etapa 2014	184
GRAFICO	05	Resultado questão 03 – etapa 2013	185
GRAFICO	06	Resultado questão 03 – etapa 2014	185
GRAFICO	07	Resultado questão 04 – etapa 2013	186
GRAFICO	08	Resultado questão 04 – etapa 2014	186
GRAFICO	09	Resultado questão 05 – etapa 2013	188
GRAFICO	10	Resultado questão 05 – etapa 2014	188
GRAFICO	11	Resultado questão 06 – etapa 2013	189
GRAFICO	12	Resultado questão 06 – etapa 2014	189
GRAFICO	13	Resultado questão 07 – etapa 2013	191
GRAFICO	14	Resultado questão 07 – etapa 2014	191
GRAFICO	15	Resultado questão 08 – etapa 2013	192
GRAFICO	16	Resultado questão 08 – etapa 2014	192
GRAFICO	17	Resultado questão 09 – etapa 2013	193
GRAFICO	18	Resultado questão 09 – etapa 2013	193
GRAFICO	19	Resultado questão 10 – etapa 2014	194
GRAFICO	20	Resultado questão 10 – etapa 2014	197

SUMÁRIO

CAPÍTULO 01. INTRODUÇÃO

1.1. Justificativa e relevância	23
1.2. Objetivo	28
1.2.1. <i>Geral</i>	28
1.2.2. <i>Específicos</i>	28
1.3. Estrutura da dissertação	29

CAPÍTULO 02. MÉTODOS

2.1. Procedimentos metodológicos	35
---	----

Aprendendo sobre o tema:

2.1.1. <i>Revisão teórica-documental</i>	36
--	----

Aprendendo sobre o local:

2.1.2. <i>Levantamento técnico</i>	38
------------------------------------	----

Aprendendo sobre usuário, o problema e suas resoluções:

2.1.3 <i>Entrevistas</i>	
2.1.4 <i>Passeios acompanhados</i>	43
2.1.5 <i>Aprendendo a partir de resoluções</i>	46
	48

CAPÍTULO 03. APRENDENDO SOBRE O TEMA: REVISÃO TEÓRICA-DOCUMENTAL

3.1. Idosos	52
3.1.1. <i>Aspectos Biológicos do envelhecimento</i>	53
3.1.2. <i>Aspectos Psicológicos do envelhecimento</i>	59
3.1.3. <i>Aspectos Sociais e Econômicos do envelhecimento</i>	62
3.2. Lazer	65
3.2.1. <i>O que é o lazer?</i>	65

3.2.2. <i>As classificações do lazer</i>	68
3.2.3. <i>Os espaços de lazer</i>	70
3.2.4. <i>O lazer na terceira idade</i>	73
3.3. <i>Turismo</i>	78
3.3.1. <i>Turismo na Terceira Idade</i>	81
3.3.2. <i>Programa Viaja Mais - Ministério do Turismo</i>	84
3.4. <i>Acessibilidade</i>	85
3.4.1. <i>Deficiências, Restrições, Incapacidades e Funcionalidades</i>	89
3.4.2. <i>Dispositivos legais para promoção da acessibilidade no Brasil</i>	96
3.4.3. <i>Dispositivos internacionais para promoção da acessibilidade</i>	100
3.4.4. <i>Boas práticas existentes no Brasil e pelo Mundo</i>	113
CAPÍTULO 04. APRENDENDO SOBRE O LOCAL: BALNEÁRIO CAMBORIÚ	
4.1. <i>Caracterização da cidade de Balneário Camboriú</i>	134
4.2. <i>Dinâmicas sócio-econômicas e o turismo no Balneário</i>	141
CAPÍTULO 05. APRENDENDO SOBRE O USUÁRIO, O PROBLEMA E SUAS RESOLUÇÕES	
5.1. <i>Levantamento técnico</i>	148
5.2. <i>Entrevistas</i>	182
5.3. <i>Passeios acompanhados</i>	210
5.4. Projeto piloto de zona balnear costeira acessível	271
CAPÍTULO 06. RESULTADOS: DIRETRIZES PROJETUAIS PARA PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE EM ZONAS BALNEARES COSTEIRAS	
6.1. <i>Diretrizes gerais</i>	311
6.2. <i>Diretrizes específicas</i>	319

CAPÍTULO 07. CONSIDERAÇÕES FINAIS	365
CAPÍTULO 08. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	377
APÊNDICES	387

CAPITULO 1. INTRODUÇÃO

1.1. Justificativa e relevância

O envelhecimento populacional representa uma vitória da humanidade ao mesmo tempo em que traz consigo uma série de demandas e desafios. Ao longo dos últimos cinquenta anos, a população brasileira quase triplicou: de acordo com dados do censo do IBGE, passou de 70 milhões, em 1960, para 190,7 milhões, em 2010. O crescimento do número de idosos, no entanto, foi ainda maior. Em 1960, 3,3 milhões de brasileiros tinham 60 anos ou mais e representavam 4,7% da população. Em 2000, 14,5 milhões, ou 8,5% dos brasileiros, estavam nessa faixa etária. De acordo com o levantamento de 2010 (IBGE,2010), esse percentual passou para 10,8% da população (20,5 milhões).

Com o envelhecimento, segundo Debert (1999), retomam-se as experiências vividas e os saberes acumulados, que oferecem oportunidades para explorar novas identidades e realizar projetos

abandonados em outras etapas da vida. O pensamento de que a terceira idade é uma fase de perdas tem sido substituído pela afirmação de que as etapas mais avançadas da vida são períodos propícios às novas conquistas, conduzidas pela procura do prazer e da satisfação pessoal.

Na perspectiva do envelhecimento ativo, o convívio social, fundamental para o ser humano, assume uma grande importância para os indivíduos idosos, prevenindo a solidão e o isolamento, tão comuns após a aposentadoria (DIOGO, 1999).

Esse convívio freqüentemente se dá em forma de lazer, o qual assume, nos dias atuais, um caráter essencial frente à busca pela melhoria na qualidade de vida.

Dentre as modalidades de lazer, o turismo é uma das mais praticadas atualmente, por aqueles que possuem autonomia, tempo livre e condições financeiras. O direito de todos os indivíduos ao turismo é assegurado no Artigo 2º do Código de Ética Mundial do Turismo (WTO, 1999), o qual ressalta o seu papel como meio de desenvolvimento

pessoal e coletivo, além de promotor dos direitos humanos em grupos populacionais mais vulneráveis.

Ao mesmo tempo em que o turismo para a Terceira Idade, enquanto manifestação cultural e psicossocial é um importante instrumento de inclusão do idoso, permitindo-lhe uma participação mais efetiva na sociedade (FROMER; VIEIRA, 2003), o aumento das viagens realizadas por este grupo etário não gerou, na prática, muitos locais que ofereçam condições para que todos possam usufruir do turismo de lazer. Frequentemente a participação voluntária e autônoma de pessoas idosas em determinadas vivências de lazer e turismo, como em zonas balneares, é limitada e/ou inibida por fatores como a falta de infra-estrutura do destino escolhido.

No caso do Brasil, apesar de seu inegável potencial para essa atividade pelo seu expressivo acervo de bens paisagísticos, naturais, culturais e sociais, ainda não se alcançou condições que permitam o acesso de todos à experiência turística, principalmente quando se trata do turismo de Praia e Sol, um de nossos grandes atrativos.

Pessoas com diferentes tipos e graus de deficiências e mobilidade reduzida, tais como alguns idosos, encontram dificuldades para se adaptarem às instalações e equipamentos nas cidades turísticas e zonas balneares costeiras. Além disso, se deparam com prestadores de serviços em hotéis, restaurantes e pontos turísticos sem qualificações adequadas, para um atendimento específico.

Segundo Santos (2010), associar acessibilidade ao turismo significa dizer que todos possuem o direito de viajar sem se defrontar com barreiras em seus destinos, além de participarem das atividades realizadas em ambientes comuns a todos.

Além disso, acessibilidade é uma qualidade distintiva fundamental dos espaços turísticos para que a convivência com a diversidade humana seja um modo de eliminar as atitudes e os comportamentos existentes como a discriminação, o preconceito, o estereótipo e o estigma. (SANTOS, 2010)

Diante deste cenário, um estudo envolvendo acessibilidade espacial e Desenho Universal em zonas turísticas balneares costeiras mostra-se de relevância significativa, uma vez que:

- a) parte dos famosos destinos turísticos do País está relacionada a essas zonas balneares
- b) em sua maioria, essas zonas não possuem espaços acessíveis espacialmente ou somente projetos pontuais para soluções temporárias.

Somam-se a isso, dois fatores:

- a) o envelhecimento da população brasileira com uma porcentagem significativa de deficientes em relação ao total de habitantes, e que constituem público potencial para atividades de turismo
- b) a legislação e normas em vigência que tratam a respeito de acessibilidade espacial são pouco específicas face à grande variedade de usuários e atividades exercidas em zonas

balneares, o que reforça a necessidade de estudos que venham a contribuir para o seu detalhamento e aperfeiçoamento.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo geral

Propor diretrizes e parâmetros projetuais, assim como complementar os existentes, de modo a aprimorar as condições de acessibilidade espacial para usuários idosos, em zonas turísticas balneares costeiras.

1.2.2. Objetivos específicos

- a) Obter dados a respeito dos usuários que frequentam a orla, as condições deste espaço e as relações entre os usuários e o espaço;

b) Identificar e entender as dificuldades e facilidades na realização de atividades em uma zona balnear costeira, relacionados ao processo de envelhecimento e a presença de deficiências;

c) Elaborar projeto piloto de orla acessível espacialmente para permitir maior aprofundamento e exploração de alternativas na elaboração de diretrizes projetuais que complementem as existentes na Norma Brasileira de Acessibilidade NBR9050/2004.

1.3. Estrutura da dissertação

CAPÍTULO 01 - Neste capítulo apresenta-se a justificativa e relevância do tema escolhido, juntamente com os objetivos gerais e específicos, os quais se pretende alcançar com esta pesquisa.

CAPÍTULO 02 – Descrição dos métodos utilizados durante a pesquisa.

Dividiu-se os procedimentos metodológicos em: aprendendo sobre o tema, sobre o local e sobre o usuário (através de revisão teórico-documental), aprendendo sobre o problema e suas resoluções (através de

levantamento técnico, entrevistas, passeios acompanhados e projeto piloto). Foram explanados seus objetivos, etapas de elaboração, caracterização da amostra e tratamento dos dados.

CAPÍTULO 03 – Aprendendo sobre o tema. Neste capítulo realizou-se uma revisão teórica- documental sobre quatro grupos temáticos: idosos, lazer, turismo e acessibilidade e suas inter-relações.

CAPÍTULO 04 – Aprendendo sobre o local. Neste capítulo são aprofundados, também através de revisão teórica-documental, os conhecimentos em relação à cidade escolhida para a realização do estudo de caso. Tanto a caracterização da cidade de Balneário Camboriú quanto suas dinâmicas sócio-econômicas e o turismo na zona balnear da cidade são apresentados.

CAPÍTULO 05 – Aprendendo sobre o problema e as resoluções. Este capítulo traz os resultados obtidos através do levantamento técnico, entrevistas, passeios acompanhados e projeto piloto realizados como práticas para se conhecer melhor o local e os usuários que o frequentam,

de modo a permitir a elaboração de um projeto que embasasse a futura elaboração de diretrizes projetuais

CAPÍTULO 06 – Resultados: diretrizes projetuais para promoção de acessibilidade em zonas balneares costeiras. Este capítulo apresenta diretrizes gerais e específicas para concepção de zonas balneares costeiras acessíveis, baseadas nos conhecimentos levantados nos capítulos anteriores.

CAPÍTULO 07 – Considerações finais: fechamento de idéias e propostas apresentadas no decorrer da dissertação em adição à sugestões para futuras pesquisas.

Por fim, ainda são apresentadas as Referências Bibliográficas e Apêndices.

CAPITULO 2. MÉTODOS

A análise da acessibilidade espacial e a verificação das dificuldades enfrentadas pelos idosos, ao realizar as mais distintas atividades em zonas turísticas balneares, é por sua própria natureza imensurável. Assim, esta pesquisa pode ser considerada como qualitativa, a partir do momento em que se baseia nas seguintes características, citadas pelas autoras Ludke e André (1986):

- 1 – A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Para isso, a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada;
- 2 – Os dados coletados são predominantemente descritivos. O material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos; inclui transições de entrevistas e de depoimentos, fotografias, desenhos e estratos de vários tipos de documentos.
- 3 – O interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas
- 4 – O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador.
- 5 – A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. Os pesquisadores não se preocupam em

buscar evidências que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos.

Entre as diversas formas que pode assumir uma pesquisa qualitativa, duas se destacam: a pesquisa do tipo etnográfico e o estudo de caso, este último escolhido para esta pesquisa.

Yin (2005) afirma que o estudo de caso se trata de “uma investigação empírica sobre um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

É uma investigação que se assume como particular, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenômeno de interesse (PONTE, 2006).

De acordo com Goode e Hatt (1968), algumas características gerais associadas ao estudo de caso, são: visar à descoberta; enfatizar a “interpretação em contexto”, ou seja, a apreensão mais completa do

objeto e para isso é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa; buscar retratar a realidade de forma completa e profunda; usar uma variedade de fontes de informação; revelar experiência vicária e permitir generalizações naturalísticas; relatar o estudo utilizando linguagem e forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa.

Por sua vez, Bell (1989) define o estudo de caso como um termo guarda-chuva para uma família de métodos de pesquisa cuja principal preocupação é a ligação entre fatores e eventos. Fidel (1992) refere que o método de estudo de caso é um método específico de pesquisa de campo. Estudos de campo são investigações de fenômenos à medida que ocorrem, sem qualquer interferência significativa do investigador.

O desenvolvimento de um estudo de caso caracteriza-se pelo desenvolvimento de três fases: uma primeira aberta ou exploratória, uma segunda mais sistemática em termos de coleta de dados e a terceira consistindo na análise e interpretação dos dados e na elaboração do relatório (Nisbet e Watt apud Ludke e Andre, 1986, p. 21).

Com o estudo de caso realizado, parte-se da observação de uma situação real de “como é” para o questionamento de “como deveria ser”, levando-se em conta os conflitos existentes. Este questionamento embasa o desenvolvimento de soluções de projeto experimental para o local estudado. Por sua vez, a reflexão sobre o projeto, juntamente com os dados levantados da realidade, permitem elaborar diretrizes mais gerais para o problema.

Cabe ressaltar que, para a realização de cada fase, foi necessária a utilização de diversos instrumentos ou procedimentos metodológicos que trouxeram dados complementares para que se chegasse ao objetivo esperado.

2.1. Procedimentos metodológicos

Com o intuito de tornar possível um conhecimento e avaliação mais aprofundada em relação ao tema, assim como conhecer de que forma o usuário percebe seu entorno, desempenha suas atividades e como o

espaço poderia estar configurado para ser acessível espacialmente, de modo a poder elaborar diretrizes projetuais, optou-se por seguir as seguintes etapas: 1) Revisão teórica-documental, 2) Levantamento técnico, 3) Entrevistas, 4) Passeio acompanhado e 5) Projeto-piloto.

Como forma de organização desta dissertação optou-se por fragmentar os procedimentos em grupos denominados de: Aprendendo sobre o tema (1ª etapa), Aprendendo sobre o local (1ª etapa), Aprendendo sobre usuário, o problema e suas resoluções (2ª etapa até 5ª etapa).

Aprendendo sobre o tema

2.1.1. Revisão teórica-documental

Nesta fase, exploratória, buscou-se na revisão bibliográfica, desenvolvida através do método da Análise Documental a compreensão e aprofundamento dos referenciais teóricos que compõem os grandes temas desta dissertação.

A pesquisa bibliográfica foi realizada com base em material publicado, principalmente de fontes como livros, dissertações, teses e artigos científicos, tendo como objetivo colocar a pesquisadora em contato direto com o que já foi abordado e publicado em relação ao assunto de sua pesquisa. Esse contato e entendimento sobre o assunto visaram obter uma maior sustentação para a realização da avaliação da acessibilidade espacial em zonas turísticas balneares em relação ao usuário idoso e as atividades desempenhadas neste espaço.

Dentre os temas pesquisados, pode-se destacar o **lazer** e o direito de todo cidadão ao seu acesso, o **turismo** como forma de lazer e os espaços destinados a sua realização, a **acessibilidade espacial** como meio para permitir a todos o usufruir dos espaços e atividades de lazer e, por fim, os **idosos** como público-alvo para realização deste tipo de atividade no espaço escolhido para esta pesquisa.

Por fim, cabe ressaltar que o intuito deste trabalho não é a discussão de conceitos, mas sim apresentar uma classificação para que se

possam fazer estudos comparativos futuramente partindo do mesmo embasamento e conceitos aqui utilizados.

Aprendendo sobre o local

2.1.2. Levantamento técnico

Para complementar a análise teórica e documental, considerou-se fundamental realizar levantamento técnico em campo, em uma zona balnear costeira e orla, que possuísse as características do recorte desta pesquisa: área turística e que fosse freqüentada por idosos.

O levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem, em situações reais, é definido por Lakatos & Marconi (2011) como Documentação Direta. Neste caso tem como intuito diagnosticar como os componentes existentes no espaço podem influenciar na realização das atividades mais freqüentes dos idosos em zonas balneares aumentando ou diminuindo o seu grau de dificuldade.

Inicialmente foram efetuadas visitas técnicas para reconhecimento de toda a extensão da orla da cidade de Balneário Camboriú. Essas visitas foram realizadas no mês de maio de 2013, quando já se considera baixa temporada tratando-se da estação, mas alta temporada para o turismo de idosos.

Neste período encontrou-se um considerável número de usuários do público alvo, uma vez que os meses de baixa temporada são os mais procurados. Isto ocorre pois a cidade continua com sua infra-estrutura à disposição e, por outro lado, não apresenta mais alguns problemas verificados durante o verão como as filas, o trânsito congestionado e a movimentação durante todo o dia e noite.

Nestas visitas pode-se analisar as três regiões conhecidas pelos moradores como Pontal Norte, Praia Central e Barra Sul.

O Pontal Norte, ponto mais ao norte da orla principal de Balneário Camboriú, é a região que concentra os edifícios mais antigos e área verde preservada. Nesta região a faixa de areia é mais extensa e o calçadão chega a estar a 1,50m acima do nível da areia.

Já a Praia Central caracteriza-se pela intensa densidade tanto em relação as edificações, quanto a ocupação da orla por usuários e serviços. Com mais de seis quilômetros, é a mais disputada nos dias de verão e sua faixa de areia está entre 40 e 70cm abaixo do nível do calçadão.

Imagem 01. Mapa 3D indicando Barra Sul (Verde), Centro/Praia Central (Vermelho) e Pontal Norte (Azul). Fonte: <http://acibc.com.br/wp-content/uploads/2012/10/mapa-3d.jpg>



A Barra Sul, por sua vez, tem se destacado pela ocupação mais recente e de edifícios de grande porte e altura. É o local que concentra bares, restaurantes e bistrôs, além de uma faixa de areia menor e nivelada com o calçadão.

Após este reconhecimento e categorização da orla foi elaborada a análise da organização espacial e funcional do calçadão e praia, assim como a avaliação do uso e estado de conservação dos equipamentos e dos mobiliários existentes.

Essa análise baseou-se em levantamentos métricos e registros fotográficos, assim como anotações para melhor documentar a situação encontrada no espaço físico.

A avaliação também seguiu os parâmetros técnicos estabelecidos pela Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, a NBR9050/2004 e no Decreto no. 5296/2004 que, entre outras providências, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

As visitas para levantamento foram feitas em diferentes condições climáticas e períodos do dia, assim como durante a semana e nos finais de semana.

Assim, conseguiu-se observar, por exemplo, que em dias mais frios, chuvosos ou ainda após o entardecer, os usuários em estudo não freqüentam o espaço, pois além de se sentirem menos seguros, as atividades que foram observadas são realizadas preferencialmente no período matutino ou início da tarde e com tempo firme.

Além disso, verificou-se que, durante a semana, a maior parte das atividades realizadas são mais solitárias, enquanto no final de semana a família ou os amigos estão presentes o que tornam as atividades mais coletivas.

Por fim, para melhor apresentação dos dados optou-se pela elaboração de tabelas, onde se analisa para cada atividade observada, as dificuldades e facilidades encontradas, tomando como referência os quatro componentes da acessibilidade espacial, complementadas com dados métricos levantados, assim como fotos para melhor ilustrar as situações verificadas *in loco*.

Aprendendo sobre usuário, o problema e suas resoluções

2.1.3. Entrevistas

Após a realização de algumas visitas à orla, verificou-se que o levantamento técnico realizado pela pesquisadora seria suficiente para se conhecer o espaço escolhido para o estudo, todavia insuficiente para avaliar a relação entre o usuário e este espaço.

A utilização da entrevista nos estudos pessoa-ambiente é importante por ter o potencial de salientar a relevância da dimensão físico-espacial do ambiente, integrante de experiências e ações humanas nos níveis intrapessoal e interpessoal, grupal e intergrupar.

Ciente desta condição, em paralelo às visitas de levantamento técnico foi elaborada uma entrevista estruturada, com 10 perguntas que buscavam informações como perfil do usuário, relação com a cidade, relação com a orla (quando freqüenta, com que freqüência, meio utilizado para chegar até a orla) e atividades realizadas.

As entrevistas foram realizadas em dois períodos: primeira quinzena de agosto/2013 e última semana de fevereiro/2014, através de amostra aleatória.

Na primeira etapa, feita em baixa temporada, realizaram-se 60 entrevistas. Já na segunda etapa, realizada durante a alta temporada, realizaram-se 120 entrevistas.

As entrevistas possuíam respostas de múltipla escolha e a forma de registro foi através de fichas conforme apêndice A. No mesmo apêndice encontra-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido elaborado e entregue aos usuários antes da aplicação do método.

O número de entrevistas realizadas foi determinado pela repetição das informações. Em ambas as etapas, as entrevistas foram realizadas somente no período matutino (08:00 as 11:00) e vespertino (15:00 as 18:00), nos horários em que observou-se um maior número de idosos na orla durante o levantamento inicial.

Após conclusão das duas etapas, verificou-se que o método aplicado não levantou todas as informações desejadas pela pesquisadora, principalmente no que tange à relação do usuário com o meio.

Assim, optou-se por realizar uma segunda etapa de entrevistas, com somente duas perguntas: Quais as dificuldades encontradas na realização das atividades na orla? Quais as facilidades encontradas na realização das atividades na orla que levam o idoso a esse local?

Nesta segunda entrevista, aberta, o processo ocorreu com maior fluidez. Realizado durante o mês de fevereiro de 2014, foram feitas 5 entrevistas com os seguintes usuários: idoso saudável sem restrição, idoso cadeirante, idosa obesa, idoso estrangeiro e idoso com perda auditiva moderada.

Após obtenção de relatos, partiu-se para a vivência das respostas obtidas, na prática, através de passeios acompanhados.

2.1.4. Passeios acompanhados

Os passeios ou visitas acompanhadas constituem um instrumento de pesquisa desenvolvido na tese de doutorado de Dischinger (2000). Quando aplicado ao espaço urbano, possibilita a análise das condições de acessibilidade espacial, a partir das experiências individuais de usuários com deficiência, os quais enfrentam adversidades para realizarem suas atividades.

Ainda de acordo com Dischinger (2000) todo o diálogo deve possuir uma gravação e os eventos mais importantes devem ser fotografados. Após a realização do passeio, sugere-se que os registros de voz sejam transcritos e as fotografias organizadas de forma seqüencial, de modo a ilustrar as situações mais relevantes e criar um registro seqüencial e temporal do passeio.

Como o campo de observação desta pesquisa é consideravelmente extenso em relação ao período para sua realização, foi realizada uma

amostragem por representatividade (THIOLLENT, 1986) no grupo com o qual foram realizadas as visitas acompanhadas.

Foram realizados 7 passeios acompanhados: 2 cadeirantes idosos com cuidador, 1 cadeirante adulta, 1 casal de idosos americanos, 1 idoso com mobilidade reduzida e surdez moderada, 1 adulto com baixa visão e 1 cego com cão guia. Os idosos que realizaram o passeio foram abordados durante suas atividades na orla, sem prévio agendamento. Somente com o adulto com baixa visão, o cego com cão guia e a cadeirante adulta que fez-se prévio contato para agendamento.

Após abordagem inicial, foi fornecida uma breve explicação a respeito da pesquisa desta dissertação e após este procedimento questionou-se sobre o interesse do usuário em participar do passeio acompanhado.

Os passeios tiveram durações distintas, desde 15 minutos até 1 hora. Somente um foi realizado no período vespertino e todos ocorreram em condições de temperaturas amenas, com condições climáticas distintas, sendo suspensos em caso de chuvisco ou chuvas.

2.1.5 Aprendendo a partir de resoluções

Para se projetar espaços acessíveis ao maior número de usuários é necessário o conhecimento a respeito do ambiente e em que ele pode dar suporte ao seu uso, percepção e compreensão. De acordo com Dischinger (2000), esse conhecimento tem de ser informado pelo entendimento do contexto e das potencialidades e restrições de cada situação.

Assim, após o conhecimento a respeito do local, do usuário e, baseado na experiência prática da autora com projetos executivos, optou-se por utilizar o espaço do estudo de caso para realização de um projeto-piloto.

Esse projeto foi elaborado à nível de estudo preliminar, de modo que se pudesse aplicar o conhecimento obtido na teoria para que, através da prática, se pudesse elaborar diretrizes a serem aplicadas em futuros projetos. Este processo é denominado por Schön (1987) de *reflection-in-action* ou **reflexão-na-ação**.

Essa reflexão-na-ação possui papel crítico fundamental a partir do momento em que se questiona a base dos pressupostos do ato de conhecer-na-ação.

De acordo com Pérez Gómez (1992), assim se tem: um processo de reflexão sem o rigor, a sistematização e o distanciamento requeridos pela análise racional, mas com a riqueza da captação viva e imediata das múltiplas variáveis intervenientes e com a grandeza da improvisação e criação.

De acordo com o que é defendido por Schön (2000), essa ação conduz ao desenvolvimento de um conhecimento específico ligado à ação que surge somente em contato com a prática do design na própria situação.

Assim sendo, o projeto propriamente dito iniciou-se com o levantamento métrico e busca de mapas em dwg na Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

Essa Prefeitura possui no site
<http://geo.balneariocamboriu.sc.gov.br/cartografia/> uma base

cartográfica disponível para acesso público. Na aba Mapa Geral, encontra-se o arquivo Mapa_Geral.dwg, datado de 3 de outubro de 2012, o qual foi utilizado como base.

Em posse do arquivo no formato dwg, utilizou-se o software AutoCAD 2013 para tratamento do mapa, para que posteriormente o mesmo fosse exportado ao software Sketchup Pro 8, apropriado para modelagem tridimensional.

Tendo em mãos um retrato de como é a situação da orla atualmente, partiu-se para a elaboração de uma proposta de como ela deveria ser.

Optou-se como recorte de estudo por um trecho de cinco quadras, em que se pudesse demonstrar longitudinalmente todas as soluções elaboradas assim como transversalmente englobou-se da Avenida Atlântica até a praia.

Para elaboração do projeto buscou-se primeiramente as determinações existentes na NBR9050/2004 que poderiam ser aplicadas no projeto de uma orla.

Dentre todas as determinações, foram utilizados os seguintes tópicos: comunicação e sinalização, acessos e circulações, sanitários e mobiliário.

Esses itens puderam ser aplicados na área do calçadão e comércio, todavia, a partir do momento em que se chegava à praia, não havia nenhum item específico para ser seguido.

Assim sendo, adaptações dos itens especificados na norma ou novos itens tiveram que ser desenvolvidos. Dessa forma, essas soluções foram ora baseadas em exemplos práticos verificados durante a revisão bibliográfica, ora baseadas apenas no conhecimento teórico-prático da pesquisadora, sempre levando em conta as condicionantes locais.

3. APRENDENDO SOBRE O TEMA: REVISÃO TEÓRICA-DOCUMENTAL

3.1. Idosos

Há distintas classificações do envelhecimento, sendo uma das mais reconhecidas a da Organização Mundial de Saúde (OMS). Nesta, o envelhecimento, segundo Vieira (1996), é dividido em quatro estágios: o primeiro é chamado de meia-idade, que compreende pessoas entre 45 e 59 anos de idade; o segundo, os idosos, pessoas entre 60 e 74 anos, após tem-se os anciões entre 75 e 90 anos e, por último, indivíduos na velhice extrema, acima de 90 anos.

Apesar dessa classificação da OMS e da legislação brasileira, através da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso, considerarem idades ou faixas de idades para se determinar se uma pessoa é idosa, de acordo com Mascaro (1997), indivíduos com setenta, sessenta e até mesmo quarenta anos podem ser idosos, sendo os fatores

relacionados ao contexto histórico, geográfico e social, determinantes para esse enquadramento.

Reconhecer o indivíduo como idoso não consiste simplesmente em delimitar uma classe ou etapa da vida, mas, sobretudo, em apreender as características próprias do ser humano, advindas das relações consigo, com os outros e com o meio, no ápice de seu processo de vivência (PEDROSO,2007).

A velhice é uma ação dinâmica e progressiva, que gera modificações biológicas, sociais e psicológicas, as quais provocam diminuição das habilidades de adaptação social e ao meio ambiente, gerando um conjunto de mudanças, perdas e ganhos ao ser humano, que devem ser avaliados sob o maior número de âmbitos possíveis.

3.1.1. Aspectos Biológicos do envelhecimento

Tratando-se dos aspectos biológicos, o envelhecimento é um fenômeno natural, produto da deterioração das estruturas orgânicas que

passam por mudanças com o chegar da idade. Caracterizar uma pessoa idosa demanda diversas avaliações.

Segundo Beauvoir (1990), a medicina moderna não determina somente uma causa para o envelhecimento, e sim o assinala pelo produto de um conjunto de processos ocorridos durante a vida.

De acordo com Netto (2004), a partir do avançar dos anos, as mudanças anatômicas e de aparência tornam-se mais visíveis e são as primeiras a manifestarem-se. A pele se resseca e se enrugam, os cabelos ficam brancos e caem com maior facilidade, assim como os dentes se tornam mais frágeis.

Para Pikunas (1979), no envelhecimento biológico, praticamente, todos os sistemas do corpo se deterioram, tanto na eficiência estrutural quanto na funcional, marcados por uma faixa metabólica mais baixa, que torna mais lento o intercâmbio de energia dentro do organismo, assim, seus recursos para auto-expressão comportamental vão sendo gradualmente reduzidos. A desaceleração é

conseqüência do aumento da idade celular, decorrente de menor capacidade para a divisão.

Ocorrem também mudanças fisiológicas que, como afirma Perracini (2002), podem ser divididas em: as **alterações nos sistemas componentes do organismo humano** e as **alterações sensoriais**, sendo as mais relevantes, para esse estudo, as do primeiro grupo:

Tabela 1. Alterações nos sistemas componentes do organismo humano e suas conseqüências.

Alterações nos sistemas componentes do organismo humano	Conseqüências
Perda do tônus muscular Perda da resistência óssea Endurecimento das articulações	Diminuição da extensão e firmeza e força nos movimentos, alteração na marcha, dificuldade de locomoção. Menor exatidão das ações, maior risco de quedas e fraturas.
Aumento da curvatura da coluna	Diminuição da estatura
Redução dos reflexos	Maior tempo de reação
Déficit de memória recente	Prejuízos na realização das atividades diárias
Processo automático de controle da urina debilitado	Aumento da freqüência miccional

Fonte: Adaptado a partir de Gibson (1966)

Já no segundo grupo, de alterações sensoriais, é de importância ressaltar a mudança nos sistemas de percepção ambiental e orientação.

Tratando-se de percepção ambiental, o ser humano possui os cinco sentidos como principal instrumento para interação com o mundo exterior.

Pela visão vemos as pessoas, observamos contornos, as formas, cores e muitos outros. O paladar está associado a uma das nossas necessidades primárias: o sabor. Esse desperta prazeres quase transcendentais e, assim como a audição, remete a situações passadas e locais especiais.

Já a audição é, entre todos os sentidos, o que provoca reações mais imediatas. A voz de alguém conhecido, uma música especial ou o som das ondas a baterem na areia, são alguns exemplos que produzem diversas e incontroláveis associações cerebrais.

Tratando-se das alterações cognitivas, destacam-se a disfunção auditiva, com a diminuição da audição, e as mudanças fisiológicas do processo visual. Para realizar uma tarefa com a mesma precisão, as necessidades visuais de quantidade de luz podem ser duas vezes maiores aos sessenta anos do que aos vinte anos. Os usuários da terceira idade também são mais sensíveis aos níveis de ofuscamento que os mais jovens (STEFFY, 2002 apud FREIRE et al, 2010).

Enquanto os demais sentidos dão informação sobre o mundo, o tato permite apoderarmo-nos do externo, pegando e sentindo objetos, suas texturas e temperaturas.

O olfato, por sua vez, é um dos sentidos humanos com maior importância uma vez que desencadeia experiências emocionais. Ao não ser filtrado pelo cérebro, um cheiro provoca reações instintivas e involuntárias, além de estar diretamente relacionado ao sentido de paladar.

Tabela 2. Alterações sensoriais e suas conseqüências.

Alterações sensoriais	Conseqüências
Visão	Diminuição da acuidade visual, do campo visual periférico, da noção de profundidade e da discriminação de cores e da capacidade de adaptação ao claro-escuro.
Paladar e Olfato	Diminuição na sensação gustativa, o que pode gerar perda pelo interesse pela comida. É notável também a diminuição na percepção de odores.
Audição	Diminuição na discriminação de sons e percepção da fala.
Tato	Diminuição da sensibilidade tátil na palma das mãos e nas solas dos pés.

Menor eficiência do sistema de orientação	Dificuldade em lidar com o autodeslocamento e em selecionar as informações sensoriais.
---	--

Fonte: Adaptado a partir de Gibson (1966)

Todas essas alterações, juntamente com as posteriormente apresentadas, podem levar o idoso a perder sua autonomia e tornar-se dependente. De acordo com a RDC283/05 (BRASIL, 2005), essa dependência pode ser classificada em três graus:

- grau de dependência I – são idosos independentes, mas precisam de equipamentos de auto-ajuda;
- grau de dependência II – são dependentes com até três atividades de auto-cuidado e atividades de vida diária;
- grau de dependência III – são idosos com dependência que necessitam da assistência em todas as atividades de auto-cuidado para as atividades de vida diárias, ou com comprometimento intelectual.

Como consequência a essas mudanças fisiológicas e graus de dependência, são geradas demandas aos ambientes que possuem o idoso como usuário.

Finalmente, apesar de todos esses aspectos apresentados, que trazem a velhice como uma fase de involução, com predomínio de ações degenerativas e patologias, hoje existe unanimidade entre especialistas da área de que a velhice não pode ser vista como doença, mas sim uma etapa onde o ser humano torna-se mais sensível às doenças, juntamente com a presença da dificuldade de adaptação ao meio e aos novos desafios que a idade impõe.

3.1.2. Aspectos Psicológicos do envelhecimento

Segundo Neri (1995), a psicologia do envelhecimento é a área que se destina ao estudo das alterações comportamentais decorrentes do gradual decaimento na funcionalidade dos domínios do comportamento psicológico, na plenitude da existência humana.

Essas alterações resultantes do envelhecimento são recebidas de formas diferentes por cada indivíduo, sendo fator determinante a maneira como elas são vivenciadas. Esse envelhecimento traz intrinsecamente a questão da idade cronológica, sendo o campo psicológico aquele que pode apresentar a maior disparidade e heterogeneidade em relação a padrões estabelecidos a partir de faixas etárias.

As perdas sofridas na terceira idade são significativas do ponto de vista psicológico. A perda de familiares, de amigos e o saudosismo de fatos da juventude podem levar o idoso a evoluir para um quadro de doença como, por exemplo, a depressão. Para amenizar esses problemas, o contato com a família e com a sociedade é muito importante para que o indivíduo perceba que sua vida não se restringiu aos anos que passaram, assim como que o futuro deve ser valorizado.

Dessa forma, as perturbações por perdas orgânicas, afetivas e sociais sucessivas, são os principais problemas vividos pelos idosos. Outros cenários comuns que podem ser observados, de acordo com Zimerman (2000), são:

- dificuldade de se adaptar a novos papéis;
- falta de motivação e dificuldade de planejar o futuro;
- dificuldade de se adaptar às mudanças rápidas, que têm reflexos dramáticos nos idosos;
- alterações psíquicas que exigem tratamento;
- depressão, hipocondria, somatização, paranóia, suicídios;
- baixas auto-imagem e auto-estima.

Mesmo diante dessas situações, aqueles que durante toda a vida reagiram de maneira flexível em mudanças passadas, possuem uma carga maior de maturidade para se adaptarem, sem ilusões ou sentimentos de perda.

Com a percepção de seu ambiente e de si mesmo, além do contato afetivo, humano e sentimento de inclusão, o idoso tem maiores chances de considerar a nova fase como um período de viver diferentes experiências e reformular conceitos, descobrindo suas potencialidades mesmo diante dos limites impostos.

3.1.3. Aspectos Sociais e Econômicos do envelhecimento

Na sociedade contemporânea, a velhice é um fenômeno cada vez mais presente. Antes, restrita predominantemente ao âmbito particular e familiar, passa a ser, nesse novo contexto, uma realidade social a ser enfrentada.

O envelhecimento social pode ser visto como um processo de alterações de papéis sociais, relacionado à questões econômicas em sociedades capitalistas, sendo valorizado aquele que se enquadra na população economicamente ativa e participa do ciclo de produção e consumo.

Nessa conjuntura, o idoso muitas vezes é visto como improdutivo. Além disso, parar de trabalhar significa a perda do papel profissional e de papéis junto à família e à sociedade. Segundo Assis (2006) o término do ciclo de trabalho é a aposentadoria, uma etapa onde o indivíduo perde sua identidade profissional que lhe gera status e lugar na sociedade e ganha o título de aposentado “que a todos iguala e que pode gerar

questionamentos sobre como sentir-se útil e produtivo fora do mercado de trabalho”.

Pacheco (2005) considera a aposentadoria um rito de passagem para a velhice, por acentuar sua vinculação à terceira idade, numa sociedade de consumo na qual apenas o novo é cultuado como fonte da renovação, do desejo, da posse.

Diante dessa valorização do novo, a maturidade profissional e experiência acumulada, em determinadas áreas, não são mais tão importantes como anteriormente. Esse fenômeno causa mudanças na forma das carreiras, sendo que freqüentemente um profissional com anos de profissão pode perder postos almejados para um jovem, apresentando, inclusive, dificuldades de reinserção, quando perde seu emprego.

Netto (2002) enfatiza que a integração dos idosos à sociedade torna-se mais difícil com a rejeição deles aos novos tempos e a supervalorização dos mais novos.

Tanto com a perda de emprego, quanto com a aposentadoria, passa-se para um quadro de redução financeira, que pode ser associada à

idéia de declínio do prestígio e do poder decisório, perante a família e a sociedade.

Por outro lado, se o idoso construiu ao longo de sua história outras fontes de satisfação além do trabalho, como o lazer, a nova fase é mais facilmente compreendida e enfrentada, possibilitando uma reconstrução de sua identidade diante de sua nova rotina.

Além disso, com a manutenção de redes sociais e de atividades diárias realizadas em grupos, ocorre comprovadamente um adiamento do declínio cognitivo pois, segundo Tavares (2007), quanto maior for a participação social, estimulação intelectual e atividades físicas de uma pessoa, menor será o risco para a incidência de demência.

Por fim, o planejamento da vida diante do novo cenário que é a aposentadoria, com a consideração da necessidade de reorganização financeira e do tempo, de modo a abranger novas experiências na vida familiar, no lazer, na vida em sociedade e comunitária e até mesmo em um novo emprego ou trabalho voluntário, gera um enfrentamento mais

objetivo das condições apresentadas com a mudança de rotina e papel social.

3.2. Lazer

3.2.1. O que é lazer?

A palavra lazer provém do latim *licere*, que pode ser definido como “ser lícito, ser permitido”. Segundo Dumazedier (1976), o lazer é um conjunto de ocupações que o indivíduo entrega-se de livre vontade, seja para repousar, divertir-se, recrear-se, ou para desenvolver sua informação/formação desinteressada.

As práticas de lazer acontecem após desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais, conseqüentemente são voluntárias e livres, sendo que nelas o homem pode exercer sua capacidade criadora.

“O lazer possui um caráter “revolucionário”, pois é no tempo de lazer, onde procuram a vivência de algumas coisas pela escolha e satisfação, encontro com pessoas, com o “novo” e o “diferente”, que se encontram possibilidades de questionamento dos valores da estrutura social, e das relações entre sociedades e espaço”. (MARCELLINO, 1995).

Por muito tempo esta atividade foi considerada como desencadeante de alterações no ser humano em todos os aspectos inclusive, como citado por Marcellino (1995), relacionados à ordem moral, cultural e social.

Em contraposição ao trabalho, o lazer favorece consideravelmente, o nível de saúde integral e mental das pessoas, canalizando as energias perdidas para os aspectos saudáveis, aliviando assim, a fadiga exaustiva e o estresse provocados pelas condições desfavoráveis da contextualidade das pessoas em geral. (DUMAZEDIER, 1976)

O lazer enquanto promoção da saúde integral tem, assim, três funções primordiais: a de descanso, de divertimento (distração, recreação e entretenimento) e de desenvolvimento da personalidade. (DUMAZEDIER, 1976).

A primeira função é a de descanso, descontração ou recuperação. Essa ocorre quando o lazer é um reparador das deteriorações das forças físicas e mentais, provocadas pelas tensões resultantes das obrigações cotidianas e do trabalho.

A segunda função é a de divertimento, recreação e entretenimento, entre as quais, o indivíduo poderá optar opondo-se contra o tédio ou estresse, causado pelo trabalho do dia a dia. Esta função compreende ainda, as ocupações inspiradas pela necessidade de distração, com ou sem predominância artística.

Já a terceira função está ligada ao desenvolvimento da personalidade. Esta ocorre quando o indivíduo é capaz de agir e de pensar, livre de condicionamentos que lhe automatizam a ação e o pensamento. A prática das atividades de lazer fornece ao indivíduo, condições de se desenvolver, conforme vá aumentando ou recebendo elementos que, desinteressadamente, o formam.

Esta função ressalta os elementos que conduzem o indivíduo ao seu pleno desenvolvimento, condição para seu bem estar social e para

uma participação mais ativa no atendimento das necessidades de ordem individual, familiar, profissional, cultural e comunitária (DUMAZEDIER, 1976).

3.2.2. As classificações do lazer

Dentre as formas de lazer Dumazedier (1976) divide esta atividade em cinco grandes tipos de interesses, sendo elas: físicas, manuais, intelectuais, artísticas, e sociais.

Interesses físicos: aqueles que implicam esforço e exercício de tipo corporal como as práticas esportivas, os passeios, a ginástica, realizadas em espaços específicos (academias, ginásios) e não-específicos (ruas, residências, parques, orla).

Interesses manuais ou práticos: baseados na capacidade de manipulação, exploração e transformação de objetos/materiais, como também no trato de elementos naturais e/ou animais. São exemplos, o artesanato, a jardinagem, a bricolagem, pintura, escultura, entre outros.

Interesses intelectuais: são as atividades de conteúdo cognitivo, cuja ênfase é dada ao conhecimento vivido, experimentado, fundamental para a formação do indivíduo. O que se busca é o contato com as informações e aprendizagem. Bons exemplos desses interesses são a leitura e a escrita.

Interesses artísticos: abrange as manifestações artísticas, como o teatro, cinema, artes plásticas, buscando a satisfação do imaginário (imagens, emoções e sentimentos); seu conteúdo é estético e está ligado as emoções.

Interesses sociais ou associativas: quando se procura atividades relacionadas com o contato direto com outras pessoas e grupos. São as reuniões de grupos, cafés, bares, frequência em associações, de igrejas, as festas, que servem como ponto de encontro.

A classificação proposta por Dumazedier (1976) foi ampliada pela inserção do **interesse turístico**, proposto por Camargo (2003), cuja motivação central está na busca de novas paisagens, ritmos e costumes distintos daqueles vivenciados cotidianamente. Todavia, cabe ressaltar

que o turismo é uma parcela do lazer, de enorme importância na economia (SOBRAL, PECI & SOUZA, 2007), mas que divide espaço com outras atividades.

Segundo Dorneles (2006), as atividades de lazer podem também ser classificadas conforme o espaço onde são desenvolvidas seja em um espaço público ou privado, urbano ou rural, etc.; conforme a frequência ou ainda, se ocorrem em grupos ou individualmente.

Por fim, ainda que a importância desta atividade seja de grande relevância, é cada vez mais visível nas cidades a falta de espaços públicos para o lazer em geral e o predomínio da oferta de espaços e equipamentos para o lazer mercadoria.

3.2.3. Os espaços de lazer

Para muitos autores, o lazer é formado por três pilares: o lazer doméstico, o lazer extradoméstico e o lazer turístico (GOMES et al, 2005).

Santos (1988), ao estudar espaço, enfatiza que tal categoria é objeto de estudo em muitas ciências, e que, “para alguns é objeto de conhecimento, para outros simples meio de trabalho”, assim, “o espaço é o mais interdisciplinar dos objetos concretos”.

Nesse posicionamento, compreende-se que o espaço é uma união de objetos e de relações que ocorrem na sociedade, já que o espaço contém o movimento. O espaço é o produto da soma e da síntese, sempre recomposta, da paisagem com a sociedade por meio da espacialidade.

Santini (1993) afirma que para a sobrevivência do homem são necessários elementos básicos como a água, a alimentação e o ar. Muitas vezes, contudo, nos esquecemos de um elemento sem o qual o homem não é capaz de viver: o espaço. O espaço é uma exigência para a sobrevivência de qualquer ser e, especificamente para o homem, é fundamental para seu bem-estar psicológico, assim como se tornou uma necessidade social.

Os espaços de lazer podem ser classificados em duas categorias gerais: espaços públicos e espaços privados de lazer. Os espaços públicos,

foco desta pesquisa e de modo geral, são aqueles que todas as pessoas têm o direito de utilizar. Já os espaços privados são caracterizados pelo alto grau de intimidade: são controlados por seus ocupantes, que neles permanecem por todo o período que saem da esfera mais pública da vida social.

O aumento considerável da população no meio urbano ocasionou a diminuição do espaço público disponível para a realização do lazer. Hoje as famílias não dispõem nem mais das ruas da cidade para aproveitarem como espaço de lazer, pois essas oferecem perigo e violência. Com essa constatação, houve uma mudança nos hábitos de lazer e maneiras de relação social (NETO, 1993).

Nas grandes cidades sobra pouca ou quase nenhuma oportunidade espacial para a convivência, pois da forma pela qual são constituídas e renovadas, o vazio que fica entre o amontoado de coisas é insuficiente para permitir o exercício efetivo das relações sociais produtivas em termos humanos” (MARCELINO, 1983, p.59). Contudo, apesar da escassez de espaços públicos de lazer nas cidades brasileiras, em casos de cidades litorâneas a orla marítima vem se configurando como um espaço de lazer de grande atratividade, um parque urbano linear à beira mar.

Por outro lado, autores como Dayrell (2002) apontam que, comumente, a falta, a precariedade ou a má apropriação desses espaços e seus equipamentos prejudicam especialmente aquelas pessoas identificadas em situação de risco e vulnerabilidade social, privando-as de práticas que estimulem a sociabilidade, a criação, a liberdade e o desenvolvimento integral do ser humano.

Por fim, segundo Dorneles (2006), ao se levar em consideração a população idosa, que cresce cada vez mais e, que tem disponibilidade de tempo para realizar atividades de lazer, a falta destes espaços corresponde a um sério problema a ser resolvido em curto prazo no Brasil.

3.2.4. O lazer na terceira idade

A definição do lazer como forma de ocupação do tempo livre dá-se de maneiras distintas entre os vários segmentos etários.

Na infância e adolescência, o lazer é visto como parte indissociável do processo de formação do indivíduo, dividindo com o período dedicado à

educação formal o restante do tempo disponível. Na fase adulta, o lazer é, com frequência, confundido com o não-trabalho e, muitas vezes, relegado a um segundo plano, em virtude de uma hierarquia de objetivos onde a formação do patrimônio material ofusca outras necessidades. Já na terceira idade, quando a aposentadoria é uma realidade e o tempo livre se multiplica, a participação no lazer ganha outros contornos e funções (ROZENBERG, 1996).

A Terceira Idade é considerada a fase da vida humana onde se dispõe de mais tempo livre e que na maioria das vezes apresenta maiores recursos de convivência no seu meio.

De acordo com Dumazedier (1976), é através da prática das atividades de lazer e através dos valores correspondentes que as expectativas de realização pessoal da terceira idade são mais fortes.

Devido à disponibilidade e força de vontade de muitos idosos, hoje existem diversas opções de lazer como grupos de encontro, centros de convivência, cursos de curta a longa duração, universidades abertas, entre outras atividades que englobam desde o convívio social ao trabalho voluntário.

Por outro lado, quando se fala em espaços de lazer adequados para terceira idade, já são raros os exemplos e opções, sendo muitas vezes iniciativas privadas e isoladas de pequenos grupos. Existe uma disposição à privatização, na qual os espaços, inclusive as áreas verdes vem se tornando produtos, "Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha, pelo ar puro, pela água, fica excluído do gozo destes bens que deveriam ser públicos porque são essenciais" (SANTOS, 1988).

Atrelado a isto se encontra a localização destes espaços que nem sempre são de fácil acesso aos idosos, tendo os mesmos muita dificuldade de locomoção, além da falta de informação em relação a esses espaços aos equipamentos de lazer.

Independente deste fato é de conhecimento de todos que o lazer na terceira idade promove a integração social, tornando melhores suas condições de vida ao mesmo tempo em que gera socialização, modernização cultural e o desenvolvimento de novas habilidades, dentro de um contexto de inserção social. Da mesma forma que ajuda aqueles

que possuem mais idade a ter uma ocupação em seu tempo livre, com práticas saudáveis, o que acaba facilitando no redimensionamento da vida para que se veja o envelhecimento com novos olhos, substituindo a idéia de fragilidade para a valorização devido de todo o conhecimento e experiência que estas pessoas possuem.

Barroso (1999, p.34) garante que "a pessoa idosa, depositária de informações acumuladas, deveria ter oportunidades de ser transmissor de cultura, de tradição, de folclore, de dança, de canto, transmissor de toda memória cultural".

De acordo com Neri (1995), as pessoas de mais idade, quando inseridas num grupo sociocultural, podem fortificar sua identidade, expandir as fronteiras do seu valor, visualizar-se como participantes da vida atual, percebendo que as informações e o conhecimento que detém são preciosas e, assim sendo, o meio social deve se interessar por elas, valorizando-as como significativas.

Para Melo (2003, p.70), o lazer é um campo multidisciplinar e devem ser encaminhadas atividades ligadas aos mais diversos campos

possíveis, às mais diversas "linguagens". Kleiber et al. (2008) garantem que atividades de lazer são essenciais para o bem-estar de pessoas de qualquer idade. Segundo Kaczynski et al (2008) pesquisas que integram lazer e saúde demonstram o fato de que o lazer ao ar livre, principalmente se acompanhado à prática de esportes, pode melhorar a qualidade de vida.

Camargo Filho e Papaleo Netto (2000) enfatizam que nem todos os idosos, quando se aposentam, são capazes de descobrir novas atividades que preencham o seu tempo livre. Sendo normalmente pessoas que destinaram toda a vida à profissão, esses indivíduos freqüentemente se sentem perdidos diante do tempo disponível, o que juntamente com a ausência de objetivos e planos futuros efetivam a imagem negativa da velhice muitas vezes disseminada pela sociedade.

Assim, no que tange especificamente à terceira idade, o lazer tem um papel social a cumprir no enfrentamento da solidão, na recuperação da auto-estima e como fonte de inspiração a um modo de viver mais saudável e completo.

O lazer é um meio inestimável à manutenção dos vínculos sociais que tendem ao afrouxamento com o avançar da idade. Igualmente, é um instrumento de re-socialização importante capaz de fazer nascer laços de amizade, de companheirismo e de apoio mútuo (ROZENBERG, 1996).

3.3. Turismo

Atualmente o turismo é umas das principais atividades (econômica, social e cultural) realizadas em todo o mundo, estando em estável crescimento. De modo recente, esse dinamismo se ampliou aos países em desenvolvimento também chamados de emergentes. Segundo Ruschmann (2000), o acelerado desenvolvimento do turismo gerou a saturação de numerosos destinos e o aparecimento de outros, principalmente os tropicais, como é o caso do Brasil. No ano de 2011, houve mais de 983 milhões de chegadas de turistas internacionais por todo o planeta, o que significa um crescimento de 4,6% em relação ao ano anterior (WTO,2012).

A WTO (*World Tourism Organization*) também levantou que as receitas internacionais provenientes do turismo, no ano de 2011, passaram

de um bilhão de dólares, o que equivale a um crescimento de 3,9%. Nesta conjuntura, os destinos tropicais apareceram como mercadorias globais do turismo, principalmente devido ao clima que possuem, com temperaturas elevadas o ano todo, às praias paradisíacas, ao acesso por vias aéreas, aos hotéis, restaurantes, bares e barracas e praia disponíveis.

Boullón (2002; 2004; 2005) define o espaço turístico como uma área geográfica na qual os **atrativos**, os **empreendimentos** e a **infra-estrutura** estão distribuídos de acordo com a abrangência territorial que ocupam. Sobre estes elementos, que integram o patrimônio turístico, pode-se dizer que: os atrativos são a matéria-prima do turismo porque determinam as pessoas a realizar uma viagem e podem ser classificados em sítios naturais; museus e manifestações culturais, históricas e folclóricas; realizações técnicas, científicas ou artísticas contemporâneas; e eventos programados. Já os empreendimentos são os equipamentos (de hospedagem, de alimentação, de entretenimento e de outros serviços), que se dedicam a atender as necessidades básicas dos turistas, e as instalações

(de água e praia, de montanha e gerais), que facilitam a prática de atividades turísticas.

E, por fim, a infra-estrutura que é constituída pelos sistemas: viário e de transporte, de comunicação, de saneamento e energético, os quais são serviços essenciais à população e, também, às atividades produtivas do país (BOULLÓN, 2002).

O fluxo turístico, por sua vez, é dividido em modalidades. Em relação aos destinos tropicais, a principal está ligada ao turismo de sol e praia, também conhecido como *sun and beach tourism*. Essa modalidade de turismo tem na qualidade ambiental a principal fonte de atratividade turística. A praia é cada vez mais entendida como um espaço de convívio, de alegria, de lazer. Progressivamente, a praia assume um caráter de espaço público (MACHADO, 2000).

Por outro lado a praia e sua orla, como cenário social, muitas vezes apresenta-se como um espaço de exclusão devido tanto aos desiguais padrões de consumo, assim como devido à implantação de barreiras físicas e atitudinais que infringem o direito de livre acesso dos cidadãos e contradiz a idéia deste local como um espaço público e democrático.

3.3.1. O Turismo na Terceira Idade

O valor da contribuição que o turismo social pode gerar ao segmento da terceira idade está sujeito, antes de qualquer coisa, ao entendimento em relação ao papel que o lazer desempenha no uso do tempo livre das pessoas e, em especial, dos componentes deste grupo. Atualmente, as pessoas têm chegado à terceira idade cada vez mais fortes e saudáveis e estão viajando com maior frequência, sendo atraídos por locais seguros, com belas paisagens e que não exigem muito esforço. (OLIVEIRA, 2001).

Sena, González, Ávila (2007), destacam que de acordo com a OMT, os principais fatores que motivam as pessoas da terceira idade a viajar são: recreação e entretenimento, bailes de salão ou folclóricos, lazer ou férias, convívio social e fazer amizades durante a viagem, sendo que a maioria prefere viajar com os amigos (muitas vezes a maioria de seus amigos encontra-se no próprio grupo de terceira idade). Preferem viajar no verão e os locais preferidos são: praias, estâncias hidrominerais,

termais ou climáticas com finalidades terapêuticas, áreas rurais e hotéis fazendas, reservas ambientais e ecológicas, cidades culturais ou históricas e lugares com neve.

Para aqueles que possuem poucas restrições físicas, o turismo representa a manutenção da saúde física e mental; já para aqueles que possuem alguma deficiência, o turismo pode se tornar uma terapia contra a passividade, o ócio e o isolamento; enfim, ele pode ser visto como um meio de recuperação das oportunidades perdidas e de superação das deficiências culturais.

Segundo Rozenberger (1996) com exceção de uma pequena parcela da população idosa que possui uma condição econômica capaz de permitir o acesso ao turismo tradicional, grande parte das pessoas na terceira idade se depara com obstáculos de natureza econômica e social para uma realização mais efetiva da atividade.

As barreiras que impõem limites ao turismo da terceira idade são semelhantes, em muitos aspectos, àquelas que diminuem a prática do lazer cotidiano: solidão; recursos escassos; ausência, ao longo da vida, do

hábito de empreender viagens; e ritmo do turismo moderno. A velocidade com que o turismo é efetuado desponta como um empecilho ao envolvimento mais intenso dos indivíduos de mais idade na atividade e a falta de equipamentos e animação turística adequados para o público da terceira idade. É importante considerar que os interesses que instigam a participação no turismo são diversificados e, portanto exigem um tratamento segmentado.

Por fim, a oferta de um tratamento e uma estrutura pensada para o turista idoso, hoje raramente encontrada ou incipiente, geraria melhores condições de hospedagem e acessibilidade para estes usuários, principalmente se associadas a um acompanhamento especializado por profissionais conhecedores das necessidades e especificidades deste grupo.

3.3.2. Programa Viaja Mais - Ministério do Turismo

Parte do Programa Viaja Mais, o Viaja Mais Melhor Idade é um programa do Ministério do Turismo do Brasil que tem como principal intuito a inclusão, através de atividades turísticas, de idosos, aposentados e pensionistas, assim como de fomentar o setor turístico brasileiro. Entre os anos de 2007 e 2010, quando foi realizada sua primeira edição, de acordo com o MT, foram vendidos 599 mil pacotes de viagem, que puderam ser parcelados em até 48 vezes.

Em Santa Catarina, de acordo com o Ministério do Turismo, Balneário Camboriu lidera as ofertas, seguida por Florianópolis. Há também ofertas para Ilha do Papagaio e Ponta dos Ganchos.

Os pacotes oferecidos neste programa possuem vantagens como descontos, diárias extras e passeios gratuitos. No segundo módulo estarão incluídos serviços avulsos, que vão desde hospedagem até locação de veículos. Outro ponto positivo desta iniciativa é a possibilidade de se

incluir na vantagem um acompanhante, não necessariamente pertencente ao perfil.

Como instrumento adicional para garantir o acesso ao lazer e turismo para os idosos tem-se a acessibilidade.

3.4. Acessibilidade

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), “a definição de acessibilidade é o processo de conseguir a igualdade de oportunidades em todas as esferas da sociedade”.

A consideração do termo acessibilidade não poderá ser ditada por meras razões da solidariedade, mas, sobretudo, por uma concepção de sociedade realmente, onde todos deverão participar, com direito de igualdade, e de acordo com as suas características próprias (CONDORCET, 2006).

De acordo com Dischinger et al (2012), a acessibilidade não está apenas vinculada a fatores físico-espaciais, mas também a aspectos sociais, políticos e culturais, como o preço do transporte público, a falta

de compreensão de uma informação por um turista de outro país, o analfabetismo, assim como outras questões que reduzem e até impedem a realização de atividades desejadas.

Já por acessibilidade espacial, Dischinger et al (2004) entende como a possibilidade de se conseguir informações do espaço de forma a facilitar a orientação, o deslocamento e o uso de todos os equipamentos, permitindo a participação e interação em todas as atividades disponíveis. Cohen e Duarte (2002), por sua vez, afirmam que para ocupação de um espaço é fundamental que o mesmo seja acessível, inclusivo ou universal, mas para que isso ocorra é imprescindível um aprofundamento técnico sobre acessibilidade, o empenho de administradores públicos e considerável vontade política.

Para que seja acessível espacialmente, há quatro componentes identificados por Dischinger e Bins Ely (2006) que devem ser integralmente atendidos: orientação/informação, deslocamento, uso e comunicação.

A **orientação espacial** está relacionada à compreensão e legibilidade do espaço, permitindo que o indivíduo reconheça a identidade de funções e organizações do espaço, facilitando a situação. É a possibilidade de distinguir o local onde se está, e o caminho para chegar a um determinado destino, a partir de informação. Bons exemplos desse componente são mapas, sinalização com elementos visuais, táteis e sonoros.

Já o **deslocamento**, baseia-se nas condições de movimento e livre circulação tanto vertical quanto horizontal, de forma independente, sem interrupções e barreiras. Este componente, quando não ocorre, acaba provocando dificuldades principalmente às pessoas com restrição físico-motoras. A implantação de pisos regulares, antiderrapantes, corrimãos, patamares, mobiliário e equipamentos urbanos fora das áreas de circulação são exemplos de atitudes que contribuem para o deslocamento.

O **uso**, por sua vez, preza pela utilização dos equipamentos e a participação nas atividades fins por todo e qualquer indivíduo. Assim, os equipamentos devem ser acessíveis a todos os usuários e permitir

manuseio com segurança, a partir do momento que possuem características ergonômicas previamente estabelecidas para a melhor experiência do mais amplo espectro de usuários. Um bom exemplo da aplicação deste componente em espaços pensados para idosos e pessoas com deficiência são os corrimãos. Item de extrema importância para gerar segurança em ambientes, indica-se que corrimãos sejam construídos com seção circular para melhor empunhadura, sempre em materiais rígidos sendo firmemente presos às paredes, barras de suporte ou guarda-corpos, em ambos os lados de escadas fixas e rampas.

A **comunicação**, por fim, corresponde às possibilidades de troca de informações interpessoais, por meio de configurações espaciais ou utilização de equipamentos de tecnologia assistiva, os quais permitam o acesso, uso e interação com as atividades existentes. Determinados layouts facilitam a comunicação através da leitura labial, principalmente por aqueles que possuem deficiência auditiva, bastante freqüente em idosos.

3.4.1. Deficiências, Restrições, Funcionalidades e Incapacidade

O relatório mundial sobre deficiência, publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2011) ressalta que em algum momento da vida, grande parte dos indivíduos terá, temporariamente ou permanentemente, alguma deficiência e que aqueles que alcançarem uma idade avançada irão vivenciar um aumento de dificuldades no funcionamento do seu corpo.

Diante deste cenário, adotar a terminologia correta pode facilitar a inclusão social. Por outro lado, Fávero (2004, p.35) coloca que apesar da preocupação com a utilização de termos mais convenientes, ainda não é possível evitar a constante discriminação da sociedade em relação a pessoas com deficiência, que pode ocorrer de forma inconsciente ou induzida por boas intenções, por exemplo, tentando proteger.

Em relação à deficiência, a NBR 9050/2004 a define como a “redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço,

mobiliário, equipamento urbano e elementos [...]”. (ABNT,2004, p.3), apresentando o usuário com deficiência como uma pessoa que possui incapacidade, ainda que já se saiba que na maior parte das vezes são os espaços e seus elementos que criam restrições e impedimentos para seu livre uso e acesso.

Deficiência é uma limitação significativa física, sensorial ou mental e não se confunde com incapacidade. A incapacidade para alguma coisa (andar, subir escadas, ver, ouvir etc.) é uma consequência da deficiência, que ser vista de forma localizada, pois não implica incapacidade para outras atividades (FAVERO, 2004).

Dichinger et al (2012) ressaltam que, muitas vezes, o termo deficiência é utilizado erroneamente, referindo-se a noções de incapacidade do indivíduo para realização de uma atividade. Nesse sentido as autoras definem o termo deficiência para indicar um “problema específico de uma disfunção no nível fisiológico do indivíduo”.

Devido à complexidade de se adotar um conceito e uma linguagem única entre os profissionais, a Organização Mundial da Saúde – OMS – publicou em 1980 a classificação, intitulada, “International Classification

of Impairments, Disabilities and Handicaps” – ICIDH, a qual pode ser traduzida como **Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidade e Limitações**, (WHO, 1980). Essa classificação é composta por um manual de conseqüências das doenças, que possui como enfoque principal a área patológica. Esta classificação definiu os seguintes termos: **deficiência** (*impairment, deficiencia*), **incapacidade** (*disability, discapacidad*) e **desvantagem** (*handicap, minusvalia*)

A “deficiência” tratava-se de uma perda total ou anomalia de uma estrutura ou função fisiológica ou anatômica, que diz respeito às funções e estrutura a nível orgânico. A “incapacidade” era considerada toda restrição ou ausência da capacidade de realizar uma atividade dentro da margem considerada padrão ao ser humano. Por fim, a “desvantagem” era distinguida pelo nível social das conseqüências de uma deficiência ou incapacidade, que influenciava no desempenho de atividades consideradas normais (LOPES, 2006).

Já a **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)**, trabalha com um panorama relacionado não apenas à saúde, mas a uma noção cultural e política, que retira da

pessoa a responsabilidade por qualquer dificuldade que possa vir a enfrentar (OMS, 2008).

Dessa forma, segundo a OMS, a CIF não classifica as pessoas, mas apresenta a situação dentro de um contexto que envolve fatores ambientais e pessoais para uma correta descrição.

Se a pessoa não tiver nenhuma deficiência e estiver inserida em um ambiente que não lhe ofereça qualquer barreira, diz-se que essa pessoa tem a possibilidade de realizar uma atividade e de participar de situações de sua vida cotidiana. Essa interação positiva entre pessoa e ambiente se caracteriza pela **funcionalidade** (OMS, 2008).

O conceito oposto à funcionalidade é o de **incapacidade** que indica aspectos negativos de interação entre indivíduo e seus fatores ambientais (OMS, 2008, p. 243), mas diferentemente da definição da ICIDH, para a CIF, a incapacidade ocorre quando os fatores ambientais são desfavoráveis. Nesse caso, se diz que o ambiente oferece barreiras ou obstáculos à atividade e à participação

Nicholl (2001) e Bins Ely et al (2012) defendem que o ambiente pode influenciar na existência de uma deficiência e que as dificuldades resultantes da relação entre indivíduos e meio ambiente podem evidenciar as pessoas com, daquelas que não possuem deficiências. Deste modo, deficiência se refere às condições fisiológicas do indivíduo e as restrições espaciais referem-se às características que o ambiente apresenta e que provocam limitações e barreiras em seu uso.

Cabe ressaltar que a incapacidade para realização de alguma atividade pode ser proveniente da deficiência, todavia pessoas que não possuem deficiências podem ser incapazes de realizar uma ação simplesmente por questão de habilidade ou inadequação do meio.

Assim, a interação da saúde com o contexto é que produz a incapacidade, por isso é inadequado citar apenas as deficiências, limitações de atividade ou restrição de participação de um indivíduo sem apresentar juntamente a conjuntura na qual ele está inserido.

Por outro lado, quando existem **facilitadores** ambientais (tecnologias ou fatores que, quando presentes, melhoram as aptidões ou

reduzem a incapacidade) que auxiliam na interação de usuário e ambiente, temos o fenômeno da **funcionalidade**.

Dessa forma, o termo deficiência usado neste trabalho, está relacionado a problemas específicos de disfunções fisiológicas, não estando relacionado à habilidades ou limitações do indivíduo.

Para a classificação de deficiência usou-se Dischinger et al (2001), que elaborou uma classificação onde foram priorizadas as relações entre os indivíduos e o meio-ambiente. Isto porque as demais classificações que existem no Brasil têm o foco voltado para as questões médicas da deficiência.

Dessa forma a classificação de deficiência se dividirá da seguinte forma: deficiências sensoriais, deficiências cognitivas, deficiências físico-motoras e deficiências múltiplas.

1. **Deficiências sensoriais** – são aquelas que causam sérias perdas na capacidade do sistema de percepção, gerando assim dificuldades na percepção das informações, tanto as vindas do ambiente

como das pessoas. Pessoas com surdez ou cegueira, são exemplos de indivíduos que têm este tipo de deficiência;

2. **Deficiências cognitivas** – enquanto a deficiência sensorial está ligada a percepção das informações, a deficiência cognitiva está relacionada a compreensão e ao tratamento da informações, podendo gerar dificuldades de concentração, memória e raciocínio. Pessoas com síndrome de Down ou paralisia cerebral, são exemplos de indivíduos que têm este tipo de deficiência;

3. **Deficiências físico-motoras** – referente à capacidade de motricidade do indivíduo, podem causar limitações nas atividades que exijam esforço físico, coordenação motora, precisão, mobilidade, entre outros. Pessoas com paralisia infantil ou que tiveram membros amputados, são exemplos de indivíduos que têm este tipo de deficiência;

4. **Deficiências múltiplas** – quando uma pessoa tem dois ou mais tipos de deficiência ao mesmo tempo, diz-se que ela tem deficiência múltipla. Pessoas com deficiência visual e com paralisia nos membros inferiores, são exemplos de indivíduos que têm este tipo de deficiência.

Por fim, é importante ressaltar que a deficiência não está diretamente ligada à capacidade do indivíduo, assim como a restrição ou dificuldade para realização de alguma atividade refere-se a relação do indivíduo com seu meio, fazendo com que qualquer um possa sofrer dependendo de suas condições e as do meio.

3.4.2. Dispositivos legais para promoção da acessibilidade no Brasil

Leis e normas, quando bem redigidas e aplicadas tornam-se importante fator para progresso e desenvolvimento de um país, assim como bem estar de toda sua população. Assim sendo, um país desenvolvido não é somente o que está à frente econômica e tecnologicamente, mas sim o que possui preocupação com todas as camadas de seu perfil social, colocando em prática leis e políticas públicas, com intuito de garantir os direitos e condições básicas a todos.

Consta, na Constituição Federal de 1988, que os alicerces da nação são promover a dignidade da pessoa humana e garantir o exercício da cidadania para que não haja desigualdades sociais e sejam eliminados quaisquer preconceitos ou discriminação. Isto significa conceder a todos, direitos sociais à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer e à segurança.

No Brasil, a preocupação com a pessoa com deficiência na sociedade, em termos normativos, começa com a primeira edição da Norma Brasileira de Acessibilidade, a NBR 9050, em 1985.

Trazendo conceitos já obsoletos para a época, a norma considerava a pessoa com deficiência como alguém com capacidades reduzidas e que, por isso, necessitavam de espaços especialmente adaptados para eles (MORAES, 2007).

O Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a **Lei nº 10.048**, de 8 de novembro de 2000, a qual estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de

transporte e de comunicação e a **Lei nº 10.098**, de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (BRASIL, 2004) foram grandes conquistas para a população brasileira.

Já em 2004, NBR 9050 foi revisada e passou a ser chamada de “Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos”. A norma atende a parâmetros antropométricos, acessos, circulação, a localização de sanitários e a sinalização. Os quais devem ser aplicados a todos os projetos que vierem a ser elaborados, construídos, bem como às reformas e ampliações de edificações e equipamentos já existentes (ABNT, 2004).

Cabe ressaltar que, além da NBR 9050/04, outras normas dispõem sobre condições de acessibilidade, como a NBR13.994 que se refere aos elevadores de passageiros; a NBR 14.020 que se refere ao transporte de pessoas portadoras de deficiência em trem de longo percurso; a NBR14.021 que se refere a transporte em trem metropolitano; a

NBR14.022 que se refere a transporte em ônibus e trólebus, para atendimento urbano intermunicipal e por fim NBR14.273 que se refere à acessibilidade de portadores de deficiência no transporte aéreo comercial (ABNT, 2004).

Por fim, por todos esses dispositivos estabelecerem meios para tratamento igualitário, considera-se que suas especificações valem também para os idosos.

Por outro lado, caso cada idoso e cada cidadão não tenham correta noção e domínio de todos seus direitos, se o ensino e capacitação profissional não abranjam a conscientização e autoridades não tenham consciência da importância dos mesmos, fazendo com que consigam efetivamente gerar espaços cada vez mais adequados e qualificados, a elaboração e a aprovação de novas leis e metas de nada servirão.

A lei não tem o poder de modificar um cenário, caso não haja a disposição e concordância da sociedade envolvida, a fim de tornar seus objetivos uma realidade.

3.4.3. Dispositivos internacionais para promoção da acessibilidade

Assim como no Brasil, diversos países no mundo possuem suas legislações específicas tratando da promoção da acessibilidade.

Entre as legislações analisadas, encontram-se: *Americans with Disabilities Act (ADA)* and *Architectural Barriers Act Accessibility Guidelines*, *European Concept for Accessibility (ECA) - Technical Assistance Manual*, *Castilla-La Mancha*, Decreto Lei DL 163/2006 em conjunto com o Guia de Acessibilidade e Mobilidade para Todos e o Projeto Praia Acessível - Praia para Todos de Portugal.

Os critérios de escolha para essas normas foram: serem originadas de países com reconhecida experiência e aplicação da acessibilidade assim como referenciadas em trabalhos científicos de reconhecida relevância.

3.4.3.1. *Americans with Disabilities Act (ADA)*

Norma norte americana de acessibilidade espacial. A sua edição mais recente (2004) engloba a ADA – Americans with Disabilities Act – e a ABA – The Architectural Barriers Act.

Possui 304 páginas e até se chegar à parte de aplicação propriamente dita, apresenta um amplo embasamento teórico, com explanação dos parâmetros técnicos. Permite ao profissional que a consulta, um panorama para entender as determinações, assim como conhecimento para guiar decisões onde existem lacunas. Exceções também são apresentadas em praticamente todos os capítulos.

Assim como na norma Brasileira, na ADA não se encontra capítulo específico para tratar de normas de acessibilidade para zonas balneares.

Por outro lado, considera na apresentação de soluções uma maior gama de usuários em relação a norma brasileira. Em alguns tópicos não se considera apenas o cadeirante, e sim pessoas com mobilidade reduzida

que usam bengala, assim como apresentam parâmetros para crianças de diferentes idades – de 3 a 4, de 5 a 8 e de 9 a 12 anos.

Por fim, além de determinações para crianças, caberia a inclusão de parâmetros para usuários idosos.

3.4.3.2. European Concept for Accessibility (ECA) - Technical Assistance Manual

Datado de 2003, elaborado pelo Ministério da Família, da Solidariedade Social e da Juventude de Luxemburgo, o Manual de Assistência Técnica do ECA possui cinco capítulos com recomendações e um anexo onde parâmetros métricos são apresentados.

O manual do Conceito Europeu de Acessibilidade (ECA), como citado no mesmo, também não é um documento político, mas pode ser uma fonte de inspiração para a ação política.

Ainda que nomeado desta forma, também não se trata de um manual técnico, mas pode ser uma fonte de informação e assistência para o desenvolvimento de normas e padrões.

O objetivo do ECA é melhorar e ampliar o consenso europeu sobre as características que o ambiente construído (edifícios, ruas, etc) devem ter, de tal forma que todos possam desfrutar de uma vida independente e livre de obstáculos, onde quer que estejam.

Na parte teórica as diversas necessidades geradas de acordo com o avançar da idade são citadas. Além disso, existe um tópico específico para áreas externas, o qual faz menção à praias quando citam as áreas recreacionais.

De acordo com o ECA (2003), hoje em dia as praias são consideradas locais a serem utilizadas pelo público. Dessa forma é essencial que todos possam acessá-la, banhar-se ao mar e desfrutar dos diferentes serviços oferecidos.

Como acontece com qualquer espaço construído, as intervenções necessárias dependem das especificidades de cada caso, mas há uma série

de considerações que necessitam ser levadas em conta, de acordo com este manual:

- **Agentes naturais:** correspondem ao efeito do vento, da chuva, das marés, entre outros, os quais devem ser levados em conta quando se projetam elementos em zonas balneares costeiras, compostas geralmente por elementos como areia e água que sofrem influências diretas desses agentes.

- **Solo/areia:** corresponde ao substrato existente em cada zona balnear. Deve-se observar sua textura, cor, compacticidade e regularidade para se propor rotas acessíveis que se adequem às características de cada balneário. Essas rotas acessíveis podem ser determinadas por esteiras ou passarelas, as quais devem possuir as seguintes características, de acordo com este manual:

- a) As circulações devem ser dimensionadas de acordo com o fluxo de pessoas.

- b) Elas devem adaptar-se ao solo/substrato existente.

Recomenda-se que estejam niveladas ou possuam rampas para

permitir que pessoas entrem e saiam da rota em qualquer ponto ao longo do caminho

- c) Deve-se lembrar que, frequentemente, as pessoas andam sobre essas circulações com os pés descalços, e, portanto, as superfícies não devem ter rebarbas ou pontas perigosas.
- d) Recomenda-se que a rota acessível comece no início da areia e leve até o mar

- **Mobiliário urbano:** devem ser resistentes às intempéries e À maresia. Além disso, deve-se considerar que as pessoas que os utilizarão estarão normalmente com pouca roupa, aumentando, assim, o fator de risco associado com o contato com a pele.

- **Sistema de informações:** Dado que a estrutura de uma praia pode ser muito diferente de uma para a outra, não é possível oferecer o mesmo grau de acessibilidade para todos. Portanto, informações claras devem ser fornecidas sobre o estado de cada praia e os serviços que presta. Recomenda-se que estas informações sejam postadas tanto nos pontos de acesso à praia em si como em outras fontes de informação pública (postos

turísticos, Internet, publicações do conselho local). Desta forma, as pessoas podem escolher antecipadamente quais praia que eles querem - e são capazes - de visitar.

Ainda que apresente um avanço em relação aos demais documentos avaliados, considerando as áreas de praia como um caso com demandas específicas, este manual apresenta apenas as recomendações gerais acima mencionadas, sem entrar à fundo nos parâmetros projetuais.

3.4.3.3. *Castilla-La Mancha*

Este manual, publicado em 2003 foi elaborado a partir de iniciativa das comunidades de Castilla-La Mancha, localizada na Espanha. Possui 387 páginas, divididas entre conceitos e parâmetros.

Assim como a norma brasileira, não apresenta tópico ou capítulo específico que trata de zonas balneares, apenas elementos como piso, disposição de mobiliário urbano, transporte e sinalização que podem

servir de parâmetro por serem elementos existentes neste espaço em estudo.

3.4.3.4. *Decreto-Lei nº163/2006 e Guia Acessibilidade e Mobilidade para Todos - Portugal*

O Decreto-Lei nº163/2006, de 8 de Agosto, veio revogar o Decreto-Lei nº123/97, de 22 de Maio, com o objetivo de melhor detalhar alguns aspectos que não facilitaram a aplicação além de ampliar as Normas Técnicas de Acessibilidade aos edifícios habitacionais.

Algumas inovações significativas e um maior detalhamento das Normas Técnicas causaram, por sua vez, dificuldades de interpretação, o que se tentou resolver através da publicação do "Guia Acessibilidade e Mobilidade para Todos".

Além de espaços construídos, um dos itens do Decreto-Lei nº163/2006 determina a aplicação de normas de acessibilidade a espaços

de recreio e lazer, os quais englobam parques infantis, parques de diversões, jardins, **praias** e discotecas.

Todavia, assim como a NBR9050/2004, o Decreto-Lei nº163/2006 não apresenta um tópico específico apresentando parâmetros para zonas balneares e sim, tópicos gerais que precisam ser analisados e adaptados de acordo com o espaço.

Também não distingue usuários como realizado na ADA, considera soluções gerais voltadas à um usuário padrão, sem considerar a diversidade existente na população humana, seja pela idade ou pela presença ou não de deficiências.

O Guia Acessibilidade e Mobilidade para Todos, por sua vez, apresenta-se de forma mais detalhada, trazendo desenhos e explicações mais amplas em relação aos enunciados do Decreto-Lei nº163/2006.

Possui lacunas como não citar parâmetros para elaboração de projetos acessíveis em zonas onde existem água e areia, como é o caso das praias citadas no início de ambos os documentos.

3.4.3.5. *Plano Nacional de Promoção de Acessibilidade – Portugal*

O Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA), datado de 2007, procede à sistematização de um conjunto de medidas para proporcionar às pessoas com mobilidade reduzida ou dificuldades sensoriais, a autonomia, a igualdade de oportunidades e a participação social a que têm direito como cidadãos.

Este plano foi pensado para ser desenvolvido em dois períodos: o 1º de 2007 até 2010 e o segundo de 2011 até 2015 e tem como objetivo garantir a progressiva acessibilidade, no cumprimento das Normas Técnicas aprovadas pelo DL nº163/2006.

Diferente do DL e do Guia Acessibilidade e Mobilidade para Todos, o PNPA no tópico LINHAS, MEDIDAS E AÇÕES, apresenta como Medida 2.1 relacionada ao espaço público, edifício público e estabelecimentos que recebem público, as seguintes determinações a serem executadas pela Secretaria de Estado da Reabilitação a partir de

Fevereiro de 2007: Ação 2.1.b) Acessibilidade às praias - implementar um programa nacional de acessibilidade às praias marítimas e fluviais que inclua estacionamento adequado, instalações sanitárias adaptadas, rampas de acesso, faixas e apoios para banho. As praias acessíveis passarão a deter uma flâmula quando lhes for atribuída a bandeira azul.

Ainda que se tenha citado as necessidades, o plano não contém recomendações específicas sobre como implementá-las, adaptando as normas gerais à este espaço particular, quando necessário.

3.4.3.6. Projeto Praia Acessível - Praia para Todos de Portugal

Verificando a lacuna da legislação existente e a determinação do PNPA, elaborou-se o projeto Projeto Praia Acessível - Praia para Todos, o qual teve início em 2004, a partir de uma parceria do Instituto Nacional para a Reabilitação, o Instituto da Água e o Instituto do Turismo de Portugal.

Com este Projeto - que visa promover o cumprimento da legislação sobre acessibilidade, como o Decreto-Lei n.º 163/2006 e o Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2007, de 17 de janeiro, bem como atender ao previsto nos planos de ordenamento para a orla costeira (POOC) - pretende-se que as praias portuguesas passem a garantir condições de acessibilidade que viabilizem a sua utilização e desfrute, com igualdade, dignidade, segurança, conforto, assim como maior autonomia possível, por todas as pessoas, independentemente da sua idade e restrições.

O Projeto foi lançado em 2005, recebendo grande adesão, todavia ainda está longe de alcançar a meta de tornar todas as praias, costeiras e interiores, acessíveis e passíveis de serem frequentadas por todos.

As condições de cumprimento obrigatório que determinam a atribuição da classificação de "acessível" a uma zona balnear, são as seguintes:

- Acesso a pé fácil e livre de obstáculos, a partir da via pública;
- Estacionamento ordenado e com lugares reservados;

- Acesso através de percurso acessível, até à zona de banhos de sol e o mais próximo possível da zona de banhos (caso existam desníveis, os degraus terão de ser complementados por rampas suaves e/ou meios mecânicos acessíveis à pessoas com mobilidade reduzida);
- Passarelas e percurso pavimentado, firme e contínuo;
- Instalações Sanitárias acessíveis, servidas por um percurso acessível;
- Posto de Primeiros Socorros acessível, servido por um percurso acessível;
- Existência de Guarda-vidas.

Indicam-se alguns exemplos de boas práticas que, não sendo de cumprimento obrigatório, melhoram inquestionavelmente as condições de uso das praias por parte dos frequentadores com mobilidade reduzida: disponibilização de cadeiras anfíbias para o banho; existência de vestiários, duchas e lava-pés acessíveis a todos; bares, restaurantes e lojas acessíveis; zonas sombreadas para acolhimento e permanência de pessoas com necessidades especiais; atividades lúdicas acessíveis e integradoras;

informação disponibilizada ao público, em formatos acessíveis e diferentes suportes.

O controle é feito através de avaliação por uma ficha, onde tem-se questões de caráter imperativo e de caráter complementar. As questões consideradas Imperativas devem ser cumpridas plenamente pela praia para que possa ser considerada como totalmente acessível.

Verifica-se, por fim, que com este projeto, tem-se uma maior definição de parâmetros a serem seguidos para se ter uma praia acessível, diferente de todos os demais documentos analisados. Por outro lado, ainda cabe ao projetista a avaliação das características deste espaço particular para adaptação das normas gerais às condições específicas.

3.4.4. Boas práticas existentes no Brasil e pelo mundo

Tornar zonas balneares costeiras acessíveis vem sendo um desafio em muitos países. Nos Estados Unidos e principalmente em Nações Européias, ações para garantir acesso a todos já são frequentes e possuem

o objetivo de garantir ao maior número possível de pessoas o usufruto dos benefícios do uso desses espaços, ao mesmo tempo turísticos, terapêuticos e de lazer.

No Brasil, as ações mais consolidadas originam-se em projetos itinerários e/ou temporários de ONGS, as quais criam estruturas e ações temporárias, sendo a maioria delas restrita a disponibilização de voluntários e cadeiras anfíbias para acesso ao mar. Além disso, na maioria dos casos nacionais, preocupa-se apenas com o acesso na areia e ao mar, esquecendo-se do acesso entre cidade e praia.

Um dos exemplos brasileiros que obteve mais destaque durante a pesquisa foi o PRAIA ACESSÍVEL – LAZER PARA TODOS. Este projeto foi realizado na Praia do Leblon (Posto 11) no verão de 2009, aproveitando a esteira de bambu instalada em 2006 pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em parceria com o CVI – Centro de Vida Independente. Na época, não havia nenhuma ação conhecida de inclusão nas praias. Apesar da relevante iniciativa da esteira de bambu instalada

dois anos antes, a mesma não era usufruída por cadeirantes, os quais careciam de apoio e infraestrutura específicos.

O projeto contou com o apoio da empresa Michelin e da Secretaria Municipal de Turismo, além da parceria com um grupo de surf adaptado, convidado com o intuito de agregar mais uma iniciativa desportiva ao projeto.

O sucesso foi tão grande, devido principalmente ao histórico esquecimento deste importante e concorrido espaço pelo poder público com relação às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, que foi necessário a expansão e a redefinição da estratégia do projeto.

Surgiu, a partir de então, o PRAIA PARA TODOS, implementado no início de 2010 de forma itinerante. O programa percorreu as principais praias da cidade (Barra da Tijuca, Copacabana, Ipanema e Piscinão de Ramos), com o objetivo de contemplar diferentes cenários e comunidades e disseminar os conceitos de Acessibilidade e Inclusão.

Em 2011 e 2012 o programa ocorreu no Posto 3 da praia da Barra da Tijuca com o objetivo de consolidar esse ponto como referência de

acessibilidade para outros locais. O ano de 2013 foi marcado pela expansão para a praia de Copacabana, que ganhou também um ponto fixo, no verão

Imagens 02 a 07. Atividades realizadas pelo projeto Praia para Todos.
Fonte: <http://praiaparatodos.com.br/fotos-2>



De acordo com o programa, as principais atividades oferecidas são:

- Esteira para passagem de cadeiras de rodas
- Cadeiras anfíbias – de fácil deslocamento pela areia e que flutuam na água
- Atividades esportivas adaptadas como frescobol, vôlei sentado de praia, peteca e surf adaptado;
- Handbike (somente em Copacabana)
- SUP – Stand Up Paddle
- Jogos recreativos, piscina e brinquedos para crianças
- Vagas de estacionamento reservadas, rampas de acesso à areia, sinalização sonora e sanitário acessível;
- Barracas de sol e tendas de apoio com equipe especializada.

Desde o início de 2013, a Baía do Sueste, localizada no Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha, é a primeira praia da ilha a oferecer acessibilidade total para deficientes físicos e pessoas com

mobilidade reduzida. A iniciativa faz parte do Programa Praia sem Barreiras, uma parceria da Empetur, ICMBio (PARNAMAR/FN), Econoronha, Administração do Distrito Estadual, Governo do Estado e Governo Federal.

Imagem 08. Programa Praia sem Barreiras em Fernando de Noronha.
Fonte: <http://pessoascomdeficiencia.com.br/site/wp-content/uploads/2013/02/fernando-de-noronha-acessibilidade.jpg>



O projeto em Fernando de Noronha consiste em uma esteira de acesso ao mar de 30 metros e quatro cadeiras de rodas anfíbias.

Imagem 09. Programa Praia sem Barreiras em Fernando de Noronha.
Fonte: <http://pessoascomdeficiencia.com.br/site/wp-content/uploads/2013/02/fernando-de-noronha-acessibilidade.jpg>



O espaço possui estacionamento, loja de conveniência, lanchonete, serviço de locação de equipamentos para mergulho livre, cadeira, guarda-sol, bicicletas, sanitários (inclusive os adaptados para pessoas com deficiência) e guarda-volumes.

Ainda que se verifique apenas como ações pontuais, o Ministério do Turismo tem um programa chamado Turismo Acessível, o qual destina incentivos à estrutura e promoção da acessibilidade. A ação reserva um investimento de R\$ 100 milhões para promover a inclusão social e o

acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida à atividade turística.

No **âmbito internacional**, diversos exemplos foram encontrados, sendo Portugal um destaque com seus inúmeros exemplos de praias acessíveis resultado de dois importantes instrumentos: o “Guia de boas práticas de acessibilidades na hotelaria” e “Praia acessível- Praia para todos”.

De acordo com dados de 2012, das 526 praias portuguesas, 184 possuem o título de "praia acessível", devido ao projeto pelo qual, em oito anos, permitiu tornar 35% das zonas balneares acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida

Desde 2009 existe o Prêmio de Praia Mais Acessível neste país. São atribuídos prêmios aos 1º e 2º classificados, constituídos por equipamentos destinados a melhorar as condições de acessibilidade das praias vencedoras, podendo ainda o júri decidir atribuir uma menção honrosa.

Até 2013, foram vencedoras neste concurso as seguintes zonas balneares: **2009 – Praia da Manta Rota; 2010 - Praia da Luz; 2011 - Praia da Comporta; 2012 - Praia da Conceição; 2013 - Praia do Senhor da Pedra**

A primeira praia vencedora desta premiação destaca-se por sua estrutura. No ano de 2007 inaugurou a sua requalificação, baseada na construção de caminhos elevados de acesso à praia, a criação de áreas de lazer e de recreação, assim como de uma nova área de estacionamento, recuperação da zona de dunas e requalificação das áreas degradadas.

Observando a imagem aérea da imagem 10 já se verifica sua estrutura diferenciada. Possui longas estruturas para acesso à faixa de areia, as quais são complementadas por caminhos acessíveis na areia que levam até barracas e choupanas.

Imagem 10: Foto aérea Praia da Manta Rota. Fonte: <http://2.bp.blogspot.com/-2jA60D6NtBc/T2xhomlpa9I/AAAAAAAAADno/dtbrgsYVLgE/s1600/Mt%25C2%25AARota-5379P.jpg>



Da mesma forma como ocorre no Brasil, há iniciativas pontuais com disponibilização de cadeiras anfíbias e projetos para realização de atividades inclusivas, permitindo a participação de todos. Em notícias atuais verificou-se queixas da população notificando que entre as praias premiadas esta é a menos acessível e que a parte da acessibilidade entre areia e mar foi deixada de lado. Outro aspecto ressaltado foi a manutenção da estrutura construída, a qual é considerada precária.

Imagens 11 e 12 : Acessos à Praia da Manta Rota. Fonte:

http://viverspa.com/files/noticias/praias-manta-rota_0.jpg

e

[http://4.bp.blogspot.com/-](http://4.bp.blogspot.com/-XIn64_JetXE/T2xh1_hmm7I/AAAAAAAAADn0/UxkdhE2oWiU/s1600/Praia_Manta_Rota_h.jpg)

[XIn64_JetXE/T2xh1_hmm7I/AAAAAAAAADn0/UxkdhE2oWiU/s1600/Praia_Manta_Rota_h.jpg](http://4.bp.blogspot.com/-XIn64_JetXE/T2xh1_hmm7I/AAAAAAAAADn0/UxkdhE2oWiU/s1600/Praia_Manta_Rota_h.jpg)



Imagens 13 e 14: Praia da Luz. Fonte: www.inr.pt/uploads/imgs/noticias/hasteamento_praia_acessivel_luz_2014/Diaapositivo5.JPG e www.inr.pt/uploads/imgs/noticias/hasteamento_praia_acessivel_luz_2014/Diaapositivo7.JPG



A Praia da Luz, a Praia da Comporta, a Praia da Conceição e a Praia do Senhor da Pedra possuem características muito similares à Praia da Manta Rota, tratando-se da acessibilidade espacial.

Dentre as iniciativas destacam-se as rotas acessíveis, disponibilização de cadeiras anfíbias, sanitários acessíveis na proximidade e esteiras até a praia.

Imagem 15: Praia da Comporta e Praia da Conceição. Fonte: <http://www.playocean.net/i/portugal/beaches/grandola/comporta/praiada-comporta-4.jpg> e http://www.cmcascais.pt/sites/default/files/styles/destaque-home/public/imagens/noticias/praias_conceicao_1.png?itok=HNVyIUUnQ



Imagens 16 e 17: Praia do Senhor da Pedra. Fonte: http://www.apambiente.pt/_zdata/Divulgacao/Projectos/agua/praiaacessivel/Senhor%20da%20pedra.jpg



Ainda que a maioria dos países não possua programas específicos e bem consolidados com o de Portugal, bons exemplos são encontrados pelo mundo, descritas a seguir:

Playa del Carmen – México: Destaque como primeira praia acessível a cadeirantes do México, a Playa del Carmen possui além das rotas acessíveis, disponibilização de cadeiras, espreguiçadeiras e andadores anfíbios, duchas bem dispostas: toda uma infra-estrutura a qual facilita o uso da praia tornando-se um atrativo além das águas cristalinas do mar do Caribe.

Imagem 18. Playa del Carmen. Fonte: <http://www.topmexicorealestate.com/>



Cabe destacar aqui também as barracas existentes, as quais quando locadas próximas às rotas acessíveis, facilitam o uso pelos deficientes e idosos.

Imagens 19 e 20. Playa del Carmen – cadeiras e andadores. Fonte: <http://www.topmexicorealestate.com/>



Bagno Giulia– Itália: Em Junho de 2007, a Província de Rimini é o primeiro destino turístico na Europa a ser equipado com uma praia totalmente acessível e eco-friendly, o balneário Giulia No. 85 em Riccione.

Trata-se de um projeto piloto de acessibilidade nas instalações balneares: uma oportunidade para oferecer qualidade em um local onde a praia e o mar são sinônimos de turismo sustentável e acessível.

Imagens 21 e 22. Balneário Giulia No. 85. Piso guia na areia. Fonte: <http://bologna.repubblica.it/images/2013/08/02/132318677-db1f60f1-6d37-4393-8e03-d085213c468c.jpg> e http://www.bagnogiulia85.com/wp-content/uploads/2011/11/Bimbo_0630-1024x682.jpg



Imagens 23 e 24. Balneário Giulia No. 85. Rotas acessíveis, placas informativas, mapas táteis com braile Fonte: <http://www.turismosostenibile.provincia.rimini.it/>

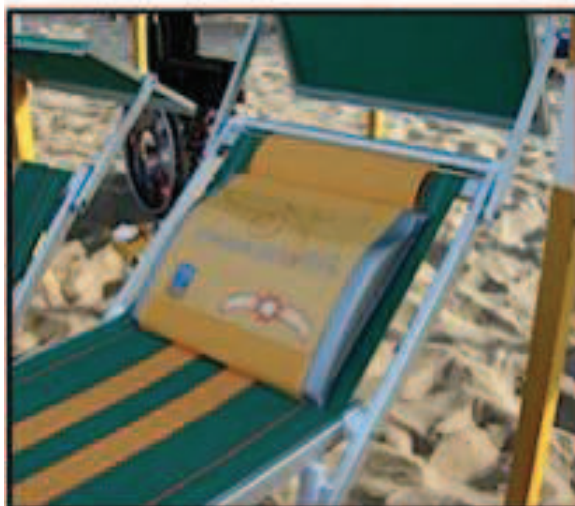


O projeto combina a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social, favorecendo a utilização de materiais ecológicos, fontes alternativas de energia e cria um ambiente que suporta o uso dos espaços, sem segregação.

Como destaque em relação as demais praias analisadas tem-se a preocupação com os deficientes visuais: há mapa tátil e informações em Braille, piso tátil na areia e também um sistema acústico que o usuário pode ligar cada vez que entra na água. Esse sistema emite um som

intermitente com certa frequência de modo que permita a orientação quando o usuário quiser retornar para a areia.

Imagens 25 a 28. Balneário Giulia No. 85. Cadeiras anfíbias, banheiros acessíveis, passarelas e cadeiras adaptadas para garantir maior conforto aos usuários. Fonte: http://www.diversamenteagibile.it/wp-content/uploads/2010/07/Page_12.jpg



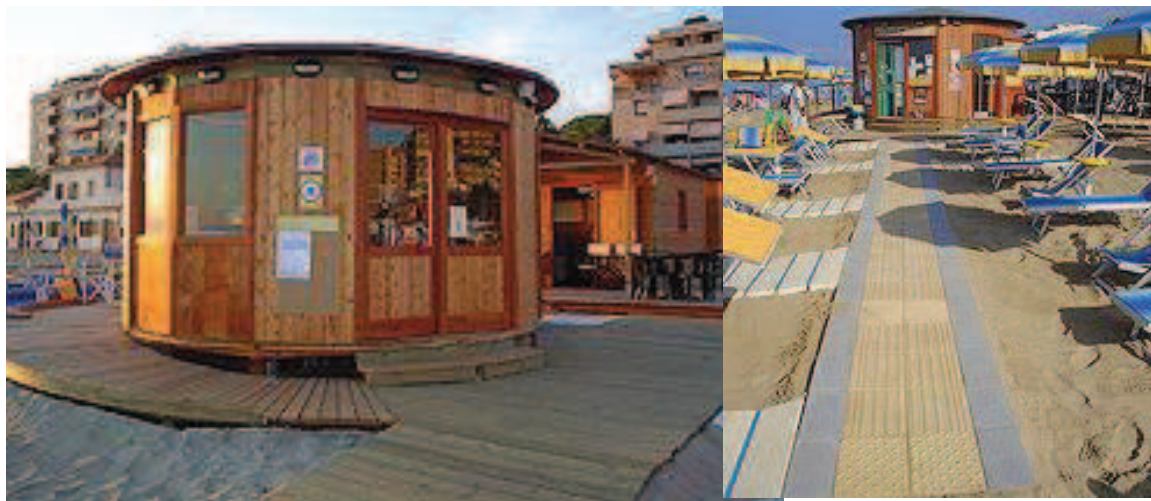
Spiaggia Attrezzata Tangram- Itália: A estrutura foi concebida de modo a minimizar as barreiras físicas de qualquer tipo. Há banheiros, duchas, quiosques, serviços de enfermaria e trocadores acessíveis, assim como passarelas/rotas acessíveis em madeira.

Imagens 29 e 30. Spiaggia Attrezzata Tangram.. Fonte: [http://www.spiaggiatangram.it/public/image/servizi\(3\).jpg](http://www.spiaggiatangram.it/public/image/servizi(3).jpg)



Outra solução adotada foram rotas com esteiras plásticas, com piso guia tátil, que levam para guarda-sóis. Caso o usuário com restrição opte por ir até o mar, existem tanto cadeiras anfíbias disponíveis para auxílio nestas atividades.

Imagens 31 e 32. Spiaggia Attrezzata Tangram..Rota tátil e quiosque Fonte:
<http://www.superabile.it/repository/ContentManagement/information/N140524351/Figura%207.jpg>
<http://www.superabile.it/repository/ContentManagement/information/N140524351/Figura%205.jpg>



4. APRENDENDO SOBRE O LOCAL: BALNEÁRIO

CAMBORIÚ

4.1. Caracterização da cidade de Balneário Camboriú

Balneário Camboriú situa-se na microrregião de Itajaí, na mesorregião do Vale do Itajaí, no litoral centro-norte do Estado de Santa Catarina, a 80 km da capital Florianópolis, e abrange uma área de 46,4 Km², cujos limites geográficos são: ao norte, Itajaí (SC); ao sul, Itapema (SC); ao leste, Oceano Atlântico; ao oeste, Camboriú (SC). Pelas coordenadas geográficas, Balneário Camboriú localiza-se a 26° 59' 26" de latitude sul e a 48° 38' 05" de longitude oeste.

Possuía, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2010, uma população de 108 089 habitantes, sendo o décimo primeiro município mais populoso do Estado, ainda que seja o segundo menor em área total.

Imagem 33. Mapa Brasil, Santa Catarina e Balneário Camboriu – localização. Fonte: Wikipedia, 2013.



A vegetação é composta por Mata Atlântica assim como por restingas, arbustos e manguezais; e seu relevo é constituído por planície litorânea e por morros que compõem o conjunto de serras do leste catarinense, conferindo uma paisagem única. A principal bacia hidrográfica é a do Rio Camboriú, havendo duas microbacias formadas pelo Rio Canal do Marambaia e pelo Rio Peroba.

O clima na cidade é subtropical, predominando o mesotérmico úmido, cuja temperatura no inverno varia de 03 a 18°C e no verão ultrapassa os 25°C, marcando uma forte sazonalidade.

Imagem 34. Aerofotografia de Balneário Camboriú – 2000. Fonte: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriu.



Existe bastante variação de sensações térmicas em diferentes locais da cidade em um mesmo dia devido aos corredores de vento formados devido ao conjunto de altas torres mais ruas estreitas, assim como o sombreamento dos arranha céu acabam tornando certos locais mais úmidos e a praia imprópria para banho de sol no meio da tarde.

A orla marítima é formada por nove praias, as quais compõe o principal atrativo turístico de Balneário Camboriú. As condições de balneabilidade destas praias são divulgadas periodicamente pela FATMA, órgão estadual que monitora a qualidade da água do mar para o banho humano. O acompanhamento é feito principalmente devido à contaminação de esgoto doméstico, normalmente ocorrendo somente um ponto próprio para banho.

Além das praias, a Ilha das Cabras e o Morro do Careca são também importantes elementos naturais e referenciais de Balneário Camboriú. A Ilha das Cabras é uma ilha continental de 10 Km², situada a 600 metros da praia central, aonde acontece uma das atrações turísticas do município: a queima de fogos de artifício na virada de ano.

Imagens 35 e 36. Ilha das Cabras. Fonte: <http://destinocervejeiro.com/wp-content/uploads/2013/10/praias-central-balneario-camboriu-6.jpg> e <http://www.iateclubecamboriu.com.br/site/wp-content/uploads/2011/01/ILHA-DAS-CABRAS.jpg>



Já o Morro do Careca, na parte norte do município, situa-se no Bairro Praia dos Amores, divisa com Itajaí, aonde é possível praticar esportes radicais como vôos de parapente e asa-delta, rapel e escalada.

Imagem 37. Morro da Careca com Ilha das Cabras ao fundo. Fonte: <http://mw2.google.com/mw-panoramio/photos/medium/39838893.jpg>, 2013



Balneário Camboriú possui três modalidades de acesso: terrestre, aéreo e marítimo. O terrestre se dá pela BR-101, o aéreo pelos aeroportos de Navegantes (SC) e de Florianópolis (SC) e por helicóptero. Por fim, o marítimo ocorre no Porto de Itajaí, através de transatlânticos e por embarcações particulares, com possibilidade de se guardar o barco na Marina Tedesco, ou no próprio condomínio, caso o turista seja dono de um imóvel que oferece vagas para barcos.

Imagens 38 e 39. Marina Tedesco Fonte: www.memoriamotor.com.br/wp-content/uploads/2013/08/Tedesco-Marina-2.jpg e [Marina Beach Tower. dicasdeferias.com/wp-content/uploads/2010/06/Marine_Beach_Towers_03-300x300.jpg](http://dicasdeferias.com/wp-content/uploads/2010/06/Marine_Beach_Towers_03-300x300.jpg) 2013



Das distintas formas de acesso, a via terrestre é a mais utilizada pelos turistas. De acordo com a SANTUR (2012), na temporada 2011-2012, a maioria (75,95%) dos turistas utilizou automóvel, ou ônibus (21,86%), para se locomover entre a região emissora e a região receptora e, também, entre os meios de hospedagem e os atrativos turísticos do destino.

Contudo, esta preferência dos turistas por meios de transporte terrestres tem ampliado demasiadamente o fluxo de veículos na cidade, congestionando as vias e comprometendo todo sistema viário, uma vez que há dificuldades de comportar até mesmo frota permanente, que é composta por 61.445 veículos.

4.2. Dinâmicas sócio-econômicas e o turismo no Balneário

Como contraponto aos aspectos econômicos, baseados pelo cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), o PNUD faz uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para determinar os aspectos sócio-

culturais e políticos que interferem na qualidade de vida da população, baseando-se em três variáveis: educação, longevidade e renda.

Cada uma delas deve ter índice maior do que 0,8 para que o município seja considerado de alto desenvolvimento humano. O IDH entre 0,5 e 0,79 é considerado médio e o IDH menor que 0,5 é considerado baixo. No caso de Balneário Camboriú, o IDH-Municipal é de 0,867, ocupando a 7ª posição se comparado aos demais municípios do país e a 2ª posição se comparado aos demais municípios do Estado de Santa Catarina - com alto desenvolvimento humano.

Dentre os fatores deste IDH cabe ressaltar o IDH-Longevidade que é de 0,803 e o IDH-Renda que é de 0,859. Apesar de ser alto, o índice da renda não demonstra a desigualdade na sua distribuição assim como a oscilação durante o ano, principalmente devido ao fato de o município ser um destino turístico de sol, praia e mar e a empregabilidade da população variar no decorrer do ano, tornando-se flutuante.

O turismo é a principal atividade econômica de Balneário Camboriú, seguido pela indústria e agropecuária, que são inexpressivas

neste contexto. No período de dezembro a março, o município é o destino de muitos turistas, oriundos do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, de São Paulo e Goiás, assim como de outros países: Argentina, Paraguai, Chile, França e Portugal (SANTUR,2012).

De acordo com Yágizi (2001), a urbanização das cidades litorâneas em função da atividade turística ampliou demasiadamente o fluxo de pessoas, que passaram a residir nos lugares que costumavam frequentar nos fins de semana, feriados prolongados e nas férias, principalmente após a aposentadoria. Neste contexto, nota-se que o turismo praticado em Balneário Camboriú é predominantemente um centro de estada no qual o sol, a praia e o mar são os maiores atrativos durante a temporada. Todavia, após o término da mesma percebe-se a mudança de um público jovem para um público idoso, assim como maior usufruto da cidade por aqueles que fogem da agitação durante a temporada.

Segundo a SANTUR, Balneário Camboriú lidera a preferência deste segmento populacional no Estado, recebendo entre março e maio, cerca de 500 mil visitantes. Outro forte sinal da presença de visitantes

idosos no município está na pesquisa de demanda turística da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico do Município (SECTUR), referente a março de 2012, que apresenta 30,37% de turistas na cidade na faixa etária entre 51 e 65 anos.

O secretário de Turismo de Balneário Camboriú, Sr. Carlos Humberto Silva, por sua vez, afirma que este público é de extrema importância para a economia da cidade. “Nós valorizamos o público desta faixa etária, pois são eles que estendem a temporada, aproveitando quando a água do mar está mais quente e o clima é mais ameno, com maior disponibilidade de espaço na orla”

De acordo com a SANTUR (2012), os atrativos naturais correspondem a 41,23% dos mais citados pelos turistas, seguidos pelo entretenimento (25,11%) e pela visita de amigos e parentes (14,21%). Ainda segundo a SANTUR (2012), somente em janeiro e fevereiro de 2012, o movimento estimado de turistas foi de 817.418 pessoas, que gastaram em média US\$50,00 por dia. Para atendê-los, existem equipamentos (para hospedagem, alimentação, entretenimento e serviços)

e instalações destinadas às atividades turísticas. Entre hotéis e pousadas, são mais de 150 opções, e entre bares e restaurantes, mais de 350. Convém ressaltar que a maioria (68,21%) dos turistas hospeda-se em meios alternativos, como os alugados temporariamente, os de amigos e parentes e os de segunda residência. Os hotéis e as pousadas são ocupados por 31,69% dos visitantes.

No caso do setor secundário, as indústrias instaladas em Balneário Camboriú são de transformação (489 unidades) e de extração (03 unidades). Ou seja, a primeira transforma a matéria-prima em produtos comercializáveis, prontos para consumo humano, e a segunda colhe produtos naturais - de origem animal, vegetal ou mineral - para fins comerciais e industriais e, também, para subsistência. Convém destacar que, as indústrias estão relacionadas indiretamente ao setor de turismo, uma vez que as unidades fabris se colocam como atividades de apoio.

De acordo com IBGE (2006), considerando os três setores da economia, a estrutura empresarial de Balneário Camboriú é composta por

9.046 unidades de trabalho, gerando emprego para mais de 38 mil pessoas.

Segundo Santos (2010), destas unidades, as três que mais movimentam a economia local são: comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (4.164); atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas (1.927); e alojamento e alimentação (1.072), que representam 79,18% do todo. Por conta desta estrutura empresarial instalada no município, o PIB municipal em 2006 foi de R\$1.133.267.000,00, compreendendo 1,22% da economia catarinense, se colocando na 15ª posição no Estado, com um PIB per capita de R\$11.569,00.

Foi escolhida a Orla Central como recorte de estudo face à grande concentração de atividades do turismo, principal atividade econômica da cidade, assim como a presença significativa de equipamentos e áreas de lazer que tornam este local intensamente frequentado tanto pela população permanente quanto pelos turistas. A Orla Central apresenta-se,

dessa forma, como a imagem pública de Balneário Camboriú diante dos principais mercados emissores de turistas.

5. APRENDENDO SOBRE USUÁRIO, O PROBLEMA E SUAS RESOLUÇÕES

Tratando-se do estudo de caso em questão, para levantamento de dados sobre o usuário, o problema e possíveis resoluções, foram estipulados como instrumentos: o levantamento técnico, as entrevistas, os passeios acompanhados e o projeto piloto.





5.1. Levantamento técnico

Objetivando obter conhecimentos práticos mais aprofundados em relação à área em estudo, organizou-se o levantamento técnico na seguinte ordem: observações sistemáticas, levantamento métrico e levantamento fotográfico.

Nas observações sistemáticas verificaram-se inicialmente a chegada do usuário da cidade até a orla, através da Avenida Atlântica, o uso do calçadão, o acesso entre calçadão e faixa de areia e, por fim, o uso


















da praia (mar + faixa de areia). Como atividades de intersecção entre todas essas áreas têm-se o uso de banheiros e das duchas.

Para complemento das informações assim como ilustração dos dados apresentados a seguir, realizou-se também levantamentos métrico e fotográfico.

As tabelas a seguir apresentam os resultados encontrados, divididos em atividade, dificuldades e facilidades encontradas de acordo com os quatro componentes:  Orientação,  Uso,  Deslocamento e  Comunicação.

5.1.1 Chegada da cidade até a orla





Para se chegar até a orla, os usuários possuem diversas formas, sendo que com algumas chega-se direto a praia, enquanto com outras é necessário ir até determinado ponto e depois seguir a pé. Para a primeira opção, o usuário pode ir a pé, bicicleta/patinete ou ainda transporte público (bondidinho e ônibus). Caso opte-se por utilizar vans, ônibus de turismo, veículo próprio, taxi ou similar, será necessário ir até a algum estacionamento ou ainda parar em ruas transversais e depois seguir a pé, pois não é mais permitido estacionar ou parar na Avenida Atlântica, já que as antigas vagas de estacionamento tornaram-se uma faixa compartilhada.



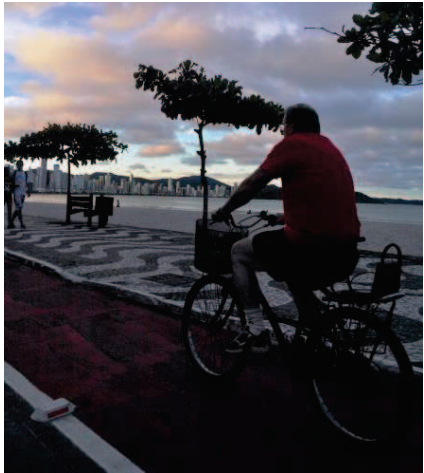
ATIVIDADE	FACILIDADES	DIFICULDADES
CHEGAR NA ORLA POR TRANSPORTE PÚBLICO	 Em alguns veículos existem mapas para orientação dos passageiros (F04)	 Não existem paradas fixas em alguns pontos – dificuldade de orientação para os que contam com a regularidade de informação.
	 Grandes janelas facilitam a localização, a partir da visualização de pontos de referência como a Ilha das Cabras. (F04)	 Paisagem da orla bastante homogênea e placas com números de ruas com fontes pequenas
	 Há bancos localizados na parte traseira do veículo – antes das catracas – de uso preferencial	 Os veículos possuem degraus para acesso a parte frontal – onde se tem a melhor vista.
	 Não há paradas fixas para descida – o usuário pode parar próximo ao local que deseja ir	  Para acesso aos bondidinhos é necessário cruzar a faixa compartilhada – ciclovia (F05)
	 Entrada e saída – texto em português, inglês e espanhol. (F03)	  Nenhum dos bondidinhos que circulam pela orla são adaptados. As linhas de ônibus adaptado que circulam possuem horários escassos. (F02)
		 Para solicitar a parada do veículo é necessário puxar uma corda próxima ao forro
		 Não há pontos de ônibus na orla – somente marcação no piso (F05)
		 Bancos estreitos e circulação reduzida
		 Não há sinalização sonora/escrita que anuncie pontos de parada e abertura/fechamento das portas
		 Apesar de ser uma cidade turística, a placa com informações no interior do bondidinho é somente em português
	 Entrada do bondidinho realizada pela parte traseira do veículo e saída pelo meio. Texto de aviso localizado na porta – não visível quando a mesma está aberta	
	 Não existe um padrão de cores dos bondidinhos, somente formatos - confusão para aqueles que precisam de regularidade de informações para uso de determinado equipamento. Ônibus iguais.	






ATIVIDADE

FOTO 01 – BONDIDINHO | FOTO 02 – ÔNIBUS ACESSÍVEL QUE TRANSITA APENAS NA AV. BRASIL | FOTO 03 – NOTIFICAÇÃO DE LOCAL DE ENTRADA EM 3 LÍNGUAS | FOTO 04 – MAPA NO INTERIOR DO BONDIDINHO | FOTO 05 – PARADA DE ÔNIBUS PINTADA NO CHÃO. Fonte: Acervo Autora, 2013





















ATIVIDADE	FACILIDADES	DIFICULDADES
<p>CHEGAR NA ORLA POR TRANSPORTE PARTICULAR</p>	<p> Em diversos pontos da cidade existem placas norteando a chegada até a Avenida Atlântica (F01)</p>	<p> Não há vagas de estacionamento na Avenida Atlântica – antigas vagas foram transformadas em faixa compartilhada (F02 e F03)</p>
		<p> Estacionamentos em ruas perpendiculares a orla não possuem vaga exclusiva ou preferencial.</p> <p> Não há sinalização de estacionamentos existentes na proximidade da orla</p>

ATIVIDADE	<p>FOTO 01 – SINALIZAÇÃO INDICANDO ACESSOS AV. ATLÂNTICA FOTO 02 – ANTIGA FAIXA DE ESTACIONAMENTO NA ORLA FOTO 03 – FAIXA DE ESTACIONAMENTO CONVERTIDA EM FAIXA COMPARTILHADA Fonte: Acervo Autora, 2013 e 2014.</p>		
<p>CHEGAR NA ORLA POR TRANSPORTE PARTICULAR</p>	<div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div style="text-align: center;"> <p>1</p>  </div> <div style="text-align: center;"> <p>2</p>  </div> <div style="text-align: center;">  </div> </div>		

ATIVIDADE	FACILIDADES	DIFICULDADES
CHEGAR NA ORLA POR BICICLETA	 <p>Em diversos pontos da cidade existem placas norteando a chegada até a Avenida Atlântica</p>	 <p>Não há bicicletário, bicicletas são deixadas presas ao mobiliário urbano (F03)</p>
	 <p>Faixa compartilhada em toda a extensão da orla, com pavimentação lisa e bem conservada (F01)</p>	 <p>Não há divisória física entre faixa compartilhada e faixa de rolamento – sensação de insegurança (F01)</p>
		 <p>A faixa é compartilhada com diversas outras atividades, o que pode provocar acidentes. (F02)</p>

ATIVIDADE	FOTO 01 – NOVA FAIXA COMPARTILHADA FOTO 02 – MODALIDADES PERMITIDAS NA FAIXA COMPARTILHADA FOTO 03 – FALTA DE BICICLETÁRIO FAZ COM QUE USUÁRIOS USEM MOBILIÁRIO PARA ESTACIONAR E FIXAR BICICLETAS Fonte: Acervo Autora, 2013 e 2014.		
CHEGAR NA ORLA POR BICICLETA	<div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: flex-start;"> <div style="text-align: center;"> <p>1</p>  </div> <div style="text-align: center;"> <p>2</p>  </div> <div style="text-align: center;"> <p>3</p>  </div> </div>		















ATIVIDADE	FACILIDADES	DIFICULDADES
CHEGAR NA ORLA A PÉ	 Em diversos pontos da cidade existem placas norteando chegada até a Avenida Atlântica, com fontes grandes e contrastantes	 Boa parte das calçadas da cidade que não estão adequadas ao novo padrão exigido pela Prefeitura Municipal, são revestidos por petit pavé e possuem elevada inclinação transversal. (F02)
	 Cidade plana, com pequena extensão.	 Não há piso guia em grande parte das calçadas da Avenida Atlântica (F02)
	 Faixas de pedestre largas e elevadas em parte da orla ou com rebaixo do meio fio (F01)	  Para quem está no calçadão pretendendo atravessar para a cidade. a faixa compartilhada é um obstáculo. Para o motorista é de difícil visualização o pedestre parado no calçadão e, caso ele avance até a ponta da faixa compartilhada, corre o risco de ser atropelado.
	  Novas calçadas da cidade contam com piso regular, liso e piso guia. (F03)	  Não há sinalização em outras línguas, braille ou uso de pictogramas para indicar os caminhos até a orla
	   Avenida Atlântica e praia possuem boa iluminação pública, permitindo a ida a orla a pé inclusive em horários noturnos	  Não há mapa tátil para orientação espacial
		  Não há sinalização sonora ou luminosa para parada do motorista e travessia do pedestre nas faixas.









ATIVIDADE	FOTO 01 – FAIXA ELEVADA FOTO 02 – PISO CALÇADÃO FOTO 03 – NOVO PADRÃO PISO DA CIDADE Fonte: Acervo Autora, 2013 e 2014.		
CHEGAR NA ORLA A PÉ			

5.1.2. Uso do calçadão








Dentre os espaços existentes na orla de Balneário Camboriú o calçadão é aquele mais utilizado durante todo o decorrer do ano, seja por moradores, seja por turistas. Durante as observações, identificaram-se 14 atividades realizadas por idosos na área: caminhada, corrida, andar de bicicleta, fazer alongamentos, passear com animal de estimação, tomar banho de sol, contemplar a paisagem, ler, fazer trabalhos manuais, usar o computador/tablet, encontrar familiares e amigos, jogar dominó ou cartas, jogar bocha, fazer refeições e lanches.

As **cinco primeiras atividades** não demandam uma estrutura específica além de um calçadão. Todavia, este espaço tem que estar adequado para a realização destas atividades, o que não ocorre na realidade.







ATIVIDADE	FACILIDADES	DIFICULDADES
<div style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg); text-align: center; background-color: #808080; color: white; padding: 10px; border-radius: 15px;"> CAMINHAR/PASSEAR COM PET NO CALÇADÃO </div>	 Visibilidade da Ilha das cabras em toda a sua extensão	 Uniformidade da paisagem do entorno dificulta a orientação
	 Todo o trajeto é plano, reduzindo o esforço físico necessário	  Não há mapa tátil para orientação espacial e placas indicando os principais equipamentos
		  Inclinação transversal do piso inadequada
		  Inexistência de piso guia tátil
		  Rebaixos entre calçada e faixa compartilhada/pista de rolamento são pouco frequentes, normalmente nas faixas de pedestre
		 Em muitos trechos o deslocamento no calçadão é interrompido devido a mobiliário urbano, vegetação e/ou objetos pertencentes aos quiosques distribuídos aleatoriamente.
		 O novo padrão exigido pela Prefeitura Municipal para as calçadas não foi aplicado no calçadão, que é de piso trepidante – petit pave – com manutenção insatisfatória em alguns trechos
		 Em alguns trechos o desenho existente no petit pave – ondas – causa tontura ou confusão visual

ATIVIDADE	FACILIDADES	DIFICULDADES
ANDAR DE BICICLETA NA ORLA	 Visibilidade da Ilha das cabras em toda a extensão da faixa compartilhada facilita a orientação (F01)	 Uniformidade do entorno dificulta orientação (F03)
	 Existência de faixa compartilhada em toda a orla. (F02)	 Faixa compartilhada com outras atividades (F02)
	 Devido a proximidade com o calçadão, permite contato com pessoas caminhando. (F02)	 Faixa compartilhada não possui barreira física em relação a pista de rolamento (F02)
		 Não há bicicletários no decorrer na orla  Devido a largura reduzida da faixa compartilhada, não é possível andar de bicicleta lado a lado durante um passeio






ATIVIDADE	FOTO 01 – ILHA DAS CABRAS FOTO 02 – FAIXA COMPARTILHADA FOTO 03 – UNIFORMIDADE ENTORNO Fonte: Acervo Autora, 2013 e 2014.		
CAMINHAR/PASSEAR COM PET NO CALÇADÃO e ANDAR DE BICICLETA NA ORLA			

ATIVIDADE	FACILIDADES	DIFICULDADES
COMPRAR BEBIDAS E LANCHES	 Quiosques bem distribuídos e com arquitetura característica permitem fácil localização (F01 e F02)	 Não existe marcação para localizar os quiosques e nem padronização por toda a orla
	 Atende a praia e o calçadão	 Aberturas somente para o lado do calçadão. Quem está na praia tem que subir no mesmo para receber atendimento (F01)
		 Balcão para atendimento com 1,15m de altura, com aproximação frontal inferior a 30cm. Muitas laterais estão bloqueadas por banquetas ou lixeiras dispostas pelos próprios vendedores (F01)
		 Muitas vezes as filas e mobiliários dos quiosques acabam ocupando as áreas de circulação do calçadão (F03)  Não existe cardápio em Braille tampouco comunicação em outras línguas

ATIVIDADE	FOTO 01 – QUIOSQUE ORLA – BALCÃO FOTO 02 – QUIOSQUE SEM ABERTURA PARA A PRAIA FOTO 03 – INTERFERENCIA NA CIRCULAÇÃO DO CALÇADÃO Fonte: Acervo Autora, 2013 e 2014.		
COMPRAR BEBIDAS E LANCHES			

ATIVIDADE	FACILIDADES	DIFICULDADES
TOMAR BANHO DE SOL, CONTEMPLAR A PAISAGEM, LER, FAZER TRABALHOS MANUAIS, USAR O COMPUTADOR/TABLET NO CALÇADÃO	 Existência de bancos distribuídos em toda a orla, voltados para a praia (F01)	 Bancos de madeira, desconfortáveis, com braços pequenos (F02)
	 Existência de vegetação gerando sombra em alguns bancos (F01)	 Em muitos bancos existe uma lixeira logo na lateral e uma árvore na outra, não permitindo a aproximação lateral de um cadeirante (F02)
		 Inexistência de pontos elétricos para uso de equipamentos eletrônicos.
		 Bancos locados de frente para o mar ou pares espelhados (F01) uma unidade a cada 50 metros, não conformando espaços de estar e encontro, fazendo com que usuários levem cadeiras e se acomodem em círculos (F03)







ATIVIDADE	FOTO 01 – BANCOS DUPLOS E SOMBRA FOTO 02 – BANCO SIMPLES SEM ESPAÇO NA LATERAL FOTO 03 – COSTUME DE LEVAR CADEIRAS PARA FORMAR GRUPOS DE CONVERSA Fonte: Acervo Autora, 2013 e 2014.		
TOMAR BANHO DE SOL, CONTEMPLAR A PAISAGEM, LER, FAZER TRABALHOS MANUAIS, USAR O COMPUTADOR/TABLET NO CALÇADÃO			

ATIVIDADE	FACILIDADES	DIFICULDADES
JOGAR CARTAS JOGAR BOCHA	 Existência de canchas de bocha no decorrer da orla (F02)	 Não existe marcação para localizar os locais para jogos nem mesas adequadas para os mesmos (F01)
	 Existência vegetação gerando sombra em áreas vazias, que permitem a montagem de mesas improvisadas (F01)	 As canchas de bocha estão desniveladas em relação ao calçadão e o acesso é improvisado (F02)
		 Espaços de jogos não possuem locais para estar próximos para familiares e espectadores (F02)














ATIVIDADE	FOTO 01 – MESAS DE JOGOS IMPROVISADAS NA SOMBRA FOTO 02 – CANCHA DE BOCHA. Fonte: Acervo Autora, 2013 e 2014.	
JOGAR CARTAS JOGAR BOCHA	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div data-bbox="414 758 1299 1444">  <p>1</p> </div> <div data-bbox="1310 758 2083 1444">  <p>2</p> </div> </div>	



5.1.3. O acesso entre calçada e faixa de areia







Um dos aspectos mais críticos verificados durante o levantamento técnico foi aquele que tange o acesso entre calçada e praia. Na maior parte da orla, a faixa de areia encontra-se até um metro abaixo do nível do calçada. Somente na Barra Sul verificou-se nivelamento entre calçada e faixa de areia. Para vencer este desnível, foram adotadas soluções como: degraus formais, degraus informais ou ainda rampas.

ATIVIDADE	DIFICULDADES
ACESSO POR DEGRAUS FORMAIS	 Não possuem distribuição homogênea e não existe marcação ou sinalização tátil para localizar os acessos por degraus formais (F01-F02-F03)
	 As bases e espelhos em grande parte das escadas não possuem dimensionamento adequado (F01-F02-F03)
	 Larguras não padronizadas. Em alguns locais permitem a descida de até cinco usuários enquanto em outras somente em um (F01-F02-F03)
	 Ausência de corrimãos (F01-F02-F03)
	 Ausência de faixas para demarcação dos degraus (F01-F02-F03)
	 O piso utilizado é normalmente cimento bruto que juntamente com a areia deslocada da praia, torna-se derrapante. (F01-F02-F03)

ATIVIDADE	FOTO 01 a 03 – DEGRAUS FORMAIS NA ORLA. Fonte: Acervo Autora, 2013 e 2014.
ACESSO POR DEGRAUS FORMAIS	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;">  <p>1</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>2</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>3</p> </div> </div>

ATIVIDADE	DIFICULDADES
ACESSO POR DEGRAUS INFORMAIS	   <p>Não possuem distribuição homogênea e não existe marcação ou sinalização tátil para localizar os acessos por degraus formais</p>
	  <p>As bases e espelhos em grande parte das escadas não possuem dimensionamento adequado</p>
	  <p>Larguras não padronizadas.</p>
	  <p>Feitas de pedaços de madeira ou ainda pallets, possuem problemas de falta de rigidez e rebarbas que podem levar a um tropeço ou até queda. (F01 e F02)</p>
	  <p>Ausência de corrimãos</p>
	  <p>Ausência de faixas para demarcação dos degraus</p>




ATIVIDADE	FOTO 01 e 02 – DEGRAUS INFORMAIS NA ORLA. Fonte: Acervo Autora, 2013 e 2014.
ACESSO POR DEGRAUS INFORMAIS	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;"> <p>1</p>  </div> <div style="text-align: center;"> <p>2</p>  </div> </div>

ATIVIDADE	DIFICULDADES
ACESSO POR RAMPAS	 Não possuem distribuição homogênea e não existe marcação ou sinalização tátil para localizá-las
	 Muitas rampas localizam-se próximas as duchas, recebendo água e tornando-se escorregadias
	 Executadas em cimento, sem nenhum tipo de ranhura que evite a derrapagem (F01 e F02)
	 Foram encontradas rampas que possuíam desde 15 a 38% de inclinação, assim como larguras que vão desde 80cm até 150cm
	 Nenhuma das rampas levantadas apresenta corrimão e sinalização tátil, assim como não foram verificadas guias de balizamento na altura adequada
	 A inclinação transversal de 3% estabelecida pela NBR9050/2004 é atendida na maior parte das rampas verificadas. Quando não atendida, a inclinação ainda é inferior a 4%.

ATIVIDADE	FOTO 01 e 02 – RAMPAS FORMAIS NA ORLA. Fonte: Acervo Autora, 2013 e 2014.
ACESSO POR RAMPAS	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;">  <p>1</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>2</p> </div> </div>

5.1.4. Uso da praia








Para aqueles usuários que conseguem transpor as primeiras barreiras encontradas no acesso entre cidade e calçadão, assim como entre este último e a faixa de areia, desfrutar do uso da praia também pode ser um desafio. A partir do momento em que se chega à areia, tanto usuários com cadeira de roda, quanto pessoas com mobilidade reduzida que utilizam algum equipamento específico como andador, ou ainda uma família com carrinho de bebê, desencorajam-se de seguir adiante, pois no primeiro contato o afundamento torna o deslocamento bastante difícil.

ATIVIDADE	DIFICULDADES
USO DA PRAIA	 Não se verifica nenhum tipo de piso diferenciado que configure rota acessível na areia (F01)
	 Elevada densidade de ocupação que faz com que os frequentadores da praia tenham que buscar pequenas brechas para chegar ao destino pretendido, inviabilizando ainda mais o acesso autônomo e confortável de todos. (F02)
	 Não disponibilização de cadeiras anfíbias para permitir o banho de mar (F03)











ATIVIDADE	FOTO 01 – FALTA PISO DIFERENCIADO FOTO 02- ALTA DENSIDADE FOTO 03 – CADEIRA ANFÍBIA. Fonte: Acervo próprio e http://www.portalmenina.com.br/medias/posts/2011/11/30/qHSECA_456x250.jpg
USO DA PRAIA	  

5.1.5. Uso das duchas e dos banheiros

Independente das atividades realizadas na orla, tanto o uso de duchas quanto dos banheiros são freqüentes pelos usuários. No decorrer de toda a orla, os únicos banheiros encontrados são os semi-públicos localizados nos quiosques. Há banheiros acessíveis nos quiosques de novo padrão. Em alguns casos ocorre cobrança pelo uso.

ATIVIDADE	DIFICULDADES
USO DAS DUCHAS	 Ainda que sejam um elemento vertical, não existe marcação para localização das duchas que são distribuídas de forma heterogenea pela orla.
	 Não se verifica nenhum tipo de piso diferenciado que seja antiderrapante
	 Ao chegar até a base da ducha, o usuário depara-se com um degrau que, em alguns casos, chega a 10cm (F02 e F03)
	 O balizamento voltado para o calçadão, dificulta o fluxo das pessoas que finalizaram o uso deste equipamento. (F03)
	 Base elevada em relação ao nível da areia, a qual não possui nenhum tipo de guarda corpo ou proteção.
	 Ainda que se tenha a vantagem da divisão da ducha dos pés x ducha corporal, os comandos estão a 1,50 e a 1,70m do piso, tornado o acionamento difícil para crianças e cadeirantes. (F01 E F04)
	 Toda a água da ducha não é escoada através de um ralo, mas sim escorre pela mesma rampa utilizada para seu acesso e ao calçadão. (F03)

ATIVIDADE	FOTO 01 e FOTO 04 – COMANDOS MUITO ALTOS FOTO 02 e FOTO 03 – GUIA DE BALIZAMENTO, FALTA DE ESCOAMENTO E FALTA DE SEGURANÇA PARA USO DAS DUCHAS. Fonte: Acervo próprio, 2014
USO DAS DUCHAS	

ATIVIDADE	FACILIDADES	DIFICULDADES
IR E USAR O BANHEIRO	 Banheiros localizados nos quiosques, os quais são bem distribuídos.	 Não existe marcação para localizar os quiosques e nem padronização por toda a orla
	 Atende a praia e o calçadão	 Semi público – Na maioria dos quiosques é necessário pegar uma chave e até pagar para utilizar o banheiro. (FO1)
		 Em alguns banheiros as barras de apoio não estão instaladas como orienta a norma (F03)
		 Espelhos muito altos (F04)
		 Somente um banheiro por quiosque
		 Uso do banheiro para depósito de materiais atrapalha o fluxo interno (F03 e F04)
		 O acesso é lateral e muitas vezes sem espaço para giro de cadeiras de rodas (F02)
		 Não existe sinalização em Braille tampouco comunicação em outras línguas para localizar o banheiro

ATIVIDADE	FOTO 01 A FOTO 04 – USO DO BANHEIRO LOCALIZADO NOS QUIOSQUES . Fonte: Acervo próprio,2014			
IR E USAR O BANHEIRO				

5.2. Entrevistas

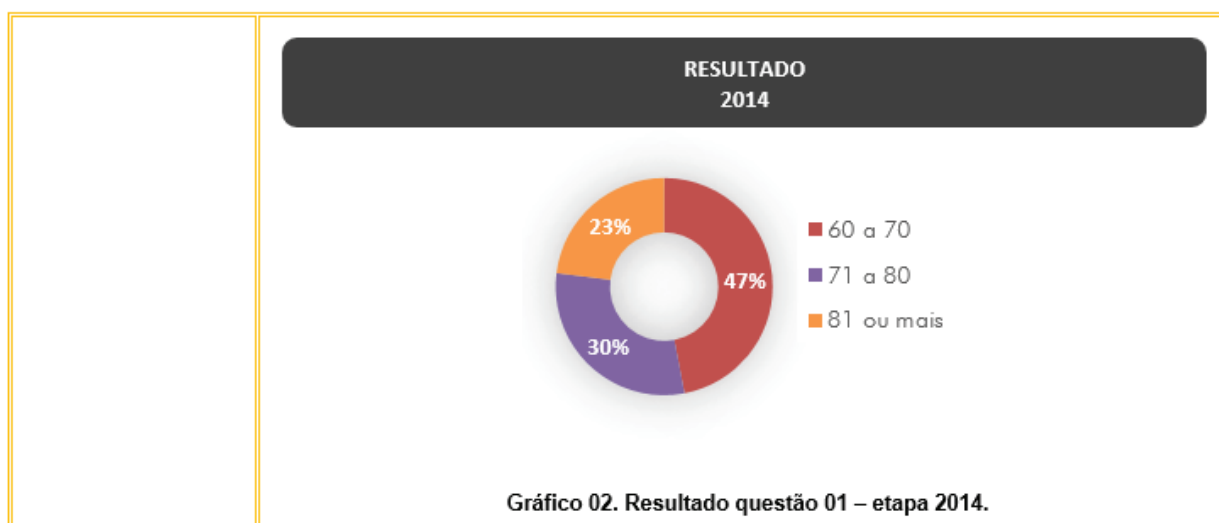
A seguir apresenta-se o resumo do tratamento dos dados das entrevistas da 1ª etapa. Serão apresentadas: as perguntas aplicadas, as opções de respostas possíveis, os resultados obtidos na primeira etapa em 2013, os resultados obtidos na segunda etapa em 2014 e conclusões parciais.

As questões da entrevista eram as seguintes:

- 1) Qual sua idade?
- 2) Sexo? (respondido pela pesquisadora)
- 3) Qual sua relação com a cidade?
- 4) Qual a distância entre local de permanência e orla?
- 5) Como chegou até a orla?
- 6) Quantas vezes por semana frequenta a orla?
- 7) Qual o período do ano que frequenta a orla?
- 8) Qual o período do dia que frequenta a orla?
- 9) Costuma frequentar calçadão e praia?
- 10) Quais atividades realiza na orla?

Optou-se por representar os resultados obtidos em gráficos, os quais mostram quanto cada valor representa sobre o valor total. Considerou-se essa ferramenta a mais apropriada para permitir rápida visualização dos dados obtidos.

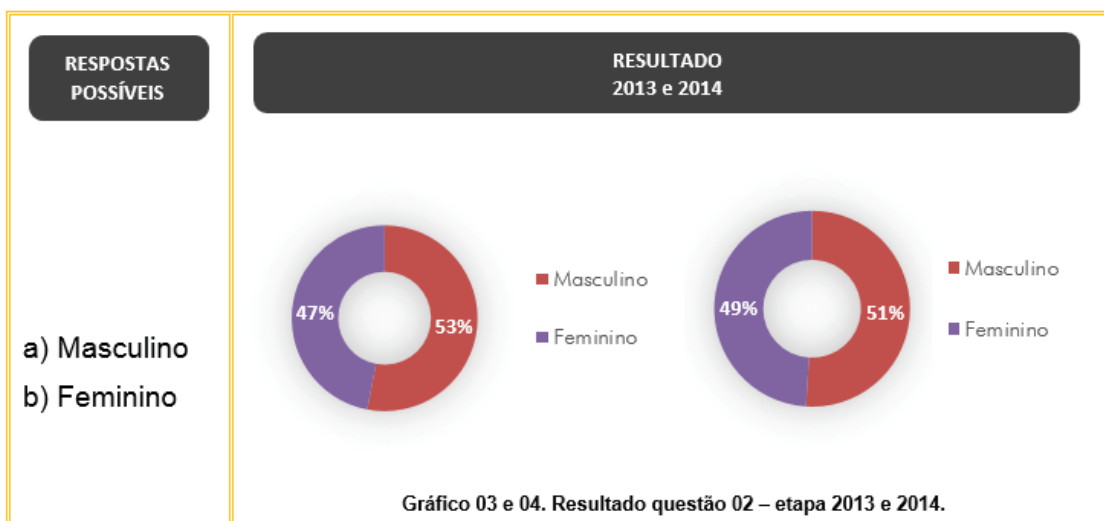
1. Qual sua idade?



Verificou-se tanto nas entrevistas realizadas em 2013, em época considerada baixa temporada para o turismo da Terceira Idade na cidade, quanto em 2014, que a maior parte dos idosos entrevistados possuíram de 60 a 70 anos, mas as demais faixas etárias seguem essa porcentagem com

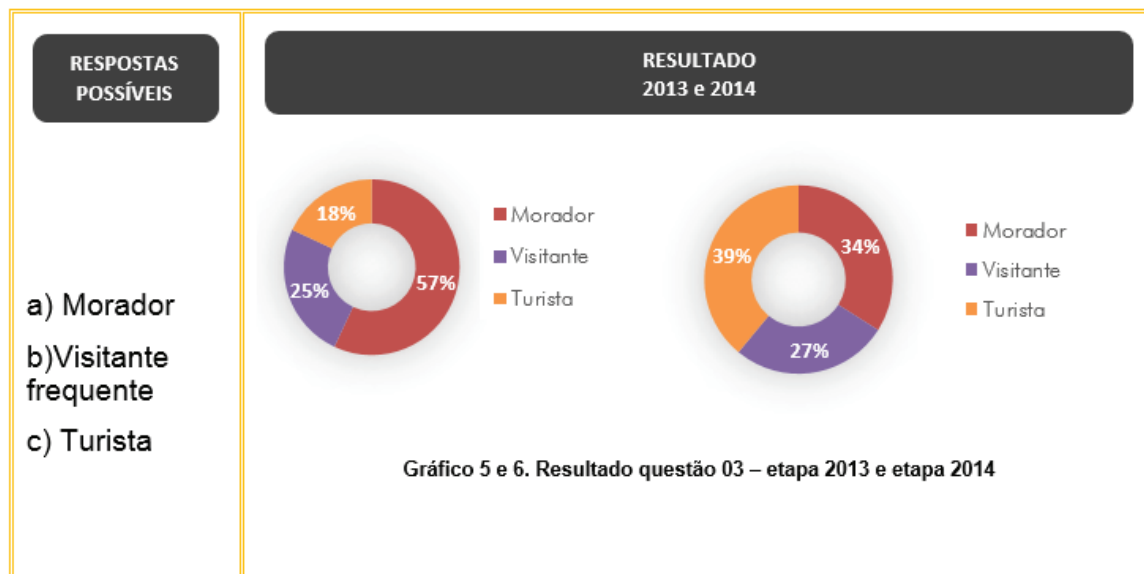
pequena diferença, sendo a amostra utilizada bastante equilibrada neste quesito. Outro fator que chama a atenção é a porcentagem de idosos acima dos 81 anos que utilizam este espaço.

2. Sexo? (resposta inserida pela pesquisadora)



Inserida pela pesquisadora no início da pesquisa, essa questão visava demonstrar apenas a homogeneidade na amostra adotada, assim como demonstrar que o grupo que frequenta a orla é composto tanto por homens quanto por mulheres idosas, normalmente acompanhados.

3. Qual sua relação com a cidade?

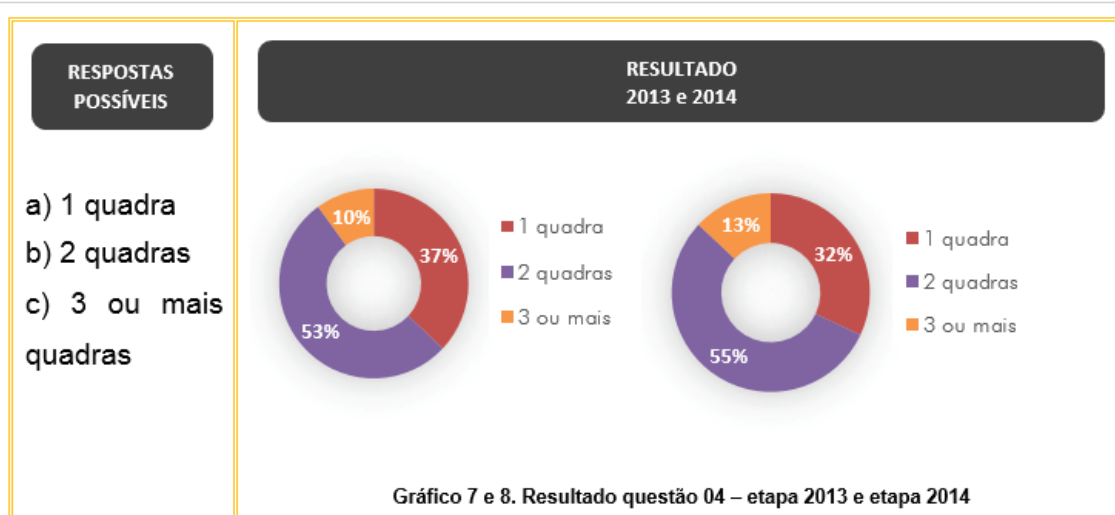


De acordo com dados obtidos em 2013, a maior parte dos entrevistados era morador da cidade e a menor turista, principalmente pelo fato da entrevista ter sido realizada em uma época de baixa temporada. Os visitantes frequentes da cidade somaram uma faixa intermediária, pois é comum moradores das cidades vizinhas utilizarem Balneário Camboriu como zona balnear e de descanso nos finais de semana.

Já na entrevista realizada durante o mês de início da temporada do turismo para idosos na cidade, verificou-se que a maior parte dos entrevistados eram turistas, seguidos de perto pelos moradores da cidade.

Já os visitantes são menos frequentes, pois trata-se de uma época de baixa de temperatura, onde muitos usuários preferem permanecer em um local de maior estrutura como suas cidades natais.

4. Qual a distância entre local e permanência e orla?



De acordo com o levantamento realizado em 2013, boa parte dos entrevistados estavam instalados a duas quadras da orla. Cabe ressaltar um aspecto interessante em relação ao local de residência e estadia na cidade.

Devido a valorização imobiliária da cidade, a primeira quadra é composta pelos novos e luxuosos arranha-céus, assim como alguns hotéis e edifícios antigos. Já a segunda quadra, entre a Avenida Brasil e a

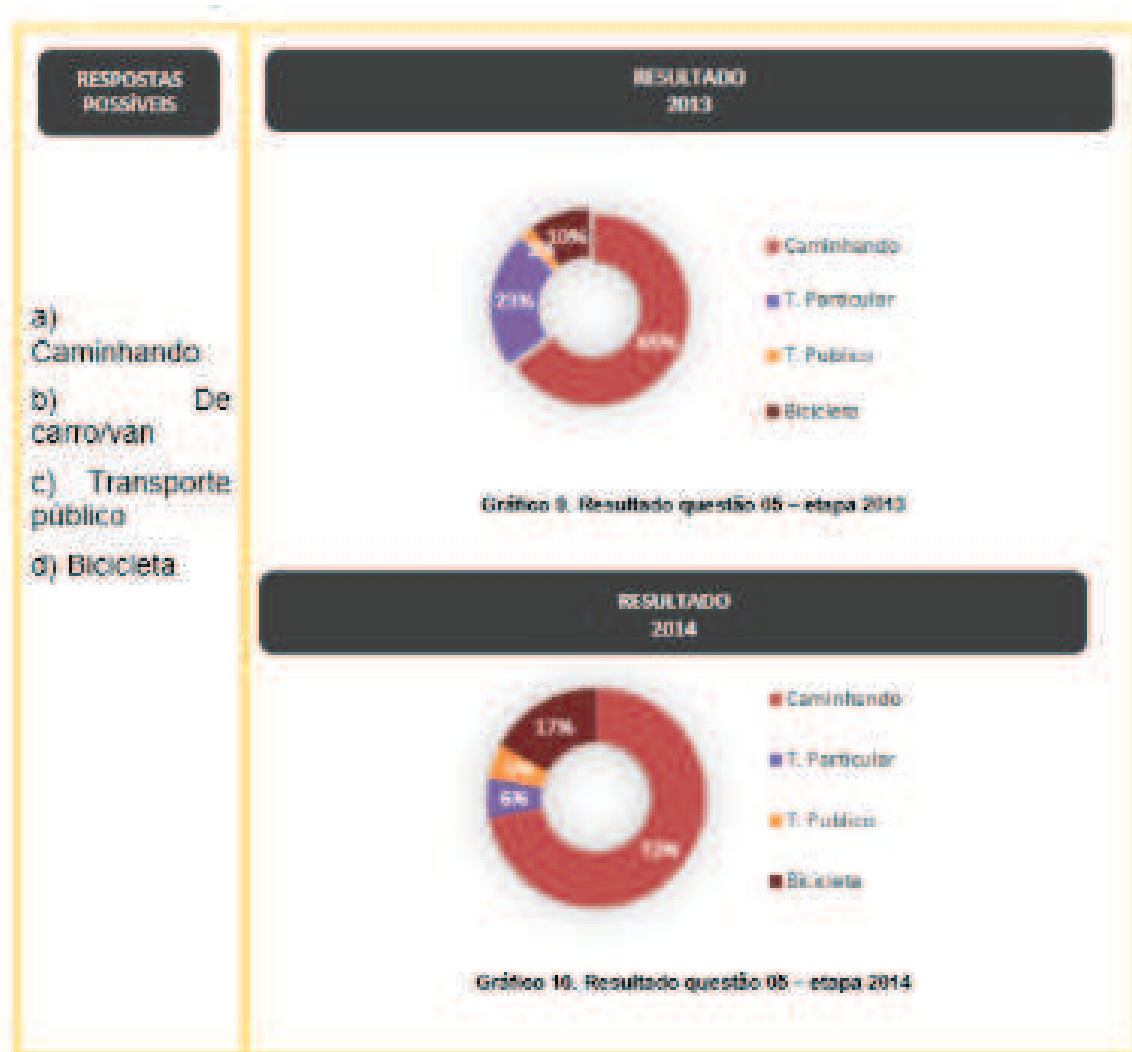
Terceira Avenida possui a maior concentração de novos prédios, assim como hotéis.

A terceira quadra, entre a terceira e quarta avenida/marginal já possui além dos novos edifícios, uma área comercial e uma menor verticalização. A área também é menos valorizada no mercado imobiliário.

Diante disso, tanto na baixa quanto na alta temporada verificou-se que a grande maioria dos idosos entrevistados que frequentam a orla, ocupavam a 1ª e a 2ª quadra do Balneário.

5. Como chegou até a orla?

Por ser uma cidade com geografia plana e pequenas distâncias, é costume se andar a pé em Balneário Camboriu. Essa constatação se revela nos dados obtidos tanto na alta, quanto na baixa temporada, onde mais de 70% dos usuários se deslocam a pé do seu lugar de estadia, até a orla.



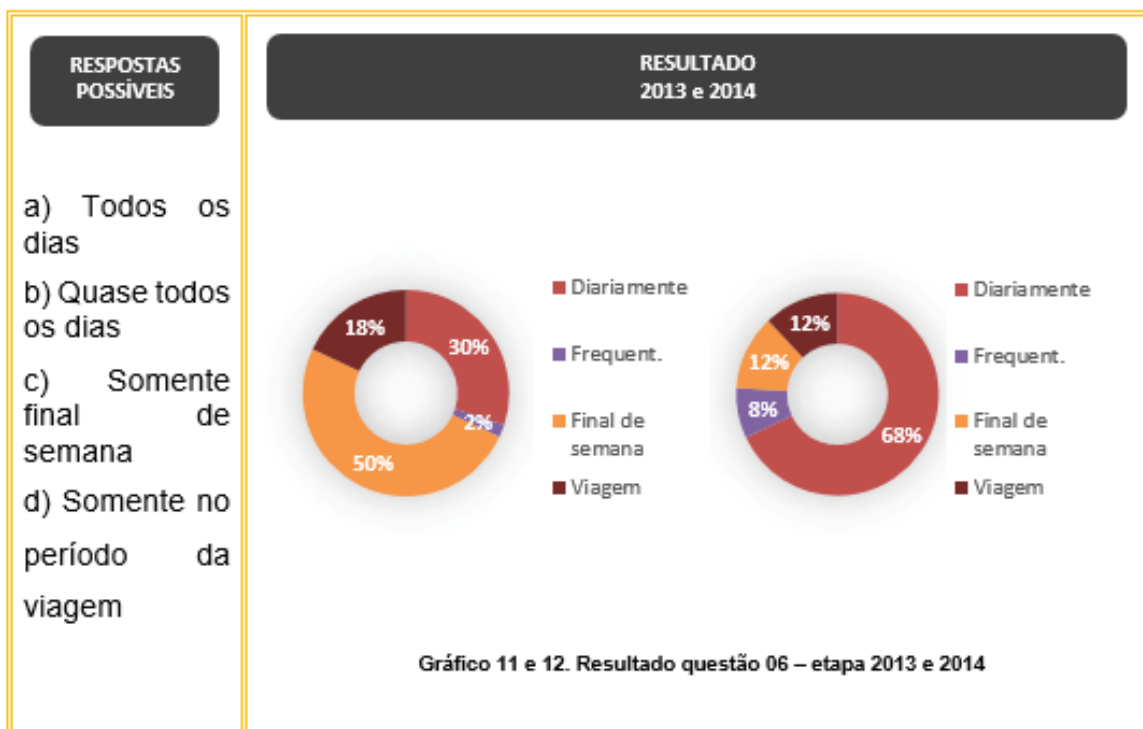
Os que utilizam o transporte particular argumentam a necessidade de deslocamento posterior para outro local, assim como a impossibilidade de se chegar caminhando devido às condições do caminho a ser percorrido.

Cabe chamar atenção para o uso da bicicleta. Os dados da primeira entrevista foram obtidos antes da mudança do uso do estacionamento para a faixa compartilhada e já se tinha um número significativo de ciclistas.

Com a criação da faixa compartilhada, o uso da bicicleta como meio de deslocamento até a orla e pela orla cresceu. Por outro lado, o percentual poderia ser mais significativos caso existissem bicicletários, já que hoje é necessário deixar a bicicleta junto ao mobiliário urbano.

O transporte público, Bondidinho também é um meio bastante utilizado pela população e pelos turistas, todavia muito pouco usado para deslocamento entre cidade x orla, já que para ir da Avenida Brasil para a Avenida Atlântica o bondidinho vai até um dos Pontais, tornando o deslocamento demorado.

6. Quantas vezes por semana frequenta a orla?

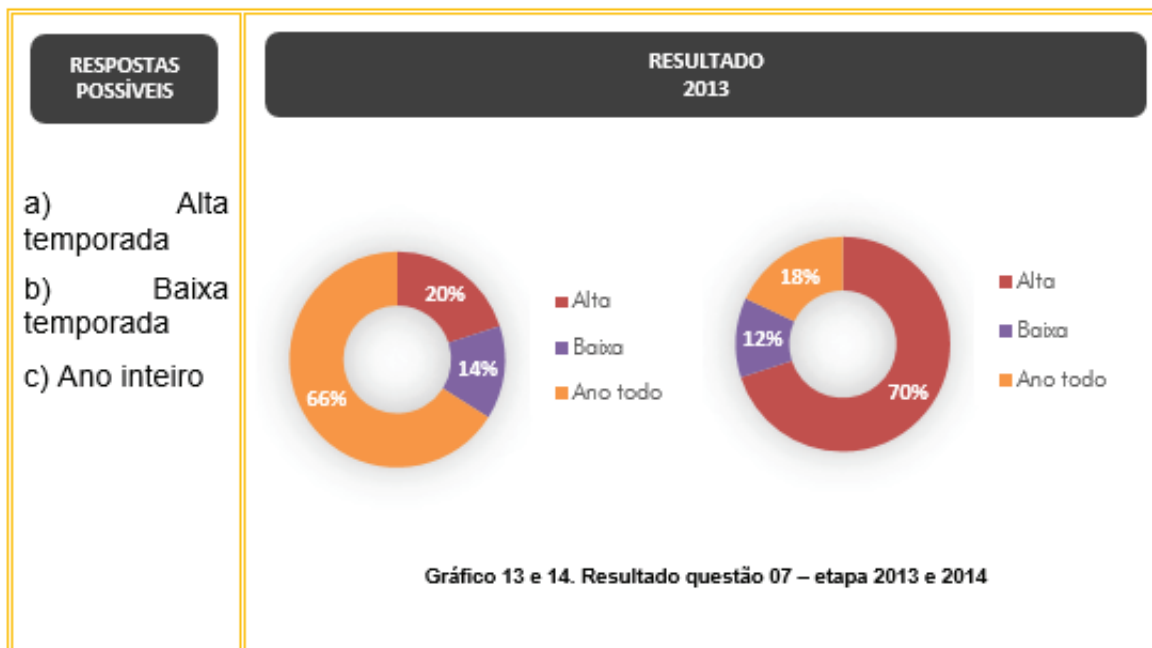


Nesta questão buscava-se maior esclarecimento a respeito da relação dos entrevistados com a orla. De acordo com as respostas obtidas, durante a baixa temporada, a maior parte dos entrevistados, ainda que tenham sido os moradores, frequentam a orla somente aos finais de semana, seguidos dos que frequentam diariamente.

Já durante a alta temporada do turismo para idosos na cidade, a maior quantidade de turistas aproveita com maior intensidade esse espaço, frequentando a orla diariamente. Neste caso, muitos respondiam “diariamente durante a viagem”, mostrando que a pergunta e as respostas poderiam ter sido redigidas de forma mais clara.

7. Qual o período do ano que frequenta a orla?

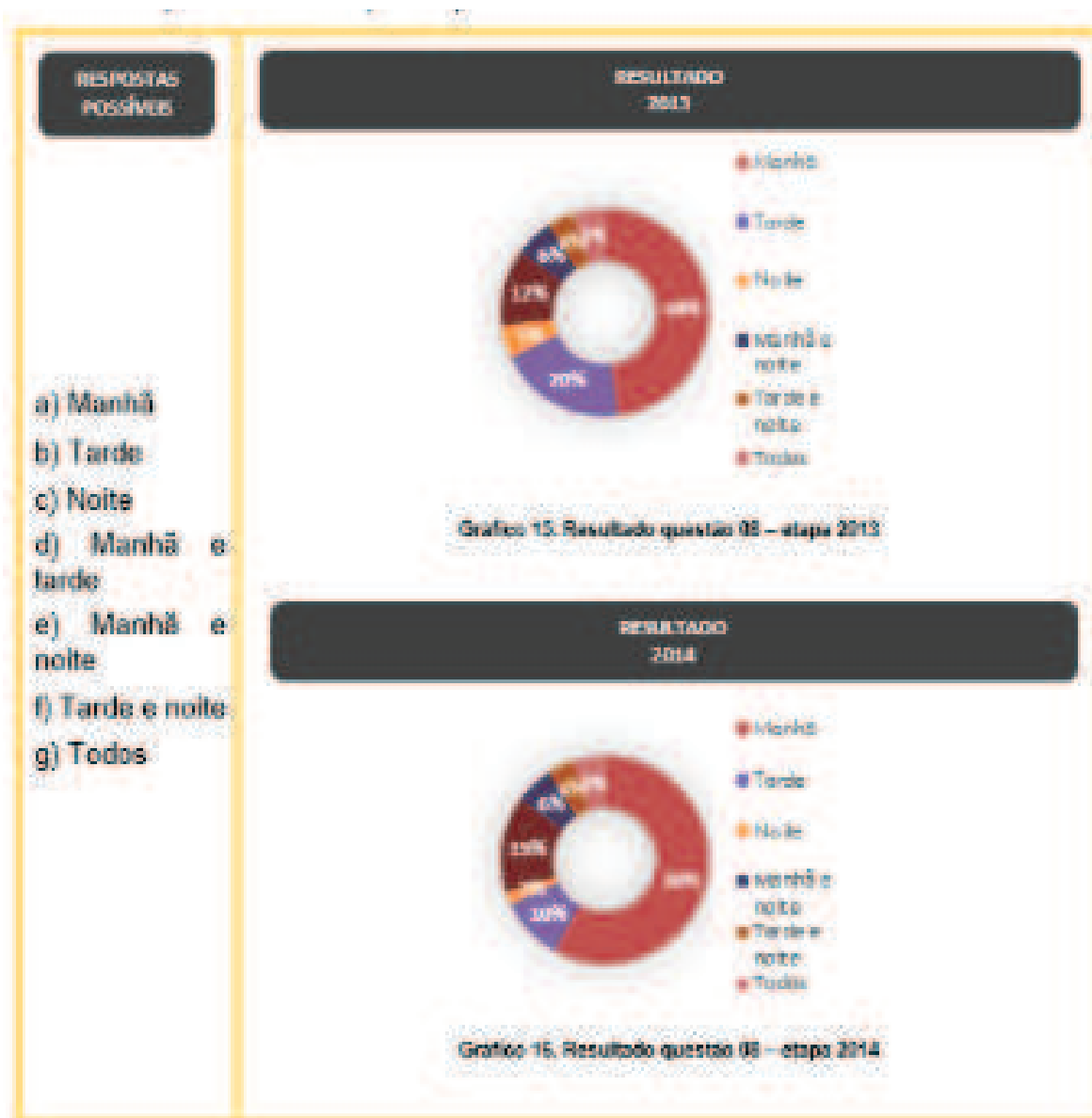
Nas entrevistas realizadas em 2013, verificou-se que a maioria dos entrevistados frequenta a orla durante todo o ano, seguidos pelos que frequentam na alta temporada – que vai além da temporada convencional para os idosos.



Já nos resultados obtidos em maio de 2014, considerado alta temporada, boa parte dos entrevistados afirmou que visitava apenas na alta temporada, reforçando o caráter significativo deste fluxo após a temporada convencional de verão.

Aqueles que afirmam que ficam na cidade apenas durante a baixa temporada são os usuários que buscam outras cidades durante o verão, quando a cidade se transforma com a chegada de milhões de turistas, em sua maioria jovens e famílias.

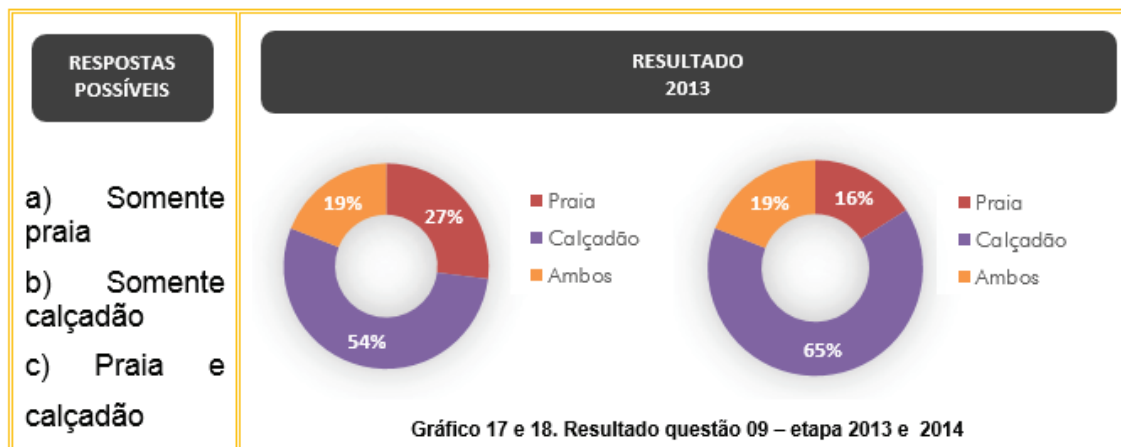
8. Qual o período do dia que frequenta a orla?



Em ambas as etapas de entrevistas boa parte dos idosos que responderam ao questionário afirmaram que frequentam a orla pela manhã, seguidos do período vespertino. O período matutino se destaca

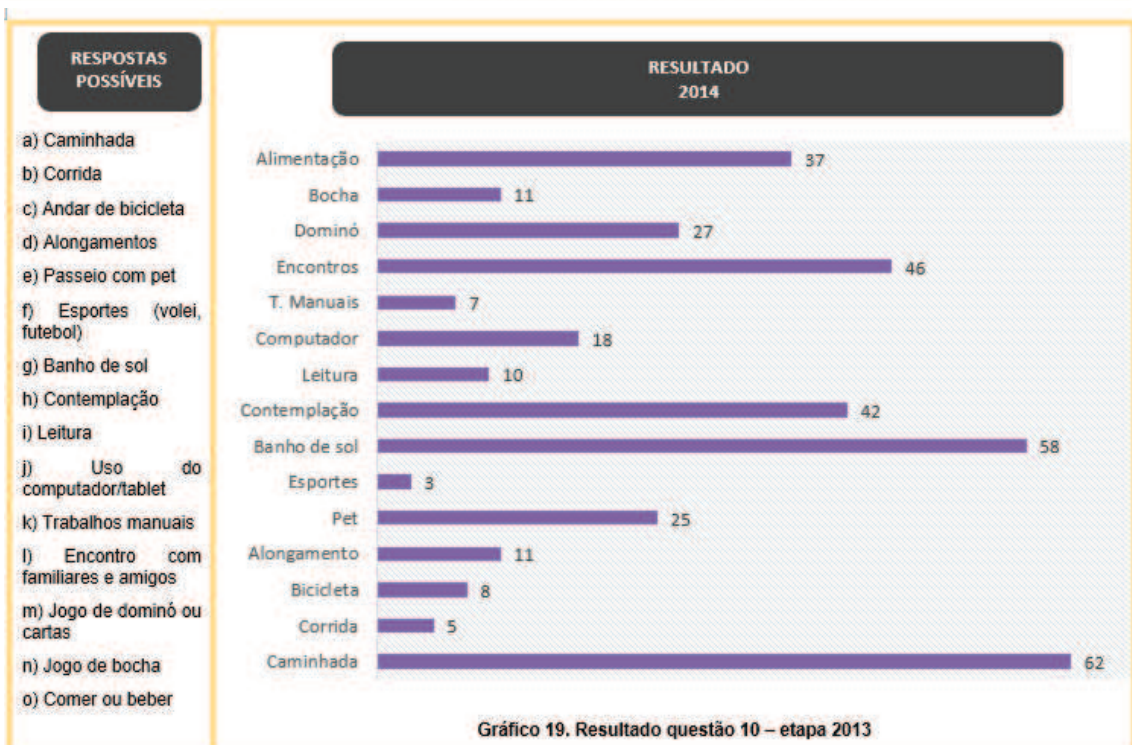
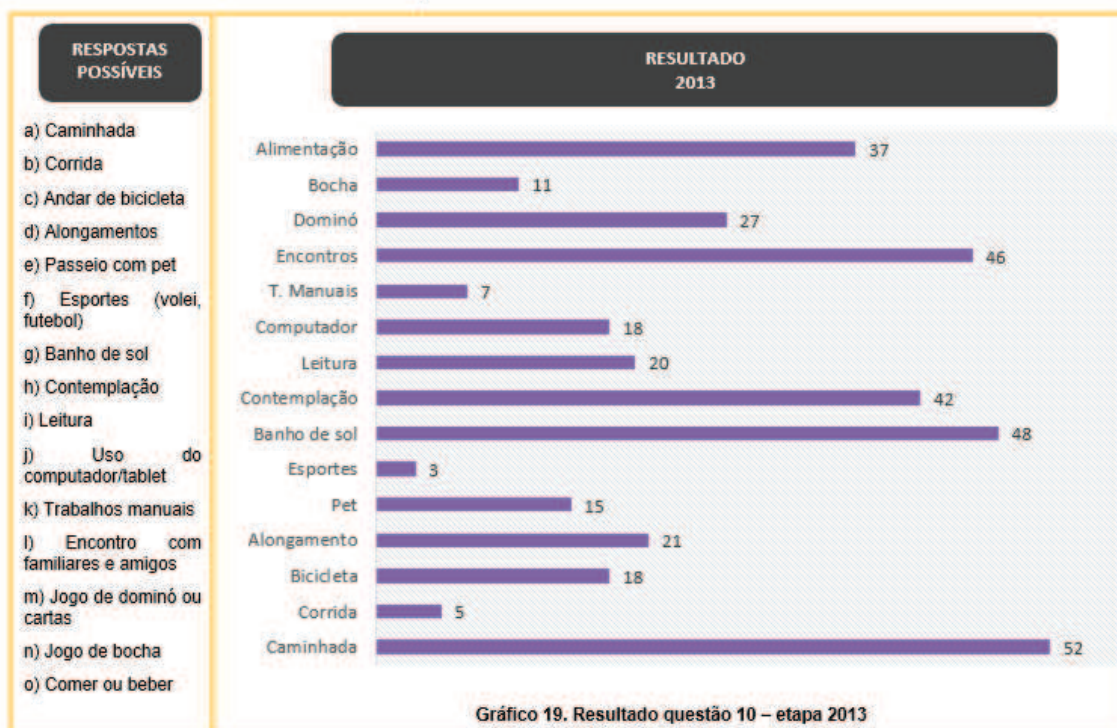
principalmente pela presença do sol no calçadão, o qual acaba sombreado a partir do meio da tarde devido ao elevado gabarito das edificações que bordeiam a Avenida Atlântica.

9. Costuma frequentar calçadão e orla?



Com as respostas obtidas nessa pergunta observa-se a importância que o calçadão possui para esta zona balnear. Em ambas as etapas a maior parte dos entrevistados frequenta somente o calçadão e além da atividade realizada não condizer com a areia, outro motivo apontado pela maioria dos entrevistados estava relacionada à acessibilidade espacial.

10. Qual atividade realiza na orla?



A partir das observações sistemáticas realizadas foram levantadas as principais atividades realizadas na orla, as quais por sua vez, foram listadas como respostas possíveis para essa questão.

As principais atividades citadas pelos entrevistados foram as físicas, juntamente com as sociais, merecendo destaque atividades características de zonas balneares, como o banho de sol, caminhadas e os encontros.

Cabe ressaltar que essas atividades, que obtiveram maior destaque nas respostas, são aquelas realizadas não somente por idosos, mas também pela grande parte dos usuários da zona balnear estudada.

Com essas respostas obtidas na primeira e segunda etapa de entrevistas, conheceu-se em maior profundidade o usuário, o motivo de ele frequentar o espaço em estudo (quantificando informações verificadas nas observações), quais os locais que ele frequenta na orla e em que períodos frequenta.

Todavia, sentiu-se a necessidade de levantar com o usuário as seguintes informações: Quais as dificuldades encontradas na realização

das atividades na orla? Quais as facilidades encontradas na realização das atividades na orla que levam o idoso a esse local?.

Para isso, optou-se por restringir, conforme citado anteriormente, essa entrevista aberta aos seguintes usuários, considerados relevantes pela autora: idoso sem restrição, idoso cadeirante, idosa obesa, idoso estrangeiro e com mobilidade reduzida e idoso com perda auditiva moderada.

Tabela 31. Tabela-resumo entrevistas abertas

IDOSO 01	Sem restrição
IDOSO 02	Cadeirante
IDOSO 03	Obesa
IDOSO 04	Estrangeiro + mobilidade reduzida
IDOSO 05	Perda auditiva

Fonte: Elaborado pela autora, 2014

O **Idoso 01**, 67 anos, apontou as seguintes dificuldades na realização das atividades na orla, consideradas principais em seu uso do espaço: a) transpor a Avenida Atlântica e seu alto fluxo de veículos, além da faixa compartilhada que existe antes do calçadão b) caminhar no calçadão devido a falta de manutenção da pavimentação e raízes dos

sombrios existentes c) acessar a praia por escadas adaptadas ou rampas muito inclinadas.

Aproveitou-se a primeira resposta para questionar a opinião deste usuário sobre a mudança realizada pela Prefeitura. Antes uma faixa de estacionamento, agora a Faixa Compartilhada ainda gera opiniões controversas, as quais foram resumidas por esse idoso *“a intenção da faixa compartilhada foi boa. Ganhamos uma ciclovía pela orla toda. Mas não tem mais como vir até aqui de carro, tem que parar antes e andar. Mas hoje temos um espaço para o pessoal andar de bicicleta, patinete e skate sem se aventurar pelo meio dos carros. Só que também esse espaço não traz segurança. Eles continuam muito perto dos carros e muitos pedestres aproveitaram o lugar pra (sic) transformar num calçadão também. No verão esse lugar vira um formigueiro e andar por baixo é mais fácil”*.

Diante dessa resposta conseguiu-se verificar os principais aspectos levantados também pela pesquisadora durante as observações. A inclusão

de uma ciclovia – denominada de faixa compartilhada pois pode ser usada por outros usuários além dos ciclistas- trouxe benefícios e malefícios.

O principal benefício observado foi a separação de fluxo: **veículos** – faixa de rolamento + **ciclistas, usuários com patins, patinetes e skate e correndo** – faixa compartilhada e **demais usuários** – calçada.

Por outro lado, inúmeros malefícios foram verificados: a) perda das vagas de estacionamento público na orla. Isso faz com que as vagas mais próximas sejam entre a Avenida Atlântica e a Avenida Brasil, na rua ou em estacionamentos privados, gerando a necessidade de deslocamento a pé por um trecho de no mínimo 50 metros, b) falta de conexão dessa faixa com outras ruas da cidade, fazendo que após atravessar a Avenida Atlântica o usuário retome a condição de disputa de espaço com veículos e pedestres c) falta de barreira entre faixa compartilhada e pista de rolamento, gerando sensação de insegurança e d) falta de conscientização da população que acabam usando essa área como faixa de caminhada, gerando riscos de acidentes.

Retomando a entrevista 01, os principais motivos apontados para que o mesmo utilize esse espaço foi a) o contato com a natureza, b) a possibilidade de realização de atividades físicas, próxima a espaços de estar e alimentação c) proximidade da residência e d) encontro com amigos ou familiares.

O **Idoso 02**, 62 anos, na presença de seu cuidador já que não consegue realizar atividades de modo independente, ressaltaram assim como o idoso sem restrição como primeira dificuldade a transposição da Avenida Atlântica.

Outras dificuldades relatadas foram: a) o deslocamento no calçamento devido a trepidação gerada pelo piso de *petit-pavé* b) o deslocamento em alguns trechos onde mobiliário urbano, objetos dos quiosques ou ainda a vegetação e presença de pessoas com cadeiras acabam bloqueando o caminho ou minimizando o espaço de circulação c) a dificuldade em se encontrar bancos onde o cadeirante possa parar ao lado do cuidador, já que a maioria possui ou vegetação ou lixeiras em suas bordas laterais d) a inexistência de guias rebaixadas no decorrer do

calçada, fazendo com que os mesmos tenham que se deslocar até uma faixa de pedestres elevada para depois chegar ao nível da faixa compartilhada ou da faixa de rolamento e) dificuldade em se acessar a faixa de areia devido às rampas que possuem inclinação elevada e à areia fofa no primeiro trecho que dificultam o deslocamento mesmo com a ajuda do cuidador.

Como facilidades para frequentar este lugar, ainda que não tenha sido integralmente pertinente à questão realizada, o entrevistado iniciou a resposta com a seguinte afirmação *“esse espaço é o único lugar que tenho para passear perto de casa e da natureza. Em Balneário Camboriú não encontramos parques ou praças públicas como visto em Curitiba, cidade onde vivi até minha aposentadoria”*.

Além de ter ressaltado a questão da escassez de espaços livres além da orla e a proximidade com sua residência, que seria o motivo pelo qual o entrevistado frequenta o espaço, o mesmo levantou as facilidades que fazem com que ele frequente este espaço: a) não é necessário marcar encontro com amigos, grande parte já tem costume de ir até a orla, sendo

frequentes encontros casuais b) há espaços de estar para banho de sol, d) presença de segurança pública. Este último item foi pouco lembrado pelos demais entrevistados, todavia trata-se de um aspecto relevante a ser ressaltado.

A questão da segurança pública em Balneário Camboriu tem vindo a tona, principalmente tratando-se do aumento da criminalidade. De acordo com dados da Polícia Militar do município, os assassinatos cresceram 46,6% em 2013 em relação a 2012. Os assaltos, por sua vez, quase dobraram dos últimos seis meses de 2012 em comparação com os primeiros seis meses de 2013. Além dos números, outro fator que chama a atenção é a quantidade de crimes que vêm sendo cometidos em plena luz do dia nos últimos meses.

No caso dos assaltos contra pessoas, casas e estabelecimentos, ainda de acordo com a Polícia Militar, os números mostram que foram 170 ocorrências de junho a dezembro de 2012, enquanto de janeiro a julho de 2013 houve 330 registros. Um aumento de 94% de um semestre para o outro. Ainda que políticas públicas como a “Camboriú mais segura”

tenham sido implementadas, a sensação de insegurança permanece na cidade.

Exceto na orla e na Avenida Brasil (a segunda avenida paralela à orla), onde o policiamento tanto com a Polícia Militar quanto com a Guarda Municipal é mais presente e atuante, nas demais áreas da cidade é comum ouvir relatos de assaltos e crimes, fazendo inclusive, com que comerciantes da 3ª Avenida trabalhem apenas com portas trancadas e campainhas para atendimento dos clientes.

A **Idosa 03**, 74 anos, por sua vez apontou como a principal facilidade para frequentar este lugar a possibilidade de se exercitar ao mesmo tempo em que se expõe ao sol. A mesma ressaltou: *“Meu médico recomendou exercícios físicos e banho de sol. Aqui a gente mata dois coelhos com uma cajadada só! Ando um pouco e pego sol para não encarangar. Se fosse na academia não dava”*

Com esta afirmação a idosa ressaltou dois aspectos relevantes na rotina de um idoso: o exercício físico e o banho de sol.

Na Terceira Idade os exercícios físicos são medidas preventivas, restauradoras e reabilitadoras das condições físicas e psíquicas. Os exercícios aumentam a resistência e a força muscular, duas características muito afetadas na terceira idade.

Já tomar sol é fundamental para o corpo sintetizar a vitamina D. Essa vitamina tem o papel de mineralizar os ossos e prevenir a osteoporose, atua no fortalecimento muscular, tem o efeito de proteção de doenças cardiovasculares. Há indícios de que possa favorecer o sistema imunológico, entre outros benefícios importantes para a saúde do idoso.

Como principais dificuldades ela ressaltou os obstáculos encontrados devido a sua condição física. *“Como tou (sic) muito acima do meu peso tenho dificuldade para fazer alguns movimentos, principalmente pra subir, descer, sentar, levantar e caminhar rápido”* .

A partir dessa resposta solicitaram-se alguns exemplos práticos dessas situações no espaço em estudo e obteve-se a seguinte resposta: *“Quando não encontro essas faixas na altura da calçada é difícil descer na rua, caminhar e subir no calçadão. E quando encontro sempre tem*

uns motoristas afobados que não tem paciência de esperar o tempo que levo para atravessar. Alguns ficam buzinando ou acelerando para me apressar. Também é difícil descer até a praia. Preciso me segurar num corrimão e aqui não tem ou também não consigo alguém para me dar uma mão. As rampas são um perigo! Já escorreguei e cai por causa da areia que fica no chão.”

Com uma parada para lembrança se faltava alguma informação, questionou-se se ela possuía alguma situação que já tenha passado dificuldade para sentar e levantar, as quais não foram exemplificadas na citação anterior. A resposta foi a seguinte *“Ah! Sentar e levantar é muito difícil também! Não é em qualquer lugar que consigo sentar. Quando quero ficar sentada aqui na praia peço pro meu filho trazer uma cadeira. Esses bancos que tem são muito duros. Também preciso de um assento com braço firme pra poder me apoiar pra levantar e esses bancos aqui tenho medo..eles não dão segurança”*

Imagem 40. Banco padrão existente na orla. Fonte: Acervo da autora,2014.



O **Idoso 04**, 82 anos, o qual também participou do passeio acompanhado a ser descrito posteriormente, respondeu como principal facilidade que o leva frequentar a orla a infraestrutura existente. “*Se desejar posso passar o dia inteiro aqui na orla. Consigo fazer meus exercícios, tomar uma ducha, almoçar ou fazer um lanche e ainda encontrar meus familiares*” (tradução minha). Foi citado também a respeito da proximidade entre cidade e praia, o que acaba fazendo com

que em pouco tempo de deslocamento ele consiga aproveitar esta estrutura.

Como dificuldade o primeiro item citado foi a comunicação. Ainda que seja uma cidade turística, encontrar informações em outras línguas além do português e espanhol é mais difícil, seja na sinalização, seja nos cardápios.

Além disso, por se deslocar com auxílio de um andador, o mesmo destacou as condições de pavimentação como uma dificuldade para o uso do espaço. *“Com a mudança e criação dessa ciclovia consigo caminhar a orla inteira com meu andador. Antes optava por andar somente um trecho já que devido aos obstáculos e a falta de manutenção no piso não ia muito longe”* (tradução nossa)

Por fim, a entrevista realizada com o **Idoso 05**, 75 anos, oralizado, com perda auditiva moderada e que não usa prótese, trouxe informações antes não levantadas.

Como principais dificuldades encontradas na realização de atividades no local de estudo o mesmo citou: a comunicação, a compra e o deslocamento.

Por a orla ser um lugar aberto que envolve um conjunto de ruídos, o idoso citou que sente dificuldade na comunicação com outras pessoas já que a conversa acaba se misturando com os sons dos carros ou de outras conversas. Assim afirmou que *“ou a pessoa tem que estar muito perto do meu ouvido ou ainda na minha frente para que eu tente interpretar o que estão me dizendo a partir dos movimentos dos lábios”*

Após revelar este fato, o mesmo afirmou que também sente dificuldade em comprar coisas quando está na orla. Nos quiosques o idoso citou sobre o afastamento do vendedor, assim como a impossibilidade de realizar a leitura labial como as principais dificuldades encontradas.

Também falou que quando não encontra um cardápio ou placa acaba fazendo sempre o mesmo pedido *“para não ter que perguntar o que vendem...fico confuso, normalmente não entendo e acabo*

desistindo...pedindo sempre a mesma coisa que sei quanto custa e que eles tem, assim não irrita ninguém”.

Por fim, como outra dificuldade ele apontou que devido a sua perda auditiva já quase foi atropelado por ciclistas e *skatistas* na nova faixa compartilhada. *“Uma vez estava distraído e só olhei para a Atlântica para atravessar na faixa de pedestres e não notei um ciclista vindo. Ele freou quase na minha perna! Outra vez quase fui derrubado por um menino com skate também, ele estava andando e não ouvi chegando, atravessei direto e por pouco não me acertou ”*

Já como principais facilidades para realização de suas atividades na orla o idoso ressaltou a proximidade com sua casa e o espaço agradável para um banho de sol e uma caminhada. Ainda que tenha quase sofrido acidentes, recebeu com elogios a mudança da antes faixa de estacionamento para a faixa compartilhada. Ele afirmou que *“ficou muito mais limpo e agora consigo ver os carros de longe”*, já que antes, sem as faixas elevadas e com uma fileira de carros, para atravessar o mesmo tinha que descer e se aproximar da pista de rolamento.

Finalizando esta etapa, verificou-se que com respostas abertas obteve-se um maior panorama da relação do usuário x orla, principalmente quando se leva em consideração as restrições verificadas em cada entrevistado devido a sua relação com o meio.

Também se chegou à conclusão, a partir das respostas obtidas, que o espaço deste estudo de caso tem fundamental importância para a cidade, seus turistas e moradores.

É além de um atrativo turístico, o principal espaço livre de lazer, contemplação e circulação merecendo ser um local que receba a todos com segurança, igualdade, dignidade, conforto, permitindo a cada usuário desfrutá-lo como maior autonomia possível, o que infelizmente ainda não ocorre nas condições atuais de sua configuração, fato já analisado no levantamento técnico, citado pelos entrevistados e confirmado na prática durante a realização dos passeios acompanhados.

5.3. Passeios acompanhados

Esse procedimento metodológico foi escolhido como fechamento da etapa de avaliação da interação do usuário com o meio em estudo, de modo que se pudesse validar algumas informações anteriormente verificadas, assim como preencher lacunas existentes.

Passeio acompanhado A

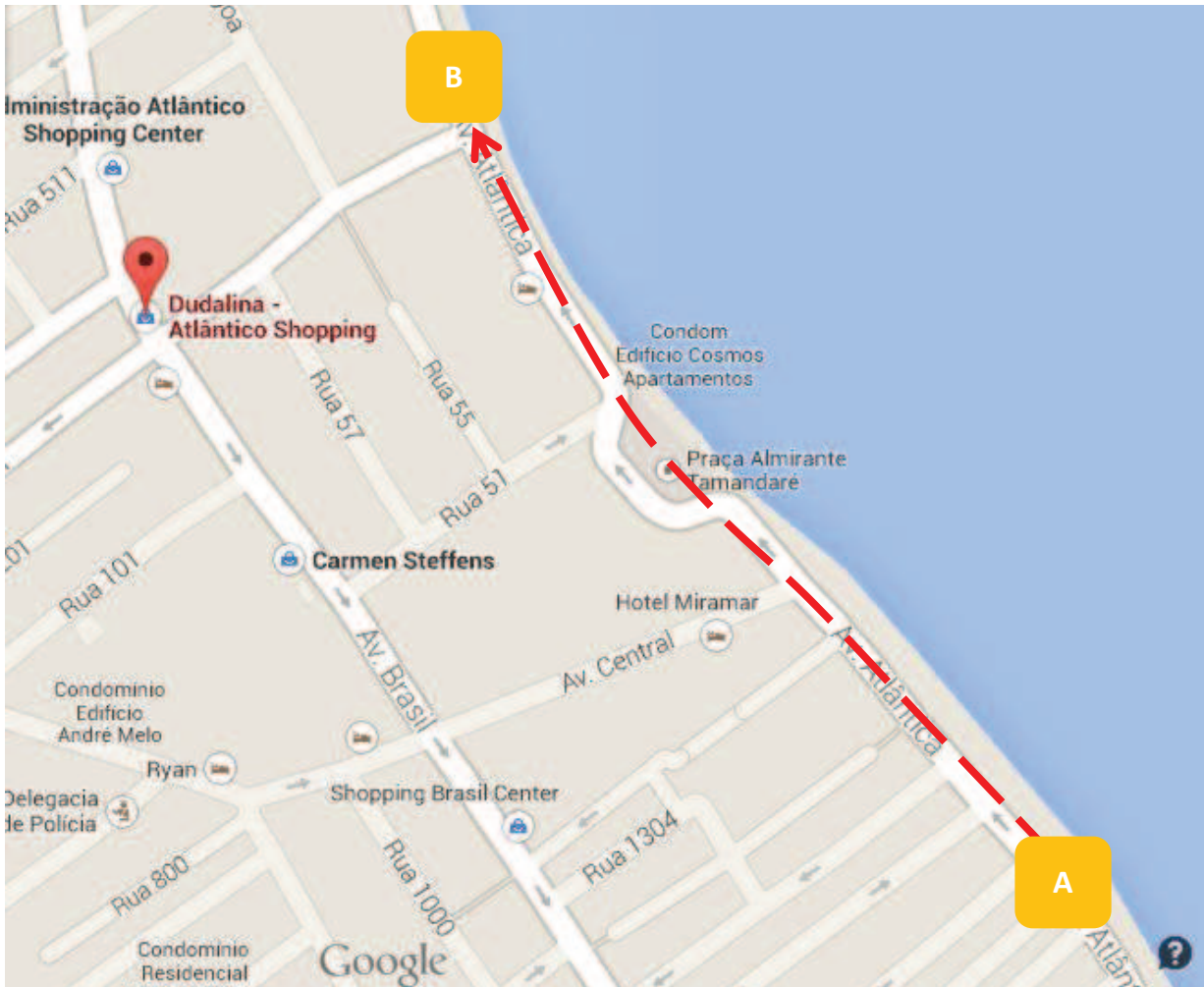
Dados do(a) participante

IDOSO A	80-90 anos	HOMEM	Grau de dependência II	CADEIRANTE ACOMPANHADO	MORADOR
------------	---------------	-------	------------------------------	---------------------------	---------

Período e Condições do tempo:

O passeio realizou-se durante a baixa temporada, no período matutino, em um dia com sol entre nuvens, com temperaturas amenas (22°). Iniciou-se as nove horas e encerrou-se as nove e quinze.

Imagem 41. Trajeto passeio acompanhado A. Fonte: Adaptado, Google,2013.



Trecho:

Todo o passeio ocorreu no calçadão/faixa compartilhada. Iniciou-se em torno da rua 1300 e encerrou-se na altura da rua Alvim Bauer.

Descrição do passeio:

O Idoso A está na cadeira de rodas há 6 anos. Sofreu um acidente vascular cerebral e acabou perdendo os movimentos dos membros inferiores assim como não possui forças para deslocar a cadeira de rodas com os membros superiores.

Devido a isso, para qualquer deslocamento ele depende de seu cuidador. Também possui bastante dificuldade na fala devido as sequelas também verificadas em uma pequena atrofia muscular em sua face. O mesmo solicitou que imagens não fossem feitas.

Quando abordados, ele e seu cuidador estavam realizando uma atividade que é repetida diariamente, quando o tempo está bom: passeio para banho de sol e apreciação da vista na orla.

O que mais chamou atenção no primeiro momento foi que os mesmos estavam passeando na faixa compartilhada.

Imagens 42 e 43. Idoso e cuidador no passeio A. Fonte: Acervo autora, 2014.



Questionando o cuidador a respeito do motivo de eles passearem neste local o mesmo respondeu: *“No calçadão é muito difícil, a cadeira trepida e o tempo inteiro tenho que ficar desviando de objetos e das raízes que saltam no piso”*.

Quando solicitado se poderíamos subir para ele demonstrar estas situações, o mesmo argumentou que não seria possível já que *“cansa muito, andamos um pouco e o Sr. D. fica enjoado e eu com os braços cansados mais fácil, preferimos continuar aqui embaixo”*. O idoso concordou com o cuidador com um aceno com a cabeça.

Dessa forma, seguiu-se acompanhando os mesmos por em torno de quatro quadras e verificou-se que, como o piso da faixa compartilhada é asfalto com manutenção, que preserva sua integridade, o passeio segue de forma tranquila e sem nenhum desconforto.

Outro detalhe ressaltado pelo cuidador foi o seguinte: *“Gostamos de andar aqui embaixo também porque tem mais sol. Já que não dá para ir até a areia, aqui é onde ele pega mais sol. Ali [no calçadão] tem os sombreiros que acabam reduzindo o tempo de exposição”*.

Por outro lado, o cuidador e o Sr. D. ressaltaram que apesar de mais confortável, não se sentem seguros com a proximidade com a via e também por estarem uma área onde bicicletas e outros meios de deslocamento mais rápido circulam. Eles ocupam toda a faixa que vai em direção ao norte e por vezes quase geraram acidentes para outros usuários que faziam ultrapassagens.

Por fim, ao ser questionado se gostaria de ir a praia o Sr. D. demonstrou ficar bastante balançado. Calmamente ele explicou: *“Moro aqui há 30 anos, quase todo dia corria na praia e me divertia no mar com*

meus filhos. Seria um sonho poder fazer isso de novo, mas nas minhas condições hoje não é mais possível” trazendo para si a responsabilidade de não poder frequentar a praia.

Passeio acompanhado B

Dados do(a) participante

IDOSO B	60-70 anos	HOMEM	Grau de dependência III	CADEIRANTE ACOMPANHADO	MORA- DOR
------------	---------------	-------	-------------------------------	---------------------------	--------------

Período e Condições do tempo:

O passeio realizou-se durante a baixa temporada, no período matutino, em um dia com sol entre nuvens, com temperaturas amenas (22°). Iniciou-se as dez horas e encerrou-se as dez e meia.

Trecho:

O passeio iniciou-se no calçadão na altura da rua 3100 e no meio do trecho o cuidador sugeriu que atravessássemos a via e seguimos até a 2700 pela calçada.

Descrição do passeio:

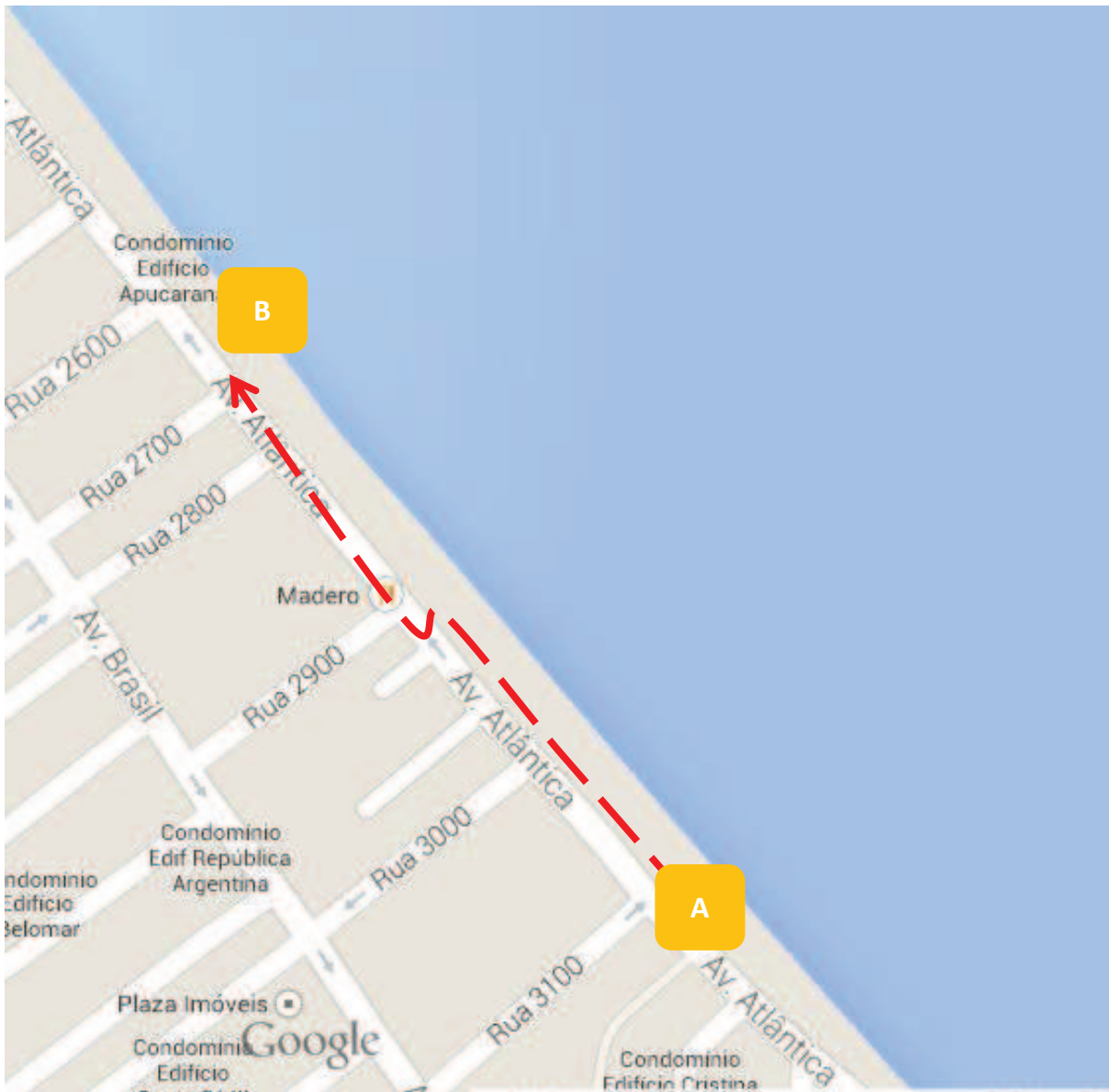
O idoso B, um jovem senhor que devido a um acidente perdeu os movimentos dos membros inferiores hoje depende da cadeira de rodas para deslocamento.

Quando está em casa, consegue se movimentar sozinho, todavia na rua depende de seu cuidador pois os obstáculos a serem superados são de outra escada.

No momento em que foram abordados, ambos estavam apreciando a vista do mar em um banco no calçadão. O cuidador estava no banco e o idoso em sua frente na cadeira de rodas, já que não havia espaço nas laterais ocupadas por lixeira e sombreiro. Dessa forma, de acordo com o cuidador “*enquanto tamos parados ficamos vendo a praia, o movimento,*

as vezes trago um livro mas fica difícil conversar. Se coloco a cadeira [de rodas] de frente pra mim, ele não vê a praia”.

Imagem 44. Trajeto passeio acompanhado B. Fonte: Adaptado, Google,2013.



Solicitou-se se era possível acompanhá-los no retorno até a residência e prontamente o pedido da pesquisadora foi atendido.

Logo que saíram da área de estar o idoso e o cuidador tiveram que fazer um deslocamento para que não ficassem trancados em um conjunto de raízes que brotava no chão.

Durante o percurso observaram-se mudanças no trajeto devido a inclinação transversal do piso, que acabava dificultando o deslocamento, assim como a presença de mobiliário, pessoas ou objetos na rota.

Imagem 45. Condição do piso em alguns trechos. Fonte: Acervo da autora,2013.



O cuidador ressaltou consideravelmente o seguinte aspecto “*Isso aqui é um rali. Tem obstáculo toda hora e esse piso é muito ruim. Além de estar mal cuidado ele trepida muito. Como o Sr. A é pesado, as vezes parece que vai quebrar a rodinha [da cadeira]*”.

Imagem 46. Faixa elevada existente na Avenida Atlântica. Fonte: Acervo da autora, 2013.



Na altura da rua 2900 atravessou-se a Avenida Atlântica, sendo que enquanto atravessávamos o motorista parado para a travessia reclamava da demora pelo deslocamento pisando no acelerador sem o

carro se deslocar, demonstrando a falta de conscientização que muitos desses usuários sofrem.

Imagem 47 e 48. Aguardando para atravessar e dificuldades na guia rebaixada. Fonte: Acervo da autora,2013.



O cuidador comentou “*Já perdi a conta de quantas vezes quase fomos atropelados aqui. O pessoal não respeita. Deveria ter uma sinaleira, que a gente chega, aperta e eles são obrigados a parar. Como*

tem lá atrás [na 3ª Avenida]. Ainda assim, essas faixas altas são muito melhores. Não preciso descer do calçadão. Só dá trabalho lá na esquina do outro lado.”

Já no outro lado da via, ainda que não faça parte do recorte de estudo, verificou-se a dificuldade em se passar da rua para a calçada. Mesmo existindo uma guia rebaixada, antes do acesso à mesma existe uma espécie de calha no asfalto, a qual trava a roda da cadeira de rodas.

Segundo o cuidador *“se eu não erguer ele aqui, a cadeira trava e o Sr. A. vai de cara no asfalto (sic).”*

No decorrer do percurso até sua finalização os mesmos problemas que ocorrem no calçadão foram verificados na calçada dos edifícios, principalmente no que se refere as barreiras físicas existentes, imposta principalmente pelos restaurantes, os quais constroem decks e outras estruturas, as quais fazem com que, em alguns trechos, seja impossível circular a cadeira de rodas quando outra pessoa está passando.

Passeio acompanhado C

Dados do(a) participante

ADULTO C	30-40 anos	MULHER	Independente	CADEIRANTE	TURISTA
-------------	---------------	--------	--------------	------------	---------

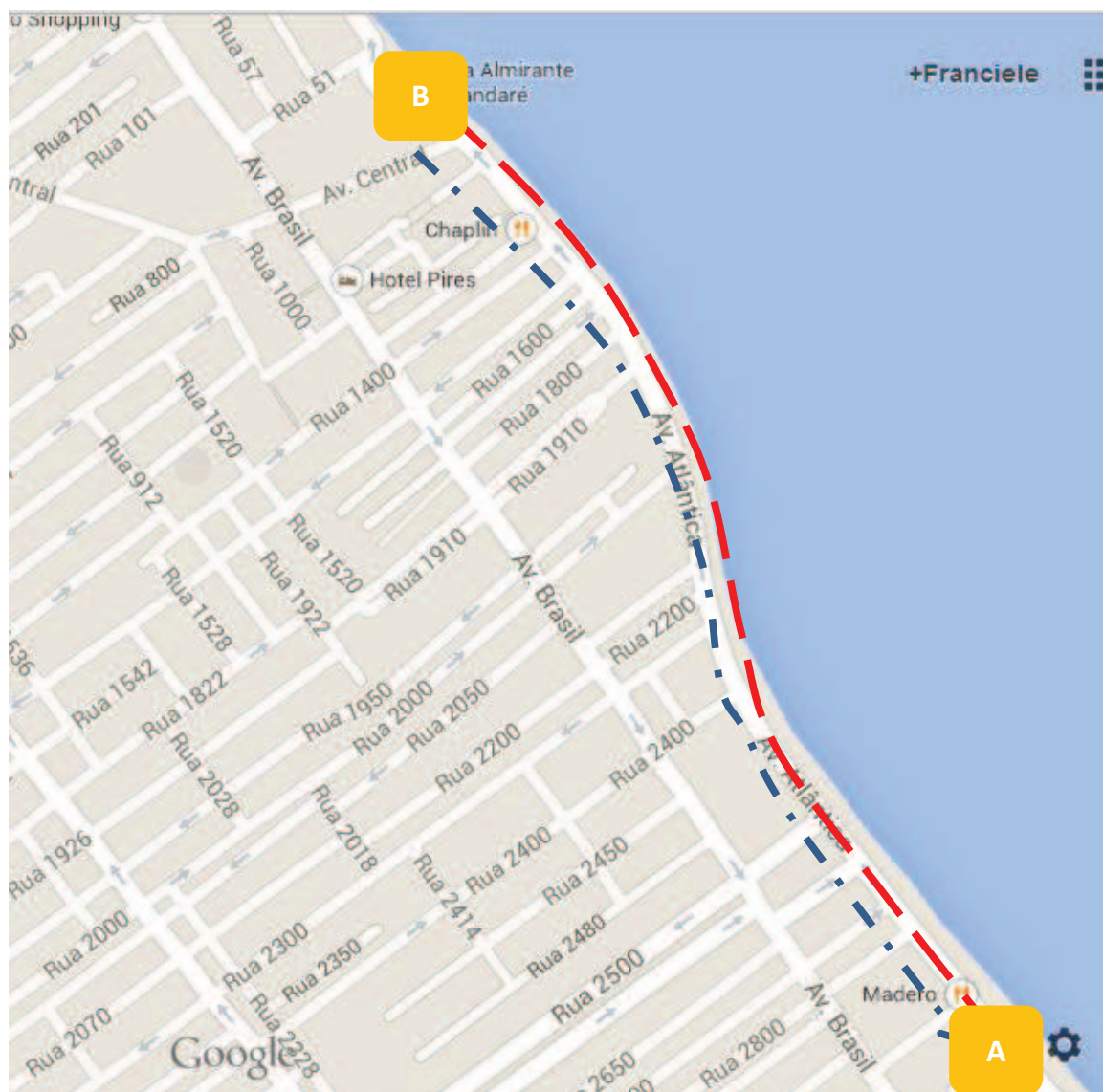
Período e Condições do tempo:

O passeio realizou-se durante a baixa temporada, no período matutino, em um dia nublado, com temperaturas amenas (24°). Iniciou-se as dez horas e encerrou-se as onze devido a chuva.

Trecho:

O passeio iniciou-se no calçadão na altura da rua 2900 e encerrou-se na Praça Almirante Tamandaré. Depois voltou-se um trecho da Tamandaré até a 1200 pela faixa compartilhada e da 1200 até a 2900 pelo calçadão novamente

Imagem 49. Trajeto passeio acompanhado C. Fonte: Adaptado, Google,2013.



Descrição do passeio:

Com a dificuldade em se encontrar um idoso cadeirante que não necessitasse de um cuidador ou outra pessoa para conduzi-lo, optou-se

por realizar um terceiro passeio acompanhado, agora com uma cadeirante adulta e independente, de modo que se pudesse ter um panorama mais amplo das dificuldades enfrentadas na relação desse usuário com o meio em estudo.

Por não residir na cidade, D. foi até ela como uma turista. O passeio acompanhado iniciou-se com a travessia da Avenida Atlântica, através da faixa elevada. A usuária ressaltou que este tipo de faixa facilita o deslocamento, já que elimina os desníveis entre calçada, pista de rolamento e calçadão.

Em torno de quinhentos metros após o início do passeio, ocorreu a mudança de rota mais considerável. D. saiu da borda entre o calçadão e a faixa compartilhada para andar pela borda entre o calçadão e a faixa de areia.

Imagens 50 e 51. Obstáculos, inclinação inadequada e mudança de rota durante o passeio acompanhado C. Fonte: Acervo da autora, 2014.



Questionada sobre o motivo da mudança de rota a mesma afirmou “*ali é muito inclinado, a roda da cadeira fica girando. Aqui o piso tá melhor e mais plano*”, ressaltando a inclinação transversal inadequada do calçadão. Além disso, a mesma também afirmou no início do passeio que “*esse piso não é bom, a cadeira fica trepidando, é desconfortável e acaba cansando mais o braço*”.

Imagem 52. Local escolhido para circulação passeio acompanhado C. Fonte: Acervo da autora,2014.



Assim seguiu-se o trajeto pela borda com a praia até se encontrar obstáculos como a vegetação, os quiosques e mobiliário urbano, que fizeram com que a mesma tivesse que retornar para o lado da faixa compartilhada.

Imagens 53 e 54. Barreira e mudança de rota durante o passeio acompanhado C. Fonte: Acervo da autora,2014.



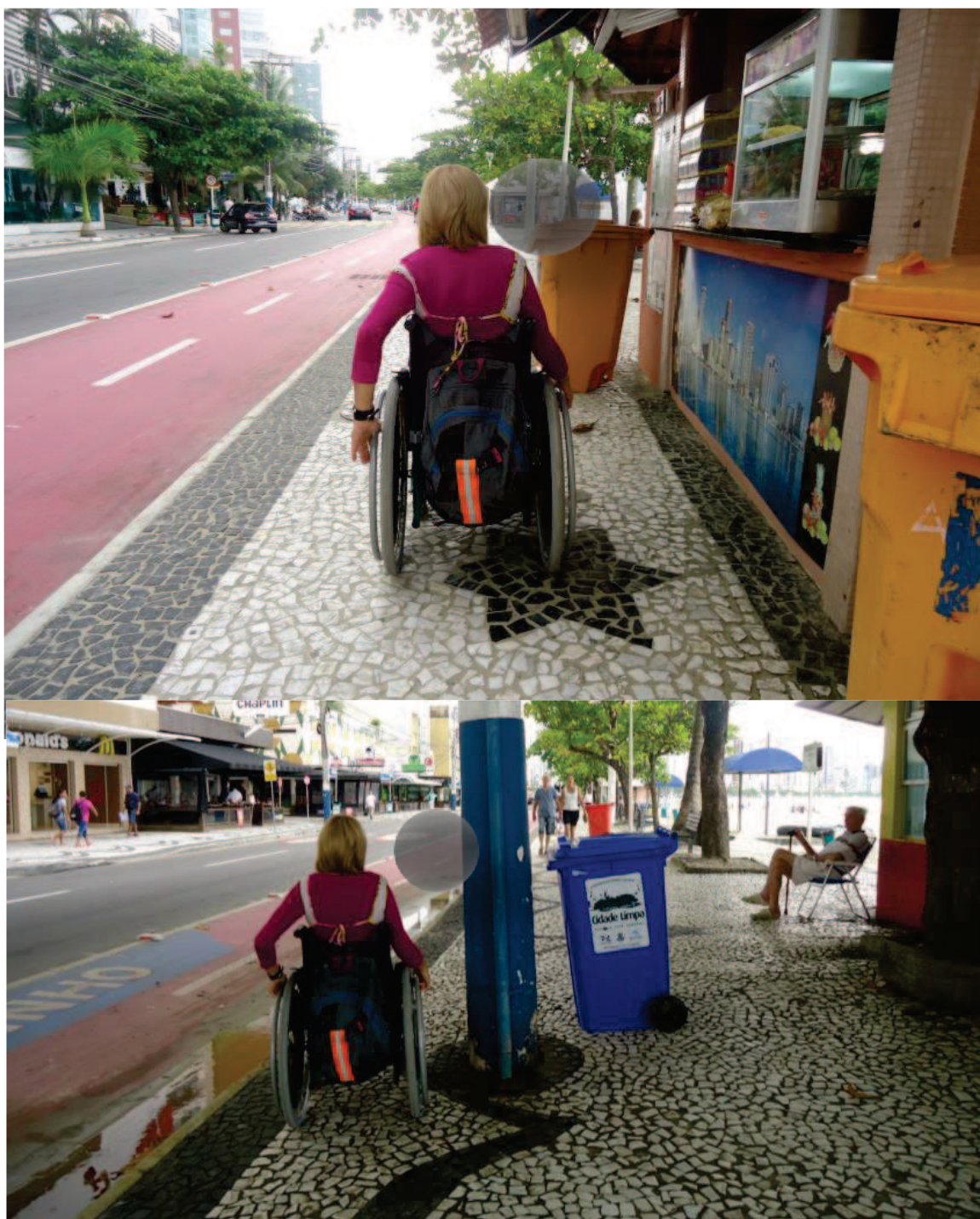
**Imagem 55. Barreira e mudança de rota durante o passeio acompanhado C.
Fonte: Acervo da autora,2014.**



Neste espaço, além do problema relatado da inclinação inadequada do piso, diversos obstáculos faziam com que a mesma tivesse que mudar da rota linear, conforme imagens 56 e 57.

Além do deslocamento pelo calçadão, no decorrer do percurso aproveitou-se a independência e disponibilidade da usuária para solicitar que ela executasse quatro tarefas: descer até a areia, simular o uso da ducha, comprar um produto no quiosque e ir ao banheiro.

Imagens 56 e 57. Obstáculos e mudança de rota durante o passeio acompanhado C. Fonte: Acervo da autora, 2014.



A primeira atividade foi considerada como impossível de ser realizada sem auxílio, já que para chegar até a faixa de areia ou utiliza-se os acessos formais ou informais, ambos fora de norma.

Imagens 58 e 59. Acessos informais e formais que impedem o acesso independente para a faixa de areia. Fonte: Acervo da autora,2014.





Tratando-se da ducha, para acesso, ainda que exista um desnível entre o calçadão e a base, D. o transpôs sem grandes dificuldades, devido a sua força física.

Todavia, quando solicitada a simulação do acionamento, verificou-se que no primeiro comando (referente ao lava pés) a mesma teve dificuldade para alcançar. Teve que aproximar a cadeira lateralmente à torre da ducha. Como a vazão de água ocorre em um período curto, após a manobra restaria pouco tempo para utilização do lava-pés. Já no

segundo comando, referente a ducha propriamente dita, a mesma afirmou

“Está muito alto, não alcanço”.

Imagens 60 e 61. Simulação do uso da ducha durante o passeio acompanhado C. Fonte: Acervo da autora, 2014.



Para sair desse local, após a finalização da tarefa, como se desloca com uma cadeira de rodas infantil, ela não teve consideráveis dificuldades para realizar o giro. Todavia, teve que sair pela entrada do espaço da ducha, já que na borda entre ducha e calçada lateral existe um balizamento, com aproximadamente 20cm de altura.

A próxima atividade avaliada foi a compra de lanche no quiosque. Neste caso, o primeiro desafio encontrado foi a aproximação ao balcão de atendimento.

Imagem 62. Aproximação no quiosque durante o passeio acompanhado C. Fonte: Acervo da autora, 2014.



Durante a temporada e nos períodos de maior movimento, todos os três lados são usados por clientes como balcão para apoio, fazendo com que a cadeirante não consiga de aproximar para ser vista pelo vendedor. Após a verificação deste fato ocorrendo no primeiro quiosque, buscou-se um espaço livre para a execução da atividade.

Assim que se aproximou, D. foi prontamente atendida. Ainda que existisse balcão com área de aproximação, o mesmo não está dentro da norma, fazendo com que D. tivesse que inclinar a cadeira para se aproximar e ser ouvida pelo atendente, para fazer o pagamento e para alcançar os produtos comprados.

Outra dificuldade verificada foi a falta de cardápio e a visão limitada. Neste caso, ou se escolhida um item previamente decidido ou tinha-se que se optar pelo o que estava em primeiro plano, na borda do balcão.

Imagens 63 e 64. Aproximação no quiosque durante o passeio acompanhado C. Fonte: Acervo da autora, 2014.



O uso do banheiro, por sua vez, começou com a observação de que boa parte dos banheiros públicos que estão localizados em anexo aos quiosques possuem acesso restrito. Esses só foram localizados facilmente após a indicação da pesquisadora. É necessário solicitar a chave ou, por muitas vezes, até realizar uma “colaboração espontânea” para seu uso, transformando-se em uma barreira atitudinal.

Imagem 65. Aviso na porta do banheiro do quiosque. Fonte: Acervo da autora, 2014.



Passada esta etapa, D. ressaltou suas primeiras impressões: “o acesso é fácil e a porta abre pra fora. Também tem uma rampinha aqui! Tem barra na porta, muito bom!”.

Por outro lado, já neste primeiro momento verificou-se problemas que passaram batidos pela análise de D. O principal foi a maçaneta em alavanca, a qual possui empunhadura difícil para quem possui alguma restrição de movimentos e redução da força manual, como ocorre com muitos idosos. Outro detalhe que poderia ser melhorado é a tranca, instalada acima da fechadura, necessitando habilidade e aproximação para seu acionamento.

Imagem 66. Entrando no banheiro. Fonte: Acervo da autora,2014.



A parte interna do banheiro, ainda que atenda as dimensões mínimas da norma, possui alguns problemas ressaltados por D. e verificados pela autora.

Imagens 67 e 68. Banheiro quiosques. Fonte: Acervo da autora,2014.



O primeiro deles foi a falta de contraste entre piso e parede, sendo seguido pelo posicionamento inadequado das barras, o uso de caixa com corda alta em algumas unidades, o uso da barra de apoio para fixar acessórios, o uso de espaços de circulação e giro para depósito de materiais, a disposição de acessórios da bancada em altura inadequada e sem contraste com a parede, espelho alto, assim como o posicionamento inadequado de um mictório.

Imagens 69 e 70. Parte interna banheiro quiosques. Fonte: Acervo da autora,2014.



Apesar disso, devido a sua independência D. citou “*usei sem grandes dificuldades*” mas sabe-se que o alcance da saboneteira e papeleira da bancada são difíceis para a maior parte dos cadeirantes, assim como se ver no espelho, que está muito alto.

Após chegada na Praça Almirante Tamandaré, D. questionou se não poderia retornar para nosso ponto de partida se deslocando pela faixa compartilhada.



Imagem 71. Mudança de rota. Fonte: Acervo da autora,2014.

Questionada sobre o motivo da solicitação a mesma respondeu:

“Vai ser muito mais fácil andar por ali”

Sentindo-se insegura, assim que encontrou a primeira faixa elevada, D. subiu novamente para o calçadão. O primeiro motivo para isso foi a proximidade com os carros *“é muita aventura andar aqui perto dos carros, não me senti segura”*. Como estávamos indo na direção sul,

D. teve que ocupar a faixa de fora, fazendo com que ficasse muito próxima aos carros.

Outro problema da divisão dos sentidos de fluxo da faixa foi que a pesquisadora, que estava no calçadão, ficasse longe, dificultando a comunicação com a interferência dos outros ruídos existentes neste espaço.

Dessa forma, retornou-se ao ponto inicial do passeio, pelo calçadão, variando a rota entre a borda da praia e a borda da cidade na tentativa de facilitar o deslocamento e se desviar das barreiras.

Passeio acompanhado D

Dados do(a) participante

CASAL IDOSOS D	70-80 anos e 81- 90 anos	MULHER E HOMEM	Independente e Grau de dependência I	SAUDÁVEL E MOBILIDADE REDUZIDA	TURISTAS
-------------------	-----------------------------	----------------------	---	--------------------------------------	----------

Período e Condições do tempo:

O passeio realizou-se durante a baixa temporada, no período matutino, em um dia com sol entre nuvens, com temperaturas amenas (22°). Iniciou-se as dez horas e encerrou-se as dez e quinze.

Trecho:

Todo o passeio ocorreu na faixa compartilhada. Iniciou-se em torno da rua 2900 e encerrou-se na altura da rua 3200.

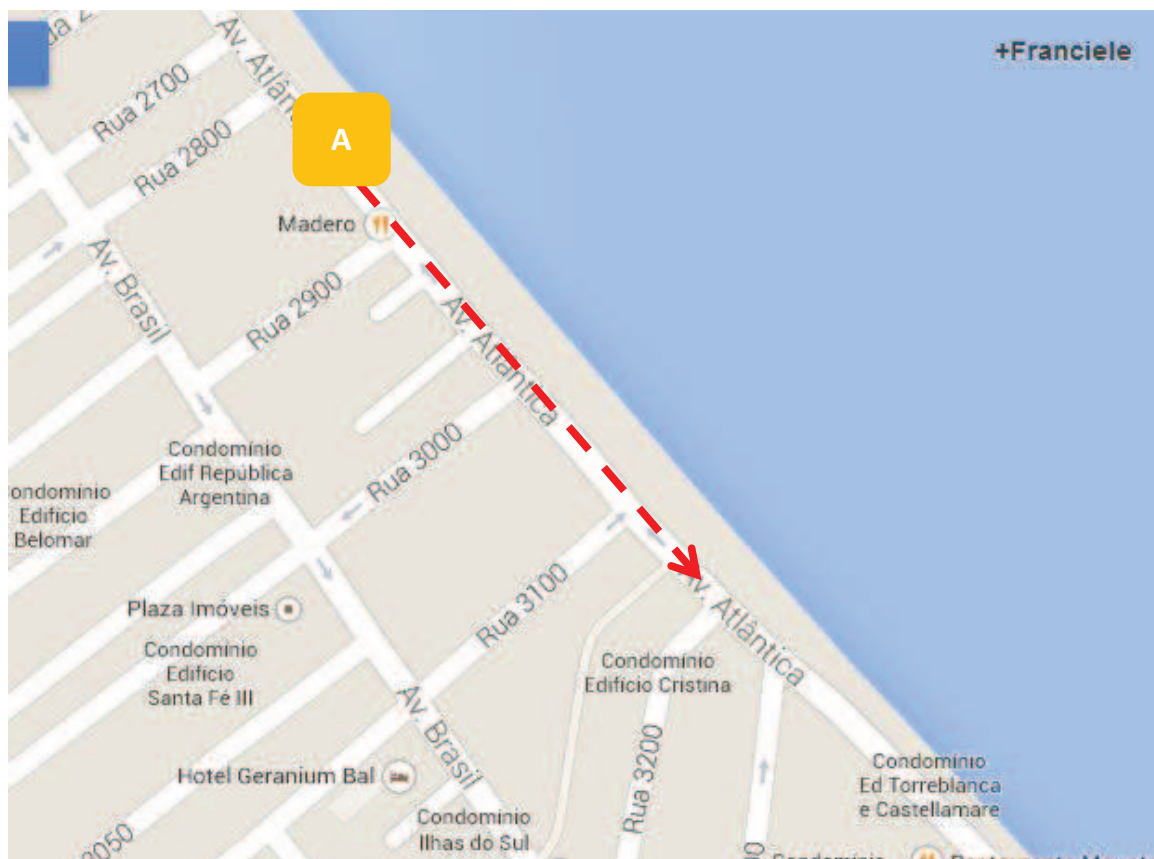


Imagem 72. Mapa trajeto passeio acompanhado D. Fonte: Adaptado, Google,2013.

Descrição do passeio:

Enquanto caminhava pelo calçadão, a autora localizou um idoso se deslocando na faixa compartilhada com um andador. Após a abordagem, descobriu-se que o mesmo era americano e, apesar de inicialmente o questionamento ser a respeito dos componentes uso e deslocamento, optou-se por verificar neste passeio as dificuldades e facilidades enfrentadas em relação à orientação e à comunicação. Como estava acompanhado da esposa, a mesma também auxiliou no processo.

Quanto ao deslocamento, o mesmo afirmou “*sempre ando aqui embaixo porque é mais fácil. Ali em cima tem muita gente, acabo sendo um obstáculo. O piso também é ruim, ainda que grandes, as rodas do meu andador trancam e quase tive tombos devido a isso. Assim, aqui embaixo me sinto mais seguro. Mas reconheço que não estou no lugar certo [tradução minha]*”. No decorrer do percurso pela faixa compartilhada não houve mudança de rota. Para ciclistas e demais usuários desse local, o Sr.

J. tornou-se um obstáculo, todavia o mesmo citou “*mesmo caminhando aqui todos os dias nunca me senti em perigo [tradução minha]*”.

Imagens 73 e 74. Turistas estrangeiros passeio acompanhado D. Fonte: Acervo da autora,2014.



Já quando questionado se ia até a praia o mesmo afirmou “*Hoje não vou mais, gostava muito de tomar banho de mar e caminhar na areia. Aqui não consigo porque não tem uma rampa segura. Elas são muito inclinadas e o piso é escorregadio. Com o andador não tenho como segurar em mais nada, qualquer escorregão me machuco muito [tradução minha]*”. E ainda completou: “*Além disso meu andador não funciona na areia. Chegando ali preciso deixar ele em algum lugar e contar com ajuda para caminhar. É uma situação difícil, as pessoas ficam olhando com pena [tradução minha]*.”

Questionado se vai à praia em seu país de origem (Estados Unidos) o mesmo afirmou “*As vezes vou. Lá as praias são um pouco diferentes. Perto de onde eu moro, não temos “cidade” perto da praia. Há uma faixa com vegetação e depois chegamos à praia. Mas lá consigo ir, há caminhos onde posso usar meu andador. Do meu carro até a areia eles construíram decks e depois há esteiras. Dependendo da praia consigo chegar até o mar [tradução minha]*.”

Questionado se sente mais alguma diferença entre esse ponto turístico da cidade e outros de seu país, Sr. J. ressaltou: *“Hoje já me acostumei porque conheço bem a cidade, mas no início queria mais informações e não sabia onde procurar. Não existe totens ou centrais de informação aqui, seja para informações básicas ou sobre a cidade. Além disso, o atendimento ao turista fica longe da praia, um dos principais atrativos da cidade [tradução minha].”*

Ele também completou: *“Outra coisa que até hoje sinto dificuldade é me comunicar em inglês. Na maioria dos lugares só sabem falar Português e Espanhol. Também é raro encontrar placas e cardápios com informações em inglês ou com figuras para facilitar o entendimento. Na primeira vez que estive aqui tive que voltar ao hotel para ir ao banheiro, pois não consegui localizá-lo com facilidade e ninguém entendia quando perguntava. Muitas vezes quando peço algo para um vendedor ou em quiosques tenho que apontar ou contar com a mímica. N. (sua esposa) também me ajuda, já que fala português fluente. Se não*

tenho ela ao meu lado é mais difícil [tradução minha]” descrevendo e exemplificando as principais dificuldades de uma pessoa não nativa.

Passeio acompanhado E

Dados do(a) participante

IDOSO E	90 anos	HOMEM	Grau de dependência I	MOBILIDADE REDUZIDA, PERDA DE VISÃO, SURDEZ MODERADA	MORADOR
------------	------------	-------	-----------------------------	---	---------

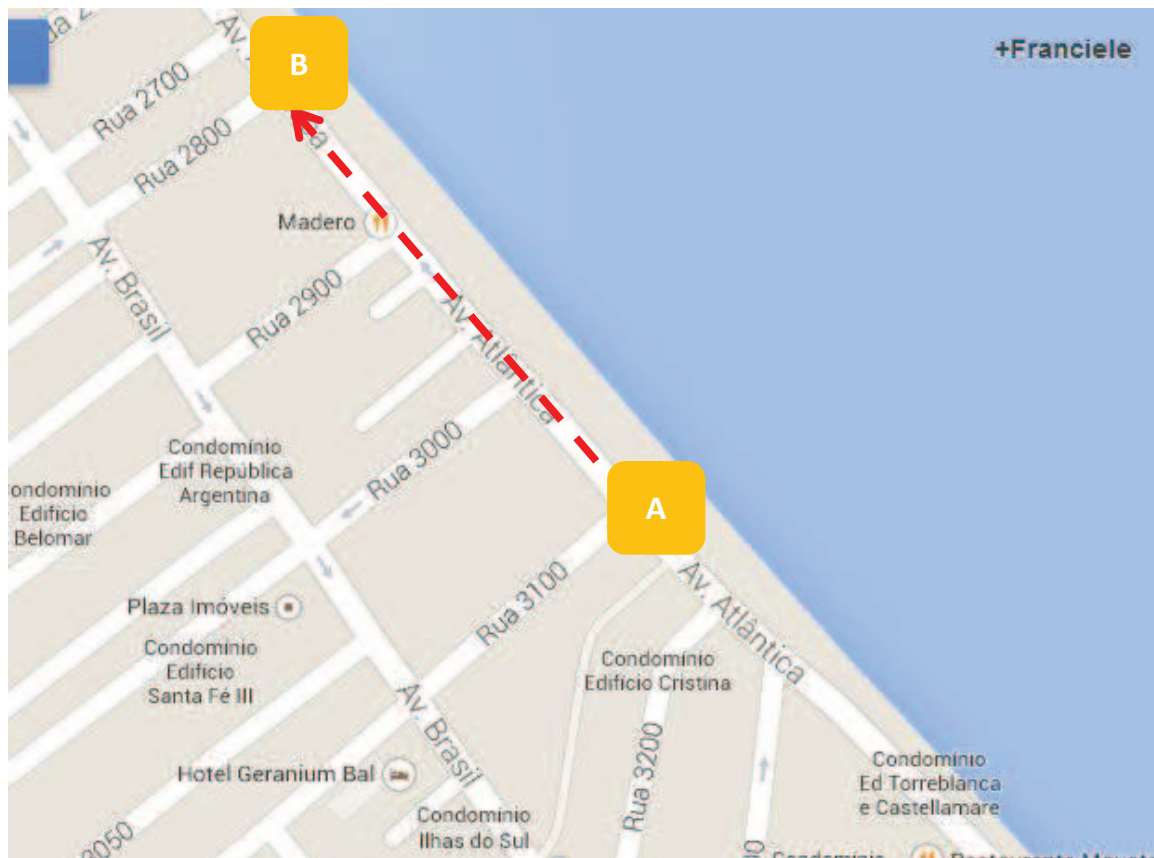
Período e Condições do tempo:

O passeio realizou-se durante a baixa temporada, no período vespertino, em um dia com sol entre nuvens, com temperaturas amenas (24°). Iniciou-se as duas horas e encerrou-se as duas e vinte.

Trecho:

O passeio iniciou-se no calçadão na altura da rua 3100 e encerrou-se na 2800. Todo o passeio foi realizado no calçadão.

Imagem 75. Mapa trajeto passeio acompanhado E. Fonte: Adaptado, Google,2013.



Descrição do passeio:

Abordado durante um passeio com seu cão, Sr. J. não hesitou em participar do passeio acompanhado. Aos noventa anos, andando com bengala e seu Yorkshire, Sr. João iniciou o passeio contando um pouco de sua história. De fala tranquila, antes de mais nada, fez questão de avisar “*não ouço muito bem, preciso que você fale bem alto e perto*”.

Questionado se sentia a mesma dificuldade em ouvir quando estava em casa ele respondeu *“lá é melhor, tem mais silêncio... aqui os barulhos dos carros e do pessoal conversando perto acabam me confundindo”*

Morador recente de Balneário Camboriu, o mesmo utiliza o calçadão diariamente para uma caminhada e passeio com o pet. Ainda que tenha muitos elogios ao visual, a estrutura existente não é considerada segura por ele *“Nos últimos dois anos cai nove vezes aqui no calçadão”* ressalta o idoso.

Questionado como foram as quedas o mesmo disse *“A maioria delas foi tropeçando ou virando o pé. Tem muitas raízes aqui e como não enxergo direito no sol, não vejo e caio. Também já tentei desviar de um ciclista, [quando ainda não existia a faixa compartilhada e os mesmos andavam no calçadão], me desequilibrei e caí”*

Durante o passeio poucas mudanças de rota foram realizadas, a maioria delas para desviar de obstáculos. No meio do caminho Sr. J. parou e disse *“Queria parar um pouco aqui, estou cansado”*. Imediatamente questionado se gostaria de sentar em algum banco o mesmo respondeu

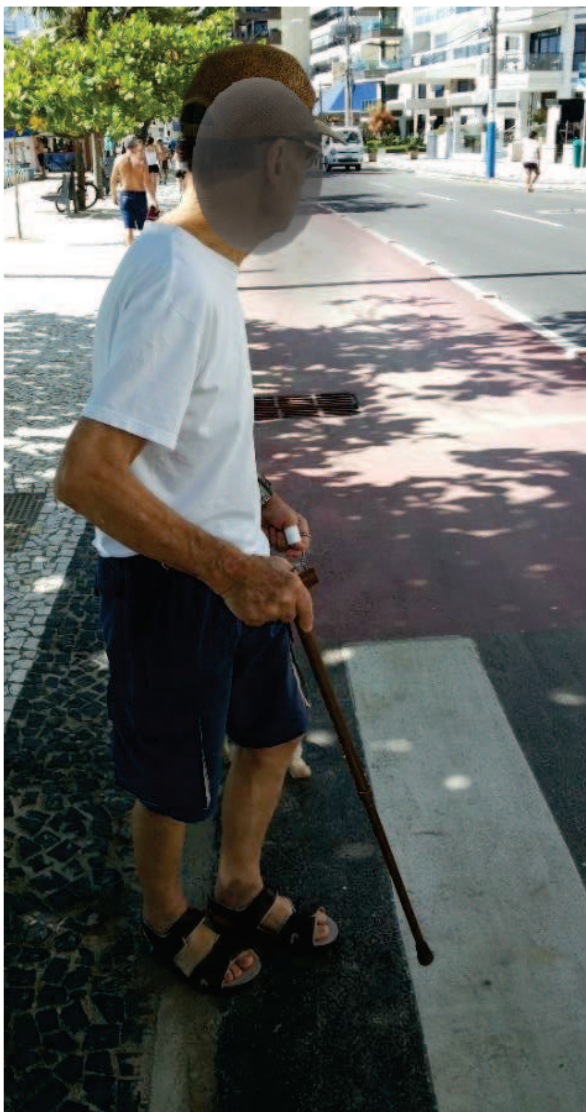
“Prefiro ficar em pé. Esses bancos são duros, não consigo ficar sentado muito tempo. Também vivem sujos de areia, o pessoal vem com areia da praia e senta aqui”

Imagens 76 e 77. Idoso passeio acompanhado E, descansando em pé. Fonte: Acervo da Autora, 2014.



Enquanto descansava, Sr. J. declarou “*quem salva minha vida hoje é ele [pet]. Mesmo com a bengala, ele me ajuda a ir pelos caminhos mais fáceis. É uma pena que não possa levar ele para a areia. Sinto falta de andar por ali, mas sem ele tenho medo*” demonstrando que mesmo não sendo um cão guia, acaba ajudando o idoso no seu deslocamento.

Imagens 78 e 79. Idoso passeio acompanhado E. Fonte: Acervo da Autora, 2014.



Na segunda etapa do passeio, ao passar por uma ducha o idoso falou *“Isso foi uma coisa (sic) muito boa que colocaram aqui. Como não posso molhar meu pé na praia, nos dias quentes molho ele aqui”*. Quando simulado o seu uso, o idoso não demonstrou dificuldade em alcançar os comandos, principalmente o primeiro que é o do lava pés.

Por fim, no término do passeio o mesmo buscou uma faixa de pedestres para fazer a travessia e citou *“aposto que aqui será meu próximo acidente. Temos que passar pelas bicicletas para depois atravessar, eles vêm muito rápido e eu sou muito lerdo (sic), logo logo alguém me pega aqui”*

Passeio acompanhado F

Dados do(a) participante

ADULTO F	40-50 anos	HOMEM	Grau de dependência I	BAIXA VISÃO	TURISTA
----------	---------------	-------	-----------------------	----------------	---------

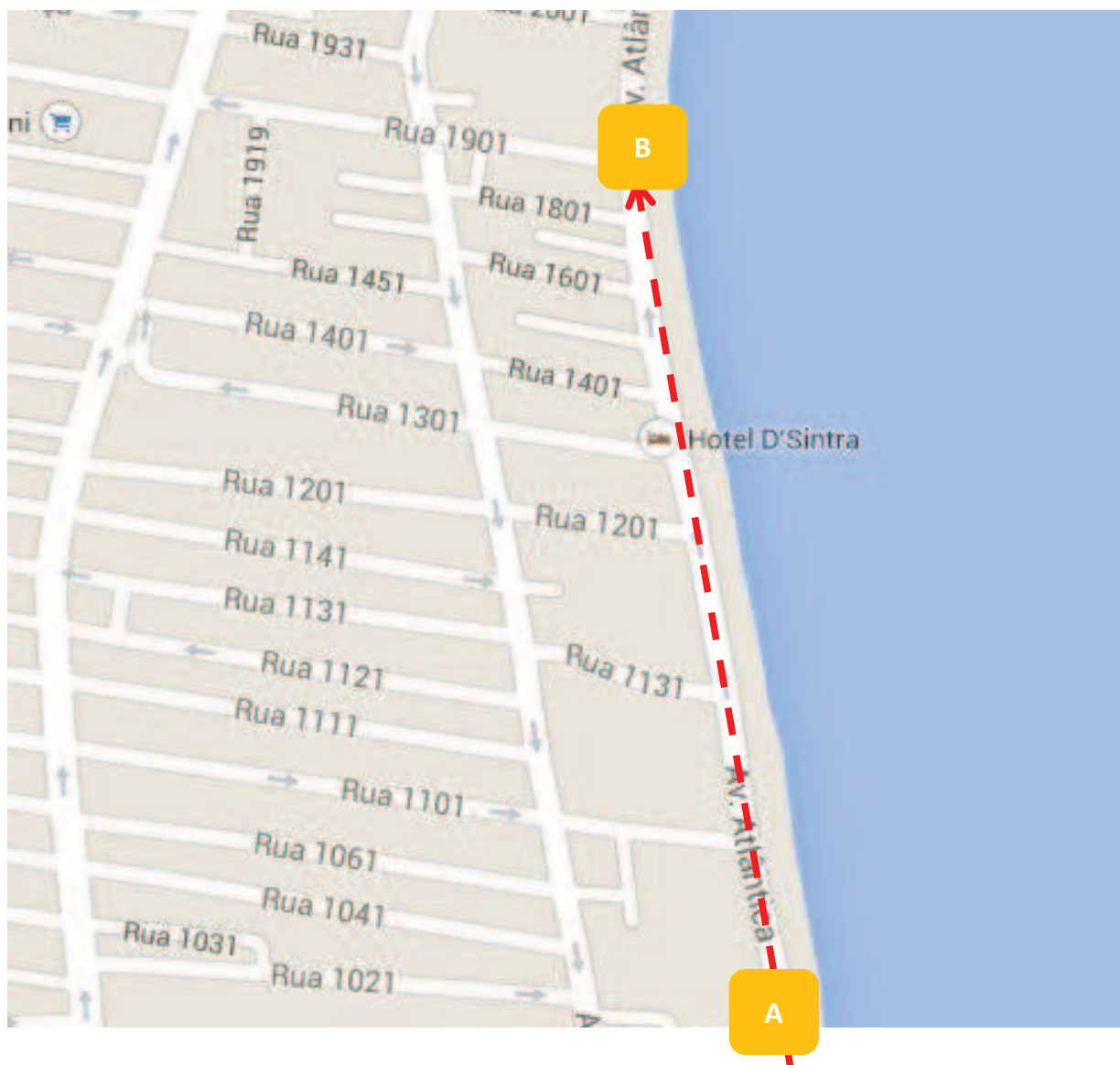
Período e Condições do tempo:

O passeio realizou-se durante a baixa temporada, no período matutino, em um dia com sol, com temperaturas amenas (22°). Iniciou-se as dez horas até dez e meia.

Trecho:

O passeio iniciou-se no calçadão na altura da rua 1001 e encerrou-se na 1901.

Imagem 80. Trajeto passeio acompanhado F. Fonte: Adaptado, Google,2013.



Descrição do passeio:

Após agendamento prévio, foi-se ao encontro do Sr. M. em local previamente combinado. Com a explanação de como ocorreria o passeio, iniciou-se com a travessia pela faixa elevada já com uma primeira

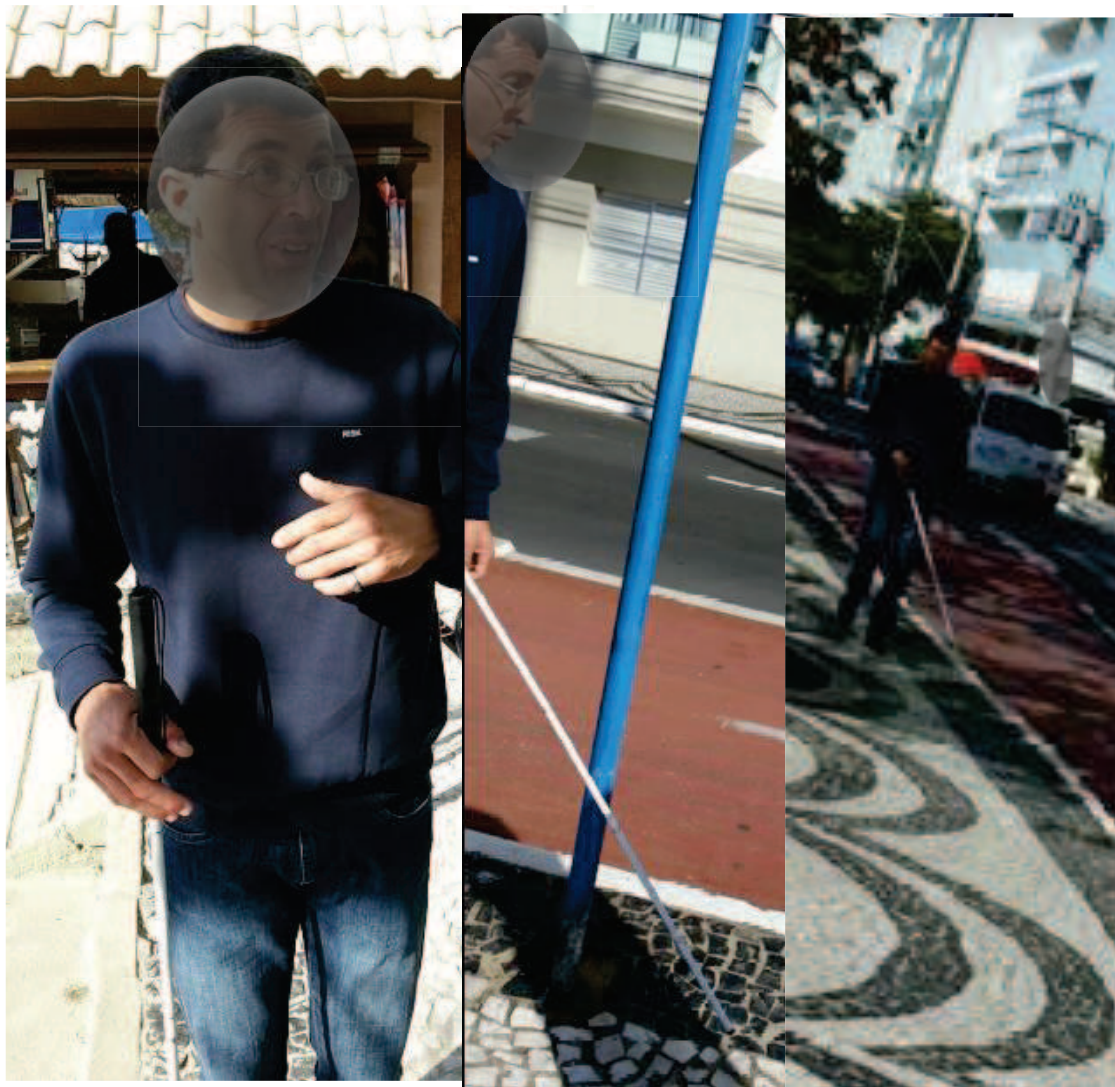
observação “*essa pista é uma maravilha para nós cegos, não precisamos nos preocupar com o rebaixo [do meio fio]*”. Todavia, antes da travessia o mesmo se certificou verbalmente com a autora se era seguro.

Questionado sobre o uso da bengala, afirmou que começou quando já era adulto. Aos poucos foi perdendo a visão e hoje está quase cego. Contou que essa perda gradativa da visão fez com que ele não tenha tanta dificuldade em se deslocar em locais que conhecia previamente.

Ao chegar no calçadão, fez-se uma breve explicação da configuração espacial, avisando ao usuário que em sua borda esquerda havia uma ciclofaixa compartilhada e ao lado direito a praia e o mar, informação que o mesmo já sabia devido aos sons provenientes desses dois espaços.

Durante a caminhada, optou por se deslocar na borda entre o calçadão e a faixa compartilhada, usando o meio fio como guia: “*Em lugares que não frequento e não conheço, como aqui, prefiro me guiar pelo meio fio. Caso contrário, procuro o piso podotátil ou ando pela outra borda, sentindo os cheiros e ouvindo os sons para me localizar*”.

Imagens 81 a 83. Trajeto passeio acompanhado F. Rota com guia pelo meio fio, busca de acesso para a praia e barreiras encontradas (sinalização vertical) Fonte: Acervo da autora, 2014.



A opção pelo uso da borda limite entre calçada e faixa compartilhada gerou uma série de mudanças de rota, principalmente devido a placas de sinalização existentes neste espaço, que por vezes quase causavam esbarrões devido a falta de alerta.

Quando questionado se o mesmo percebia que ali existia uma faixa de cor sólida preta para demarcação de limite, afirmou “*Não consigo distinguir. Não deve ser de cor contrastante em relação ao restante*” E realmente não era. Fazia parte de um conjunto de outras faixas pretas, acima do fundo branco no piso de *petit pave*.

Ainda tratando-se do piso, ele afirmou que “*prefiro os pisos mais lisos. Esse tipo de piso as vezes tranca a bengala e me faz até perder o equilíbrio*”

Já para comprar um lanche, o mesmo disse que “*achar a lanchonete aqui é relativamente fácil por causa do cheiro, consigo sentir o cheiro da comida quando passamos por ela*”. Para os banheiros, ele afirmou “*só perguntando para alguém*”

Tratando-se dos mobiliários em geral não demonstrou dificuldade de uso após localizá-los. Para localizar uma descida até a praia, por outro lado, teve um pouco de dificuldade e citou “*Entre escadas e rampas, se as duas tiverem dentro da norma e tiverem corrimãos não tenho preferência. Mas aqui eu escolheria a escada. Essa [a escada que estava*

a frente] possui degraus muito profundos, o que gera uma insegurança. Seria melhor se tivesse degraus com largura [base] menor, assim desço mais fácil [já] que logo consigo sentir o final do degrau com a bengala”

Passeio acompanhado G

Dados do(a) participante

ADULTO G	40-50 anos	HOMEM	Grau de dependência I	CEGO	TURISTA
----------	---------------	-------	--------------------------	------	---------

Período e Condições do tempo:

O passeio realizou-se durante a baixa temporada, no período matutino, em um dia com sol, com temperaturas amenas (22°). Iniciou-se as dez e meia e encerrou-se onze horas.

Trecho:

O passeio iniciou-se no calçadão na altura da rua 1801 e encerrou-se na 1001. Todo o passeio foi realizado no calçadão.

Imagem 84. Trajeto passeio acompanhado G. Fonte: Adaptado, Google,2013.



Descrição do passeio:

Em acréscimo ao passeio acompanhado com o deficiente visual – baixa visão, optou-se ainda, pela disponibilidade do Sr. J., cego e dono da cão-guia Sita, em realizar um passeio com esse usuário. Buscou-se, assim, avaliar se as dificuldades verificadas com o usuário baixa visão com bengala se repetiriam.

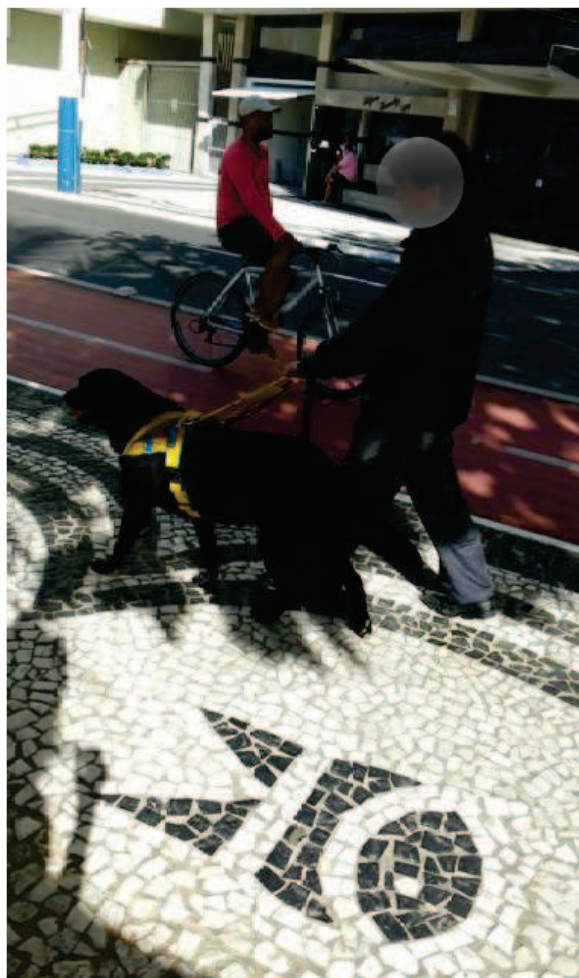
Da mesma forma como ocorreu com o Sr. M., após agendamento, foi-se ao encontro do Sr. J. em local previamente combinado e o mesmo também não possuía conhecimento prévio do local.

Com a explanação de como ocorreria o passeio, iniciou-se com a travessia pela faixa elevada já com uma primeira constatação. Não foi necessário verbalizar a condição de travessia. A própria cão-guia realizou esta tarefa após verificar que não havia perigo.

Durante o passeio pelo calçadão, Sr. J. e Sita andaram de forma rápida, sendo que Sita desviava de todos os obstáculos, fazendo o papel de olhos do Sr. J.

Antes dependente da bengala por mais de 18 anos, há 3 anos com Sita Sr. J é só elogios “com ela tenho *uma autonomia muito boa, trabalhamos como uma dupla*” conforme palavras do Sr. J. Após caminhar em torno de quatrocentos metros sem nenhuma dificuldade de deslocamento, iniciou-se a simulação de outras atividades realizadas na orla.

Imagens 85 e 86. Passeio acompanhado G – Início e mudança de rota devido a obstáculos. Fonte: Acervo da autora, 2014



Ao solicitar que ambos buscassem um acesso até a praia, após o comando “*Para a praia, para a areia, para a água*”, Sita rapidamente se deslocou até a borda entre calçadão x praia e iniciou a procura por um local próximo da areia. A realização desta tarefa ocorreu com dificuldade. Sita levou Sr. J. diversas vezes até a base de barracas, onde o degrau é alto e parou, demonstrando que não era possível descer com segurança.

Imagens 87 e 88. Passeio acompanhado G – Mudança de rota devido a comando para deslocamento até a praia. Chegada na plataforma superior da rampa.



Novamente Sita voltou para o calçadão e, após uma breve procura, encontrou uma rampa e abanou o rabo mostrando êxito na tarefa e demonstrando que por não estar bem sinalizada, até para ela que possui treinamento houve dificuldade no encontro

Imagens 89 e 90. Passeio acompanhado G – Sita não encontra a rampa e para abruptamente para avisar do perigo para o Sr. J. Retorna ao calçadão para nova busca. Não acha alternativa segura.



Tratando-se dos mobiliários em geral não demonstrou dificuldade de uso após localizá-los. Quanto a localização de quiosques, o mesmo adota o critério do outro participante.

Nestes casos o olfato é uma alternativa para orientação e a comunicação a respeito das alternativas de compra (alimentos, bebidas

disponíveis) é feita verbalmente, de forma resumida com os itens mais vendidos (nem sempre a preferência do consumidor), já que não há um cardápio em Braille para apresentação de todos os produtos.

Imagem 91. Sr. J e Sita no transporte público. Fonte: Reprodução/Facebook, 2014.



Quanto ao ponto de ônibus, por não haver estrutura física, é inviável sua busca pelo cego e cão guia. Por outro lado, o mesmo utiliza transporte público e afirma que “*posso entrar com ela em todo lugar,*

nunca tive dificuldade, exceto em espaços esterilizados e coisas assim, no restante é tranquilo, já viajamos muito juntos também”

Por fim, um aspecto muito relevante falado por Sr. J. foi a questão da humanização que o cão guia dá ao cego. *“Muita gente chega perto por causa da Sita e nem nota no primeiro momento que sou cego. Assim fiz muitos amigos. Agora quando eu usava a bengala muitos fugiam achando que tinham que me ajudar”*.

De um modo geral, a realização dos passeios acompanhados forneceu a autora um outro ponto de vista em relação aos problemas analisados, o do usuário. Foi o método mais eficaz na identificação, de forma prática, dos elementos que possuem maior importância para a acessibilidade espacial nestes locais.

Tratando-se dos resultados obtidos, os dados do levantamento e das entrevistas foram confirmados durante os passeios acompanhados, demonstrando principalmente que independente da idade, a maioria das dificuldades ocorrem devido a fatores do ambiente.

Dentre os participantes, aquele que demonstrou menor autonomia, portanto maior dificuldade para realização das tarefas na zona balnear em estudo foi o adulto com baixa visão e usuário de bengala. Para realizar grande parte das tarefas levantadas o mesmo teve dificuldades principalmente no componente orientação, seguido ao uso.

Excluiu-se nesta avaliação os cadeirantes que estavam com os cuidadores, pois os mesmos são dependentes do suporte destes últimos para a realização da maior parcela das atividades observadas na orla.

Já o que teve maior facilidade foi o idoso E, ainda que tenha uma série de limitações, por frequentar a área de estudo, caso necessário ele consegue realizar grande parte das tarefas sem auxílio, demonstrando que a restrição auditiva não interfere de forma considerável na vivência do espaço da orla.




























































A seguir apresenta-se tabela resumo com as principais dificuldades observadas em relação a cada componente da acessibilidade, divididos de acordo com os quatro componentes:  Orientação,  Uso,  Deslocamento e  Comunicação.

Tabela 32. Resumo passeios acompanhados – dificuldades levantadas (continua)

PASSEIO	RESUMO DIFICULDADES LEVANTADAS
A	<p> Não utiliza calçado: piso trepidante e obstáculos</p> <p>  Não sente segurança em andar na faixa compartilhada devido a proximidade com os carros e bicicletas</p> <p>  Não utiliza a praia pois não consegue chegar até ela de maneira segura e confortável</p>
B	<p>  Não fica ao lado do cuidador ou familiares enquanto está contemplando a orla pois ao lado dos bancos não há espaço para a cadeira de rodas</p> <p> Dificuldade em andar com a cadeira em áreas do calçado devido a presença de raízes dos sombreiros que quebram o piso para se expandirem</p> <p> Há também áreas onde objetos e até mesmo pessoas acabam bloqueando a passagem, não havendo circulação mínima para passagem da cadeira de rodas</p> <p>  Dificuldade em atravessar a faixa - depende do respeito do motorista. Não há sinalizas.</p>
C	<p> Inclinação transversal do calçado dificulta o deslocamento e o piso trepidante</p>

	<p> Muitos obstáculos como grupos de pessoas, vegetação e mobiliário reduziram a área de circulação</p> <p>  Impossibilidade de descida até a areia em segurança e sem auxílio</p> <p> Ducha com pequena área de giro e balizamento lateral - dificulta a saída</p> <p> Ducha com comandos muito altos</p> <p> Área de aproximação e altura do balcão de atendimento do quiosque fora do padrão estabelecido pela NBR9050/2004</p> <p>  Falta de cardápio no quiosque e visualização de todas as opções devido a altura do balcão</p> <p> Barreira atitudinal para uso do banheiro - cadeado e cobrança</p> <p> Maçaneta do banheiro dificulta empunhadura</p> <p>  Falta de contraste entre piso e parede (não afetou uso da usuária em questão)</p> <p> Objetos guardados no banheiro tornam-se obstáculos para livre circulação interna</p> <p> Barras e acessórios fora do padrão NBR9050/2004</p> <p> Espelho e saboneteira muito altos</p> <p> Andar na faixa compartilhada gerou insegurança devido a proximidade com a pista de rolamento</p> <p> Mudanças de rota devido aos motivos anteriormente expostos fizeram com que</p>
--	---

	usuária se afastasse da pesquisadora, dificultando comunicação
D	<p> Não se sente seguro passeando com o andador no calçadão - risco de queda</p> <p>  Não vai até a praia devido a barreiras físicas - não consegue transpor o desnível sem auxílio e não consegue usar o andador na areia</p> <p>  Falta de informações sobre a praia</p> <p>  Falta de sinalização para equipamentos como banheiros, telefones públicos e duchas que possam ser vistos à distância</p> <p> Falta de placas e cardápios em outras línguas</p> <p> Falta de preparo de atendentes para se comunicarem em outras línguas</p>
E	<p> Dificuldade em estabelecer diálogo devido a ruídos externos e baixa audição</p> <p> Dificuldade de deslocamento devido a irregularidades no piso</p> <p> Não usa os bancos pois não são confortáveis e normalmente estão sujos de areia</p> <p> Não se desloca até a areia pois conta com o pet para ser guiado. Como não é permitido levar o animal, o mesmo permanece sempre no calçadão</p> <p>  Dificuldade em verificar ao mesmo tempo o fluxo da faixa compartilhada e o da pista de rolamento para atravessar na faixa elevada.</p>

F	<p>  Dificuldade em verificar se era possível atravessar a faixa de pedestres em segurança</p> <p>  Dificuldade em se orientar devido a falta de piso podotátil e mapa tátil</p> <p> Dificuldade em se deslocar com segurança devido a presença de placas de sinalização sem piso de alerta no trajeto usado</p> <p>  Piso com desenhos e sem contrastes gera confusão visual</p> <p>  Piso petit pave com manutenção inadequada pode trancar a bengala e gerar a queda</p>
G	<p> Dificuldade em localizar determinados elementos que não possuem cheiros ou demarcações específicas como rampas e o ponto de ônibus pintado no chão</p> <p> Falta de cardápio em Braille restringe opções de compra.</p>

Cabe ressaltar que as dificuldades observadas durante os passeios acompanhados vão muito além dos componentes da acessibilidade. Tem-se em acréscimo problemas com a segurança pública, a manutenção dos elementos e equipamentos da zona balnear, as barreiras atitudinais e o preconceito.

A partir do conhecimento deste conjunto de fatores, elaborou-se um último método para obtenção de dados: o projeto piloto de zona balnear costeira acessível.





5.4. Projeto piloto de zona balnear costeira acessível - Aprendendo a partir de resoluções

Para melhor determinar as diretrizes, optou-se por elaborar, a nível de estudo preliminar, um projeto piloto para a orla de Balneário Camboriu.

O estudo preliminar constitui a configuração inicial da solução proposta (rascunhos, croquis e plantas preliminares), que representam graficamente as primeiras soluções obtidas considerando as exigências contidas no levantamento de dados.

Da mesma forma como se fez na apresentação dos problemas existentes durante o levantamento técnico, para os resultados também optou-se pela apresentação de soluções de acordo com as atividades:

soluções para a chegada do usuário da cidade até a orla, através da Avenida Atlântica, soluções para o uso do calçadão, o acesso entre calçadão e faixa de areia e, por fim, para o uso da praia (mar + faixa de areia). Como atividades de intersecção entre todas essas áreas também têm-se o uso de banheiros e das duchas.

As tabelas a seguir apresentam as soluções propostas, divididas em atividade e de acordo com os quatro componentes:  Orientação,  Uso,  Deslocamento e  Comunicação.

Chegada da cidade até a orla

Para se chegar até a orla, os usuários possuem diversas formas, sendo que com algumas chega-se direto a praia, enquanto com outras é necessário ir até determinado ponto e depois seguir a pé. Para a primeira opção, o usuário pode ir a pé, bicicleta/patinete ou ainda transporte público (bondidinho e ônibus).

Caso opte por utilizar vans, ônibus de turismo, veículo próprio, táxi ou similar, será necessário ir até a algum estacionamento ou ainda parar em ruas transversais e depois seguir a pé, pois não é mais permitido estacionar ou parar na Avenida Atlântica, já que as antigas vagas de estacionamento tornaram-se uma faixa compartilhada.

Chegada na orla por transporte público

Tratando-se da chegada a orla por transporte público, existem muitos problemas extrínsecos ao projeto arquitetônico e urbanístico, os quais serão abordados futuramente nas diretrizes gerais. Também existem problemas relacionados à configuração espacial, os quais não permitem, como já citado anteriormente, uma solução adequada sem se alterar o espaço em uma escala maior, o qual não é a intenção deste trabalho.

Dessa forma, neste tópico, optou-se por trabalhar no ponto e parada de ônibus devido à restrições espaciais existentes.

Ainda que, atualmente, o usuário possa parar em qualquer lugar da avenida, após a implementação da ciclofaixa foram criados alguns pontos fixos, demarcados simplesmente com uma faixa no piso, de difícil reconhecimento para a maior parte dos usuários.

Sabe-se, todavia, que a solução proposta não é a ideal para todos os casos. Em locais onde há área livre, sugere-se que o ponto de parada seja locado em área distinta à de circulação de pedestres e ciclistas.

SOLUÇÃO PROPOSTA – PARADA ÔNIBUS

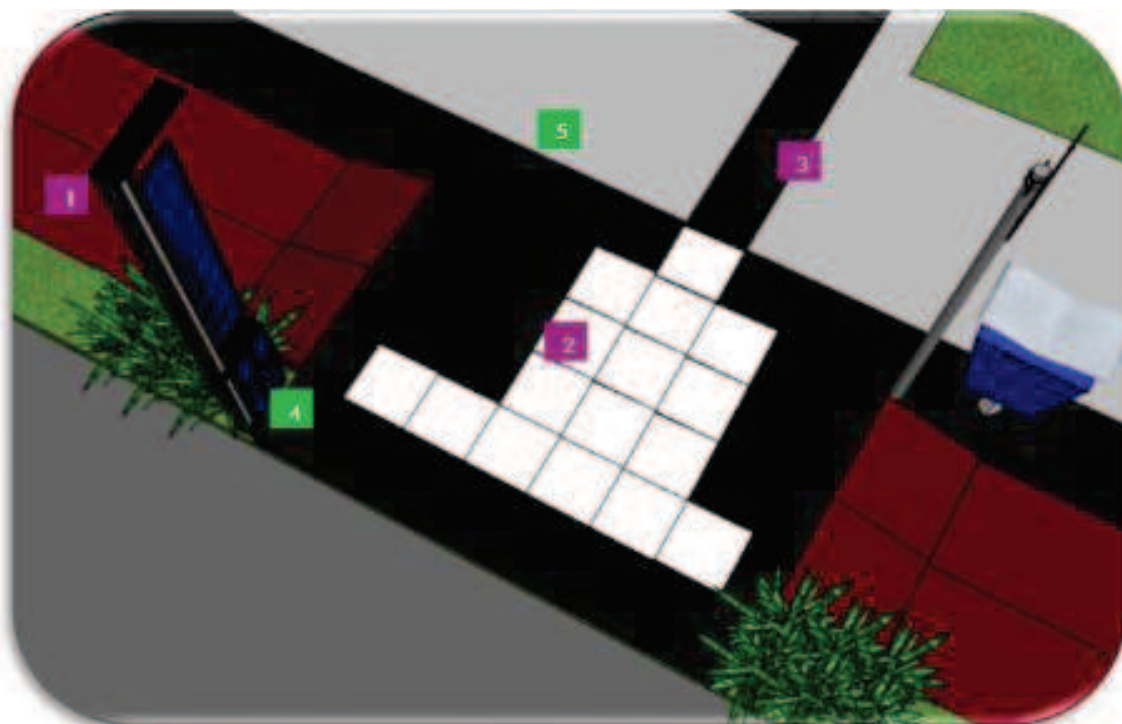





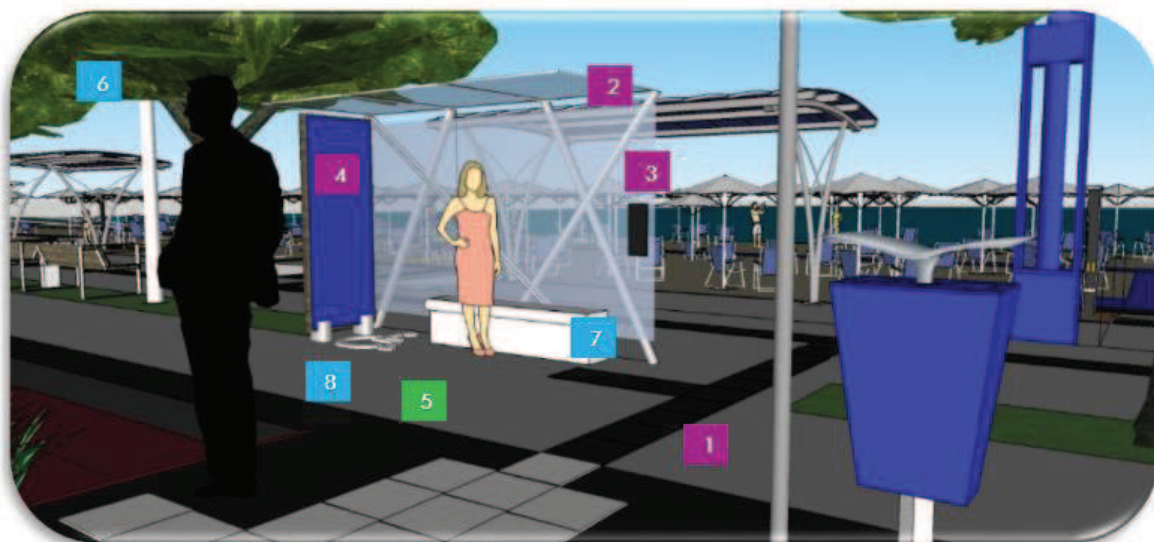










Imagem 92. Solução parada de ônibus. Fonte: Autora, 2014

	1	Totem iluminado para indicação do número do ponto – com cor correspondente a área da praia . Informação através de textos, pictogramas e Braille. Cores contrastantes entre fundo x figura
	2	Piso tátil alerta em cor contrastante com o piso padrão – desenho para parada de ônibus conforme NBR9050/2004
	3	Piso direcional proveniente da rota acessível, com indicação para o abrigo de ônibus e depois parada de ônibus
	4	Plataforma da parada no mesmo nível do calçadão, elevado em relação a ciclovia – preferência para o pedestre.
	5	Piso estável, antiderrapante, regular, anti-reflexo em qualquer condição climática e com inclinação transversal <1% para escoamento da água pluvial

SOLUÇÃO PROPOSTA – PARADA ÔNIBUS

Imagem 93. Solução abrigo de ônibus. Fonte: Autora,2014



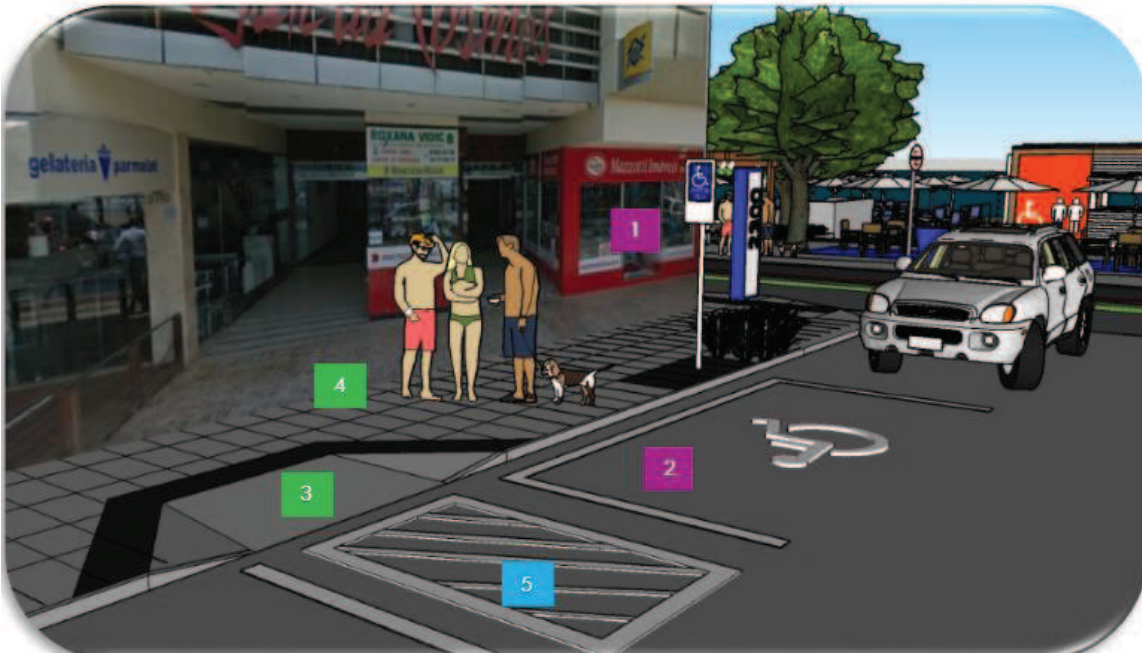
	1	Piso direcional proveniente da rota acessível, com indicação para o abrigo de ônibus.
	2	Arquitetura diferenciada em relação aos elementos do entorno – com fechamento em vidro para fácil reconhecimento da atividade
	3	Placa tátil chegada com código do ponto, linha de ônibus, itinerário e horários
	4	Placa tátil lateral com cor correspondente a zona da orla e mapa "você está aqui"
	5	Piso estável, antiderrapante, regular, anti-reflexo em qualquer condição climática e com inclinação transversal <1% para escoamento da água pluvial
	6	Sombreamento próximo ao abrigo para maior conforto durante a espera
	7	Banco para espera que permita a visualização da rua, rígido para o sentar e para o apoio de impulso do levantar
	8	Espaço livre ao lado do banco, dentro da área coberta, para aproximação lateral do cadeirante






Chegada na orla por transporte particular

Como na orla atualmente não existe espaço para estacionamento, sugere-se à Prefeitura a reserva de vagas para pessoas com necessidades especiais e para idosos nas vias públicas paralelas à esta, o mais próximo possível das esquinas, de modo a reduzir a distância a ser percorrida até a orla.

SOLUÇÃO PROPOSTA – VAGA DE ESTACIONAMENTO PARALELA AO PASSEIO

Imagem 94. Vaga acessível paralela à calçada. Fonte: Autora, 2014

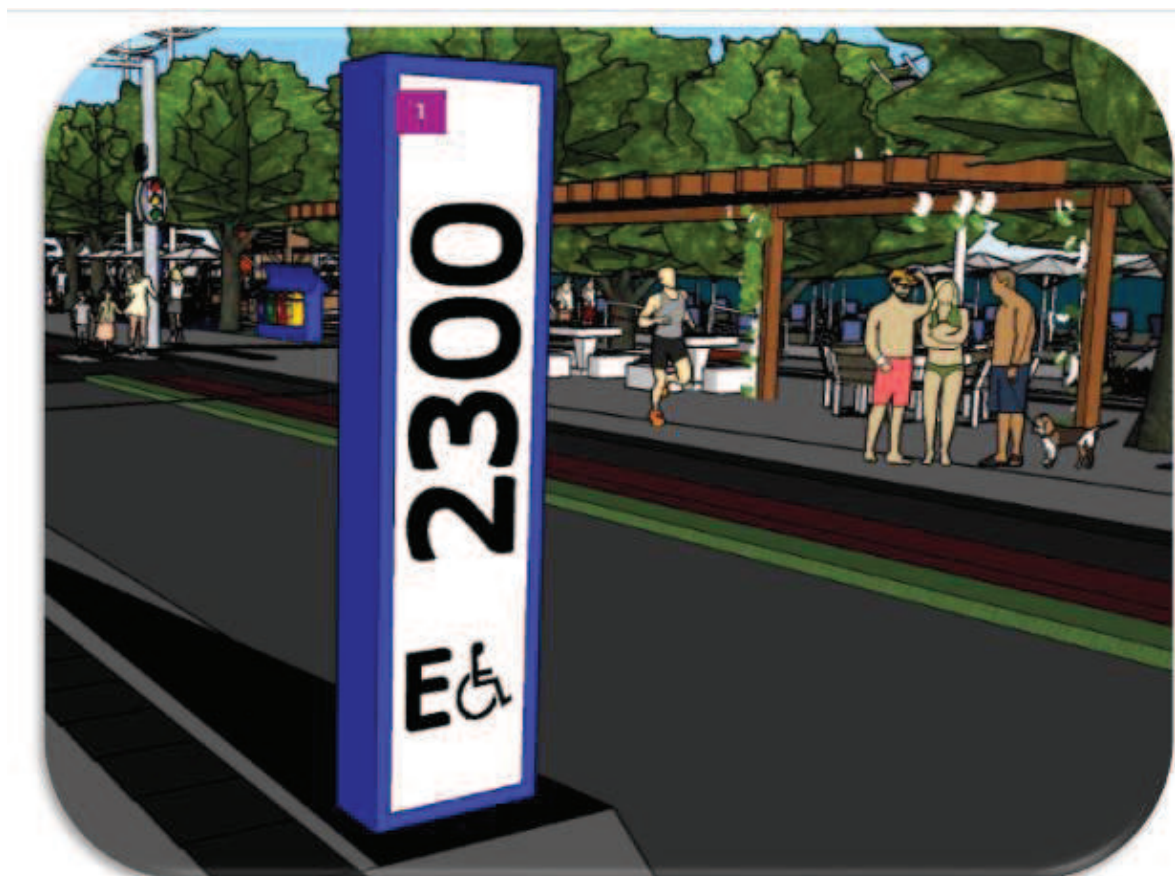




	1	Sinalização vertical com o Símbolo Internacional de Acessibilidade para marcar vaga exclusiva para pessoa com deficiência.
	2	Sinalização horizontal com o Símbolo Internacional de Acessibilidade para marcar vaga exclusiva para pessoa com deficiência.
	3	Rebaixamento de guia com inclinação máxima de 8,33%
	4	Vaga vinculada a rota acessível que permite deslocamento com segurança até a orla
	5	Espaço para circulação com largura mínima de 1,20m para permitir a transferência da cadeira de rodas

Ruas que possuem essas vagas podem ser indicadas em totens informativos, locados a cada quadra, marcando o número da rua e informações importantes. Esse totem possui a cor correspondente à zona da praia e é retroiluminado durante o período noturno.

SOLUÇÃO PROPOSTA – MARCAÇÃO NOME DA RUA E INFORMAÇÕES

Imagem 95. Totem informativo ruas. Fonte: Autora,2014



  Sinalização vertical – totem informativo rua e serviços - maior facilidade em se orientar de acordo com os números das ruas. Informação escrita e possibilidade de sonora/tátil

Outra ferramenta que poderia ser inclusa, a critério da prefeitura, seria um mapa tátil em sua parte posterior, assim como dispositivo sonoro para leitura do número da rua e zona correspondente.

Este totem deve ser locado antes do rebaixo do meio fio nas esquinas, e em uma área demarcada com piso alerta, para evitar acidentes no deslocamento de deficientes visuais.

Chegada na orla por bicicleta

Chegar na orla de Balneário Camboriu não é fácil devido a ausência de ciclovias na maior parte das ruas e avenidas da cidade. Por outro lado, paralelo ao calçadão, a nova faixa compartilhada permite os ciclistas percorrerem toda a extensão da praia sem interrupções.











Ainda assim, conforme apontado no levantamento, apesar da facilidade no deslocamento no decorrer da orla, não existe estrutura de apoio, como bicicletários para que os usuários deixem suas bicicletas para realizarem outras atividades neste espaço. O mesmo vale para locação

deste tipo de equipamento. Não existe nenhum ponto onde o usuário possa locar uma bicicleta para o passeio na orla de Balneário Camboriú.

SOLUÇÃO PROPOSTA – CICLOVIA

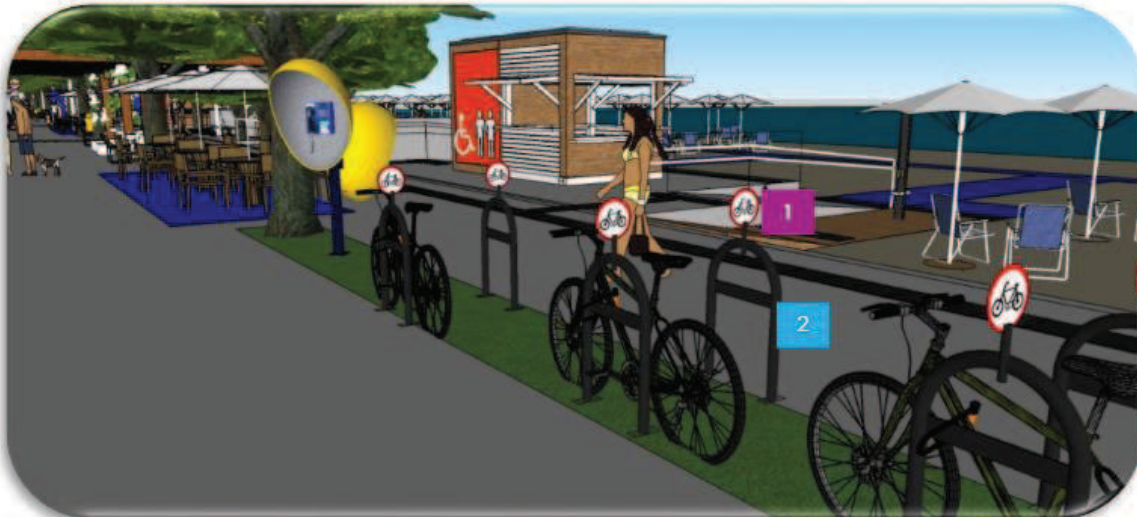
Imagem 96. Ciclovia. Fonte: Autora,2014



		Sinalização vertical demonstrando atividades permitidas neste espaço.
		Marcação da ciclovia com cor diferenciada.
		Piso estável, antiderrapante, regular, anti-reflexo em qualquer condição climática e com inclinação transversal <1% para escoamento da água pluvial
		Barreira vegetal entre ciclovia e faixa de rolamento – 40cm
		Ciclovia bidirecional com largura de 2,50m

SOLUÇÃO PROPOSTA – BICICLETÁRIO

Imagens 97 e 98. Bicletário. Fonte: Autora,2014



1

Ciclovia localizada no calçadão, em área de fácil visualização pelos ciclistas, com pictograma sinalizando bicicletas.



2

Barras para fixação das bicicletas em disposição de fácil acesso, com formas simples, barras altas e sem arestas

Chegada na orla a pé

SOLUÇÃO PROPOSTA – APRIMORAR FAIXA ELEVADA EXISTENTE

Imagens 99 e 100. Faixa elevada. Fonte: Autora, 2014



	1	Piso alerta indica presença de faixa de segurança e travessia.
	2	Piso direcional em cor contrastante ao restante do piso indica caminho na faixa de segurança e travessia
	3	Semáforo com temporizador – tempo adequado para travessia em ambos os lados da via
	4	Faixa de pedestres elevada, no mesmo nível das calçadas, já implantada na orla
	5	Botoeira do semáforo com temporizador instalada a 1,20m de altura, facilitando acionamento por todos
	6	Faixa de pedestres elevada com largura sugerida de 1,50m a 1,80m, permitindo a circulação de duas pessoas em cadeira de rodas de acordo com a NBR9050/2004

Uso do calçadão

Conforme citado anteriormente, dentre os espaços existentes na orla de Balneário Camboriú, o calçadão é aquele mais utilizado durante todo o decorrer do ano, seja por moradores ou por turistas. Em decorrência deste fato, este foi o espaço onde mais levantou-se problemas, assim como mais se propôs reformulações.

Durante as observações, identificaram-se 14 atividades realizadas por idosos na área: caminhada, corrida, andar de bicicleta, fazer alongamentos, passear com animal de estimação, tomar banho de sol, contemplar a paisagem, ler, fazer trabalhos manuais, usar o computador/tablet, encontrar familiares e amigos, jogar dominó ou cartas, jogar bocha, fazer refeições e lanches.

Para solução dos problemas existentes neste espaço, o partido dessa proposta para a área do calçadão foi a criação de 5 zonas:

a) **zona 01:** sinalização e equipamentos - localizada adjacente à ciclovia, corresponde a área onde se recomenda a instalação de placas de

trânsito, lixeiras, postes, entre outros elementos urbanos a serem compartilhados entre as duas áreas, mas que podem se transformar em barreiras ao deslocamento caso sejam locados em área imprópria

SOLUÇÃO PROPOSTA – FRAGMENTAÇÃO CALÇADÃO POR ZONAS - ZONA 01

Imagem 101. Zona 01. Fonte: Autora,2014



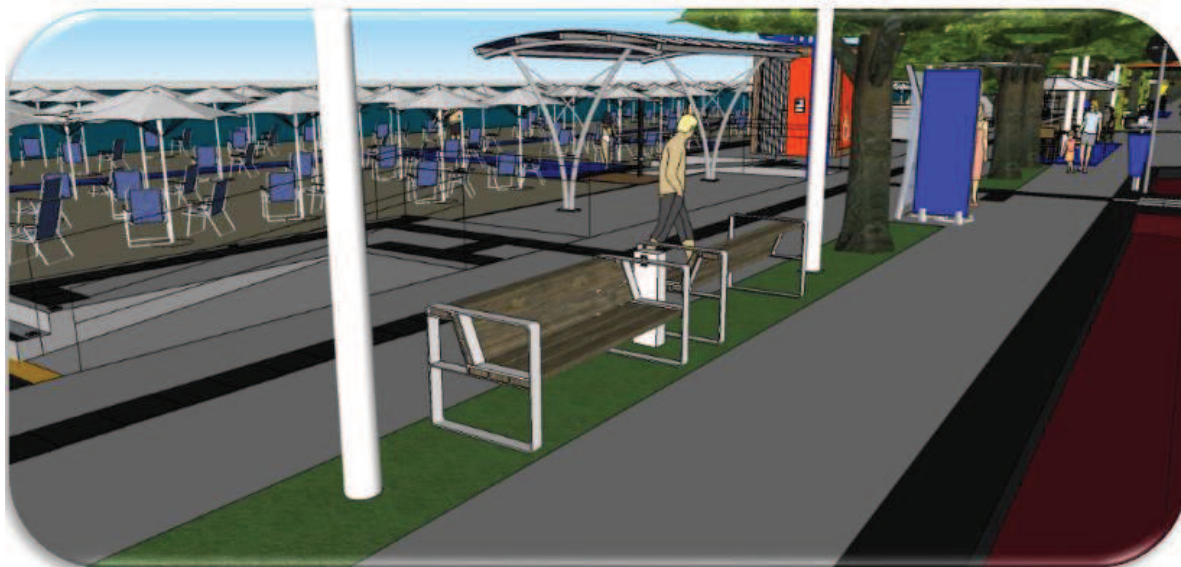
b) **zona 02:** faixa de circulação e corrida – segunda área do calçadão, mais próxima da ciclovia, recomendada para aqueles que querem fazer um deslocamento mais rápido ou corrida.

SOLUÇÃO PROPOSTA – FRAGMENTAÇÃO CALÇADÃO POR ZONAS - ZONA 02**Imagem 102. Zona 02. Fonte: Autora,2014**

- c) **zona 03:** equipamentos públicos, mobiliário urbano e áreas de estar – faixa central do calçadão.

SOLUÇÃO PROPOSTA – FRAGMENTAÇÃO CALÇADÃO POR ZONAS - ZONA 03**Imagem 103. Zona 03. Fonte: Autora,2014**

Imagem 104. Zona 03. Fonte: Autora,2014



Nesta área propôs-se também a implantação de centrais de informações táteis, uma a cada 5 quadras, com o intuito de ampliar o conhecimento dos usuários a respeito da cidade, assim como auxiliar deficientes visuais a se orientarem em relação aos principais elementos presentes neste espaço.

Essas centais de informações podem ser tanto digitais (touch) quanto táteis, apresentando um mapa tátil e informações em Braille.

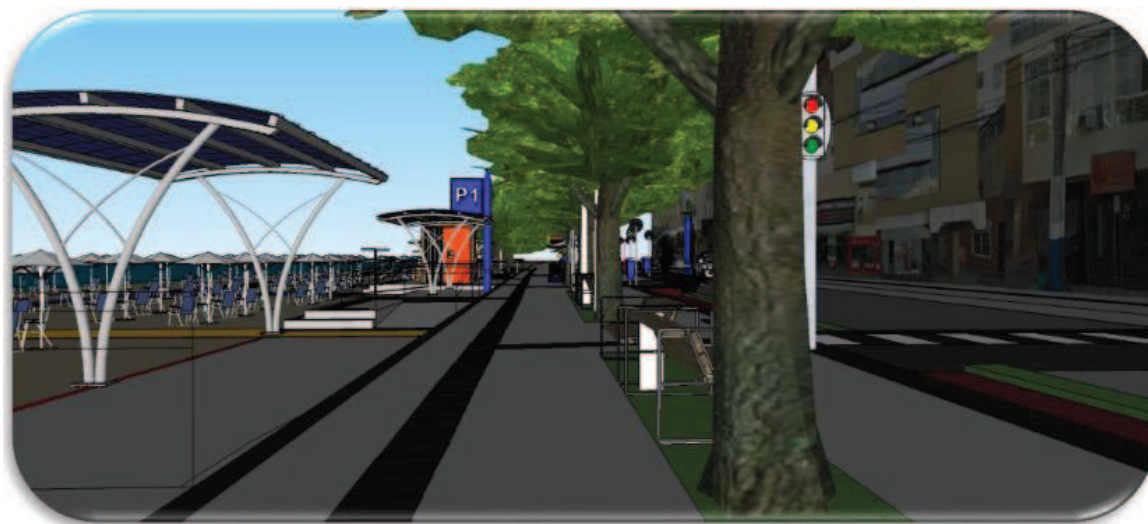
Neste caso específico, aproveitou-se a estrutura posterior do totem para instalação de lixeiras orgânicas e recicláveis.

SOLUÇÃO PROPOSTA – FRAGMENTAÇÃO CALÇADÃO POR ZONAS -
CENTRAL DE INFORMAÇÃO

Imagem 105. Central de informação. Fonte: Autora,2014



- a) **zona 04:** faixa de passeio – área do calçadão mais próxima à praia, destinada à passeios e caminhadas. Local onde foi proposta a rota acessível e demais estruturas como os quiosques e tendas.

SOLUÇÃO PROPOSTA – FRAGMENTAÇÃO CALÇADÃO POR ZONAS - ZONA 04**Imagem 106. Zona 04. Fonte: Autora,2014**Caminhada, corrida e passeios

Dentre as zonas anteriormente descritas, para caminhada, corrida e passeios utiliza-se as zonas 02 e 04. Por meio de sinalização específica, recomenda-se o uso da faixa adjacente ao calçadão para realização de corrida e deslocamentos mais rápidos, assim como a área mais próxima à praia para passeios e deslocamentos lentos, criando uma hierarquia de velocidade nesta composição da orla.









SOLUÇÃO PROPOSTA – FRAGMENTAÇÃO CALÇADÃO POR ZONAS - ZONA 02

Imagem 107. Fragmentação calçadão por zonas – Zona 02. Fonte: Autora,2014

**SOLUÇÃO PROPOSTA – FRAGMENTAÇÃO CALÇADÃO POR ZONAS - ZONA 04**

Imagem 108. Fragmentação calçadão por zonas – Zona 04. Fonte: Autora,2014



	1	Faixa de piso em tom contrastante para demarcar zona 01.
	2	Piso direcional em cor contrastante ao piso indica caminho entre faixa de segurança e zona 04, assim como rota na zona 04
	3	Mudança de textura do piso nas áreas onde existe mobiliário
	4	Iluminação superior geral e intermediária para os passeios e balizadores ou embutidos usados para demarcar mudança de piso
	5	Faixas bem definidas para circulação, livres de interferências que impeçam o deslocamento ou perigo aos pedestres
	6	Piso estável, antiderrapante, regular, anti-reflexo em qualquer condição climática e com inclinação transversal <1% para escoamento da água pluvial
	7	Altura livre de 2,30m para permitir a passagem sem obstáculos
	8	Circulação larga que permite usuários caminharem lado a lado

Comprar lanches e bebidas

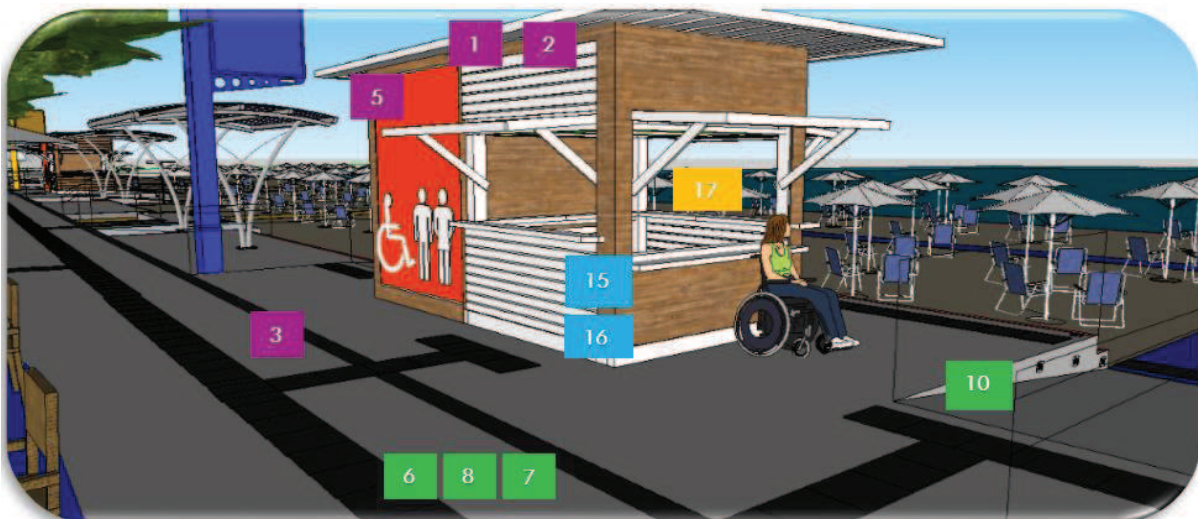
Como ponto já consolidado para compra de comidas e bebidas, assim como Balneário Camboriú, a grande maioria das zonas balneares costeiras possuem quiosques ou estruturas similares para venda de alimentos.











O quiosque padrão da Prefeitura Municipal possui uma arquitetura ultrapassada, pouco convidativa não favorecendo o seu entorno, além de estar “de costas” para a praia, conforme apontado no levantamento.

Dessa forma, optou-se por projetar um novo quiosque: modular, com 11m², banheiro acessível e pequena cozinha para apoio, implantado em uma área anexa ao calçadão, com fácil acesso de quem está na praia e também de quem vem da cidade.

SOLUÇÃO PROPOSTA – NOVO PADRÃO QUIOSQUE – FACHADAS

Imagem 109 e 110. Quiosque. Fonte: Autora, 2014



	1	Implantação de um quiosque para cada duas quadras da cidade: reconhecimento e localização por repetição
	2	Arquitetura diferenciada e com formas simples
	3	Suporte informativo tátil – piso alerta e direcional - indicando a partir da rota acessível até a localização do balcão de atendimento, assim como início e término das rampas e início da escada
	4	Faixa em contraste com piso e iluminação para marcação do final do degrau e base do mesmo durante a noite
	5	Área para comunicação visual – nome do quiosque e demais informações
	6	Piso estável, antiderrapante, regular, anti-reflexo em qualquer condição climática e com inclinação transversal <1% para escoamento da água pluvial
	7	Áreas de circulação e aproximação em todo o perímetro – 1,50m de largura
	8	Quiosque no mesmo nível do calçadão
	9	Quiosque desnivelado em relação à praia – rampas e escada de acesso, com largura compatível ao fluxo.
	10	A rampa de acesso ao quiosque a partir da praia possui 8,33% de inclinação longitudinal e <2% de inclinação transversal, obedecendo a NBR9050/2004
	11	Bancos do quiosque rígidos fora da área de circulação
	12	Corrimão com duas alturas (70 e 92cm), sem arestas vivas, com 4cm de largura e instalados em ambos os lados da escada e da rampa
	13	O corrimão deve se estender por 30cm após o início e o fim da escada e rampa
	14	O piso do degrau projetado possui 30cm e o espelho 18cm
	15	Balcão lateral com 70cm de altura e 30cm de profundidade, permitindo aproximação de pessoa com cadeira de rodas.
	16	Rodapé em material resistente, para proteção do revestimento de eventuais choques
	17	Balcão aberto permite contato direto com funcionário e conversa mais próxima

Tomar banho de sol, contemplar a paisagem, ler, fazer trabalhos manuais, usar o computador/tablet no calçado

Para a realização destas atividades, foram propostas diferentes áreas de estar na parte intermediária do calçado (zona 03).

SOLUÇÃO PROPOSTA – ÁREAS DE ESTAR

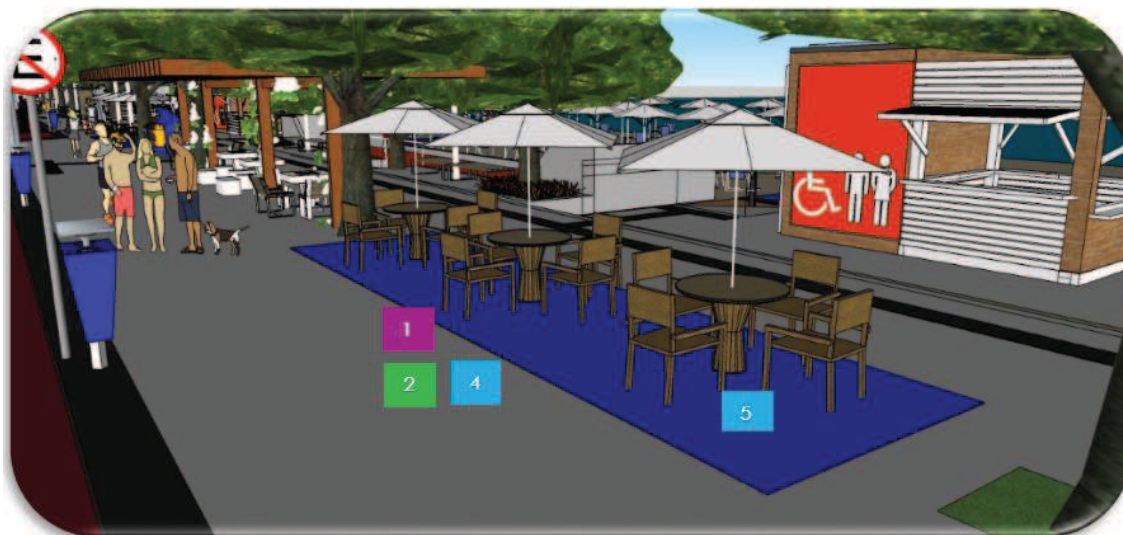
10








Imagem 112 e 113. Área de estar. Fonte: Autora,2014



SOLUÇÃO PROPOSTA – ÁREAS DE ESTAR

Imagem 114. Área de estar. Fonte: Autora, 2014



	1	Implantação áreas de estar sempre na zona 03, marcadas com piso diferenciado e mobiliário com cor contrastante em relação ao piso
	2	Piso da área adjacente estável, antiderrapante, regular e anti-reflexo em qualquer condição climática
	3	Bancos rígidos, com cantos arredondados e sem arestas vivas. Devem ser desenhados com formas simples, de fácil compreensão. Os materiais usados devem ser rígidos, resistentes, sem rebarbas e preferencialmente com cantos arredondados, de modo que permitam apoio no uso normal ou em uma emergência, como em desequilíbrios. Também devem ter assento alto (45 a 50cm) e com profundidade de 45 a 50cm. Essas medidas estimativas são baseadas na média de altura entre homens e mulheres brasileiros.
	4	Diferentes composições: com assento e encosto, somente assento, com e sem braço, à sombra e no sol, virados para calçadão e para a praia. Quando houver encosto, o mesmo poderá ter 35cm de altura com ângulo entre 100 e 110° em relação ao assento para dar conforto ao usuário.
	5	Áreas de estar com mesas, que permitam o apoio de objetos pessoais e pequenas refeições
	6	Torres para carregar celulares, computadores, tablets, entre outros eletrônicos levados para a orla
	7	Espaços livres na lateral para permitir a aproximação de cadeiras de rodas, carrinhos de bebê ou ainda cadeiras de praia

Jogar cartas e jogos de tabuleiro

Mesmo sem espaços qualificados, hoje os jogos de carta e tabuleiro são frequentemente vistos no decorrer da orla, sempre ocorrendo em mesas e estruturas improvisadas. Neste projeto, sugeriu-se que a cada 1km se reserve uma área, na zona 03, para a implantação de espaços qualificados para esta atividade.

SOLUÇÃO PROPOSTA – ÁREAS DE JOGOS

Imagem 115. Área de jogos. Fonte: Autora,2014

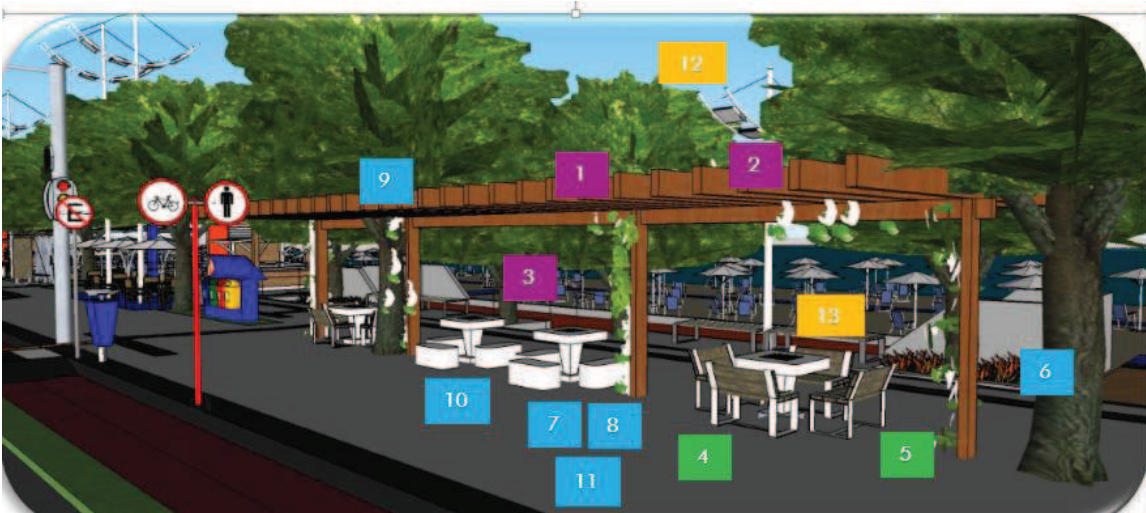
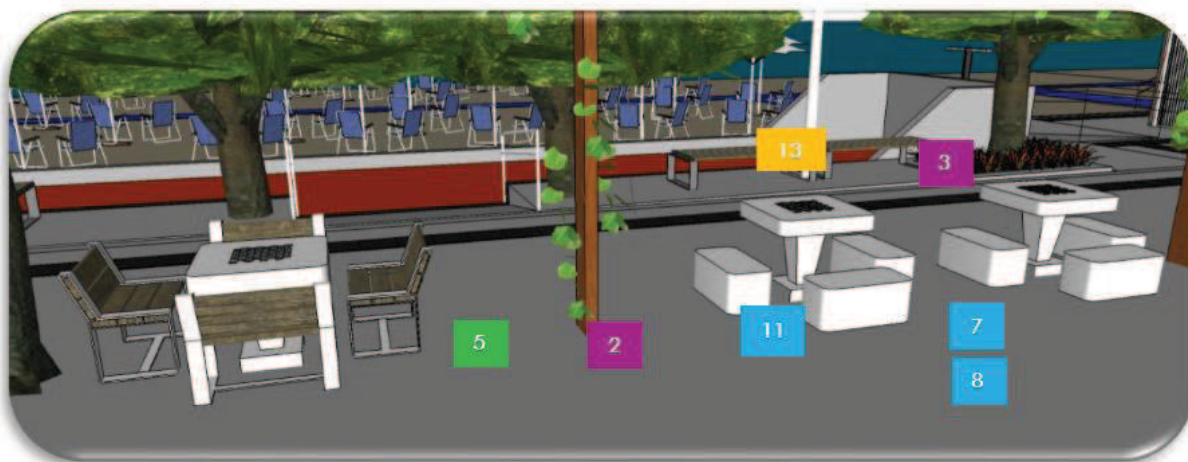















Imagem 116 e 117. Área de jogos. Fonte: Autora,2014



	1	Cobertura em forma de pergolado demarca atividade diferenciada
	2	Uso de vegetação com aromas em conjunto com a cobertura dá ao local uma identidade olfativa diferenciada em relação ao restante do entorno
	3	Cor do mobiliário diferenciada e preferencialmente contrastante entre piso e mobiliário
	4	Piso estável, antiderrapante, regular, anti-reflexo em qualquer condição climática e com inclinação transversal <1% para escoamento da água pluvial
	5	Acesso a todas as mesas de jogos por circulação de 90cm em todo o perímetro das mesas

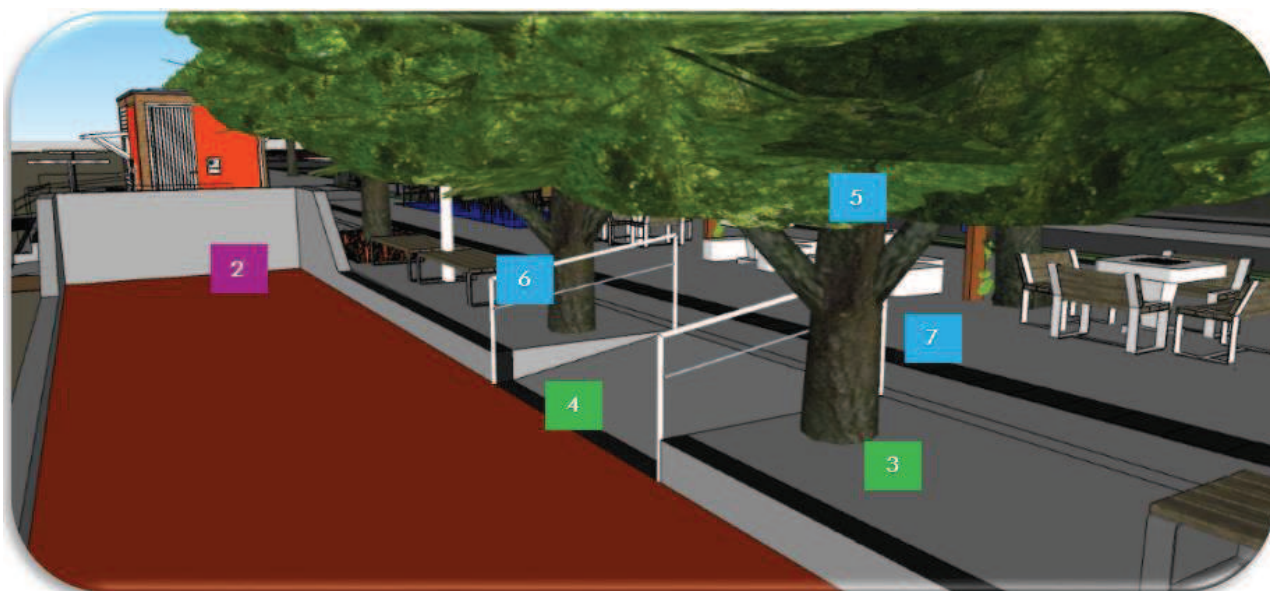
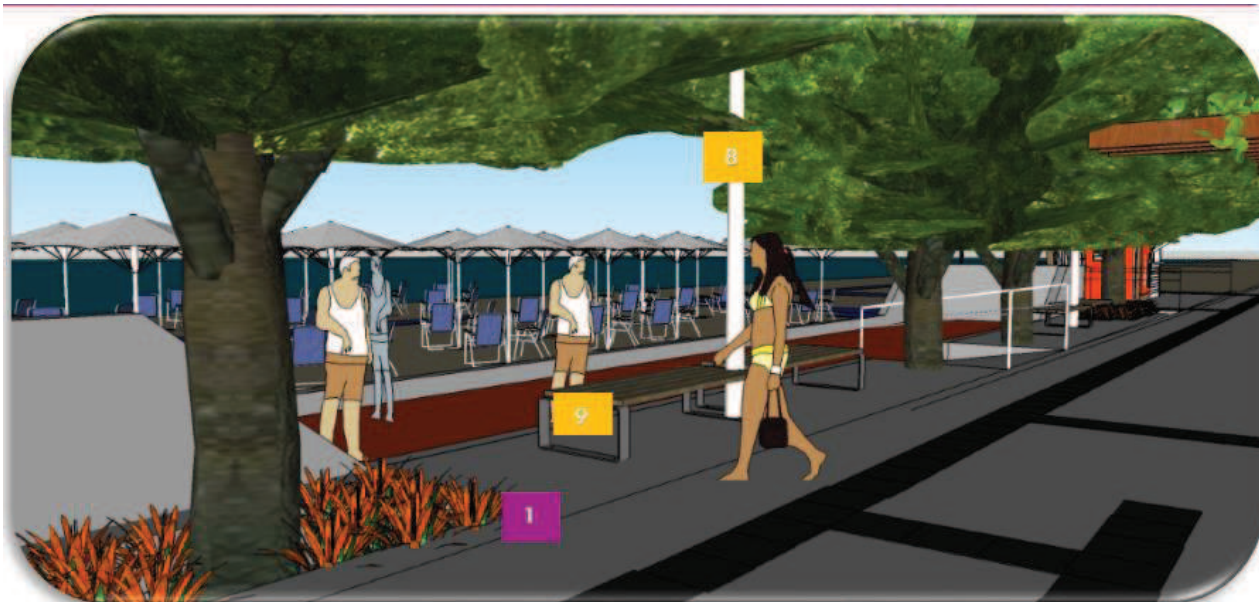
	6	Sombreamento e cobertura da área de jogos
	7	Opção de bancos com ou sem encosto com cantos arredondados.
	8	Mesas centrais firmes, sem banco em um dos lados, permitindo aproximação de cadeira de rodas ou outro tipo de assento
	9	Elemento de cobertura com altura acima de 2,20m para não gerar sensação de estufa
	10	Área livre no entorno desta área para permitir aproximação de cadeiras de expectadores dos jogos
	11	Base para apoio dos pés durante os jogos
	12	Iluminação direcionada para as mesas ou próxima a essas
	13	Áreas de estar próximas para familiares ou amigos acompanharem os jogos










Jogos de bocha

Diferente do que ocorre com os jogos de tabuleiro e cartas, os jogos de bocha já possuem locais específicos em toda a orla. Por outro lado, os mesmos não são qualificados. Da mesma forma como no item anterior, neste projeto, sugeriu-se a distribuição de espaços específicos para esta atividade a cada dois quilômetros.

SOLUÇÃO PROPOSTA – ÁREAS DE JOGOS

Imagens 118 e 119. Área de jogos. Fonte: Autora, 2014



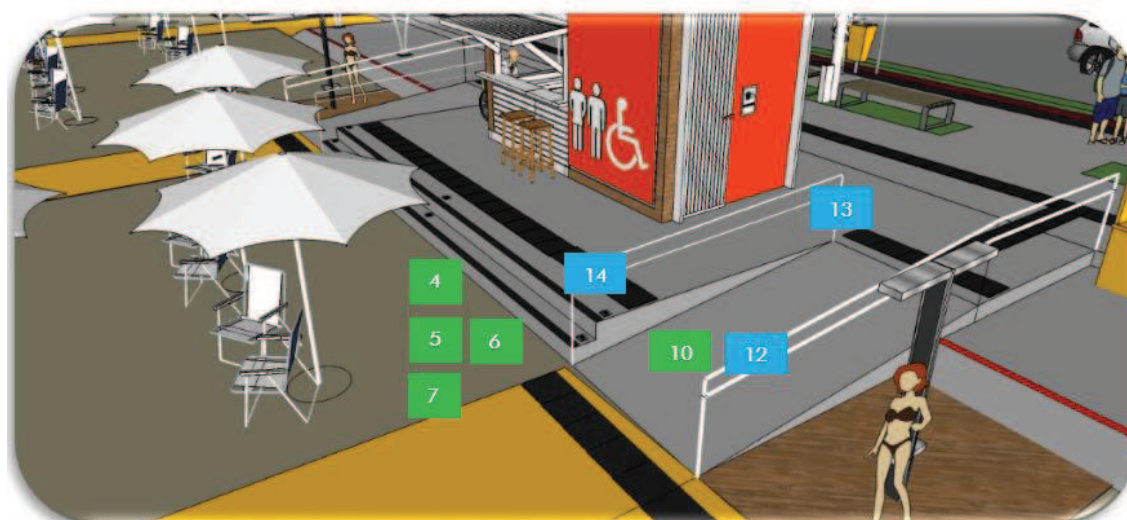
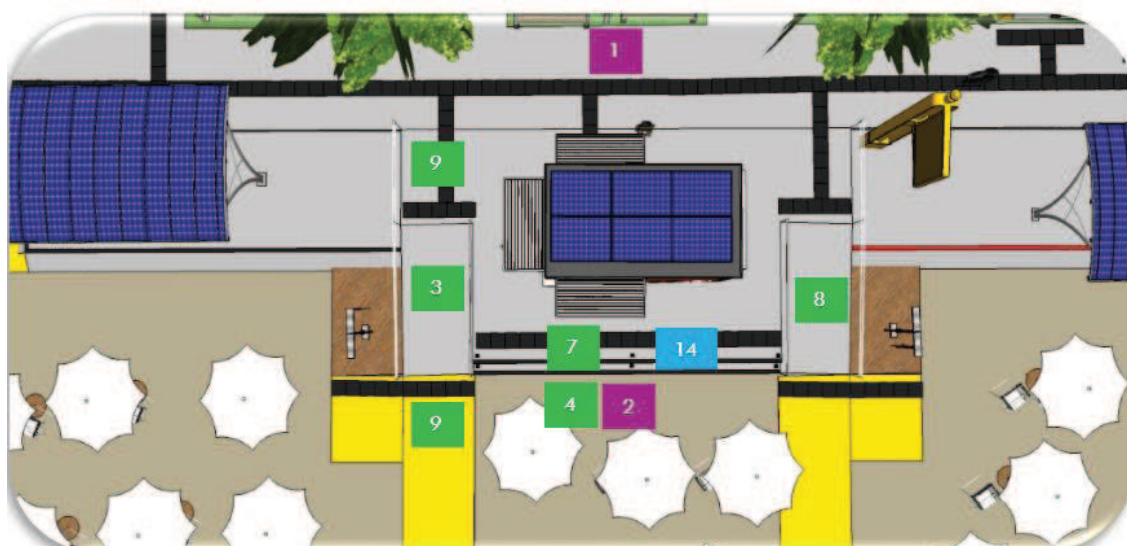
	1	Uso de vegetação com aromas dá ao local uma identidade olfativa diferenciada em relação ao restante do entorno
	2	Cor diferenciada entre piso e mobiliário
	3	Piso do acesso estável, antiderrapante, regular e anti-reflexo
	4	A rampa de acesso possui 8,33% de inclinação longitudinal e <2% de inclinação transversal, obedecendo a NBR9050/2004
	5	Sombreamento para área de estar ao lado e para a cancha
	6	Corrimão na rampa com duas alturas (70 e 92cm), sem arestas vivas, com 4cm de largura e instalados em ambos os lados.
	7	O corrimão se estende por 30cm antes do início da rampa.
	8	Iluminação direcionada para as mesas ou próxima a essas
	9	Áreas de estar próximas para familiares ou amigos acompanharem os jogos


O acesso entre o calçadão e a faixa de areia


Um dos aspectos mais críticos verificados durante o levantamento técnico foi aquele que tange o acesso entre calçadão e praia. Para solucionar a questão de vencer o desnível existente na maior parte da orla, entre a faixa de areia e o calçadão, propôs-se acessos por rampas e escadas, em módulos simples ou agrupadas aos quiosques.

SOLUÇÃO PROPOSTA – ACESSO AGRUPADO AO QUIOSQUE

Imagens 120 e 121. Acessar a praia. Fonte: Autora,2014

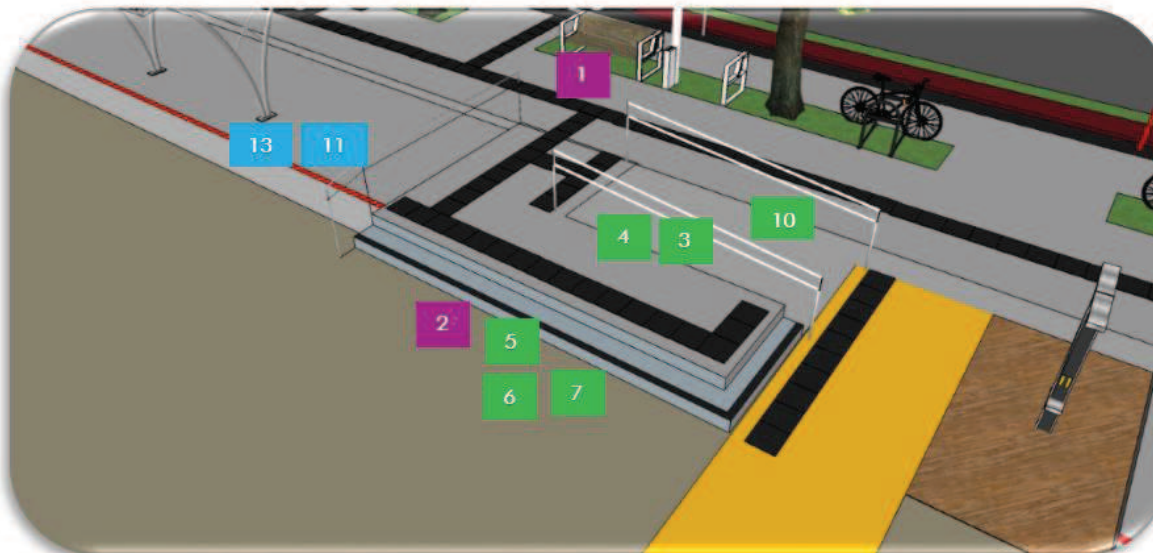


 **1** Suporte informativo tátil – piso alerta e direcional - indicando a partir da rota acessível até a praia, assim como início e término das rampas e início da escada









 **2** Sinalização visual localizada na borda do piso, em cor contrastante com a do acabamento com 2cm de largura

SOLUÇÃO PROPOSTA – ACESSO MODULO SEPARADO AO QUIOSQUE

Imagens 122 e 123. Acessar a praia. Fonte: Autora,2014



	3	Piso do acesso estável, antiderrapante, regular e anti-reflexo em qualquer condição climática
	4	Escada com 6 metros de largura, para atender o grande fluxo de turistas durante o verão
	5	Espelhos dos degraus são fechados
	6	Os degraus possuem espelho de 18cm – o primeiro pode variar de acordo com altura da areia

	7	A profundidade do degrau possui 30cm
	8	A rampa de acesso possui 2 metros de largura
	9	Há patamares de 2x2m antes da descida e da subida da rampa
	10	A rampa de acesso possui 8,33% de inclinação longitudinal e <2% de inclinação transversal, obedecendo a NBR9050/2004
	11	Corrimão na escada com duas alturas (70 e 92cm), sem arestas vivas, com 4cm de largura e instalados unilateralmente.
	12	Corrimão na rampa com duas alturas (70 e 92cm), sem arestas vivas, com 4cm de largura e instalados em ambos os lados.
	13	O corrimão se estende por 30cm antes do início e do fim da rampa e da escada.
	14	Iluminação direcionada proveniente tanto de cima quanto do piso

Uso da praia







Para aqueles usuários que além de usarem o calçadão, desejem chegar até a faixa de areia ou mesmo até o mar, propôs-se uma malha de esteiras a ser implantada em toda a orla, de modo que todos os usuários possam acessar com maior facilidade essa área que hoje não pode ser frequentada por alguns grupos.

Neste caso específico, as esteiras foram propostas na faixa onde existe areia fofa, pois o último trecho antes da água possui terreno firme até a entrada na água.

SOLUÇÃO PROPOSTA - ACESSO À FAIXA DE AREIA

Imagem 124. Acessar a praia - esteiras. Fonte: Autora, 2014



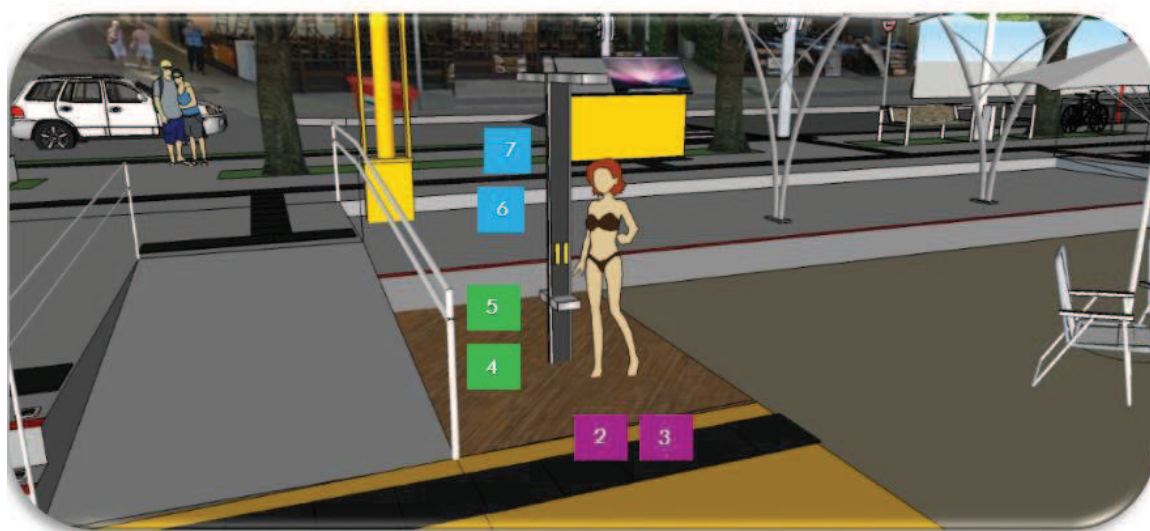
	1	A cada 500 metros ou acesso formal próximo deve haver uma esteira
	2	Cada região da praia possui uma cor de esteira específica – facilita orientação
	3	A mudança de textura em relação à areia, assim como o contraste de cores, facilita a orientação de pessoas com baixa visão e de pessoas cegas
	4	Piso do acesso estável, antiderrapante, regular e anti-reflexo em qualquer condição climática. O material usado não absorve calor com facilidade, como esteiras especiais para a praia.
	5	Inclinação longitudinal da esteira <8,33% e Inclinação transversal <2%
	6	A largura das esteiras favorece o deslocamento em dupla ou até trios

Uso das duchas

Como elemento utilizado por usuários tanto do calçadão, quanto da praia, as duchas devem estar localizadas para atender ambos os fluxos assim como seguir parâmetros específicos para permitir um uso seguro.

SOLUÇÃO PROPOSTA - USO DAS DUCHAS

Imagem 125. Uso das duchas. Fonte: Autora, 2014



	1	Todos os quiosques possuem na lateral de suas rampas uma ducha
	2	Sinalização tátil de alerta para demarcar a mudança da área da esteira para a área da ducha, com piso drenante
	3	A mudança de textura em relação à esteira, assim como o contraste de cores, facilita a orientação de pessoas com baixa visão e de pessoas cegas
	4	Piso abaixo da ducha drenante, estável, antiderrapante, regular e anti-reflexo em qualquer condição climática
	5	Fluxo de saída da ducha pela rampa ou pela plataforma das estruturas de pequenos comércios ou iniciativas

Uso dos banheiros

Como atividade realizada por todos os usuários, independente da área que estão frequentando da orla, tem-se o uso dos banheiros. Como ocorre hoje, por motivo de racionalização das áreas construídas assim como demandas de instalações, manteve-se os mesmos localizados em anexo ao quiosque, todavia com acessos independentes.

SOLUÇÃO PROPOSTA – USO DO BANHEIRO – ÁREA EXTERNA

Imagens 126. Uso dos banheiros. Fonte: Autora,2014

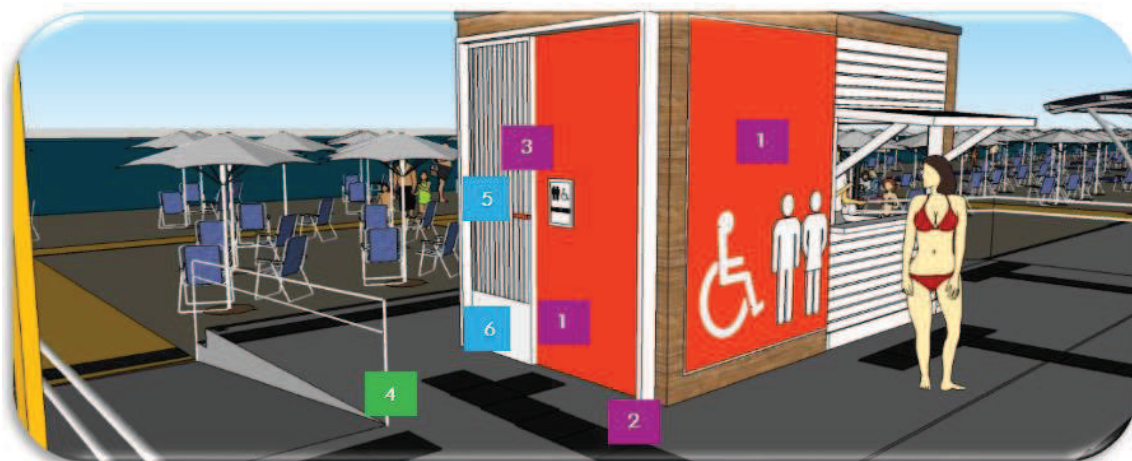
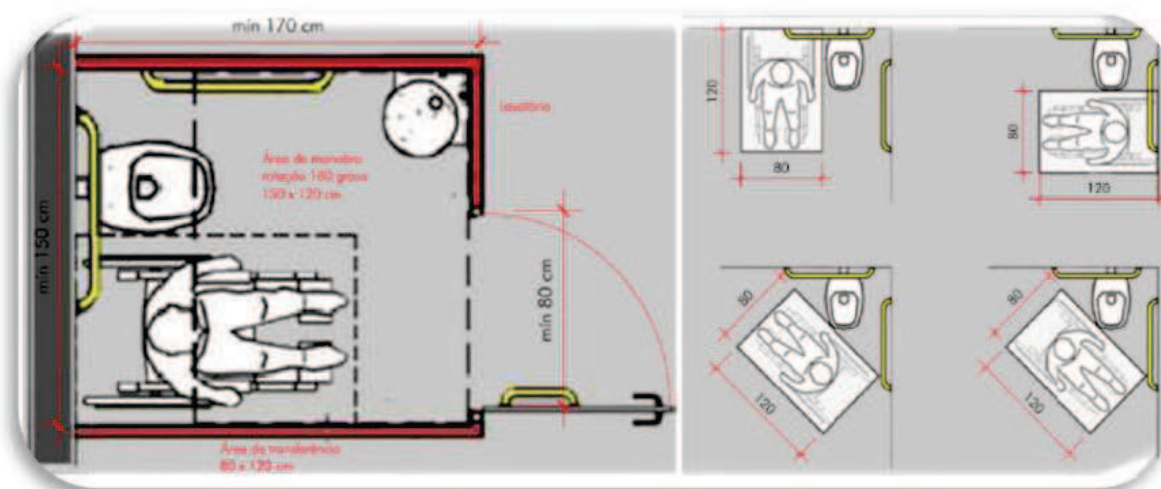


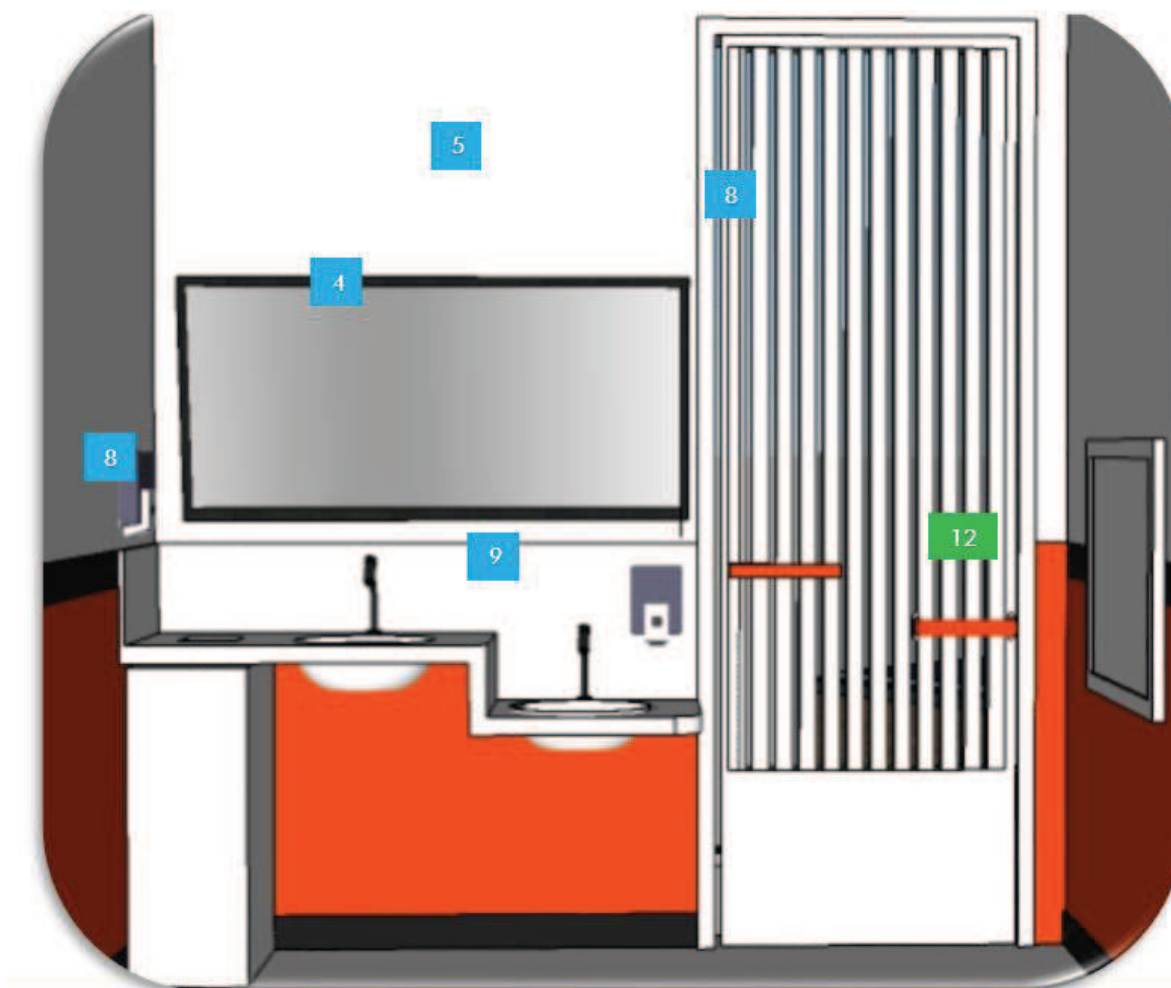
Imagem 127. Uso dos banheiros. Fonte: Autora,2013







	1	Todos os quiosques possuem banheiros sinalizados em sua estrutura. A informação deverá ser visível a todos, de preferência usando mais de uma opção de linguagem (tátil, pictórica, Braille) como usado nesta proposta
	2	Sinalização tátil direcional e de alerta para levar o usuário da rota acessível principal até o banheiro
	3	Contraste entre cor da fachada e piso e de porta de entrada em relação à fachada
	4	Área de giro em frente à porta do banheiro com diâmetro de 1,60m livre de barreiras
	5	Porta do banheiro acessível com abertura para fora – vão de 90cm (mín 80cm)
	6	Puxador no formato de alavanca + barra posicionada de acordo com NBR9050/2004 + área com revestimento resistente na parte inferior

Imagem 127. Uso dos banheiros. Fonte: Autora,2013





	1 Cor contrastante entre piso x parede e porta x parede. Faixa em material de cor contrastante destaca as louças e acessórios para facilitar o uso de pessoas com baixa visão
	2 Box com 2,60m x 1,80m com pelo menos 2 possibilidades de transferência, maior que o box de 150 x 170cm proposto pela NBR9050/2004
	3 Espelho inclinado 10° permite a visão de pessoas de diferentes alturas, crianças e cadeirantes
	4 Bancada com duas alturas: a primeira parte com 90cm de altura e a segunda com 78 a 80cm de altura, com altura livre de 73cm vazada na parte inferior, sem saia alta, permitindo a aproximação adequada da cadeira de rodas
	5 Torneira acionada por sensor ou alavanca permite o manuseio por pessoas com restrição de movimentos
	6 Barras de apoio para transferência devem ser localizadas de acordo com a NBR9050/2004. O diâmetro recomendado é de 3-3,5cm e devem ter comprimento mínimo de 80cm e altura de 75cm em relação ao piso.
	7 Se possível, instalar barra retrátil na lateral oposta à parede
	8 Saboneteira, toalheiro, porta-objetos e lavatório devem ser instalados dentro da faixa de 70cm a 1,20m. A torneira deve ter no máximo 80cm de altura

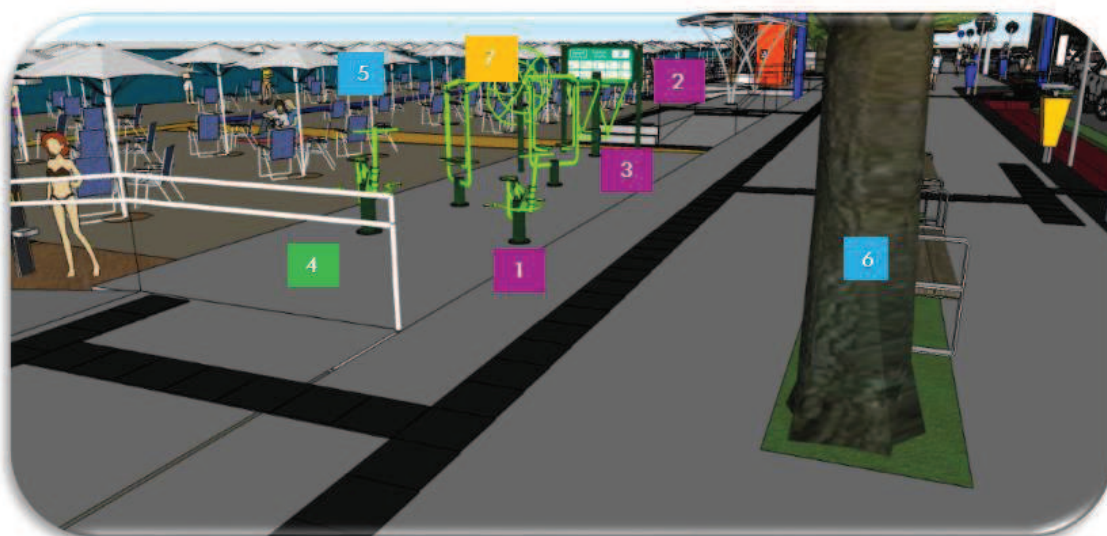
	9	Área livre para aproximação no lavatório deve ter ao menos 80cm 1,20m
	10	Barra e puxador de alavanca em porta de abrir para fora
	11	Cabides para apoio de objetos pessoais e Trocador retrátil
	12	Piso antiderrapante e regular








Áreas de alongamento

Por ser bastante comum a realização de atividades físicas na orla, propôs-se a inclusão de áreas de alongamento no decorrer da mesma.

SOLUÇÃO PROPOSTA – ÁREA PARA ALONGAMENTO

Imagens 129. Áreas de alongamento. Fonte: Autora,2014



	1	Áreas de alongamento entre calçada e praia, sempre próximas à acessos
	2	Sinalização com informação a respeito dos equipamentos e suas funções/exercícios
	3	Equipamentos em cores contrastantes em relação ao piso
	4	Área de circulação entre os equipamentos de no mínimo 90cm
	5	Equipamentos desenhados com formas simples, de fácil compreensão. Os materiais usados devem ser rígidos, resistentes, sem rebarbas e preferencialmente com cantos arredondados, de modo que permitam apoio no uso normal ou em uma emergência, como em desequilíbrios
	6	Árvores e iluminação pública próximas a estas áreas para permitir sombreamento e uso em diversos horários
	7	Composição de diversos equipamentos para permitir realização da atividade em grupos

A partir do conhecimento obtido na realização deste projeto piloto, das informações levantadas com os usuários e dos conhecimentos teóricos da revisão bibliográfica, apresenta-se a seguir diretrizes projetuais formuladas para servirem de base ao projeto acessível de uma zona balnear costeira.

6. DIRETRIZES PROJETUAIS PARA PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE ESPACIAL EM ZONAS BALNEARES COSTEIRAS

Neste capítulo busca-se apresentar diretrizes que contribuam para criar zonas balneares acessíveis quanto à possibilidade de orientação, deslocamento, uso e participação de todos, em especial atenção aos idosos.

Essas diretrizes foram elaboradas em consonância com as determinações da NBR9050/2004 com o diferencial de terem sido geradas a partir do cruzamento dessa norma com uma situação real do projeto piloto, gerando a necessidade de se pensar além dos parâmetros existentes, resolvendo a totalidade a partir de cada atividade levantada e componente da acessibilidade relacionado.

Para melhor sistematização dos dados, os resultados desse processo serão divididos em **diretrizes gerais**, as quais se referem à projetos de zonas balneares e todos os seus elementos, e **diretrizes**

específicas, correspondentes às facilidades que devem ser previstas para realização de cada atividade destes espaços.

6.1. Diretrizes gerais

Para se ter um espaço acessível uma série de questões e posturas devem ser levadas em conta desde sua concepção até sua implantação e apropriação:

PROJETO E EXECUÇÃO

- Antes de qualquer elaboração de um projeto de acessibilidade é de fundamental importância conhecer o local em que este será implantado e suas barreiras, seus usuários e deficiências, assim como as atividades a serem realizadas. Estes dados são indispensáveis para a criação de espaços inclusivos à maior gama possível de pessoas, independentemente de suas características individuais.

- Durante a elaboração das soluções devem-se considerar todas as etapas pelas quais o usuário deverá passar até a realização da atividade final. Um exemplo prático disso é de que não é suficiente se pensar em uma faixa de areia acessível caso o idoso não consiga antes, chegar até ela, seja devido a falta de transporte adaptado, vagas acessíveis ou ainda um desnível sem solução adequada.
- Deve-se estar consciente, durante um projeto, seja ele novo ou de adaptação, que nem sempre é possível solucionar um problema apenas resolvendo as condicionantes da escala local. Nestes casos é necessário ampliar a escala e contextualizar a solução além do espaço que está sendo criado ou redesenhado.
- A solução de problemas de acessibilidade não se encerra no projeto. Após esta etapa há ainda a execução e a fiscalização, durante as quais devem ser mantidas e exigidas as recomendações e propostas da primeira etapa.
- Recomenda-se que desde o estudo preliminar até a entrega da execução tenha-se sempre um profissional habilitado para

acompanhamento e instrução da mão-de-obra tratando-se da correta execução dos itens propostos;

- O aprofundamento técnico sobre acessibilidade, o empenho de administradores públicos e considerável vontade política são aspectos extrínsecos ao projeto, todavia fundamentais para o sucesso de sua implantação.

INCLUSÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

- Para garantir a perfeita compreensão das soluções, a realização de campanhas informativas e de orientação, consultas públicas e oficinas de sensibilização da sociedade possuem papel indispensável no sentido de orientar a respeito das soluções técnicas executadas, de modo a evitar, além das barreiras físicas, as atitudinais sofridas por muitos usuários durante a realização de atividades em zonas turísticas balneares;

- Além das adaptações previstas para o espaço, muitas vezes é necessário a disponibilização de equipamentos de tecnologia assistiva para inclusão efetiva do usuário;
- A velocidade com que o turismo é efetuado desponta como um empecilho ao envolvimento mais intenso dos indivíduos de mais idade na atividade juntamente com a falta de equipamentos e animação turística adequados para o público da terceira idade. É importante considerar que os interesses que instigam a participação no turismo são diversificados e, portanto exigem um tratamento segmentado.

MANUTENÇÃO E LIMPEZA

- Projetos de limpeza urbana são importantes para que o lixo não danifique os canteiros, a grama, a praia e o calçadão.
- As atividades de manutenção da vegetação são de suma importância para garantir a qualidade do paisagismo implantado, seja

através de podas ou plantação de novas mudas no local das que estão danificadas;

- O mesmo vale para manutenção dos pisos e do mobiliário urbano, que devem ser checados periodicamente para atestar a possibilidade de uso seguro.

INFORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO

- As zonas balneares costeiras devem possuir, em sua totalidade, uma única linguagem de comunicação visual. Por outro lado, recomenda-se, quando extensa, que se fragmentem os espaços por marcos referenciais, cores, aromas, sons ou texturas diferenciadas para facilitar a orientação;
- Diferentes atividades devem possuir distintas configurações espaciais usando o mobiliário, a cor do piso, a iluminação, entre outros componentes para caracterizá-las;

- Dado que a estrutura pode ser muito diferente de uma zona balnear para a outra, não é possível oferecer o mesmo grau de acessibilidade para todos. Portanto, informações claras devem ser fornecidas sobre o estado de cada praia e os serviços que presta, e isso deve ser postado tanto nos pontos de acesso à praia em si como em outras fontes de informação pública. Desta forma, as pessoas podem escolher antecipadamente quais praia que eles querem - e são capazes - de visitar.
- Recomenda-se que todos os espaços e atividades, assim como recomendações, sejam sinalizados através de placas, instaladas fora da área de circulação, incorporadas ou não aos equipamentos. Essas devem fornecer informação de forma clara e objetiva, através de textos, pictogramas, Braille, sons, entre outros recursos;
- Essas placas, quando não implantadas em áreas destinadas à equipamentos e fora da área de circulação, devem ser marcadas por piso tátil de alerta, estando sempre entre 1,10 e 1,80m de altura para que usuários em pé e sentados consigam ler suas informações;

- Seguindo uma repetição no decorrer da zona balnear, de acordo com sua extensão, recomenda-se distribuir centrais de informações táteis, que tragam dados tanto do local quanto dos espaços e atividades ali existentes.

VEGETAÇÃO

- Vegetação com formas, texturas e aromas diferenciados é sempre bem vinda para demarcação de diferentes zonas da orla, servindo como referencial;
- Por outro lado, devem-se ter locais livres das mesmas, principalmente para usuários alérgicos a aromas e ao pólen;
- A vegetação com função de sombreamento deve ser plantada em áreas de estar, jogos e caminhadas para maior conforto dos usuários;

- Nenhuma espécie utilizada próxima às áreas de permanência e circulação deve ter espinhos ou copas que possuam galhos baixos (abaixo de 2,20m) e muito ramificados;
- Devem-se evitar o plantio, em áreas de circulação, de espécies que percam flores e frutos;
- Vegetação com raízes superficiais, principalmente tratando-se de árvores, não devem ser plantadas próximas às circulações devido ao rompimento do piso que podem causar ;
- As espécies escolhidas devem ser de baixa manutenção e serem predominantemente perenes.

SEGURANÇA PÚBLICA









- Garantir um horário estendido de funcionamento dos quiosques e das atividades realizadas na orla. Atrair usuários para estes espaços nos mais distintos períodos do dia;

- Assim como em toda a cidade, a presença de policiamento nas zonas balneares é indispensável para que o usuário desfrute deste local tranquilamente;
- Guarda-vidas, em número equivalente ao perigo que a zona balnear oferece, são importantes para a proteção dos turistas e da população;
- A iluminação pública, tanto da faixa de areia quanto das áreas adjacentes são importantes para o controle visual e uso em qualquer horário. Prever diferentes alturas de iluminação de acordo com cada tipo de atividade.

6.2. Diretrizes específicas

Da mesma forma como foi realizada a avaliação e o projeto piloto, as diretrizes específicas serão apresentadas na tabela a seguir, considerando os seguintes aspectos:

- a) Atividade

- b) Componente da acessibilidade  Orientação,  Uso, 
Deslocamento e  Comunicação.
- c) Fonte:  Elaborado pela autora
 Retirado da NBR9050/2004
  Elaborado pela autora com base em item já existente na NBR9050/2004
- d) Descrição


















ACESSAR A ORLA

Tratando-se do acesso às zonas turísticas balneares, normalmente esse ocorre por transporte público, a pé, por bicicleta ou ainda veículo particular/alugado.

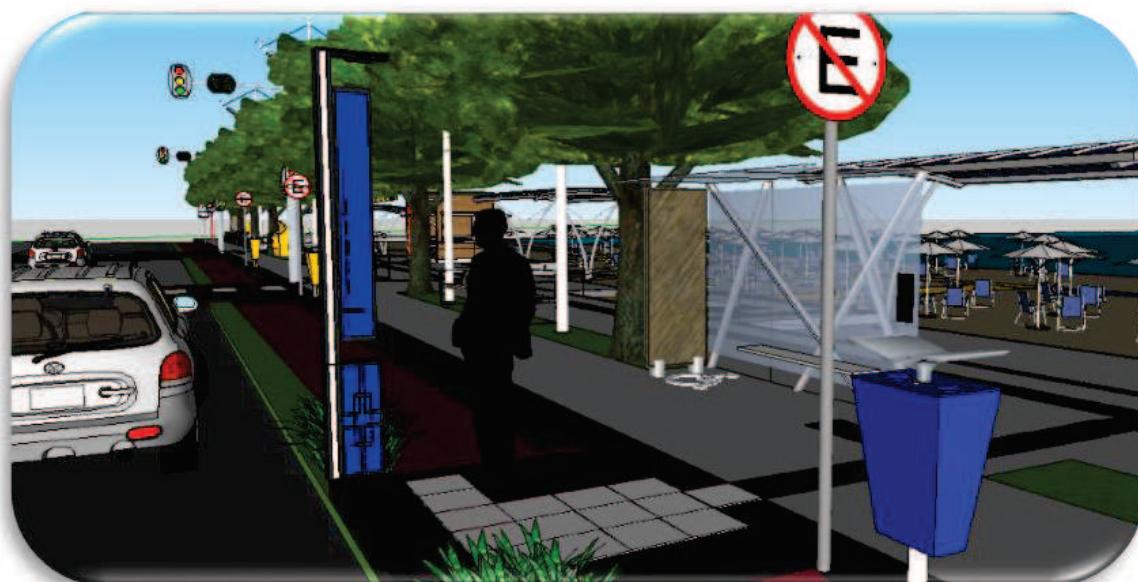
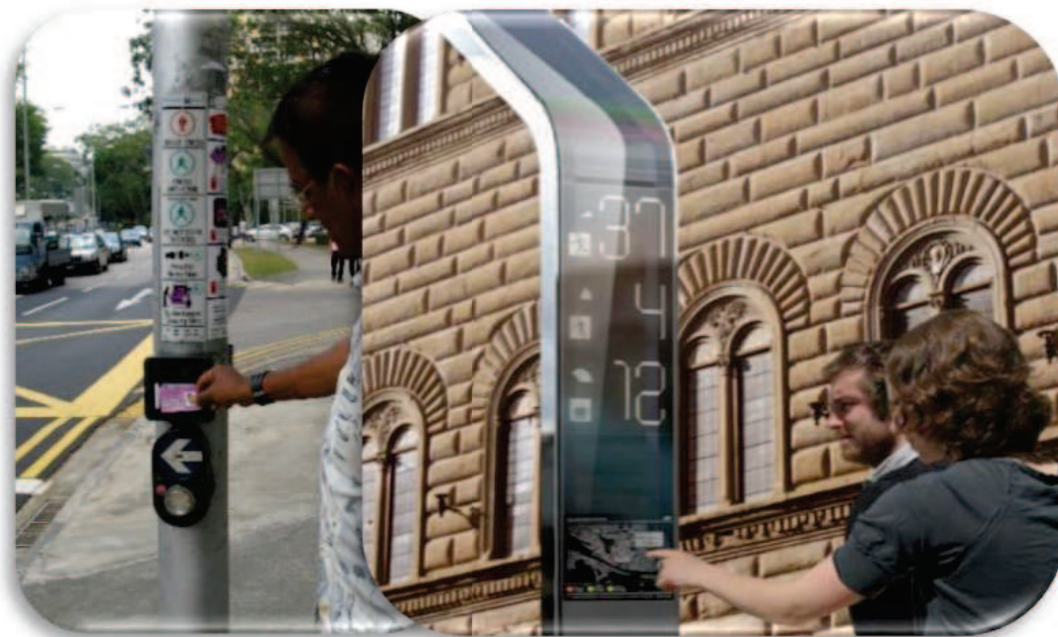
Chegar na orla por transporte público

Assim como visto em Balneário Camboriu, em muitas zonas balneares o espaço para implementação de abrigos de de ônibus é bastante

restrito ou inexistente. Nestes casos, recomendam-se paradas de ônibus com os seguintes elementos:

		Totem iluminado deve ser localizado próximo à parada com código do ponto, linha de ônibus, itinerário e ponto atual, tarifas e horários das linhas, preferencialmente utilizando além da linguagem escrita, Braille ou informação sonora, facilitando a localização dos usuários
		O uso de pictogramas no totem facilita o reconhecimento da parada, uma vez que desenhos são informações mundialmente reconhecidas
		Da mesma forma como ocorre nos abrigos, nas paradas de ônibus devem ser instalados a sinalização tátil de alerta ao longo do meio fio e o piso tátil direcional, demarcando o local de embarque e desembarque conforme NBR9050/2004
		Caso a praia seja fragmentada por zonas – cores – recomenda-se que o totem possua a mesma cor para fácil identificação, fornecendo uma informação adicional caso o entorno seja homogêneo
		Caso não haja espaço disponível no passeio para proposta de parada, sem gerar barreiras às pessoas que por ali circulam, recomenda-se a implantação de um anexo, no mesmo nível do calçamento, para que os usuários de ônibus aguardem em segurança
	 	O piso da parada de ônibus deve ser estável, antiderrapante, regular, anti-reflexo em qualquer condição climática e com inclinação transversal <2% para permitir o escoamento da água pluvial sem afetar no deslocamento. Como acabamento de piso geral recomenda-se o uso de piso ladrilho hidráulico ou ainda bloco intertravado drenante, sempre assentados sobre terreno nivelado e compactado. As cores utilizadas devem ser diferentes das do piso do entorno próximo (como a areia e vegetação)
		Sombreamento deve ser previsto próximo à parada, para maior conforto durante a espera
		Sugere-se instalação de botoeira para sinalizar a chamada do ônibus no próprio totem, de modo que o idoso ou usuário com restrição de movimentos manuais não tenha que erguer o braço. Esse mecanismo facilita também o uso por pessoas cegas ou com baixa visão que, a partir da informação do horário da passagem do ônibus e seu som característico, conseguem realizar a tarefa com maior êxito.

Imagens 130 a 132. Proposta totem touch, botoeira para chamada de ônibus e parada de ônibus sem abrigo, assim como imagens da aplicação na orla. Fontes: <http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/foto/0,,20873225-FMM,00.jpg> <http://app.mot.gov.sg/DATA/0/images/Land%20Transport/EnhancingAccessibility02.JPG> e <http://buzzer.translink.ca/wp-content/uploads/2012/10/Tactile-strip-and-new-bus-sign.jpg>



Já se houver espaço livre para implantação de um abrigo de ônibus, o mesmo deve seguir as seguintes diretrizes:





























		<p>Devem ser instalados a sinalização tátil de alerta ao longo do meio fio e o piso tátil direcional, demarcando o local de embarque e desembarque conforme NBR9050/2004, assim como a conexão deste espaço com o abrigo do ônibus e rota acessível</p>
		<p>A arquitetura do abrigo deve ser diferenciada em relação aos elementos do entorno – com fechamento lateral em vidro para visualizar chegada do ônibus. Essa diferenciação facilita o reconhecimento das paradas tanto por quem está na orla, quanto por aqueles que estão em movimento no interior do ônibus e podem utilizar a contagem de pontos para localização.</p>
		<p>Espaço informativo com código do ponto, linha de ônibus, itinerário e ponto atual, tarifas e horários das linhas devem ser previstos no ponto, em local que seu acesso não seja interrompido pelos usuários que estão na espera</p>
		<p>Caso a praia seja fragmentada por zonas – cores – recomenda-se que o abrigo possua em algum elemento a mesma cor para facilitar a identificação de sua localização</p>
	 	<p>O piso do abrigo de ônibus deve ser estável, antiderrapante, regular, anti-reflexo em qualquer condição climática e com inclinação transversal <2% para permitir o escoamento da água pluvial sem afetar no deslocamento. Como acabamento de piso geral recomenda-se o uso de piso ladrilho hidráulico ou ainda bloco intertravado drenante, sempre assentados sobre terreno nivelado e compactado. As cores utilizadas devem ser diferentes das do piso do entorno próximo (como a areia e vegetação)</p>
		<p>Recomenda-se a distribuição dos pontos ônibus de forma que o usuário não tenha que se deslocar por mais de 300 metros para chegar até eles a partir dos principais acessos da orla. Essa distância é considerada limite para deslocamento daqueles que possuem perda do tônus muscular, perda da resistência óssea e endurecimento das articulações, gerando dificuldade no deslocamento, mas deve ser avaliada caso a caso, já que depende da configuração e irregularidade do terreno</p>

Imagem 133. Abrigo de ônibus. Fonte: Autora; 2014



		Sombreamento deve ser previsto próximo ao abrigo para maior conforto durante a espera. As árvores devem ser plantadas de modo que protejam o abrigo durante o período de maior incidência solar
		O banco para espera deve permitir a visualização da rua e da pista onde o ônibus chega, de modo que o usuário possa permanecer sentado e protegido até sua aproximação
		O banco do abrigo de ônibus deve ser rígido para o sentar, assim como possuir braço resistente que acompanhe a profundidade do banco, pois este elemento é muito utilizado por idosos para gerar apoio de impulso do levantar
		Todo o mobiliário do abrigo deve ser resistente às intempéries, mas também deve-se ter em mente que eles vão estar em contato direto com a maresia e que as pessoas que os utilizam normalmente estão com pouca roupa, aumentando, assim, o fator de risco associado com o contato com a pele, bastante sensível nos idosos, principalmente aqueles que possuem fatores de risco como a diabetes.
	 	Deve-se prever espaço livre ao lado do banco de no mínimo 90 x 120cm, dentro da área coberta, para aproximação lateral do cadeirante

		Lixeiras em quantidade proporcional ao tamanho do ponto devem ser propostas para auxiliar na manutenção da limpeza dos mesmos
		Câmeras de monitoramento para segurança do entorno das paradas


















Cabe ressaltar aqui que caso do abrigo o ônibus esteja localizado afastado do ponto de parada, pode-se propor no projeto uma solução composta pelas duas soluções acima atuando juntas.

Chegar na orla a pé

Independente da configuração do entorno imediato da orla, para se chegar a pé, obrigatoriamente o usuário atravessará uma via, passará por passeios públicos e irá transpor um desnível.

Para o atravessar da via deve-se prever faixas de segurança para travessia com as seguintes características: a) elevadas ao mesmo nível da calçada, caso estejam localizadas em vias de tráfego lento b) ao nível da via com rebaixo do meio fio das calçadas, caso estejam localizadas em

vias de tráfego com velocidade moderada e c) na forma de passarelas: em vias de trânsito rápido. Essas faixas devem obedecer os seguintes itens:

		Em caso de faixa de travessia nivelada com o passeio, devem ser instalados a sinalização tátil de alerta sinalizando o início e final da faixa de segurança conforme NBR9050/2004. É opcional a demarcação da travessia com o piso direcional. Este tipo de faixa é o mais indicado para facilitar o deslocamento dos idosos, já que o mesmo não precisa transpor o desnível e está em posição favorável em relação aos carros.
		Em caso de faixa de travessia desnivelada com o passeio, devem ser instalados a sinalização tátil de alerta sinalizando o rebaixo do meio fio no início e final da faixa de segurança conforme NBR9050/2004. É opcional a demarcação da travessia com o piso direcional.
		Recomenda-se a previsão de semáforo com temporizador e aviso sonoro. O tempo de travessia deve ser dimensionado considerando a diminuição do ritmo de caminhada comum de muitos idosos e pessoas com mobilidade reduzida
		Recomenda-se a distribuição das faixas de segurança de acordo com o número de acessos existentes, nunca ultrapassando a distância de 300 metros, devido a dificuldade de locomoção de alguns idosos e pessoas com mobilidade reduzida por longas distâncias
	 	O piso do local da travessia deve ser estável, antiderrapante, regular, anti-reflexo em qualquer condição climática e com inclinação transversal <2% para permitir o escoamento da água pluvial sem afetar no deslocamento. Sempre que possível, utilizar cor diferente do piso da faixa de rolamento para maior destaque
		Rebaixo do meio fio em faixas de travessia facilitam a passagem do nível da calçada para o nível da rua, melhorando o deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida, com carrinho de bebê, que transportam grandes volumes de carga e aos pedestres em geral.
		A botoeira para acionamento do semáforo com temporizador deve ser instalada a 1,20m de altura, facilitando acionamento por todos
		A faixa de pedestres deve possuir largura de 1,50m a 1,80m, de modo que permita a circulação lado a lado de

	duas pessoas em cadeira de rodas de acordo com a largura apresentada pela NBR9050/2004
--	--

Imagens 134 e 135. Propostas para faixas de pedestres. Fonte: Autora, 2014













Já os passeios que levam o usuário até a orla devem ser proporcionais ao fluxo e atividades que abrigarão. Para organizar as atividades sugere-se a divisão em faixas. As calçadas menores que 2,00m devem ter apenas duas faixas: de serviço e de circulação. Nestes casos

recomenda-se 1,50m de circulação e 50cm para a faixa de serviço, onde ficam postes, lixeiras, iluminação, sinalização, entre outros.

Por outro lado, quando os passeios forem mais largos, pode-se acrescentar ainda uma faixa de apoio aos imóveis ou atividades existentes. Nesse local recomenda-se colocar equipamentos, mesas, floreiras, entre outros elementos que não atrapalhem a circulação, mas que complementem as atividades existentes no entorno.

Independente da sua configuração, deve-se ater aos seguintes tópicos:

		<p>Deve-se utilizar piso direcional e alerta para marcação de rota acessível e possíveis obstáculos encontrados durante o percurso. Essa rota é necessária sempre que o ambiente não forneça informações suficientes para orientação do usuário.</p>
		<p>As circulações para pedestre devem preferencialmente estar locadas em espaço afastado da via de circulação dos veículos. Quando não for possível e a via for de trânsito rápido, sugere-se a inclusão de barreira física como uma faixa de vegetação de forração elevada ou arbustiva (até 40cm) assim como guias balizadoras para garantir maior segurança ao transeunte</p>
		<p>O piso dos passeios deve ser estável, antiderrapante, regular, anti-reflexo em qualquer condição climática e com inclinação transversal <2% para permitir o escoamento da água pluvial sem afetar no deslocamento. Como acabamento de piso geral recomenda-se o uso de piso ladrilho hidráulico ou ainda bloco intertravado drenante, sempre assentados sobre terreno nivelado e compactado.</p>

		As cores utilizadas devem ser diferentes das do piso do entorno próximo (como a areia e vegetação)
		Para melhor orientação do usuário, a iluminação deve ser distribuída homoganeamente no decorrer dos passeios, sendo mais alta para a iluminação geral e mais baixa para iluminação de caminhos e áreas destinadas à atividades específicas. Cabe ressaltar que para realizar uma tarefa com a mesma precisão, as necessidades visuais de quantidade de luz podem ser duas vezes maiores aos sessenta anos do que aos vinte anos
		Circulações amplas (acima de 1,80m de largura) permitem idosos, cadeirantes e pequenos grupos caminharem lado a lado

Imagens 136, 137 e 138. Passeio com piso tátil, circulação ampla e livre de obstáculos.

Fonte:

<http://www.digitaljournal.com/img/6/8/7/0/1/4/i/1/4/8/o/DSC03696.JPG> e Autora, 2014





Por fim, quando ocorrerem desníveis, os mesmos devem ser vencidos por escadas e rampas, sempre próximas umas as outras, para permitir ao usuário a escolha da melhor alternativa.

Imagens 139 e 140. Escadas com sinalização correta, rampas com corrimão e guias de balizamento. Fonte: Autora, 2014

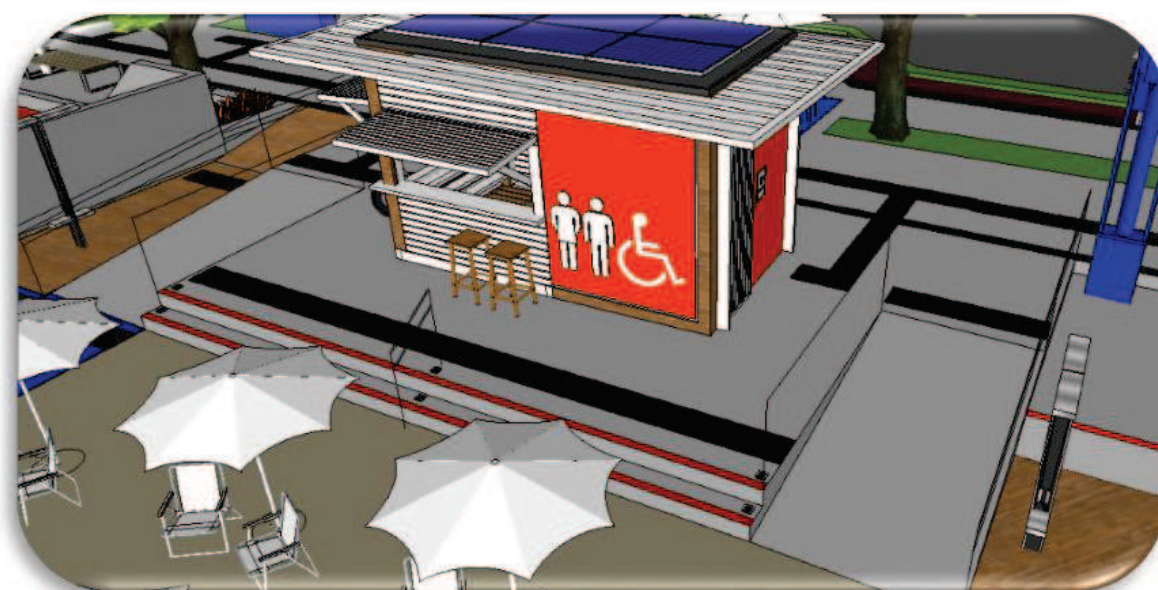
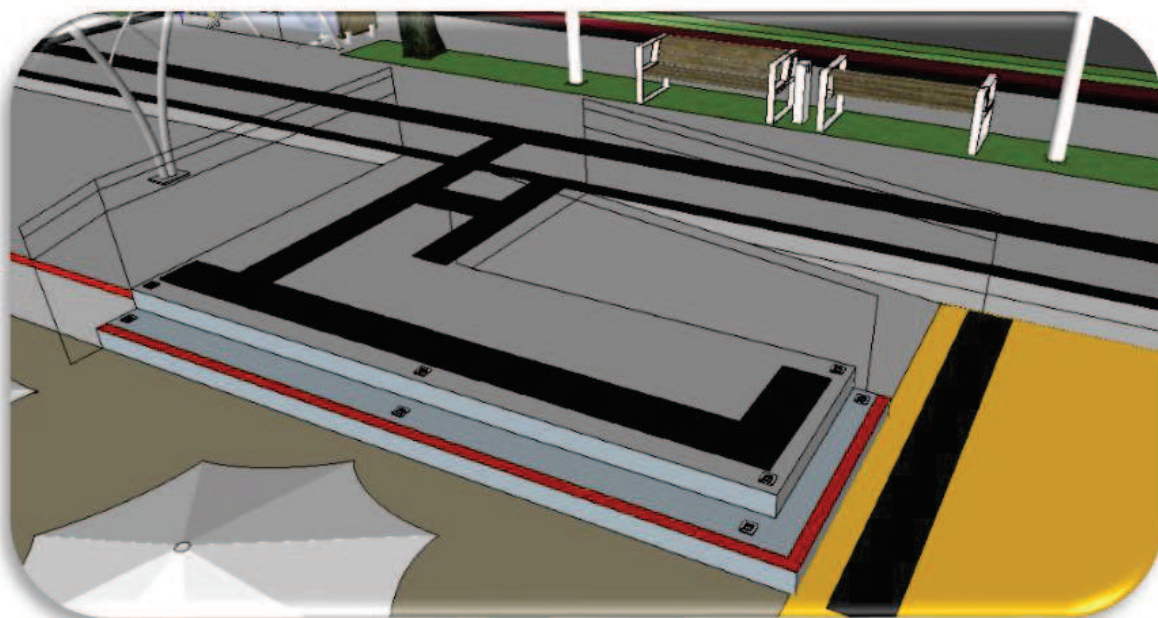









































Imagem 141. Corrimão com informação em Braille. Fonte: <http://www.infraero.gov.br/images/stories/imprensa/Corrimao-Acessivel-SBFZ.jpg>



		Tanto escadas quanto rampas, por serem elementos que merecem maior atenção no deslocamento dos idosos, devem ser marcadas no início e fim por pisos de alerta, em cores contrastantes com o piso base
		Sempre que possível utilizar sinalização em Braille nos corrimãos com informações relevantes a respeito do espaço para orientação dos que possuem baixa visão ou cegueira
		As rampas devem possuir 8,33% de inclinação longitudinal e menos que 2% de inclinação transversal, obedecendo a NBR9050/2004
		Já as escadas devem seguir a regra $0,63\text{ m} < p + 2e < 0,65\text{ m}$, sendo p a largura do piso e e a altura do espelho
		Elas devem ser rígidas, com espelho fechado para evitar que o usuário prenda o pé durante a subida, causando desequilíbrio e uma possível queda
		A largura da escada e da rampa pode variar de acordo com o fluxo de pessoas, mas deve obedecer a dimensão mínima de 1,50m de acordo com a a NBR9050/2004









	 	O primeiro e o último degraus de um lance de escada devem estar no mínimo a 30cm da área de circulação que o bordeia, para que o usuário consiga chegar até o final em segurança, sem a necessidade de desvio daqueles que já estão no espaço
	 	O piso das escadas e rampas deve ser estável, antiderrapante, regular, anti-reflexo em qualquer condição climática e com inclinação transversal <2% para permitir o escoamento da água pluvial sem afetar no deslocamento.
		Em esquinas ou outros locais de travessia, deve-se propor rebaixamento do meio fio com pequenas rampas, sinalizadas por piso podotátil de alerta de modo a permitir o acesso à faixa de travessia com segurança
		Esses rebaixos de meio fio devem direcionar o usuário para a via ou faixa de travessia, preferencialmente sem ter-se que passar por desníveis gerados devido à calhas de direcionamento da água pluvial, os quais podem trancar a bengala, o andador, muletas ou ainda rodas de cadeiras e carrinhos.
		Para melhor orientação do usuário, a Iluminação deve ser distribuída homogeneamente no decorrer dos passeios, sendo mais alta para a iluminação geral e mais baixa para iluminação de caminhos e áreas destinadas à atividades específicas. Pode-se também aproveitar as guias de balizamento para embutir iluminação, de modo a favorecer o deslocamento, assim como tornar mais visíveis os limites do caminho;
		Seguindo a NBR9050/2004, o corrimão deve ser instalado tanto nas rampas quanto nas escadas. Deve-se prever instalação em duas alturas: 70 e 92cm, sem arestas vivas, com diâmetro entre 3 e 4,5cm em ambos os lados. As duas alturas visam atender usuários em pé e em cadeiras de rodas, assim como crianças e adultos.
		Além disso, o corrimão deve ser contínuo e se estender por 30cm antes do início e do final da rampa e escada, sem interferir nas áreas livres de circulação adjacentes, permitindo que mesmo nos últimos degraus o idoso tenha o suporte para seu deslocamento
	 	Em caso de rampas extensas, deve-se prever patamares intermediários para descanso, já que com o decorrer da idade é comum a perda do tônus muscular e a fadiga torna-se mais frequente mesmo durante exercícios breves.
		Esses patamares podem receber áreas de estar adjacentes, caso seja necessário um descanso mais prolongado no meio do percurso.
		Quando não houver barreiras laterais, deve-se prever guarda corpo com 105cm de altura e guia de balizamento com ao menos 5cm nas duas laterais, obedecendo a NBR9050/2004



















		para permitir maior segurança do usuário diante do desnível gerado pela subida.
		Faixas antiderrapantes de cor contrastante, com 2 a 3cm de largura, devem ser instaladas no fim de cada degrau, para tornar o uso mais seguro, a partir do momento que o idoso e/ou pessoa com baixa visão consegue identificar com maior facilidade o limite do desnível.
		Circulações amplas (acima de 1,80m de largura) permitem idosos, cadeirantes e pequenos grupos caminharem lado a lado

Chegar na orla de bicicleta

Ainda que não seja comum idosos utilizarem esse tipo de meio de transporte, para os que chegam de bicicleta, recomenda-se que a ciclovia, além de bordear toda a praia, tenha conexão com outras rotas da cidade.

Além disso, é desejável que:

		A ciclovia deve ser facilmente identificada em meio as circulações, por sinalização e diferenciação de cores e nível em relação aos passeios
		Piso estável, antiderrapante, regular, anti-reflexo em qualquer condição climática e com inclinação transversal <2% para escoamento da água pluvial.
		As ciclovias devem estar providas de sistema de drenagem de águas pluviais, evitando acúmulo de água e possíveis acidentes escorregões
		A largura das ciclovias deve ser de no mínimo de 1,5 m por faixa e, na existência de meio-fio o mesmo deverá ser de face arredondada para maior segurança em caso de queda

		As cicloviias devem possuir sinalização horizontal em pontos de travessia de pedestres, com sinalização locada com antecedência para chamar atenção do ciclista
		Para proteção do ciclista, caso a ciclovia seja conectada à pista de rolamento, recomenda-se barreira vegetal entre elas com ao menos 40cm de altura
		Nessas barreiras não devem existir arbustos (galhos finos) ou plantas com espinhos, de modo a evitar arranhões e machucados durante a passagem pelas mesmas.
		Outro fator de segurança a se considerar são os trechos com alto risco de acidentes com invasão da ciclovia pelos automóveis sendo conduzidos em altas velocidades. No caso de se prever este risco "muretas de concreto" ou "guard rails" devem ser instalados para contenção dos automóveis.
		As cicloviias devem ter seu sentido de fluxo sinalizado, preferencialmente no piso, para facilitar a identificação dos ciclistas
		Toda ciclovia deve ser acompanhada de bicicletários, distribuídos uniformemente em sua extensão, garantindo pontos de parada durante o trajeto.
		Os bicicletários deverão estar bem sinalizados, tendo sempre barras para fixação das bicicletas em disposição de fácil acesso, com formas simples, barras altas e sem arestas, para permitir a fixação da bicicleta sem necessidade de agachamento, movimento de difícil execução por idosos, grávidas e pessoas com mobilidade reduzida
		Locais para locação de bicicletas são interessantes para turistas e moradores fazerem proveito dessa estrutura
		Para melhor orientação do usuário, a iluminação deve ser distribuída homogeneamente no decorrer da ciclovia com altura intermediária, para permitir o uso nos mais distintos horários do dia. Durante a noite, pontos de luz baixos podem marcar cada bicicletário, facilitando o uso nesse período de baixa iluminação e necessidade de acuidade para se prender cadeados.

Imagens 142 e 143. Ciclovía e bicicletário. Fonte: Autora, 2014




















Chegar na orla por transporte particular

Para aqueles que chegam com transporte particular a uma zona balnear, o elemento fundamental refere-se ao estacionamento. Quando não existirem vagas de estacionamento na própria orla, a presença de estacionamentos e vagas públicas no entorno é indispensável.

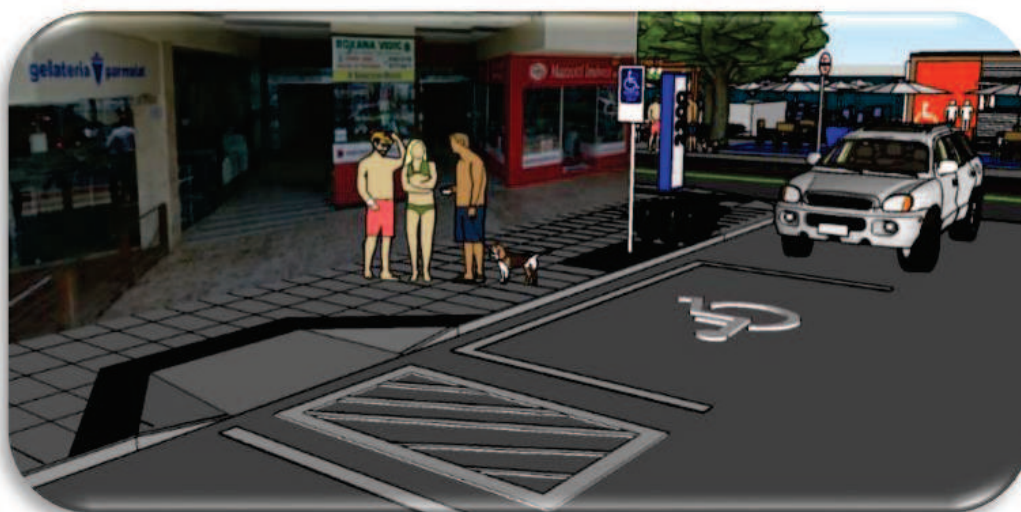
Nestes locais deve haver reserva de vagas para deficientes e idosos, proporcional à sua capacidade e sempre o mais próximo possível da orla.

Além disso, tem-se as seguintes diretrizes:

		A vaga exclusiva deve ser marcada com sinalização vertical e horizontal com o Símbolo Internacional de Acessibilidade
		Deverá ser prevista sinalização da localização da orla a partir do estacionamento, assim como sinalização da disponibilidade de vagas para quem está na orla, preferencialmente junto com as placas de identificação das vias.
		Caso não exista vagas de estacionamento na própria orla, as mesmas devem estar localizadas no ponto mais próximo da mesma
		Em caso de estacionamentos em vias públicas, deve haver rebaixamento de guia para permitir acesso ao passeio ou rota acessível
		As vagas de estacionamento devem estar providas de sistema de drenagem de águas pluviais, evitando acúmulo de água e possíveis escorregões
		Todas as vagas reservadas devem estar vinculadas à uma rota acessível que permita deslocamento com segurança até a orla

		Na vaga reservada para deficientes, quando paralela à calçada, deve haver espaço para circulação com largura mínima de 1,20m de modo a permitir a transferência da cadeira de rodas
		Quando houver vagas perpendiculares ou a 45° da calçada, as mesmas também devem possuir área para transferência, a qual pode ser compartilhada entre dois veículos
		As placas de sinalização dos estacionamentos deverão ser iluminadas ou retroiluminadas, com fontes de tamanho proporcional à sua distância em relação a via e em contraste em relação ao fundo de modo a serem reconhecidas independente do horário do dia

Figuras 144 e 145. Vagas paralelas e perpendiculares ao passeio. Fonte: Autora, 2014 e http://2.bp.blogspot.com/-CWtOc1sxCSs/TijV9nUo9_I/AAAAAAAAAmk/vw-Q3y5hmo0/s400/DSCN1449.JPG



USO DO CALÇADÃO












Conforme levantamento realizado, foram observadas 14 atividades realizadas por idosos na zona balnear do estudo de caso. Dentre as atividades realizadas no calçadão estão: caminhada, corrida, passear com animal de estimação, andar de bicicleta, tomar banho de sol, contemplar a paisagem, ler, fazer trabalhos manuais, usar o computador/tablet, encontrar familiares e amigos, jogar dominó ou cartas, jogar bocha, fazer alongamentos e refeições e lanches.

















Dessas atividades, as três primeiras são realizadas em zona equivalente ao passeio público, portanto as diretrizes equivalem-se às diretrizes do item “chegar na orla a pé” apresentado anteriormente. O mesmo vale para o andar de bicicleta: independente da ciclovia estar localizada em uma via da cidade ou da orla, as diretrizes apresentadas são válidas. Para as demais atividades, seguem as premissas específicas:

Tomar banho de sol, contemplar a paisagem, ler, fazer trabalhos

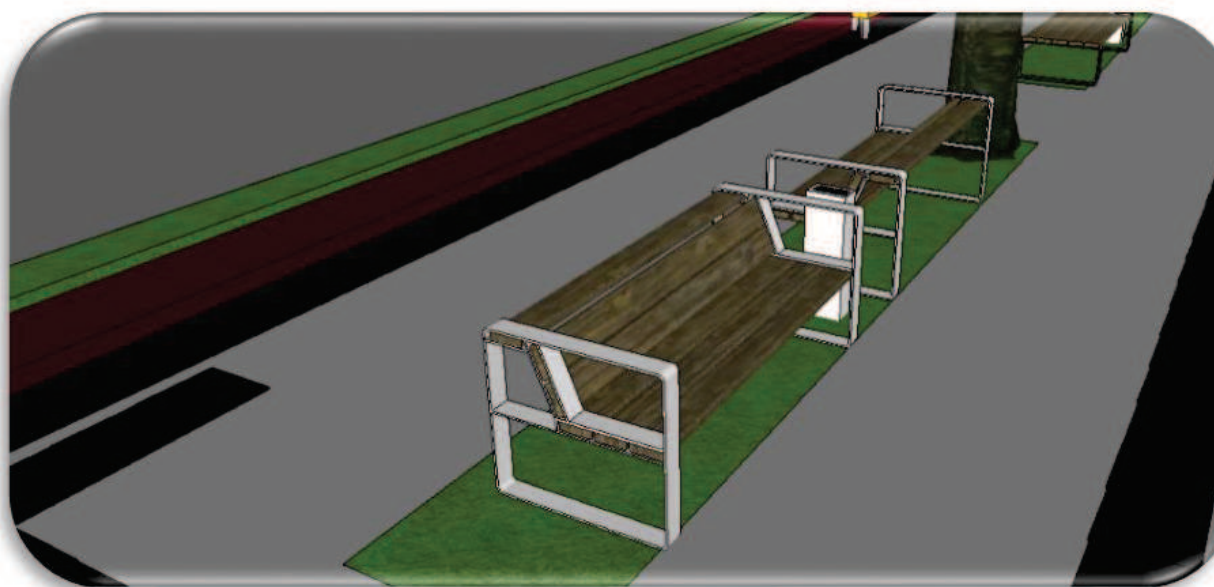
manuais, usar o computador e encontrar familiares e amigos

Para a realização destas atividades que englobam interesses intelectuais, manuais e sociais, áreas de estar são os locais ideais em um calçadão e devem ser consideradas as seguintes diretrizes:

		Recomenda-se a implantação das áreas de estar em uma zona anexa às de circulação, preferencialmente com repetição de cor ou textura específica de piso para fácil identificação destes espaços no decorrer de toda a orla
		A cor do mobiliário deve gerar contraste em relação à cor do piso ou barreiras próximas, para fácil reconhecimento daqueles que possuem baixa visão
	 	O piso da área adjacente deve ser estável, antiderrapante, regular e anti-reflexo em qualquer condição climática, principalmente para propiciar segurança na pisada e apoio nos movimentos de levantar e sentar.
		As áreas de circulação e aproximação em todo o perímetro das áreas de estar devem possuir no mínimo 90cm de largura, para que usuários com cadeiras de roda, andador, muletas, carrinhos ou equipamentos consigam circular sem barreiras
		Os bancos devem ser rígidos, com cantos arredondados e sem arestas vivas, com assento alto (45 a 50cm) e com profundidade de 45 a 50cm. Devem ser desenhados com formas simples, de fácil compreensão. Os materiais usados devem ser resistentes, sem rebarbas e preferencialmente com cantos arredondados, de modo que permitam apoio no uso normal ou em uma emergência, como em desequilíbrios. Além disso recomenda-se que este material seja de toque agradável, que não esquite nem esfrie com facilidade e seja de fácil limpeza já que será compartilhado

		por usuários da praia, banhistas e pessoas somente a passeio.
		Deve-se propor diferentes composições: com assento e encosto, somente assento, com e sem braço, à sombra e no sol, virados para calçadão e para a praia. Quando houver encosto, o mesmo deverá ter 35cm de altura com ângulo entre 100 e 110° em relação ao assento para dar conforto ao usuário. Para os idosos, o mais indicado são os modelos com assento, encosto e braços em ambos os lados. Em caso de bancos com grande extensão, recomenda-se ainda apoios intermediários para facilitar o uso daqueles que precisam de suporte
		Quando houver área disponível, propor espaços de estar com mesas, que permitam o apoio de objetos pessoais e pequenas refeições
		Em todas as áreas de estar sugere-se a previsão de torres para carregar celulares, computadores, tablets, entre outros eletrônicos
		Deve-se reservar espaços livres na lateral de bancos ou mesas fixas para permitir a aproximação de cadeiras de rodas, carrinhos de bebê ou ainda cadeiras de praia sem gerar barreiras à circulação
		Uma iluminação intermediária deve ser instalada próxima aos mobiliários, permitindo encontros nos mais distintos horários do dia
		Recomenda-se instalar também lixeiras, bebedouros e bicicletários próximos a estes espaços para que o idoso não tenha que se deslocar por grandes distâncias para alcançá-los
		O usuário deve encontrar áreas de estar sombreadas e no sol para realizar escolha de acordo com suas necessidades
		Diferentes configurações espaciais dos bancos e mesas permitem a interação entre os usuários

Imagens 146 e 147. Áreas de estar em orla e modelo de banco rígido com braços. Autora, 2014






















Jogar dominó, cartas e bocha

Atividades comuns em áreas públicas de lazer, com interesse social, os jogos em grupos merecem atenção especial em projetos de orlas acessíveis, principalmente devido à seu caráter socializador . As principais orientações para estes espaços estão listadas a seguir.

Imagem 148. Integração nos jogos de dominó. Fonte: http://www.criciuma.sc.gov.br/site/slir/w1000-h1000/upload/Mesas_Lucas_Sabino2.JPG



		Recomenda-se a implantação das áreas de jogos em uma zona anexa as de circulação, preferencialmente com diferenciação de cor ou textura de piso para fácil identificação
		A cor do mobiliário deve gerar contraste em relação à cor do piso ou barreiras próximas para facilitar reconhecimento por aqueles que possuem baixa visão
		Caso haja mesas com espaços para aproximação da cadeira de rodas, as mesmas devem estar sinalizadas e próximas à uma rota acessível, para facilitar aproximação do cadeirante
		O uso de vegetação com aromas dá ao local uma identidade olfativa diferenciada em relação ao restante do entorno. Ao não ser filtrado pelo cérebro, um cheiro provoca reações instintivas e involuntárias, gerando lembranças e identificação do espaço.
	 	O piso da área adjacente deve ser estável, antiderrapante, regular e anti-reflexo em qualquer condição climática. Como acabamento de piso geral recomenda-se o uso de piso ladrilho hidráulico ou ainda bloco intertravado drenante, sempre assentados sobre terreno nivelado e compactado. As cores utilizadas devem ser diferentes das do piso do entorno próximo (como a areia e vegetação)
		Deve-se prever áreas de circulação e aproximação em todo o perímetro das áreas de jogos com no mínimo 90cm de largura, para que usuários com cadeiras de roda, andador, muletas, carrinhos ou equipamentos consigam circular sem barreiras
		Os bancos devem ser rígidos, com cantos arredondados e sem arestas vivas, com assento alto (45 a 50cm) e com profundidade de 45 a 50cm. Devem ser desenhados com formas simples, de fácil compreensão. Os materiais usados devem ser rígidos, resistentes, sem rebarbas e preferencialmente com cantos arredondados, de modo que permitam apoio no uso normal ou em uma emergência, como em desequilíbrios
		Pode-se propor diferentes composições de assentos para as mesas de jogos: com assento e encosto, somente assento, com e sem braço, à sombra e no sol, virados para calçada e para a praia. Quando houver encosto, o mesmo poderá ter 35cm de altura com ângulo entre 100 e 110° em relação ao assento para dar conforto ao usuário. Para os idosos, o mais indicado são os modelos com assento, encosto e braços em ao menos um dos lados, para que o outro sirva de área de entrada na mesa
		Quando houver área disponível, deve-se propor espaços de estar para amigos e familiares observarem os jogos. Essas
















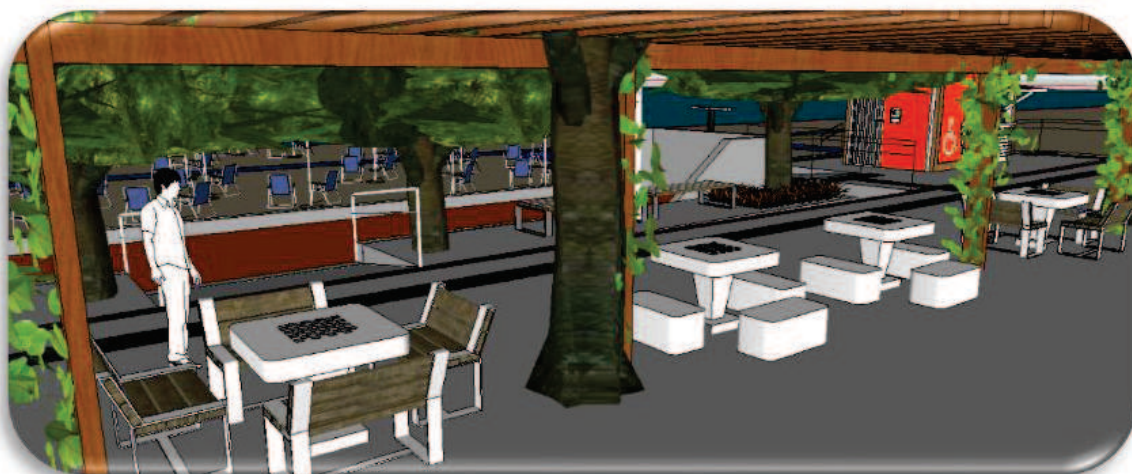
		áreas podem ser compostas por bancos ou ainda barras de apoio próximas às mesas
		Por se tratarem de áreas usadas em diferentes horas do dia e condições climáticas, sugere-se que possuam sombreamento assim como uma cobertura para uso em dias instáveis, que podem ser pergolados com fechamento em placas translúcidas ou outro elemento que forneça proteção sem efeito estufa e que possua estruturas que reduzam as áreas de circulação.
	 	Mesas centrais devem ser firmes, com bancos resistentes. Recomenda-se que em algumas unidades exclua-se o banco em um dos lados, permitindo aproximação de cadeira de rodas ou outro tipo de assento. A altura mínima, por baixo do tampo, deverá ser de 73cm.
		Deve ser prevista base para apoio dos pés durante os jogos. Este apoio será útil quando a cadeira não permitir que o usuário apoie os pés no chão, servindo para relaxar a musculatura e para melhorar a circulação sanguínea nos membros inferiores.
		Iluminação intermediária deve ser instalada próxima ao mobiliário, permitindo além do uso em diversos períodos do dia, a melhor leitura do jogo
		Recomenda-se instalar também lixeiras, bebedouros e bicicletários próximos a estes espaços
		Iluminação deve ser prevista, direcionada para as mesas ou próxima a
		Estes espaços devem ser implantados próximos à áreas de estar para familiares ou amigos acompanharem os jogos

Imagem 149. Integração nos jogos de dominó.



Fazer alongamentos

Por ser frequente a realização de atividades físicas na orla, correspondente aos interesses físicos dos usuários, faz-se necessária a previsão de locais para realização de alongamentos com as seguintes características para que sejam usadas por todos:

















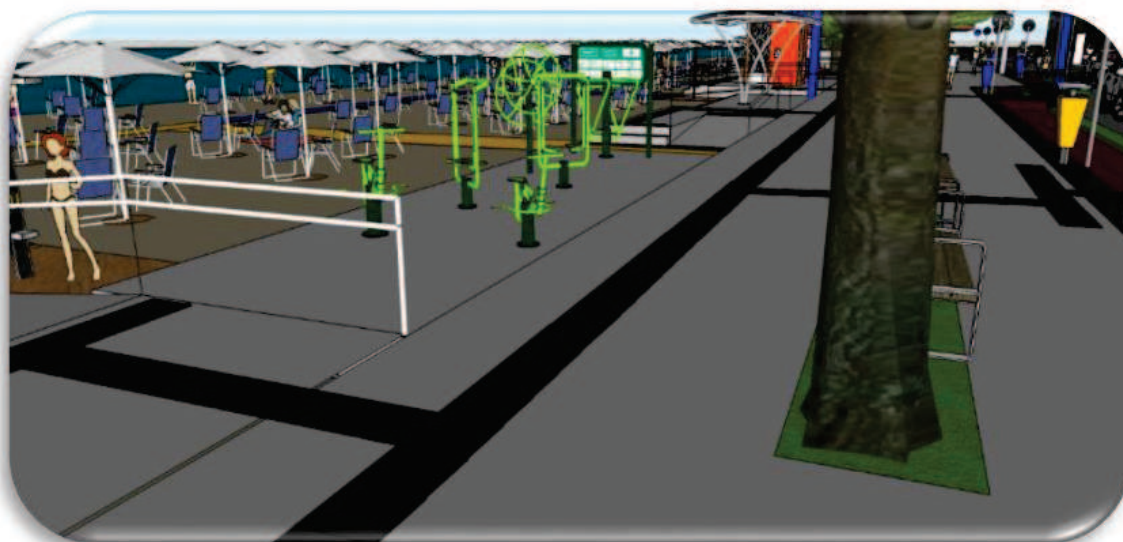






		Recomenda-se que áreas de alongamento sejam instaladas entre calçadão e praia, sempre próximas à acessos e locais de início e fim de exercícios
		Para todos os equipamentos propostos recomenda-se sinalização com informação a respeito de suas funções e benefícios
		As cores utilizadas para os equipamentos devem ser contrastantes em relação ao piso
		Área de circulação entre os equipamentos devem ter no mínimo 90cm.
		Equipamentos de alongamento devem possuir formas simples, de fácil manuseio, sem arestas vivas. Devem ser desenhados com formas simples, de fácil compreensão. Os materiais usados devem ser resistentes, sem rebarbas e preferencialmente com cantos arredondados, de modo que permitam apoio no uso normal ou em uma emergência, como desequilíbrio.
		Deve-se prever o uso desses equipamentos pelos mais diversos tipos de usuários e estaturas
		Árvores e iluminação pública próximas a estas áreas devem permitir sombreamento e uso em diversos horários
		Composição de diversos equipamentos para permitir realização da atividade em grupos

Imagem 150. Áreas de alongamento. Fonte: Autora, 2014



Fazer refeições lanches

Durante a realização de atividades na orla é comum realizar intervalos para fazer refeições e pequenos lanches. No estudo de caso, inclusive, esta atividade é uma das grandes atrações da orla. Devido a sua importância, recomenda-se:

		Variando de acordo com a extensão da orla, deve-se implantar um quiosque a cada 300 metros ou menos.
		A forma do quiosque deve se repetir no decorrer da orla, sendo uma arquitetura de fácil reconhecimento, que demonstre desde o primeiro contato sua função
		Deve-se prever suporte informativo tátil – piso alerta e direcional - indicando a partir da rota



















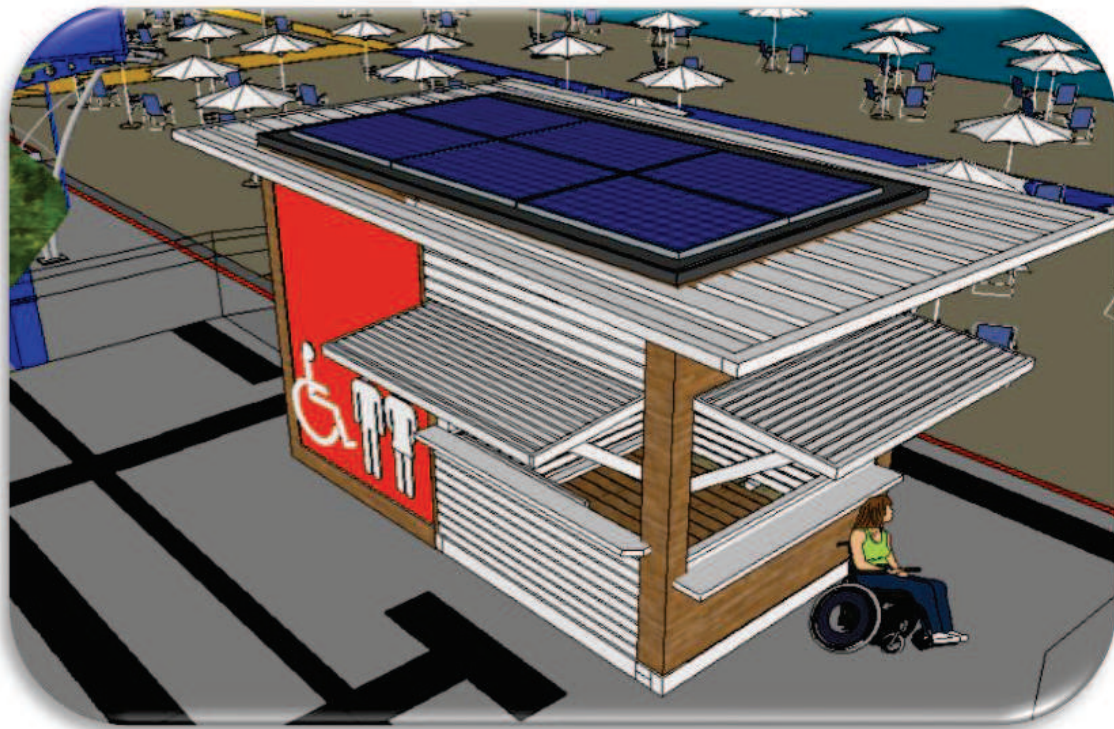
		acessível até a localização do balcão de atendimento
		O Piso do entorno do quiosque e áreas de refeição deve ser estável, antiderrapante, regular, anti-reflexo em qualquer condição climática e com inclinação transversal menor que 2% para escoamento da água pluvial.
		As áreas de circulação e aproximação devem ter em todo o perímetro – 1,50m de largura
		O quiosque deve ser preferencialmente implantado no mesmo nível do calçadão e/ou da praia. Quando ocorrerem desníveis, devem ser propostas rampas e escada de acesso, com largura compatível ao fluxo e obedecendo princípios da NBR9050/2004.
		Bancos devem ser instalados em ao menos uma lateral do quiosques, sendo rígidos e locados fora da área de circulação para permitir a realização de pequenos lanches sentado
		Os quiosques devem ter ao menos um balcão com no mínimo 73cm de altura, 30cm de profundidade e 0,80 x 1,20m de área de aproximação, permitindo uso por pessoa com cadeira de rodas.
		Árvores e iluminação pública próximas a estas áreas permitem sombreamento e uso em diversos horários
		Sugere-se a instalação de um rodapé em toda a borda do quiosque em material resistente, para proteção do revestimento de eventuais choques
		É recomendado que a cobertura, quando houver, se prolongue criando áreas de proteção para as aberturas do quiosque e usuários que ali esperam
		A proposta de um balcão aberto permite contato direto com o vendedor e conversa mais próxima. Em locais onde há vento, como o caso de Balneário Camboriu, o fechamento das aberturas deve ser independente, com a possibilidade de inclusão de toldos, para permitir controle do fluxo de ar





















Imagem 151. Quiosque. Fonte: Autora, 2014.






















ACESSAR A FAIXA DE AREIA

Assim como verificado no estudo de caso, normalmente a transição entre a cidade e faixa de areia ocorre através da passagem por um **calçadão** que abriga uma série de atividades.

Este calçadão pode ser nivelado ou não com a faixa de areia. Caso seja nivelado, o acesso à praia ocorrerá de forma direta, por outro lado, em caso de desnível, o mesmo deverá ser vencido por **rampas e escadas**, sempre próximas umas às outras, para permitir ao usuário a escolha da melhor alternativa.







		Tanto escadas quanto rampas, por serem elementos que merecem maior atenção no deslocamento dos idosos, devem ser marcadas no início e fim por pisos de alerta, em cores contrastantes com o piso base
		Sempre que possível utilizar sinalização em Braille nos corrimãos com informações relevantes a respeito do espaço para orientação dos que possuem baixa visão ou cegueira
		As rampas devem possuir 8,33% de inclinação longitudinal e menos que 2% de inclinação transversal, obedecendo a NBR9050/2004
		Já as escadas devem seguir a regra $0,63 \text{ m} < p + 2e < 0,65 \text{ m}$, sendo p a largura do piso e e a altura do espelho
		Elas devem ser rígidas, com espelho fechado para evitar que o usuário tranque o pé durante a subida, causando desequilíbrio e uma possível queda
		A largura da escada e da rampa pode variar de acordo com o fluxo de pessoas, mas deve obedecer a dimensão mínima de 1,50m de acordo com a a NBR9050/2004
	 	O primeiro e o último degraus de um lance de escada devem estar no mínimo a 30cm da área de circulação que o bordeia, para que o usuário consiga chegar até o final em segurança, sem a necessidade de desvio daqueles que já estão no espaço
	 	O piso das escadas e rampas deve ser estável, antiderrapante, regular, anti-reflexo em qualquer condição climática e com inclinação transversal <2% para permitir o escoamento da água pluvial sem afetar no deslocamento.
		Em esquinas ou outros locais de travessia, deve-se propor rebaixamento do meio fio com pequenas rampas, sinalizadas por piso podotátil de alerta de modo a permitir o acesso à faixa de travessia com segurança





















		Esses rebaixos de meio fio devem direcionar o usuário para a via ou faixa de travessia, preferencialmente sem ter-se que passar por desníveis gerados devido à calhas de direcionamento da água pluvial, os quais podem trancar a bengala, o andador, muletas ou ainda rodas de cadeiras e carrinhos.
		Para melhor orientação do usuário, a Iluminação deve ser distribuída homogêaneamente no decorrer dos passeios, sendo mais alta para a iluminação geral e mais baixa para iluminação de caminhos e áreas destinadas à atividades específicas. Pode-se também aproveitar as guias de balizamento para embutir iluminação, de modo a favorecer o deslocamento, assim como tornar mais visíveis os limites do caminho;
		Seguindo a NBR9050/2004, o corrimão deve ser instalado tanto nas rampas quanto nas escadas. Deve-se prever instalação em duas alturas: 70 e 92cm, sem arestas vivas, com diâmetro entre 3 e 4,5cm em ambos os lados. As duas alturas visam atender usuários em pé e em cadeiras de rodas, assim como crianças e adultos.
		Além disso, o corrimão deve ser contínuo e se estender por 30cm antes do início e do final da rampa e escada, sem interferir nas áreas livres de circulação adjacentes, permitindo que mesmo nos últimos degraus o idoso tenha o suporte para seu deslocamento
	 	Em caso de rampas extensas, deve-se prever patamares intermediários para descanso, já que com o decorrer da idade é comum a perda do tônus muscular e a fadiga torna-se mais frequente mesmo durante exercícios breves.
		Esses patamares podem receber áreas de estar adjacentes, caso seja necessário um descanso mais prolongado no meio do percurso.
		Quando não houver barreiras laterais, deve-se prever guarda corpo com 105cm de altura e guia de balizamento com ao menos 5cm nas duas laterais, obedecendo a NBR9050/2004 para permitir maior segurança do usuário diante do desnível gerado pela subida.
		Faixas antiderrapantes de cor contrastante, com 2 a 3cm de largura, devem ser instaladas no fim de cada degrau, para tornar o uso mais seguro, a partir do momento que o idoso e/ou pessoa com baixa visão consegue identificar com maior facilidade o limite do desnível.
		Circulações amplas (acima de 1,80m de largura) permitem idosos, cadeirantes e pequenos grupos caminharem lado a lado











Por outro lado, podem ocorrer situações onde a transição entre a cidade e a praia ocorra através de uma **zona com restinga e/ou área de preservação**, com a possibilidade de haver desníveis acentuados. Nessas situações recomenda-se a instalação de **trilhas acessíveis**, através de passarelas elevadas.



Imagens 152 e 153. Passarelas elevadas. Fonte: http://www.almasurf.com.br/arquivos/Image/2012/apugomes_folhapress10_749.jpg e http://www.fws.gov/refuges/refugeupdate/SepOct_2013/images/trail.jpg

		O início da trilha acessível deve ser sinalizado desde a chegada do usuário na zona balnear
		Recomenda-se também a implantação de mapas com informações visuais e táteis no início e decorrer do percurso, demonstrando ao usuário o percurso total e sua localização atual
		Sempre que possível utilizar sinalização em Braille nos corrimãos com informações relevantes a respeito do

		espaço para orientação dos que possuem baixa visão ou cegueira
		A cor contrastante entre passarela e entorno facilita o reconhecimento e orientação de seu trajeto pelos que possuem baixa visão ou cegueira
		Em caso de terreno com desníveis, as passarelas devem possuir 8,33% de inclinação longitudinal e menos que 2% de inclinação transversal, obedecendo a NBR9050/2004
		A largura de cada passarela pode variar de acordo com o fluxo de pessoas, mas deve obedecer a dimensão mínima de 1,80m para permitir a circulação de dois cadeirantes lado a lado, de acordo com a a NBR9050/2004
		O piso das passarelas elevadas deve ser estável, antiderrapante, regular, anti-reflexo em qualquer condição climática e com inclinação transversal <2% para permitir o escoamento da água pluvial sem afetar no deslocamento.
		A transição entre passarela e faixa de areia deve ser suave, sem a criação de degraus
		Quando não houver barreiras laterais para as passarelas, deve-se prever guarda corpo com 105cm de altura e guia de balizamento com ao menos 5cm nas duas laterais, obedecendo a NBR9050/2004 para permitir maior segurança do usuário diante do desnível gerado pela subida.
		Para melhor orientação do usuário, a Iluminação deve ser distribuída homoganeamente no decorrer das passarelas, sendo mais alta para a iluminação geral e mais baixa para iluminação de caminhos e áreas destinadas à atividades específicas. Pode-se também aproveitar as guias de balizamento para embutir iluminação, de modo a favorecer o deslocamento, assim como tornar mais visíveis os limites do caminho;
		Seguindo a NBR9050/2004, o corrimão deve ser instalado em duas alturas: 70 e 92cm, sem arestas vivas, com diâmetro entre 3 e 4,5cm em ambos os lados. As duas alturas visam atender usuários em pé e em cadeiras de rodas, assim como crianças e adultos.
		Além disso, o corrimão deve ser contínuo e se estender por 30cm antes do início e do final da passarela, sem interferir nas áreas livres de circulação adjacentes, permitindo o idoso tenha o suporte para seu deslocamento antes e depois de acessar a passarela
		Em caso de passarelas extensas ou íngremes, deve-se prever patamares intermediários para descanso já que, com o decorrer da idade, é comum a perda do tônus muscular e a fadiga torna-se mais frequente mesmo durante exercícios breves.

		Essas passarelas podem receber também áreas de estar adjacentes, caso seja necessário um descanso mais prolongado no meio do percurso.
		Em caso de passarelas longas, recomenda-se também a previsão de banheiros e espaços para comprar comidas e bebidas.
		Deve-se atentar pela manutenção regular da passarela, principalmente no que se refere ao seu piso e bordas quando esta for elevada.
		A vegetação da restinga não deve avançar para a área de circulação da passarela, podendo causar acidentes ou obstrução da passagem
		Circulações amplas (acima de 1,80m de largura) permitem idosos, cadeirantes e pequenos grupos caminharem lado a lado

Por fim, ainda há zonas balneares que possuem propriedades particulares como sua borda imediata e o acesso para elas se dá através de **vias exclusivas de pedestres**. Nestes casos, os parâmetros adotados, sempre que possível, devem ser os mesmos utilizados para os passeios públicos que levam o usuário até a orla.

USAR A PRAIA – FAIXA DE AREIA E MAR

Após chegar até a orla, passar pelo calçadão ou zona de restinga, chega-se finalmente à zona balnear principal: a faixa de areia e o mar. As diretrizes para esta área são:









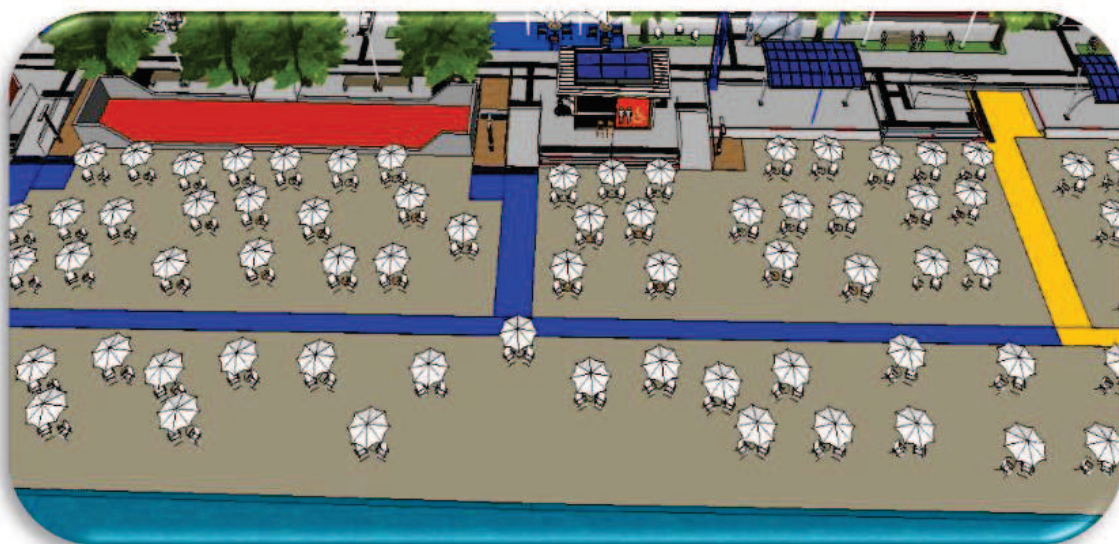
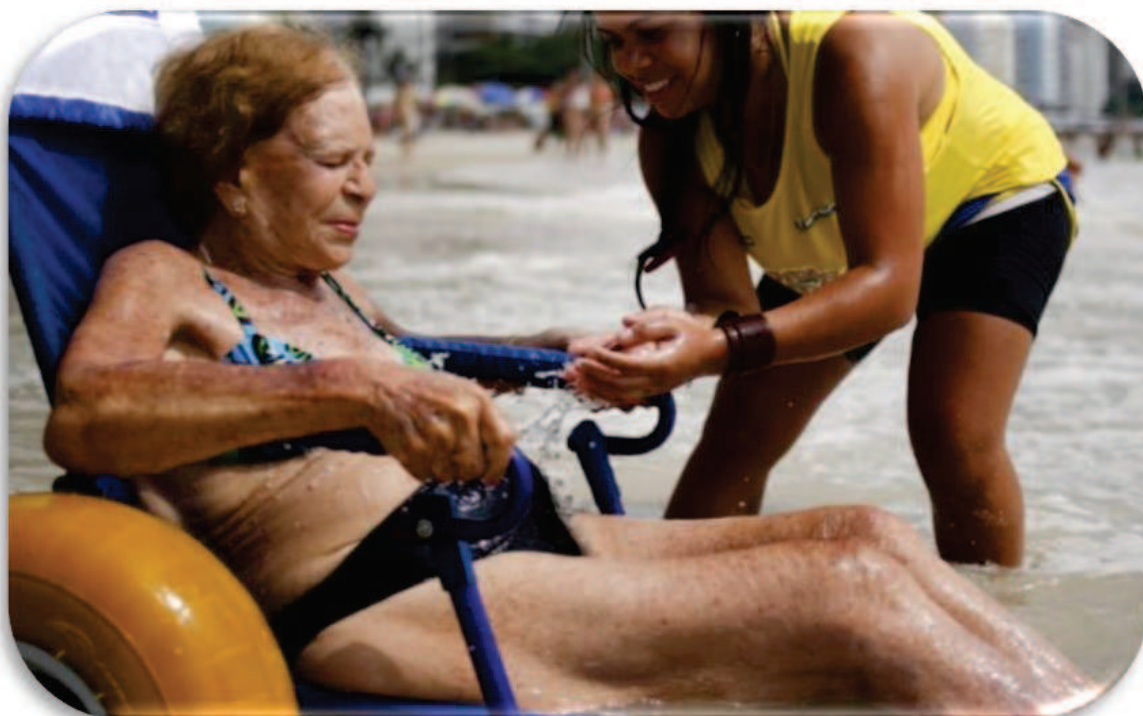
		Recomenda-se que todo acesso formal da orla leve o usuário para uma esteira
		Em caso de fragmentação da orla por cores, cada região da praia poderá ter uma cor de esteira específica
		As cores utilizadas para as esteiras devem ser contrastantes em relação ao substrato inferior
		Os locais onde serão disponibilizados equipamentos relacionados ao uso da faixa de areia e mar devem ser sinalizados e distribuídos por toda a orla, preferencialmente próximo aos principais acessos.
		As esteiras, independente do material utilizado devem absorver pouco calor, ser estáveis, antiderrapantes, regulares e anti-reflexo em qualquer condição climática
		A largura de cada esteira vai depender do fluxo de cada orla. Todavia, não se recomenda o uso de esteiras com menos de 90cm de largura
		Inclinação longitudinal da esteira deve ser inferior a 8,33% enquanto a transversal inferior a 2%, que deve sempre ser verificada devido a possibilidade de movimentação do terreno arenoso
		As esteiras devem levar o usuário desde o acesso principal até a água ou região próxima que permita o acesso seguro e independente do usuário
		Além das estruturas permanentes, recomenda-se a disponibilização de cadeiras anfíbias, espreguiçadeiras adaptadas, andadores resistentes à água e maresia, entre outros equipamentos que visam facilitar o uso deste espaço em conjunto com os demais elementos que envolvem o projeto acessível
		Quanto mais larga forem as esteiras, mais pessoas poderão caminhar lado a lado

Imagem 154 e 155. Uso da praia e do mar e esteiras. Fonte: <http://og.infg.com.br/in/11652111-d74-1ea/FT1500A/550/praiia-para-todos.jpg> e Autora, 2014



USAR AS DUCHAS

Conforme citado no levantamento e proposta do projeto piloto, o uso das duchas é uma atividade verificada por usuários de todos os espaços da zona balnear, sendo mais frequente por aqueles que deixam a praia. Dessa forma:
















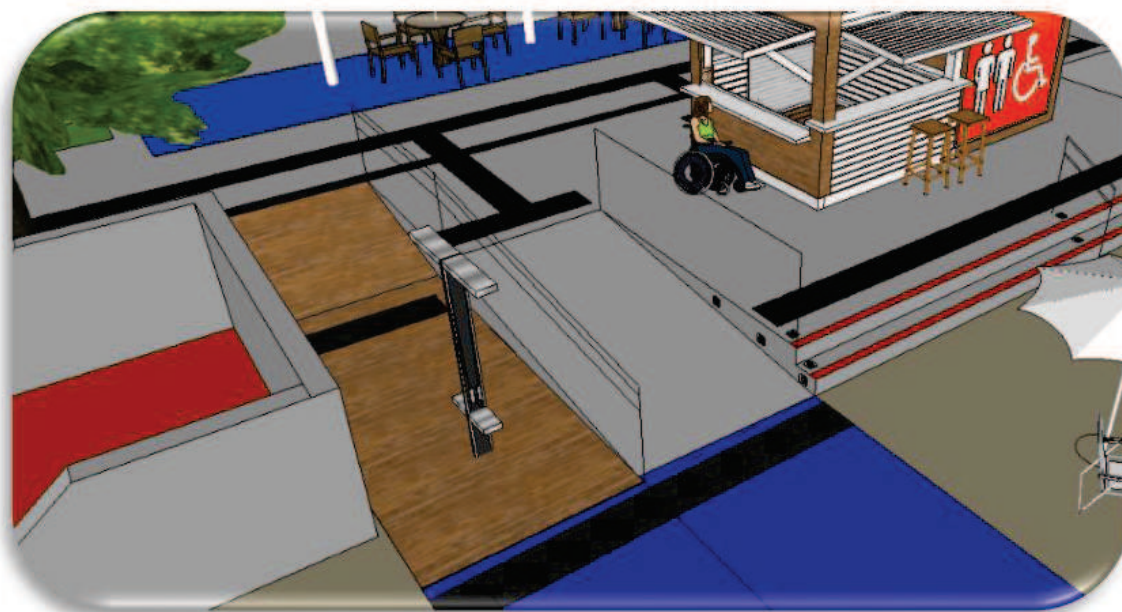
		Recomenda-se que todo acesso formal da orla tenha em sua proximidade uma ducha
	 	Pode-se prever sinalização tátil de alerta para demarcar a mudança da área da esteira para a área da ducha, com piso drenante, todavia se estiverem niveladas, a própria mudança de texturas será encarregada desta informação
		As cores utilizadas para a base da ducha devem ser contrastantes em relação ao substrato inferior
		Piso usado na área da ducha deve ser drenante, estável, antiderrapante, regular e anti-reflexo em qualquer condição climática.
		O fluxo de saída da ducha não deve interromper o fluxo de chegada
		Botões de acionamento divididos para lava-pés e ducha. Altura recomendada para lava pés é de 80cm e para ducha de 1,20m a partir do piso
		Barras instaladas junto às duchas são desejáveis para que o idoso possa se segurar enquanto lava os pés ou corpo, evitando desequilíbrio.















Imagem 156. Ducha. Fonte: Autora, 2014



USAR O BANHEIRO

Última atividade do levantamento e de uso comum entre os espaços da zona balnear, usar o banheiro envolve uma série de demandas, principalmente quando se trata de usuários com deficiências e idosos, já que é neste local onde ocorrem muitos acidentes, caso o espaço não seja adequadamente projetado. Assim:



EXTERIOR

		Recomenda-se a implantação de um banheiro a cada 300 metros, preferencialmente adjacente a outra atividade como os quiosques e a necessidade de uso deste espaço pelos idosos devido ao aumento da frequência miccional
		Deve haver sinalização tátil direcional e de alerta para levar o usuário da rota acessível principal até o banheiro
		Todos os banheiros devem ser facilmente identificados seja por sua morfologia ou sinalização. A fachada deve possuir cor contrastante em relação ao entorno, assim como a porta de entrada em relação à fachada
		Áreas de circulação e aproximação em todo o perímetro – 1,50x1,50m de largura livre de barreiras
		A porta de entrada deverá ser com abertura para fora, deverá possuir puxador no formato de alavanca e barra posicionada de acordo com NBR9050/2004
		Sugere-se a instalação de faixa de proteção na porta para eventuais choques
		Informações a respeito do banheiro devem ser colocadas tanto na porta quanto em sua lateral, de modo a permitir a leitura mesmo que a porta esteja aberta







Figuras 157. Fachada banheiro. Fonte: Autora, 2014.



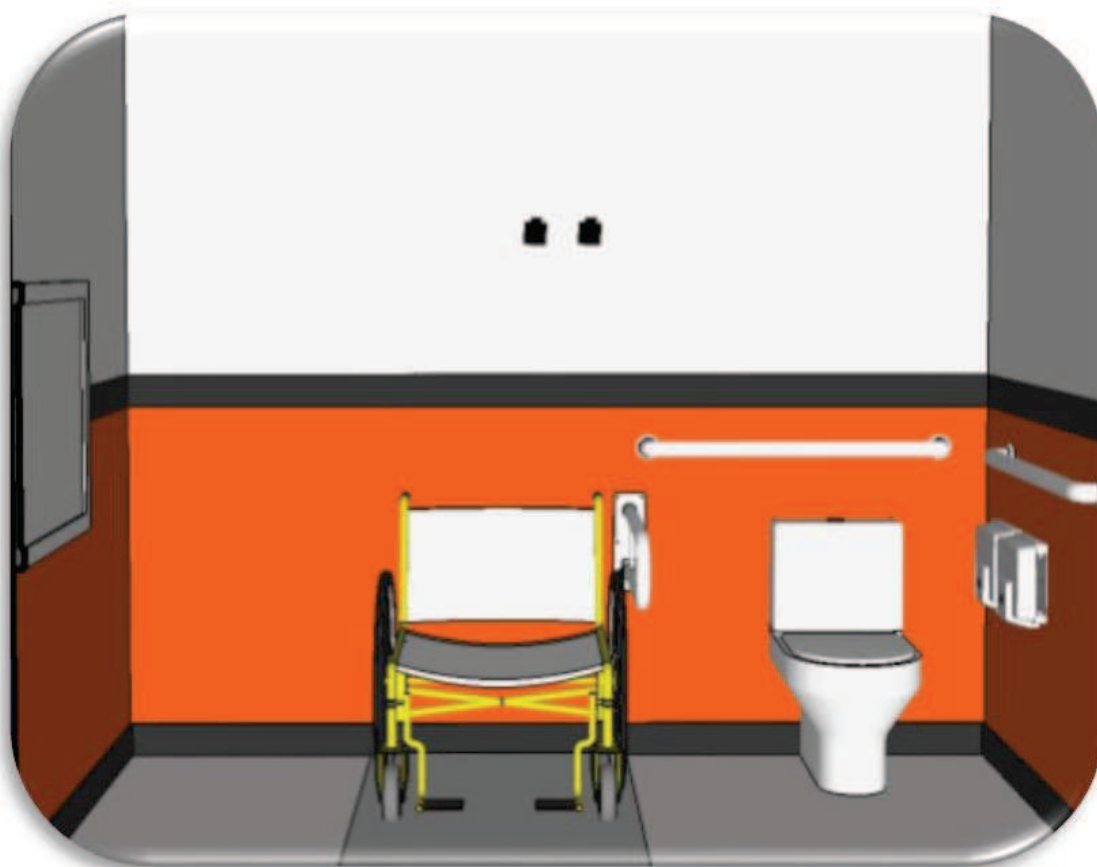
INTERIOR

		<p>O box acessível deve ter ao menos 1,50x1,70m de área. Deve privilegiar o maior número de modos de transferência possíveis</p>
---	---	--

Acabamentos





		<p>No interior, recomenda-se especificar cor contrastante entre piso x parede e porta x parede.</p>
		<p>Também é interessante a determinação de uma faixa em material de cor contrastante para destacar as louças e acessórios de modo a facilitar o uso de pessoas com baixa visão</p>
		<p>Piso no interior do banheiro deve ser estável, antiderrapante, regular, e com inclinação transversal menor que 2% para escoamento da água pluvial e de limpeza</p>

Imagens 158 a 160. Interior banheiro. Fonte: Autora, 2014.
























Iluminação e ventilação







		A iluminação destes banheiros deve ser preferencialmente natural. Caso não seja possível, utilizar luz difusa, distribuída de forma homogênea no espaço. Como opção pode-se acrescentar luminárias para o espelho, onde ocorrem atividades de acuidade visual.
		A ventilação destes banheiros deve ser preferencialmente natural. Caso não seja possível, utilizar ventilação através de exaustão mecânica

Acessórios

		O espelho deve ser inclinado 10° para permitir que crianças e cadeirantes se visualizem
		Sempre que possível, recomenda-se bancadas com duas alturas: a primeira parte com 90cm de altura e a segunda com 78 a 80cm de altura, com altura livre de 73cm vazada na parte inferior, sem saia alta, permitindo a aproximação adequada da cadeira de rodas
		Caso não hajam bancadas, segundo a NBR9050/2004 os lavatórios devem ser suspensos, sendo que sua borda superior deve estar a uma altura de 0,78 m a 0,80 m do piso acabado e respeitando uma altura livre mínima de 0,73 m na sua parte inferior frontal.
	 	As torneiras devem ser de fácil acionamento, sendo este preferencialmente por alavanca ou sensor. Essas não devem estar afastados mais que 50cm do início da bancada ou lavatório permitindo o manuseio por pessoas com restrição de movimentos
		Em caso de lavatórios suspensos, recomenda-se a instalação de barra em suas bordas
		A NBR9050/2004 também recomenda o uso de barras quando o lavatório está embutido em bancadas, todavia verificou-se que muitos usuários consideram este item opcional
		Barras de apoio para transferência devem ser localizadas de acordo com a NBR9050/2004. O diâmetro recomendado é de 3-3,5cm e devem ter comprimento mínimo de 80cm e altura de 75cm em relação ao piso.
		Se possível, instalar barra retrátil na lateral oposta à parede do vaso sanitário
		Saboneteira, toalheiro, porta-objetos e lavatório devem ser instalados dentro da faixa de 70cm a 1,20m.

Imagens 161 e 162. Acessórios. Fonte: <http://www.coisasparacrianças.com/wp-content/gallery/bebes/trocador-de-fraldas.jpg>



		Cabides e prateleiras são sempre bem vindos para apoio de objetos pessoais durante o uso do banheiro
		Trocador retrátil vertical é um acessório opcional, mas altamente recomendado caso não haja estrutura similar em algum equipamento da praia. Recomenda-se que ele seja de abertura fácil e intuitiva, além de ter altura ajustável entre 75 e 90cm, permitindo o uso confortável tanto em pé quanto sentados
		Outro acessório interessante a ser utilizado é a cadeirinha suspensa para usuários com bebês deixarem os mesmos com segurança enquanto utilizam o banheiro. Muitos idosos frequentam a orla com seus netos bebês e precisam de um lugar seguro para deixá-los.

Ainda que se tenha apresentado neste capítulo uma série de diretrizes projetuais que podem servir de bases para futuros projetos e pesquisas nesta área, sabe-se que o tema não se esgota com estas

proposições, principalmente face à grande variedade de configurações de zonas balneares existentes não somente no Brasil, como em diversos outros países.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo geral apresentar diretrizes projetuais voltadas à promoção de acessibilidade espacial em zonas balneares costeiras, com foco no usuário idoso, de modo a complementar as normas e parâmetros existentes para tornar estes espaços acessíveis a esta crescente parcela da população mundial e seu cada vez maior interesse pela atividade turística.

A definição deste objetivo surgiu após a verificação da demanda por zonas balneares acessíveis, ao mesmo tempo em que se verifica a escassez destes espaços.

Como principal resposta à essa constatação sabe-se que, além da falta de conscientização e informação de usuários e profissionais envolvidos no projeto destes espaços, a Norma Brasileira de Acessibilidade NBR9050/2004, com suas soluções pontuais dissociadas, não possui recomendações suficientes para elaboração de um projeto de zona balnear acessível.

Sem estas determinações, selecionaram-se procedimentos metodológicos a serem aplicados com o intuito de contribuir para a construção do quadro da situação existente e para formulação de propostas e soluções.

Esses procedimentos foram divididos nos seguintes grupos: aprendendo sobre o tema, aprendendo sobre o local e aprendendo sobre o problema: análises e resoluções, o que facilitou a organização e estruturação do trabalho.

Aprender sobre o tema teve fundamental importância, entre outros aspectos, para um maior aprofundamento a respeito dos seguintes assuntos: idosos e o processo de envelhecimento, o lazer, o turismo e a acessibilidade.

Tratando-se dos idosos, o estudo proporcionou a compreensão das modificações decorrentes do processo de envelhecimento as quais geram novas necessidades espaciais a serem consideradas no projeto pensado para este usuário.

Já o estudo sobre o lazer e o turismo contribuiu para se verificar a importância dessas atividades, uma vez que promovem a integração social, tornando melhores as condições de vida do idoso, ao mesmo tempo em que gera socialização, modernização cultural e desenvolvimento de novas habilidades, dentro de um contexto de inserção social.

Da mesma forma que ajuda aqueles que possuem mais idade a ter uma ocupação em seu tempo livre, com práticas saudáveis, acaba facilitando no redimensionamento da vida, com o intuito de que se veja o envelhecimento com novos olhos, substituindo a idéia de fragilidade para a idéia de valorização.

A etapa da acessibilidade, por sua vez, foi abordada com maior profundidade e, a partir de seus componentes, foi possível a sistematização dos dados do levantamento, dos passeios acompanhados e apresentação do projeto piloto, assim como das diretrizes projetuais. Nessa parte do trabalho verificou-se ainda que, na prática, pouco se encontra de iniciativas em zonas balneares, as quais tornem estes espaços realmente acessíveis em sua totalidade.

Grande parte dos projetos analisados como referência atendem predominantemente às dificuldades enfrentadas pelos usuários em relação ao componente deslocamento, deixando de lado as soluções que contemplam a orientação, o uso e comunicação.

A solução de problemas de forma pontual e fragmentada, centrada nas restrições físico-motoras, provém em parte da estruturação da NBR9050/2004. A norma não apresenta parâmetros e diretrizes que abordam esse tipo de espaço específico, considerando todo o seu contexto e a relação entre seus elementos. É indispensável se considerar o espaço e suas soluções de forma integrada – com todos os elementos comunicando-se entre si. Não é suficiente apenas atender pontualmente as normas vigentes para criar um projeto acessível à todos.

Outro aspecto que chamou atenção foi a sazonalidade das soluções analisadas, principalmente nas zonas balneares brasileiras, onde muitas iniciativas ocorrem apenas em determinados períodos do ano, com estruturas temporárias, ainda que estes espaços sejam um atrativo tanto para turistas nacionais, quanto para estrangeiros durante todo o ano.

Em relação aos primeiros procedimentos da pesquisa de campo, a metodologia escolhida alcançou o objetivo de conhecer o perfil do usuário, as atividades que este realiza e as principais dificuldades e facilidades na realização das mesmas.

As primeiras visitas técnicas e exploratórias, serviram de base e deram início a todo o processo de investigação, bem como levantaram dados os quais se confirmaram durante todo o estudo.

A opção por dividir as informações da análise do levantamento técnico a partir de atividades, dificuldades e facilidades encontradas, ao invés de se basear por componentes, usando os mesmos apenas como uma classificação complementar, facilitou o entendimento dos problemas levantados assim como simplificou o tratamento dos dados. Deste modo, tornam-se as informações menos repetitivas, já que muitos aspectos levantados referem-se à mais de um dos componentes da acessibilidade.

Tratando-se das entrevistas, essas foram importantes para determinar o perfil do usuário idoso do local do estudo de caso e, principalmente, suas atividades.

O primeiro bloco de entrevistas estruturadas foi a etapa que mais demandou tempo para sua execução e trouxe mais informações em relação ao perfil do usuário do que sua relação com o meio.

As dificuldades que chamaram atenção em relação à aplicação foram: 1) Perguntas que possuíam mais de três alternativas como resposta: quando a pesquisadora chegava ao fim da leitura das opções, boa parte dos entrevistados já não se recordava mais das primeiras alternativas e solicitavam repetição e 2) Muitos entrevistados consideraram a entrevista longa, o que acabou atrapalhando as atividades que estavam realizando antes da abordagem.

Já o segundo bloco, com entrevistas abertas e amostra reduzida e com usuários que possuíam perfis de interesse para esta pesquisa, dados importantes foram obtidos.

A dificuldade encontrada nesta etapa foi na pertinência das respostas. Por ser um método mais flexível, as entrevistas ainda que com duas perguntas, levaram mais tempo para serem realizadas e em todos os

casos fugiram do tema inicial durante a primeira resposta, fazendo com que a autora tivesse que retomar a pergunta inicial em alguns casos.

Como sugestão para futuras pesquisas recomenda-se que a pergunta seja formulada de forma mais específica. Ao invés de “Quais as dificuldades e facilidades encontradas na realização das atividades na orla?” sugere-se questionar “Que aspectos ou quais características o espaço físico da zona balnear dificulta ou facilita a realização de suas atividades? Por quê?”

Os passeios acompanhados, por sua vez, trouxeram importantes informações em relação à avaliação dos espaços e das dificuldades encontradas pelas pessoas no desenvolvimento das atividades. Analisando diferentes usuários e deficiências, obteve-se um panorama, apresentado através da tabela resumo, de dificuldades encontradas decorrentes, predominantemente, de soluções inacessíveis que provém desde o projeto do espaço analisado.

A principal dificuldade verificada foi no encontro de idosos disponíveis a realizar o passeio acompanhado, que possuíssem algum tipo

de restrição. Inicialmente tentou-se realizar os passeios agendando data e horário com idosos do círculo social ou que já tivessem realizado passeios acompanhados em outras situações, facilitando o processo. Todavia, pela pesquisa ocorrer em área externa, o fator clima fez com que a pesquisadora tivesse que remarcar e cancelar esta etapa em algumas situações, fazendo com que muitos usuários desistissem de colaborar.

Além disso, por se tratar de uma pesquisa em cidade distinta da de moradia da pesquisadora, algumas vezes houve programação de viagem, deslocamento e cancelamento assim que se chegou à Praia Central devido ao mau tempo. Dessa forma, optou-se por realizar passeios na orla e abordar idosos que pudessem participar e colaborar apresentando seu ponto de vista.

Ainda assim, esta etapa teve fundamental importância para vivenciar as situações reais juntamente com o usuário e poder avaliar as condições de acessibilidade espacial, nas atividades mais realizadas na zona balnear escolhida. Estas foram levantadas e observadas no início do

trabalho, a partir da primeira entrevista, mas continham aspectos que não foram percebidos através dos métodos utilizados

Outro aspecto importante é que o foco de todo o trabalho não estava diretamente no espaço - a zona balnear - e sim na atividade que se desenvolve nele, entendendo de que forma as pessoas que sofrem restrições podem ter suas capacidades ampliadas e dificuldades anuladas ou minimizadas na realização dessas atividades devido as condicionantes deste ambiente, por isso os passeios acompanhados com a realização de atividades foi fundamental para melhor compreensão das dificuldades e facilidades de cada usuário.

Em decorrência do amplo conjunto de informações obtidas nas etapas supracitadas, pôde-se ainda elaborar um projeto piloto. Esse cumpriu a função de demonstrar que as soluções a serem adotadas para se obter uma orla realmente acessível, vão muito além da aplicação da norma existente e devem ser analisadas caso a caso, de acordo com a configuração espacial existente.

Esta maneira de construção do conhecimento, através de uma ação prática de elaboração de um anteprojeto, apresentou-se como um instrumento diferenciado e bastante eficiente para se obter soluções que embasam as diretrizes.

Também demonstrou que, a partir de um projeto geral consegue-se obter soluções específicas integradas, permitindo que se tenha determinações que se conectam e complementam-se entre si.

Por outro lado, limitações da própria configuração urbana do local de estudo acabam dificultando a elaboração de sugestões práticas de modo que, para a aplicação das mesmas, seria necessária uma intervenção maior do que a escala em estudo para solução de problemas levantados.

Analisando os resultados obtidos com a pesquisa, pode-se afirmar que se alcançou o objetivo geral. Com o projeto foi possível estabelecer recomendações para a orla de Balneário Camboriú assim como extrair diretrizes que foram apresentadas nos quadros de resultados, as quais podem ser aplicadas em zonas balneares com outras configurações a partir de adaptações em maior ou menor escala.

Cabe ressaltar que este estudo refere-se à um recorte do tema. Espera-se que, além de contribuir com as diretrizes apresentadas, esse seja um estímulo para elaboração de futuras pesquisas, apresentando novas perspectivas.

Assim, recomenda-se que pesquisas futuras: a) busquem avaliar condições de acessibilidade espacial de zonas balneares considerando outros grupos de usuários (outros tipos de deficiências e outras faixas etárias) para se verificar a necessidade de ampliação das diretrizes aqui apresentadas; b) busquem avaliar outras configurações de zonas balneares, principalmente em relação à condições topográficas e diferentes conexões entre orla e cidade, de modo a ampliar as diretrizes aqui apresentadas c) criem um modelo de ficha de avaliação das condições de acessibilidade espacial de zonas balneares d) avaliem quais diretrizes devem ser primárias ou secundárias de acordo com a possibilidade de execução e) avaliem outras normas e diretrizes internacionais, assim como bons exemplos, para servirem de base para proposição de novas diretrizes.

Por fim cabe ressaltar que, para se garantir o direito ao lazer e ao turismo, assim como o acesso, o uso e a apropriação de zonas balneares pelos usuários idosos, é indispensável atender, de forma íntegra, aos requisitos da acessibilidade não somente na zona balnear, mas sim em todo o seu contexto já que, caso o usuário não consiga chegar até a orla, conseqüentemente, não será possível o desfrutar deste espaço.

8. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANVISA. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC No 283, de 26 de setembro de 2005. **Aprova o Regulamento Técnico que define normas de funcionamento para as instituições de Longa Permanência para Idosos.** Diário Oficial da União, 2005.

ASSIS, Adriana de. **Novos modelos de assistência à saúde do idoso: desafios e tendências da arquitetura frente ao envelhecimento populacional brasileiro.** Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** 2004. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BARROSO, Maria José da Rocha. **A iniciativa pública e Privada nos serviços de saúde, Educação, Cultura e Lazer.** Revista Terceira Idade, n 1, SESC - São Paulo, 1999.

BEAUVIOIR, Simone de. **A Velhice.** Tradução: Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1990.

BELL, Judith (1989). **Doing your research project: a guide for the first-time researchers in education and social science.** 2. reimp. Milton Keynes, England: Open University Press, pp. 145.

BRASIL. Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Diário Oficial da União de 3 de dezembro de 2004

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Resolução da Diretoria Colegiada – **RDC no 283/2005**. Disponível em <http://e-legis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=18850&word>. Acesso em maio de 2013

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EdUSC, 2002.

_____. **Atividades turísticas e recreativas: o homem como protagonista**. Bauru: EdUSC, 2004a.

_____. **Os municípios turísticos**. Bauru: EdUSC, 2005.

CAMARGO FILHO, Eurico; PAPALÉO NETTO, Matheus. **Geriatria: fundamentos, clínica e terapêutica**. [s.ed.] São Paulo: Atheneu, 2000.

CAMARGO, Luiz O. Lima. **O que é lazer**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

COHEN, Regina. DUARTE, Cristiane Rose. Acessibilidade de pessoas com dificuldade de locomoção e a sustentabilidade das cidades. In: NUTAU: 2002, 2002. São Paulo – SP. Anais cd room

CONDORCET, Bernard (2006). A Acessibilidade do Conteúdo Disponibilizado na WWW. Acesso em: 14 jan. 2013. Disponível em: http://intervox.nce.ufrj.br/~bernard/VI_encontro/4_ACESSI.TXT

DAYRELL, Juarez. **Socialização da juventude**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 117-136, jan./jun. 2002

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: EDUSP, 1999.

DISCHINGER, Marta. **Designing for all senses: accessible spaces for visually impaired citizens.** Göteborg: Chalmers University of Technology, 2000.

DISCHINGER, Marta et al. **Desenho universal: por uma arquitetura inclusiva.** Florianópolis: Grupo PET Arquitetura e Urbanismo, UFSC. 2001.

DISCHINGER, Marta (et al.). **Desenho universal nas escolas: acessibilidade na rede municipal de ensino de Florianópolis.** SME, Florianópolis: Prelo, 2004.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera H. M. **Promovendo acessibilidade nos edifícios públicos: guia de avaliação e implementação de normas técnicas.** Santa Catarina: Ministério Público do Estado, 2006. 150 p

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro; PIARDI, Sônia M. D. G. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: programa de acessibilidade as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso público.** Florianópolis, 2012

DIOGO, M.J.D. Consulta de enfermagem em gerontologia. In: PAPALÉO NETTO, M. (Coord). **Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada.** São Paulo: Atheneu, 1999

DORNELES, Vanessa Goulart. **Acessibilidade em áreas livres públicas de lazer.** Florianópolis, 2006. 195 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Santa Catarina

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular.** São Paulo:Perspectiva. 1976.

EUROPEAN CONCEPT FOR ACCESSIBILITY NETWORK (EuCAN). ECA: European concept for accessibility. Guide Des Norme. Luxemburgo, 2003

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direitos da Pessoa com deficiência: Garantia da igualdade na diversidade.** Rio de Janeiro: WVA, 2004.

FIDEL, Raya (1992). The case study method: a case study, In: GLAZIER, Jack D. & POWELL, Ronald R. **Qualitative research in information management.** Englewood, CO: Libraries Unlimited, 238 p. p.37-50

FREIRE, Sheila Azevedo, et al. **Avaliação lumínica em instituições asilares para idosos.** In: Anais do XIII Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. Canela, 2010.

FROMER, B; VIEIRA, D.D. **Turismo e terceira idade.** São Paulo: Aleph, 2003

GIBSON, J. J. **The Senses Considered as Perceptual Systems.** Houghton Mifflin Company, Boston, 1966.

GOODE, L.; HATT, K. **Métodos em pesquisa social.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.

GOMES, C. M.; REJOWSKI, M. **Lazer enquanto objeto de estudo científico: teses defendidas no Brasil.** Licere, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 9-28, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico: Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 02 de outubro de 2010.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008**. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 02 de outubro de 2010.

_____. **Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 02 de outubro de 2010.

_____. **Indicadores sociodemográficos: prospectivos para o Brasil 1991-2030**. Rio de Janeiro: Arbeit, 2006

KACZYNSKI, A.; MANNELL, R.; MANSKE, S. **Leisure and risky health behaviors: a review of evidence about smoking**. *Journal of Leisure Research*, v. 40, n. 3, 2008, p. 404-441.

KLEIBER, D.; McGUIRE, F.; AYBAR-DAMALI, B.; NORMAN, W. **Having more by doing less: the paradox of leisure constraints in later life**. *Journal of Leisure Research*, v. 40, n. 3, 2008, p. 343-359.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo:Atlas, 2011.

LOPES, J. A. F. **O direito de ir e vir com independência**. 2006. Disponível em:

<<http://www.entreamiigos.com.br/textos/acessibi/dirirvir.htm>>. Acesso em: 07 agosto de 2013.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Helena Cristina F. *A construção Social da Praia*. **Revista Sociedade e Cultura** 1, Cadernos do Noroeste, série Sociologia. v. 13, p. 201-218, 2000.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e humanização**. Campinas-SP: Papirus, 1983. 83p.

_____. **Lazer e Educação**, 3º edição. Campinas - SP: Papirus, 1995.

MASCARO, Sonia de Amorim. **O que é velhice**. São Paulo: Brasiliense, 1997. 93p. Coleção Primeiros Passos

MELO, Victor Andrade. **Lazer e minorias sociais**. São Paulo: IBRASA, 2003.

MORAES, Miguel Correia. **Acessibilidade no Brasil: Análise da NBR 9050**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal de Santa Catarina.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: Minayo, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1993. p.51-66.

NETTO, F.L.M. **Aspectos biológicos e fisiológicos do envelhecimento humano e suas implicações na saúde do idoso** Pensar a Prática 7: 75-84, Mar. – 2004

NETTO, Papaléo M. **O estudo da velhice no século XX: histórico, definição do campo e termos básicos**. In: Freitas EV de et al. Tratado de geriatria e gerontologia. Rio de Janeiro (RJ):Editora Guanabara Koogan; 2002. p. 9.

NERI, A. L. **Teorias Psicológicas do Envelhecimento**(1995). Em: Freitas, E. V. & Cols. (Orgs.) *Tratado de Geriatria e Gerontologia*, (pp. 32-45), Rio de Janeiro-RJ: Guanabara Koogan

NICHOLL, Anthony Robert Joseph. **O ambiente que promove a inclusão: conceitos de acessibilidade e usabilidade.** Revista Assentamentos Humanos, Marília, v. 3, n. 2, p. 49-60, dez. 2001.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PACHECO, J. L. **Sobre a aposentadoria e envelhecimento.** In J. L. Pacheco, J. L. M. Sá, L. Py & S. N. Goldman (Orgs.), *Tempo rio que arrebatada* (pp.59-73). Holambra: Setembro, 2005.

PEDROSO, Emmanuel Sá Resende. **A memória do idoso e a identidade da cidade como referências na análise da apropriação formal/espacial do espaço urbano.** Florianópolis, 2007. 159 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Santa Catarina.

PÉREZ GÓMEZ, A. **O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo.** In: NÓVOA, A. (Coord.). Os professores e a sua formação. Tradução Graça Cunha, Cândida Hespanha, Conceição Afonso e José António Sousa Tavares. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992. p. 93-114.

PERRACINI, Mônica Rodrigues. **Planejamento e adaptação do ambiente para pessoas idosas.** Pág. 798 a 807. In: FREITAS, E. V.; PY, L.; NERI, A. L.; CANÇADO, F. A. X.; GORGONI, M. L.; ROCHA, S. M. **Tratado de geriatria e gerontologia.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2002.

PIKUNAS, J. **Desenvolvimento humano: uma ciência emergente.** São Paulo, 1979.

PONTE, João Pedro da. **O estudo de caso na investigação em educação matemática.** 2006. Disponível em:

<[http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt%5C94-Ponte\(Quadrante-Estudo%20caso.pdf](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt%5C94-Ponte(Quadrante-Estudo%20caso.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2012.

RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento Sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

ROSENBERG, Jacob Eduardo. **Turismo social e terceira idade: desafios emergentes**. Rio de Janeiro, 1996. 158 p. Dissertação de Mestrado. Fundação Getulio Vargas

SANTINI, R.C. **Dimensões do Lazer e Recreação - Questões espaciais, sociais e psicológicas**. São Paulo - SP: Angelotti, 1993.

SANTOS, Daniela Haedchen. **Acessibilidade para pedestres com deficiência em espaços turísticos urbanos: a situação da área central de Balneário Camboriú (SC)**. Itajaí, 2010. 119p. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria). Universidade do Vale do Itajaí.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Espaço & método**. São Paulo: Nobel, 1988. (Coleção espaço).

SANTA CATARINA TURISMO SANTUR. **Demanda Turística**. 2012. Disponível em: <www.sol.sc.gov.br>. Acesso em: 13 setembro 2013.

SENA, M.D.F.A.D.; GONZÁLEZ, J.G.T.; ÁVILA, M.A. **Turismo da terceira idade: análises e perspectivas**. Caderno Virtual de Turismo - Vol. 7, N° 1: 2007. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include/getdoc.php?id=1040&article=189&mode=pdf>>. Acessado em: 12/04/12.

SCHÖN, D A. **Educating the reflective practitioner**; Donald Schön's presentation to the 1987 meeting of the American Educational Research Association. Washington, DC, 1987. Disponível em:

<<http://educ.queensu.ca/~russellt/howteach/schon87.htm>> Acesso em: 29/06/2014.

_____. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem.** Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000

SOBRAL, Filipe; PECCI, Alketa; SOUZA, Gustavo C. de. **Uma análise da dinâmica da indústria do turismo no Brasil.** Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo Vol. II, No. 1 (2007). Disponível em:

http://app.ebape.fgv.br/revistaoit/asp/dsp_texto_completo.asp?cd_pi=494650. Acesso em 01/06/2013.

TAVARES, Loriane. **Estimulação em idosos institucionalizados: efeitos da prática de atividades cognitivas e atividades físicas.** Florianópolis, 2007. 215p. Dissertação (Mestrado em Psicologia.) – Universidade Federal de Santa Catarina.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986. 108p.

VIEIRA, E. B. **Manual de gerontologia.** Rio de Janeiro: Revinter, 1996

WHO – **International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps – ICDH.** Geneva: World Health Organization, 1980

WORLD TOURISM ORGANIZATION (WTO). **Aprobación del código ético mundial para el turismo.** (Chile, 1999). Disponível em: <http://world-tourism.org/presrel/code_R.htm>. Acesso em: 06/05/2010.

WTO - World Tourism Organization. **Tourism Highlights.** Edition UNWTO, 15 p. 2012.

YÁZIGI, E. **A alma do lugar:** turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. São Paulo: Contexto, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZIMERMAN, Guite I. **Velhice : Aspectos Biopsicossociais.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000, Cap. 1, p.13-38.

9. APÊNDICES

9.1. APÊNDICE A – FICHA ENTREVISTA

1ª folha –TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ACISSMIDADE DEBIL PARA IDOSOS EM DOÇAS TURÍSTICAS BALNEÁREIS
Cidade de Oara em Balneário Camboriú-SC

Justificativa e relevância: A pesquisa justifica-se pelo fato de que existem poucos estudos realizados sobre a acessibilidade turística em parques e zonas turísticas, sendo ainda a maioria delas com alto grau de generalização, aplicáveis para áreas específicas relacionadas ao nosso contexto local.

Objetivos: Pesquisar a situação e necessidades percebidas por pessoas idosas de modo a aprimorar as condições de acessibilidade turística para usuários idosos em zonas turísticas locais.

Fundamentação: A pesquisa será de natureza exploratória, baseada em artigos sobre acessibilidade e no relatório de dois anos das pesquisas desenvolvidas anteriormente. Estrutura: Pesquisa exploratória e Testamento dos dados.

Riscos: Os dados são coletados em parques e pontos turísticos de passeio.

Benefícios: Esperamos gerar diversos resultados para melhorias de acessibilidade em zonas turísticas de nossa cidade, além de gerar conhecimentos e experiências com outras entidades a partir de um estudo de caso. Esses resultados serão usados e profissionais privados, buscando contribuir com as futuras pesquisas de acessibilidade em estabelecimentos de zonas turísticas, bem como pesquisas relacionadas à área.

Liberdade de participação: É garantida a plena liberdade de participação de qualquer pessoa, sem qualquer compromisso, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.

Seguimento e procedimentos: É garantida a continuidade de seguir a ser promovida das pesquisas durante todas as fases da pesquisa.

Cópia do TCLE: Uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que assinado em duas vias, pelo pesquisador e pelo participante, sendo garantido que o participante da pesquisa receberá uma via do TCLE.

Eu, _____
declaro que compreendi todo o que me foi explicado e sobre todos os objetivos, procedimentos e finalidades da presente pesquisa. Assim, concordo em participar de mesma.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador principal

Local e data do consentimento: _____

COORDENADOR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
UFSC - FITE - 5487

COORDENADOR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
UFSC - FITE - 5488

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ACESSIBILIDADE ESPACIAL PARA IDOSOS EM ZONAS TURÍSTICAS BALNEARES:
Estudo de Caso em Balneário Camboriú/SC

Pesquisador: Marta Dischinger

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 35222814.0.0000.0121

Instituição Proponente: Programa de Pós- Graduação de Arquitetura e Urbanismo da UFSC

Patrocinador Principal: Programa de Apoio a Planos de Reest e Exp.das Universidades Federais - REUNI

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 881.966

Data da Relatoria: 23/11/2014

Apresentação do Projeto:

Trata-se de resposta à pendência de um estudo vinculado ao Programa de Pós-graduação de arquitetura e Urbanismo da UFSC que pretende investigar acerca da acessibilidade espacial dos idosos em zonas turísticas balneares.

Objetivo da Pesquisa:

Propor diretrizes e aperfeiçoar parâmetros projetuais existentes de modo a aprimorar as condições de acessibilidade espacial para usuários idosos, em zonas turísticas balneares. a) Identificar e entender as dificuldades e capacidades relacionadas às deficiências e às restrições advindas do envelhecimento; b) Analisar qual a influência que estas modificações decorrentes do envelhecimento podem gerar na realização de atividades, principalmente naquelas desempenhadas por turistas idosos, em zonas balneares; c) Estudar e comparar a legislação brasileira e a legislação internacional que tratam de acessibilidade espacial, levantando parâmetros existentes nas normas que possam ser utilizados como base para tornar zonas balneares acessíveis espacialmente; d) Realizar estudo de caso em zona balnear com um grande número de frequentadores idosos, como a orla de Balneário Camboriú/SC sob a ótica da acessibilidade espacial.

Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima

Bairro: Trindade

CEP: 88.040-900

UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3721-9206

Fax: (48)3721-9696

E-mail: cep@reitoria.ufsc.br

Continuação do Parecer: 881.966

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Quanto aos riscos: Os riscos são mínimos em relação à participação na pesquisa e referem-se apenas à desconfortos. Alguns exemplos dos desconfortos ou dificuldades que podem ocorrer: 1) Desconforto para um participante com baixa audição em compreender as questões das entrevistas, devido ao fato das mesmas serem realizadas em um ambiente externo (zona balnear), com nível de ruído moderado, em virtude do trânsito de veículos; 2) Desconfortos relacionados à condições climáticas que podem se alterar no decorrer da aplicação da pesquisa; 2) Durante o passeio, cadeirantes podem sentir desconfortos ao transitar pelo calçamento com piso trepidante; 3) Durante o passeio, cadeirantes pode ter desconfortos ao descer de uma rampa que não possui inclinação de acordo com a normatizada, o qual demandará um maior esforço para realização da atividade; 4) Participantes com baixa visão ou cegos podem sentir desconforto ao se desorientarem em áreas onde não haja informação sensorial suficiente para seu deslocamento; 5) Participantes com mobilidade reduzida podem sentir desconforto ao caminhar pela areia 6) Idosos com redução de movimentos podem sentir desconforto ou dificuldades ao sentar e levantar em/de bancos existentes na orla ou ainda acionar comandos das duchas em alturas muito elevadas Em caso de dificuldades para responder as questões ou executar as atividades durante o passeio acompanhado, o participante tem liberdade para solicitar assistência complementar da pesquisadora, de terceiros/acompanhantes ou ainda interromper o processo.

Quanto aos benefícios: Espera-se propor diretrizes projetuais para complemento da legislação existente âmbito da acessibilidade espacial em zonas balneares, com base em conclusões retiradas a partir de um estudo de caso. Essas diretrizes visam nortear o profissional projetista, buscando contribuir com os futuros projetos de concepção ou reformulação de zonas balneares, bem como, pesquisas relacionadas à área.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os pesquisadores anexaram carata de esclarecimento relacionado aos pontos abordados pelo parecer anterior, informando que a pesquisa ainda não foi realizada. Anexaram novo cronograma e reorganizaram o item sobre riscos no TCLE de acordo com as orientações da resolução 466/2012.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Reorganizaram o TCLE e incluíram a previsão de riscos e outros elementos apontados no parecer anterior.

Recomendações:

Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-900
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-9206 **Fax:** (48)3721-9696 **E-mail:** cep@reitoria.ufsc.br

Continuação do Parecer: 881.966

se recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclusão: aprovado.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

FLORIANOPOLIS, 24 de Novembro de 2014

Assinado por:
Washington Portela de Souza
(Coordenador)

Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima

Bairro: Trindade

CEP: 88.040-900

UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3721-9206

Fax: (48)3721-9696

E-mail: cep@reitoria.ufsc.br